

	PAGINA
O. SINTESE EXECUTIVA	8
1. ENQUADRAMENTO	15
1.1. Introdução	15
1.2. Objectivos do Estudo	16
1.3. Termos de Referência	17
1.4. Metodologia	18
2. PROBLEMÁTICA DO EMPREGO EM CABO VERDE	19
3. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS	20
<i>3.1. Caracterização da economia</i>	<i>20</i>
3.1.1. Evolução da Situação macro-económica e perspectiva de médio prazo	20
3.1.2. Mudanças estruturais	26
3.1.3. A apropriação do rendimento	29
3.1.4. Principais Recursos	31
3.1.5. Indicadores de Produtividade	32
3.1.6. Sector empresarial	33
<i>3.2. Caracterização sócio-demográfica</i>	<i>36</i>
3.2.1. Evolução da população residente	36
3.2.2. Componentes do crescimento demográfico	37
3.2.3. Evolução da estrutura da população	38
3.2.4. Características sócio-demográficas	39
3.2.5. Pobreza, emprego e bem-estar	42
<i>3.3. Perspectivas de médio prazo</i>	<i>49</i>
3.3.1. Linhas orientadoras da política macro-económica	49
3.3.2. Paridade fixa do escudo em relação ao Euro	50
4. ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL DO EMPREGO	51
4.1. Enquadramento legal do emprego	51
4.2. Enquadramento Institucional do Emprego	51
5. POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EM MATÉRIA DO EMPREGO	53
5.1. Principais elementos de política	53
5.2. Experiências e boas-práticas em matéria de política de emprego	53
5.3. Objectivos e metas traçados	56
5.4. Estratégias adoptadas	56
6. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO MERCADO DO EMPREGO	57
6.1. Marcos essenciais do mercado de emprego	57
6.2. Perspectivas de evolução da população economicamente activa e da procura de emprego	59
<i>6.3. Caracterização da oferta de emprego</i>	<i>61</i>
6.3.1. Geração de emprego	61
<i>6.3.2. Geração de desemprego</i>	<i>84</i>
6.4. Caracterização da procura de emprego	89
6.4.1. Perfil dos desempregados	89
6.5. Crescimento económico e emprego	99
6.6. Funcionamento do mercado de trabalho	102
7. MIGRAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO	110
7.1. Disponibilidade para migrar	111
7.2. Metodologia	111
7.2.1. Conceitos e métodos de análise	111
7.3. REGIÕES DE PARTIDA E DE DESTINO DOS MIGRANTES TRABALHADORES	114
7.3.1. SEGUNDO O METODO DE MIGRAÇÃO-DURAÇÃO DE VIDA	114

7.3.1.1. Situação em 2000	114
7.3.1.2. Regiões de destino dos migrantes	115
7.3.2.1. Situação em 2006	115
7.3.2. SEGUNDO O MÉTODO DE ÚLTIMA MIGRAÇÃO	116
7.3.2.1. Ilha de partida e de destino dos migrantes trabalhadores até 2000	116
7.3.2.2. Regiões de partida e de destino dos migrantes trabalhadores até 2000	117
7.3.2.3 Regiões de partida dos migrantes trabalhadores	117
7.3.2.4 Regiões de destino dos migrantes	117
7.4. MATRIZ DO SALDO MIGRATÓRIO ENTRE AS REGIÕES SEGUNDO O MÉTODO DE MIGRAÇÃO DURAÇÃO DE VIDA	118
7.5. MATRIZ DO SALDO MIGRATÓRIO ENTRE AS REGIÕES SEGUNDO O MÉTODO DA ÚLTIMA MIGRAÇÃO	120
7.6. NÍVEL DE ATRACÇÃO E DE REPULSÃO DAS REGIÕES	121
7.7. PERFIL DOS TRABALHADORES MIGRANTES	124
7.8. MIGRAÇÃO E ACTIVIDADE ECONÓMICA	130
8. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E DE EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	134

1	Evolução dos principais indicadores monetários (Em milhões de ECV)	24
2	Principais Indicadores orçamentais em percentagem do PIB	24
3	Estrutura do Produto Interno Bruto por ramo de actividade	27
4	Evolução das remunerações e do emprego entre 1990 e 2006	30
5	Evolução da remuneração média anual e da proporção da população com nível secundário ou mais	30
6	Evolução dos recursos em valor e estrutura. 1980 - 2004	32
7	Evolução do VAB/trabalhador dos principais ramos de actividade económica entre 1990 e 2006	33
8	Evolução do efectivo, do pessoal e da facturação das empresas entre 1997 e 2002	33
9	População empregada nas empresas por ramo de actividade segundo o sexo	34
10	Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por dimensão	35
11	Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por forma jurídica em 2002	36
12	Componentes do crescimento demográfico	37
13	Perspectivas da evolução da população residente em Cabo Verde	38
14	Evolução da Taxa de Alfabetização por ilha	40
15	Distribuição percentual dos indivíduos por nível de instrução e académico	41
16	População de 4 anos ou mais por ilha segundo o nível de instrução por Ilha	42
17	Acesso à água, saneamento, energias domésticas, acesso à comunicação e posse de equipamentos por ilha	48
18	Evolução da população activa, empregada e desempregada	58
19	População empregada por grupo etário, segundo a ilha	61
20	Distribuição da população ocupada por nível de instrução	62
21	Distribuição percentual da população ocupada por ramo de actividade económica segundo a ilha	63
22	Idade média e nível de instrução	64
23	Distribuição da população ocupada por ramo de actividade por sexo	65
24	Nível de instrução da população ocupada por ramo de actividade	65
25	Distribuição percentual da população ocupada por ramos de actividade económica segundo a situação na ocupação	66
26	Distribuição percentual da população ocupada por ramos de actividade económica segundo a profissão	68
27	Distribuição percentual da população empregada por ramo de actividade segundo o regime de trabalho	69
28	Distribuição percentual da população empregada por ramo de actividade segundo o regime de trabalho	70
29	Actividades em que predomina o vínculo formal	70
30	Empregados das empresas privadas por grupo etário segundo a ilha	71
31	Distribuição percentual dos empregados das empresas privadas por nível de instrução segundo a ilha	72
32	Principais actividades económicas da administração pública segundo a ilha	72
33	Distribuição percentual da população ocupada na administração pública (empregador) por tipo de profissão segundo a ilha	73
34	Quadro 35 Distribuição percentual da população ocupada na administração Pública (empregador) por regime de trabalho segundo a ilha	73
35	Distribuição percentual da população ocupada na administração pública (empregador) por tipo de vínculo segundo a ilha	74
36	Distribuição percentual dos empregados da administração pública por nível de instrução	

	segundo a ilha	74
37	Empregados da administração pública por sexo segundo a ilha	75
38	Distribuição percentual dos empregados do comércio por regime de trabalho segundo a ilha	76
39	Distribuição percentual dos empregados do comércio por regime de trabalho segundo o tipo de vínculo	77
40	Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por profissão segundo a ilha	77
41	Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por profissão segundo a ilha	78
42	Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por situação na ocupação segundo a ilha	78
43	Tempo médio de trabalho semanal por ramos de actividade	79
44	Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por tipo de vínculo segundo a ilha	79
45	Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por profissão segundo o tipo de vínculo laboral	80
46	Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por profissão segundo a ilha	81
47	Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por nível de instrução segundo a ilha	81
48	Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por grupo etário e idade média segundo a ilha	82
49	Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por situação na ocupação segundo a ilha	82
50	Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por situação na ocupação segundo a ilha	83
51	Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por tipo de vínculo segundo a ilha	83
52	Distribuição percentual dos desempregados por situação anterior segundo a ilha	84
53	Desempregados que já trabalharam, peso na população activa e na população desempregada segundo a ilha	84
54	Desempregados que já trabalharam, por duração no desemprego segundo a ilha	85
55	Desempregados que já trabalharam, peso na população activa e na população desempregada segundo a ilha	86
56	População empregada e desempregada com menos de 25 e de 35 anos segundo a ilha	86
57	Desempregados que já trabalharam por profissão segundo a ilha	87
58	Desempregados que já trabalharam e empregados por segundo o nível de instrução e a ilha	88
59	Desempregados que já trabalharam por principal meio de vida segundo a ilha	89
60	População activa, empregada e desempregada. Taxa Líquida de Actividade e Taxa de Desemprego segundo a ilha	89
61	Taxa de Desemprego por ilha segundo o grupo etário	90
62	População empregada e desempregada com menos de 25 e de 35 anos segundo a ilha	91
63	Distribuição percentual dos desempregados que já trabalharam por razão de perda de emprego segundo a ilha	92
64	Distribuição percentual dos desempregados que já trabalharam por ramo de actividade segundo a razão de perda de emprego	93
65	Distribuição percentual dos desempregados por atitude face à procura de emprego segundo a ilha	94
66	Distribuição percentual dos desempregados por razão de não ter encontrado trabalho	

	segundo a ilha	94
67	Distribuição percentual dos desempregados que deixaram de procurar emprego por duração da decisão segundo a ilha	95
68	Distribuição dos desempregados que nunca assistiram a uma formação segundo a ilha	95
69	Distribuição dos desempregados que nunca assistiram a uma formação por principais razões segundo a ilha	95
70	Desempregados que procuram emprego e que consideram ter condições para criar o próprio negócio segundo a ilha	96
71	Principais razões para não ter condições para criar o próprio negócio, conhecimento de centro de emprego e de instituição de micro-crédito e eventual recurso a micro-crédito segundo a ilha	96
72	Desempregados que procuram emprego e que desejam fazer curso superior por área de formação segundo a ilha	98
73	Distribuição percentual dos empregados que procuram emprego por disponibilidade para trabalhar numa ilha segundo a ilha	99
74	Crescimento do PIB e do emprego	100
75	Nível de conhecimento dos centros de emprego	105
76	Notoriedade dos centros de emprego nas outras ilhas	105
77	Recurso à Internet para a procura de emprego	108
78	Porque razão nunca recorreu à Internet?	109
79	Alguma vez recorreu ao micro-crédito?	109
80	Conhece instituição de micro-crédito?	110
81	Entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região	114
82	Entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região	115
83	População empregada, entradas e saídas de trabalhadores migrantes por ilha	116
84	População empregada, entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região	117
85	População empregada, entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região	118
86	Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões – Censo 2000	118
87	Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões	119
88	Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões	120
89	Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões	120
90	Entradas, saídas, saldo migratório, índices de retenção, de entradas de saídas, de migração líquida e de eficácia. Censo 2000	121
91	Entradas, Saídas, Saldo migratório, índices de retenção, de entradas de saídas, de migração líquida e de eficácia. ISE 2006	123
92	Elementos do perfil sócio-demográfico dos trabalhadores Migrantes	124
93	Distribuição da população ocupada da Praia por sexo segundo o estatuto face à migração	125
94	Distribuição da população ocupada da Praia por grupo etário segundo o estatuto face à migração	125
95	Distribuição da população ocupada da Praia por nível de instrução segundo o estatuto face à migração	126
96	Distribuição da população ocupada da Praia por estado civil segundo o estatuto face à migração	126
97	Distribuição da população ocupada do Sal por grupo etário segundo o estatuto face à migração	127
98	Distribuição da população ocupada do Sal por nível de instrução segundo o estatuto face à migração	127

99	Distribuição da população ocupada do Sal por estado civil segundo o estatuto face à migração	128
100	Distribuição da população ocupada de São Vicente por sexo segundo o estatuto face à migração	128
101	Distribuição da população ocupada de São Vicente por grupo etário segundo o estatuto face à migração	129
102	Distribuição da população ocupada de São Vicente por nível de instrução segundo o estatuto face à migração	129
103	Distribuição da população ocupada de São Vicente por estado civil segundo o estatuto face à migração	130
104	Participação dos migrantes nas principais actividades económicas	131
105	Participação dos migrantes nas principais profissões	132
106	Participação dos migrantes nas principais actividades económicas	133
107	Valor acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015	135
108	Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015	136
109	Valor acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015	137
110	Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015	137
111	Valor acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015	138
112	Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015	138
113	Valor acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015	139
114	Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015	139
115	Valor acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015	141
116	Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015	141
117	Valor acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015	142
118	Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015	142
119	Balanço perspectivo do emprego gerado por ilha no horizonte de 2011	144
120	Balanço perspectivo do emprego gerado por ilha no horizonte de 2015	144
121	Segundo balanço perspectivo do emprego gerado por ilha em 2015	145
122	Repartição especial do emprego em 2006, 2011 e 2015	146

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1	<i>Varição anual das importações entre 2001 e 2006</i>	21
---	--	----

2	<i>Indicador de Clima Económico</i>	22
3	<i>Procura turística. Evolução das entradas de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico – 1995 a 2006</i>	23
4	<i>Evolução das receitas e despesas correntes entre 2000 e 2006</i>	25
5	<i>Exportação de bens e de serviços. 2000 a 2006</i>	25
6	<i>Evolução da balança de serviços, das receitas com viagens e das remessas dos emigrantes, 2000 a 2006</i>	26
7	<i>Evolução dos recursos (oferta.) 1990 a 2004</i>	28
8	<i>Evolução das utilizações (procura). 1990 a 2004</i>	28
9	<i>Estrutura da procura em 1990, 1995, 2000 e 2004</i>	29
10	<i>Estrutura do PIB ao custo dos factores na óptica do rendimento entre 1990 e 2004</i>	30
11	<i>Evolução da estrutura da oferta de 1990 a 2004</i>	31
12	<i>Evolução da população residente em Cabo Verde. 1940 a 2020</i>	37
13	<i>Taxa de alfabetização de adultos (15 -49 anos) segundo o meio de residência e sexo, QUIBB - CV 2006</i>	39
14	<i>Incidência profundidade e intensidade da pobreza dos agregados familiares por sexo do chefe. IDRF 2001/02</i>	43
15	<i>Incidência pobreza em Cabo Verde em 2001/02</i>	44
16	<i>Incidência, profundidade e intensidade da pobreza, IDRF 2001-02</i>	45
17	<i>Incidência, profundidade e intensidade da pobreza por sector de actividade. IDRF 2001/02</i>	46
18	<i>Repartição (em %) dos agregados que se consideram pobres segundo o meio de residência, QUIBB-CV 2006</i>	45
19	<i>Repartição espacial da população activa, ISE 2006</i>	58
20	<i>Repartição espacial da população desempregada, ISE 2006</i>	58
21	<i>Taxa Líquida de Actividade e Taxa de Desemprego por sexo. ISE 2006</i>	59
22	<i>Ramo de actividade económica dos desempregados que já trabalharam</i>	88
23	<i>Idade média dos empregados e dos desempregados por ilha. ISE 2006</i>	91
24	<i>Nível de instrução dos desempregados por grupo etário. ISE 2006</i>	92
25	<i>Classificação das regiões segundo o grau de repulsão e de atracção. Censo 2000</i>	122
26	<i>Classificação das regiões segundo o grau de repulsão e de atracção. ISE 2006</i>	124

0 - SÍNTESE EXECUTIVA

1. Ser empregado significa ter trabalho numa actividade económica, ou seja ter uma ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadoria ou benefícios como alojamento, alimentação, vestuário ou

mesmo formação, na produção de bens e serviços. Inclui ocupação remunerada em dinheiro ou espécie no serviço doméstico, mas também a ocupação na produção de bens e serviços enquanto membro do agregado familiar, sem remuneração como na agricultura. Em Cabo Verde, o mercado de trabalho é profundamente marcado por uma componente forte de desemprego estrutural, nomeadamente por a agricultura ser ainda o principal empregador, mas sobretudo pela insuficiência da procura agregada, ou seja o volume da actividade económica é insuficiente e não cresce a ritmo suficiente para absorver a mão-de-obra disponível. Nos últimos 16 anos temos conhecido também períodos de desemprego cíclico, nos períodos de baixo crescimento como foi o período 2001-2004, inclusive com o abrandamento do consumo final. Porque a maior parte das explorações agrícolas são do tipo familiar e de sequeiro, parte da força de trabalho passa a situação de desemprego quando terminam os trabalhos da agricultura de sequeiro e integra assim o contingente do desemprego sazonal do País.

2. Em 2006, a população activa era de 183.254, ou seja, mais 61.190 activos de que 16 anos antes e 11.941 acima do volume da força de trabalho de 2000. Dos activos, 149.680 são ocupados e 33574 desempregados, o correspondente a uma Taxa de Desemprego de 18,3%. Santo Antão é a ilha com maior incidência do desemprego pois ali 27 de cada 100 activos estão no desemprego e segue-se a ilha de São Vicente com uma Taxa de Desemprego de 25%, ou seja também superior à média nacional. Sal é a ilha com menor Taxa de Desemprego (9%). Na década de noventa a Taxa de Desemprego reduziu de cerca de oito pontos percentuais situando-se em 17% no ano 2000, a que se seguiu um período de agravamento, atingindo 24% em 2005 ou seja quase o mesmo nível de 1990, seguido de uma redução sensível para 18% em 2006.

3. O elevado ritmo de crescimento económico da década de 90, de cerca de 6,8% ano acompanhou-se de forte redução do desemprego mas terminou com profundos desequilíbrios macroeconómicos. Assim a presente década iniciou com medidas restritivas visando restabelecer os principais equilíbrios macroeconómicos, que marcaram um ciclo (2001-2004) de abrandamento do crescimento económico (4,7% ano), completamente ultrapassado a partir de 2005, em ambiente de estabilização macroeconómica e de melhoria progressiva do nível de confiança e do clima de investimentos passando a economia a crescer em média cerca de 8,6% ano.

4. O nível de confiança dos operadores económicos é elevado e o clima económico é favorável, situando-se em terreno positivo e muito acima da média dos últimos 23 trimestres. O turismo vem ganhando terreno em Cabo Verde, muito embora persistam os problemas estruturais do lado da oferta designadamente a concentração geográfica, em termos de mercados emissores como de tipo de turismo oferecido. Cabo Verde tinha em finais de 2006 uma capacidade de alojamento de 10450 lugares, e recebeu cerca de 281mil hóspedes, com grande concentração no Sal e nos hotéis. Porém o País conhece uma procura sem precedentes para a realização de investimentos, especialmente no domínio do turismo.

5. Nos últimos 24 anos, o peso das remunerações, a parte da riqueza nacional (PIB cf) apropriada por aqueles que oferecem a força de trabalho, não cresceu e tem antes tendência decrescente passando de 43% em 1980 a 40% em 2004. Disto se pode inferir existir algum espaço de crescimento do emprego e das remunerações, sem comprometer a estabilidade dos preços e a capacidade de investimento e, a prazo, o crescimento económico. *É o espaço de acção para as políticas activas de emprego que devem incluir a formação profissional e que aliadas à expansão do volume da actividade económica poderão fazer expandir a oferta de emprego, sendo esta a aspiração primeira dos cabo-verdianos como atestam estudos recentes.*

6. O aumento do emprego arrastou consigo o aumento do volume global das remunerações mas também ocorreram melhorias sensíveis. A remuneração média por trabalhador passou de 94164 escudos ano em 1990 a 215986 escudos ano em 2006, ou seja cresceu cerca de 6% ao ano, no período 1990 - 2000 e 4% ano no período 2000 - 2006. O crescimento da remuneração média por trabalhador não resulta apenas dos aumentos salariais concedidos, pois nunca houve aumento salarial nessa ordem.

Deve-se, também em parte, ao efeito da elevação do nível de qualificação da mão-de-obra, como se pode aferir por exemplo, pelo facto de em 2006, cerca de 35% da população ocupada ter o nível secundário ou mais, cerca seis pontos percentuais acima da média do ano 2000.

7. Ganhos visíveis de produtividade foram conseguidos em alguns sectores com especial destaque pelas «Actividades financeiras», mas também na «Construção» e na «Indústria e energia». Ganhos de produtividade foram também conseguidos no próprio «Sector público» que passou a ocupar o segundo lugar em termos de crescimento do VAB/trabalhador, em especial nos últimos quatro anos. Contudo para estes ganhos contribuíram os trabalhadores, mas também certamente outras componentes, como o investimento em tecnologia.

8. Em Cabo Verde cerca de 64% do rendimento das famílias provém do trabalho. O emprego é, assim, uma forte determinante do rendimento e por consequência da pobreza. A política do emprego deve considerar não apenas a dimensão da geração do emprego, mas também a remuneração condigna, pois cerca de 29% da população empregada é pobre. A actividade económica determina de forma substancial a propensão para ser pobre. É entre os trabalhadores da «Agricultura e das pescas» que existe maior propensão para ser pobre. Cerca de 1/3 dos pobres trabalham nesse sector, seguidos dos que trabalham nas actividades de comércio e da construção civil. A agricultura, o comércio e a construção geram cerca de 56% do emprego a nível nacional. Fogo é a ilha mais dependente dessas actividades, (77%) seguida das ilhas de Santo Antão e de Santiago, com 57% e 58%, respectivamente. Os empregados pobres (29%) são sobretudo indivíduos que trabalham no sector primário, caracterizado pela precariedade dos empregos e por baixos salários.

9. O emprego é um direito legalmente instituído a todos os cidadãos, cabendo aos órgãos públicos de soberania promover condições para o seu exercício efectivo. Cabo Verde ratificou as principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) foi criado em 1994, está sob a tutela do Ministério de Emprego e Qualificação e é a entidade que tem como atribuições a promoção do emprego e o desenvolvimento da formação profissional assegurando inclusive o secretariado do Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional e a gestão do Fundo de Promoção do Emprego e Formação. O Conselho de Concertação Social é a instância de discussão das reivindicações trabalhistas, e os conflitos laborais são geralmente redimidos ao nível da Direcção Geral do Trabalho com recurso para os tribunais.

10. O trabalho informal ocupa um lugar cimeiro no mercado de emprego. Assim, dos 149.680 ocupados em 2006, cerca de 105.295, ou seja 70% do universo dos empregados, trabalhavam sem contrato, e assim sem qualquer vínculo formal. Pelo menos 95% das empregadas domésticas não têm qualquer vínculo formal. É no sector financeiro que existe menor precariedade laboral, onde apenas 7% dos empregados não têm vínculo formal. A importância do trabalho informal sugere que as políticas de emprego em Cabo Verde tenham como referência a agenda do trabalho decente da OIT, visando assim a promoção do emprego formal ou informal com remuneração condigna, e previdência social.

11. Em 2006 residiam em Cabo Verde 292.858 pessoas de idade igual ou superior a 15 anos, serão 343.435 no horizonte desta legislatura (2011) e 370.194 no horizonte do Plano Nacional de Emprego (2015). Admitindo que a Taxa Líquida de Actividade tenderá a aumentar para convergir, no horizonte do PNE, com o nível actual da ilha do Sal (72%), a população activa do país atingirá 238.391 indivíduos em 2011 e 267.253 em 2015. Cerca de 68 mil novos activos entrarão para o mercado de trabalho até 2015, sendo 39 mil até 2011 e 29 mil no período subsequente. Para se reduzir a Taxa de Desemprego a um dígito, realizando a meta do Governo, reafirmado no âmbito do Acordo de Concertação Estratégica, deverão ser criados cerca de 54 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2011 podendo assim, a Taxa de Desemprego atingir 5,3% no horizonte do PNE. Isto significa criar cerca de 90 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2015, ou seja uma geração média de cerca de 11 mil

novos postos de trabalho por ano até 2011, e de cerca de 9 mil novos postos de trabalho no período subsequente do plano.

Realizar esta meta no horizonte do PNE pressupõe a geração de cerca de 44 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2011 e cerca de 81 mil novos empregos permanentes de 2007 a 2015. Realizá-la em 2013 ou seja entre o fim da legislatura e o horizonte do PNE pressupõe a geração de cerca de 68 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2013, ou seja, em média cerca de 10 mil novos empregos permanentes por ano, nesse período e cerca de 16 mil no período subsequente do PNE, situando a Taxa de Desemprego em 7,7% no horizonte do PNE.

12. Em Outubro de 2006, 149.684 cabo-verdianos de idade igual ou superior a 15 anos estavam ocupados, ou seja eram considerados empregados. Estes garantem o trabalho necessário à geração de riquezas e auferem ou não uma ou outra remuneração, são os principais promotores da inovação e do crescimento económico. Os empregados cabo-verdianos são maioritariamente homens (55%) e relativamente jovens, pois têm, em média, 37 anos de idade. Os do «Alojamento e Restauração» são os mais jovens, com uma média de 31,8 anos, e metade deles tem menos de 28 anos. Os empregados dos “Serviços às Empresas” e das “Actividades Financeiras” são os mais velhos, com uma média de 46,9 e 40,3 anos respectivamente.

13. Os empregados tem em geral baixo nível de instrução, pois a grande maioria (61%) possui nível equivalente ao Ensino Básico, cerca de 29% possui o nível secundário e apenas 4% tem nível superior. «Agricultura e pescas» constituem o ramo de actividade que lidera a geração de emprego, com cerca de 30% do emprego e segue-se o comércio, com 16% e a construção com 9%. Juntos, estes três ramos de actividade geram a maioria (55%) do emprego no País. Na «Agricultura e Pescas» estão ocupados, sobretudo, trabalhadores não qualificados (54%) e agricultores e pescadores (45%) enquanto que cerca de 32% e 26% dos empregados da «Saúde» e da «Educação» são especialistas, confirmando assim o facto destes serem os sectores de concentração da elite intelectual cabo-verdiana.

14. Regra geral, os empregados em Cabo Verde trabalham a tempo inteiro sendo o regime de trabalho de 78% destes. Um dos traços marcantes do mercado de trabalho em Cabo Verde e sobretudo da oferta de emprego é a precariedade do vínculo. Cerca de 70% dos empregados cabo-verdianos trabalham sem contrato. Em Cabo Verde, as empresas privadas já são, o maior gerador de emprego para terceiros, tendo ocupado em 2006 cerca de 37.512 pessoas, ou seja, ¼ dos empregados. De cada 100 pessoas ocupadas pelas empresas privadas, 69 são homens e 31 são mulheres. Os empregados das empresas privadas são relativamente jovens e têm, em média 31,6 anos, ou seja, cerca de 6 anos abaixo da idade média da população ocupada.

15. A actividade «Agricultura e Pescas» é a maior geradora de emprego com cerca de 45.125 pessoas ocupadas, o equivalente a 30% do emprego. Com 23.930 empregados, o «Comércio» é a segunda actividade económica em matéria de geração de emprego, com 16% do total do emprego nacional», mas integra o grupo de actividades cujos trabalhadores são menos qualificados. Cerca de 58% dos ocupados do “Comércio” tem nível de instrução equivalente ao ensino básico.

16. «Alojamento e Restauração» emprega cerca de 4.411 pessoas e destas, 2.790 são do sexo feminino, o equivalente a cerca de 63% do universo. Os empregados desta actividade têm, em média, 31,8 anos e metade deles tem menos de 28 anos. São assim, em média, os trabalhadores mais jovens, e isto se deve ao facto de se tratar de uma actividade emergente. Infelizmente, não se pode conjugar, neste caso, a juventude com o elevado nível de instrução, pois a maioria (52%) do pessoal dessa actividade possui nível básico. No “Alojamento e Restauração” trabalha-se, em média, 43,8 horas por semana, cerca de 3,8 horas semanais acima do estipulado pelo regime jurídico das relações de trabalho.

17. Os «Transportes e Comunicações» geram cerca de 1/5 do Produto Interno Bruto e empregam cerca de 8.400 pessoas, das quais 6.940 são homens, equivalente a cerca de 83% do universo dos trabalhadores deste ramo de actividade. Os empregados dos “Transportes e Comunicações” são relativamente jovens. Têm, em média, 34,9 anos, abaixo da idade média do conjunto dos trabalhadores nacionais que é de 37,3 anos.

18. Em 2006 cerca de 33.574 pessoas com idade igual ou superior a 15 anos estavam no desemprego e destes, 18.226 residiam na ilha de Santiago. Cerca de 18.095 indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos são desempregados mas tinham emprego antes e perderam-no há cinco anos ou menos e estes representam cerca de 10% da população activa e cerca de 53% do universo dos desempregados. Os desempregados que já trabalharam têm, em média 29,2 anos de idade, ou seja são mais jovens do que a população empregada.

19. O estudo sobre a duração no desemprego sugere a necessidade de se estabelecer prioridades na focalização das populações desempregadas e, sobretudo, acções diferenciadas, nomeadamente de reabilitação e de resgate dos desempregados de longa duração. Em média, após 50 semanas de desemprego do chefe, as famílias cabo-verdianas têm elevada possibilidade de se tornarem pobres, mas as famílias do grupo «Não pobre baixo», ou seja cujo consumo anual per capita é superior a 43.250\$00 (limiar da pobreza) e inferior ou igual a 144.167\$00, tornam-se pobres logo após 42 semanas de desemprego do chefe. 3 em cada 4 de desempregados estão nessa situação há 5 anos ou menos e 6 em cada 10, nos últimos 12 meses. Os últimos 12 meses foram de geração de emprego que levou à redução da taxa de desemprego, mas também à geração da maior parte do desemprego actualmente existente. Do total da população desempregada que já trabalhou, cerca de 83% perdeu emprego nos últimos 5 anos, 57% perdeu nos últimos 12 meses e 52% perdeu emprego nos últimos nove meses.

20. Os desempregados que já trabalharam são relativamente mais jovens mas também mais instruídos do que os actuais empregados. As políticas e acções de promoção do emprego devem focalizar, com sentido de prioridade, as ilhas com maior contingente de desempregados. 54% dos desempregados estão na Ilha de Santiago, 25 em São Vicente, 13 em Santo Antão, 5 no Fogo e 3 residem no Sal.

21. Em Cabo Verde o desemprego afecta particularmente os jovens. Assim se em média 18 em cada 100 activos estão no desemprego, 33 em cada 100 activos dos 15 – 24 anos estão nessa situação. A taxa de desemprego da população dos 25-34 anos é sensivelmente igual à média nacional. Os desempregados são relativamente mais jovens do que os empregados. Tem em média 27,7 anos, ou seja 9,6 anos a menos do que estes últimos e é nas ilhas de Santiago e do Fogo onde a diferença é mais acentuada (10,8 e 11,0 anos respectivamente). Os desempregados de São Vicente e de Santo Antão são os mais velhos, pois tem em média 27,9 e 29,5 anos respectivamente, todos acima da média nacional. Os desempregados de Cabo Verde são jovens mas também relativamente instruídos. Assim cerca 44% dos destes tem nível secundário (41%) ou superior (3%), cerca de nove pontos percentuais acima dos empregados.

22. O abrandamento da actividade económica e o ajustamento do mercado à concorrência e a procura de maior eficiência e competitividade são as causas principais do desemprego destes últimos anos. De cada 100 desempregados, 72 perderam emprego por redução da actividade (31%), falência/suspensão da actividade da entidade empregadora (25%), ou por fim de contrato (16%) e essas são as principais razões a nível das ilhas, exceptuando Sal. A redução da actividade a falência/suspensão da actividade da entidade empregadora e o fim de contrato são as causas principais do desemprego em quase todos os ramos de actividade, com especial realce para a «Saúde», as «Actividades financeiras», as «Organizações internacionais» mas também a «Administração Pública» como outros serviços». Exceptuam-se o «Alojamento e restauração» em que a maioria (51%) da perda de emprego deve-se a problemas disciplinares (28%) de doença (5%), a vontade própria (11%) ou outras razões que não as

relacionadas com a redução da actividade. Exceptua-se também as famílias com empregadas domésticas onde a perda de emprego deve-se sobretudo a problemas disciplinares (25%), a doença (13%), vontade própria (10%) e outras razões que não as relacionadas com a redução da actividade. Contudo o essencial (65%) da perda de emprego por redução de pessoal ocorreu na «Construção» (25%), na «Administração pública» (24%), na «Industria transformadora e electricidade» (8%) e no comércio (8%).

23. Os desempregados cabo-verdianos não se desencorajaram. Assim a grande maioria (81%) procurou emprego nos últimos meses, e assim ocorre em todas as ilhas. Este estudo também põe em evidência o facto da formação ser ainda um privilégio de poucos, mormente os desempregados que precisam de formação para aumentar as possibilidades de encontrar emprego, pois tem nível de instrução relativamente baixo e os que já trabalharam (que são maioria) exerciam, na sua grande maioria ocupações não qualificadas. Em Cabo Verde 26.908 desempregados e especialmente 22.466 que procuram trabalho nunca assistiram a uma formação, o equivalente a 80 e 82% do conjunto dos desempregados e dos que procuram emprego respectivamente. Pelo menos 61 em cada 100 desempregados e 60 em cada 100 desempregados que já trabalharam e que nunca fizeram uma formação foi por não terem conhecimento ou então porque não existe formação disponível (45 e 46% respectivamente) ou porque não procurarem ou não se interessarem (17 e 14%) respectivamente. Desejam fortemente deixar essa situação e para tanto estão dispostos a ir trabalhar numa outra ilha. De cada 100 desempregados que procuram emprego, 63 tem essa disponibilidade.

24. Dos desempregados que procuram emprego, apenas 10.483 consideram que tem condições de criar o seu próprio negócio, o equivalente a apenas 38% desse universo e desses, mas os do Fogo parece serem mais empreendedores, pois 61% dos desempregados à procura de emprego consideram que tem condições para abrir o próprio negócio. Contudo, 46 em cada 100 dos com maior espírito empreendedor encontram-se em Santiago e 34 em São Vicente.

25. Dos 27.323 desempregados que procuram emprego, cerca de 11.762 ou seja 43 em cada 100 desejam fazer um curso superior. Destes, 6030 estão na ilha de Santiago, o equivalente a 51%, cerca de 22% estão em São Vicente e os restantes nas outras ilhas. Cerca de 1.318 desempregados que procuram emprego desejam fazer um curso de engenharia, da civil à informática e esta é assim a primeira preferência. Seguem-se os cursos de professor (8%) de direito/advocacia (7%), de informática (7%). Estes são no geral os mais preferidos em todas as ilhas Tirando as engenharias, as preferências dos desempregados vão prioritariamente para os cursos de maior tradição em Cabo Verde e apenas 171 desses desejam formar-se no domínio do turismo e nenhum deles é da ilha do Sal. Importa assim discutir o grau de convergência entre as preferências dos desempregados e as ofertas formativas, mas sobretudo a convergência com o essencial que são as necessidades do mercado.

26. Entre 1990 e 2006, a população empregada passou de 89620 a 147.978 indivíduos, o equivalente a um crescimento médio anual de 3%, ou seja acima do ritmo de crescimento da população. O crescimento do PIB e do emprego entre 1990 e 2006 sugere algumas evidências, como exemplo o facto de que crescimento económico abaixo de 6% não parece aumentar o emprego a ponto de fazer baixar a Taxa de Desemprego. Os transportes e comunicações foram, na década de noventa o ramo de actividade económica que mais contribuiu para o crescimento de PIB com 27%, enquanto que os «Outros Serviços» são o que mais contribuiu para a geração de emprego (71,4%). Nos últimos seis anos (2000-2006), o «Comércio» foi a actividade económica que mais contribuiu para a geração de riqueza nacional (27%), mas não do emprego, pois a «Agricultura, Pescas e Silvicultura» que teve melhor performance em matéria de contribuição para a geração de emprego.

27. Migração é o resultado das diversas deslocações dos indivíduos, através dos diferentes espaços geográficos num determinado período de tempo, motivada, principalmente, por razões de ordem económica. Em Cabo Verde, onde cerca de 64% do rendimento das famílias provém do trabalho, a deslocação dos indivíduos de um concelho para outro, ou da sua ilha para outra, ou até para o

estrangeiro é uma constante. Em 2006, cerca de 21% dos trabalhadores residiam em locais diversos dos da sua residência anterior, cerca de 4 pontos percentuais abaixo do nível de 2000. Os trabalhadores que residiam anteriormente no estrangeiro representavam cerca de 7% da população ocupada, cerca de um ponto percentual abaixo do nível de 2000. No essencial a migração por motivos de emprego dirige-se de ilhas ou regiões com maior incidência de pobreza e desemprego para ilhas ou regiões com menor incidência e com maior oferta de emprego. Assim, a migração constitui uma poderosa estratégia de combate ao desemprego e de mitigação dos efeitos da pobreza.

28. Dos 27.335 desempregados que procuram emprego em 2000, 63% manifestaram disponibilidade para trabalhar noutra ilha. Os desempregados de São Vicente são os mais disponíveis a deixar a sua ilha por causa do emprego (80%) e os de Santiago são os menos disponíveis (53%). O interior de Santiago era a principal região de partida dos trabalhadores em 2000, seguido de Santo Antão e do Fogo. Cerca de 72% dos trabalhadores migrantes saíram do interior de Santiago (40%) ou de São Antão (32%) e, conjuntamente com a Ilha do Fogo constituíram a grande maioria (86%) dos trabalhadores migrantes das seis regiões estudadas. Entretanto, Santo Antão é a Ilha que sofre maior drenagem da mão-de-obra, onde a contribuição para o trabalhador migrante é cerca de 20 pontos percentuais acima da sua contribuição para o universo dos trabalhadores do país.

Dos trabalhadores que em 2000 trabalhavam fora da ilha onde residiam anteriormente, cerca de 36% residiam em S.Vicente, fazendo desta a primeira ilha de destino dos trabalhadores migrantes, seguida de Santiago (28%) e do Sal (17%). Juntas estas três ilhas receberam 81% dos trabalhadores migrantes. Entretanto, Praia está a afirmar a sua liderança enquanto concelho de destino de trabalhadores migrantes. Assim, o número de entradas de trabalhadores migrantes passou de 15.387 em 2000 para cerca de 23.667 em 2006. Dos trabalhadores migrantes internos, cerca de 13.387 entraram na Praia. Se a Cidade alberga apenas 26% da população empregada, ela recebeu cerca de 56% dos trabalhadores migrantes, o que faz dela, indiscutivelmente, a principal região de entrada dos trabalhadores migrantes, seguida de S.Vicente que, parece, estar a perder o seu grau de atracção. Assim diminuíram em termos absolutos as entradas (7.712 em 2000 para 7.452 em 2006) e, conseqüentemente, o peso relativo dos migrantes na população trabalhadora que passou de 39% para 32%. Sal é a ilha onde o peso dos migrantes entre a população trabalhadora é o mais expressivo. Mais de 2/3 dos trabalhadores dessa ilha residiam antes numa outra ilha do País. Seguem-se-lhe S.Vicente (44%), Boavista (32%) e Maio (25%).

29. Dos 35.504 trabalhadores migrantes em 2006 das cinco regiões em análise, cerca de 19.405 provieram do interior de Santiago, o equivalente a cerca de 55% das saídas, cerca de 15 pontos percentuais acima do nível de 2000. O interior de Santiago é, assim, a principal região de partida dos trabalhadores, seguida de Santo Antão (25%) e do Fogo (10%). Dos 23.081 trabalhadores migrantes em 2000, cerca de 7.585 provieram de S.Antão, o equivalente a cerca de 1/3 do contingente das partidas de trabalhadores para outras ilhas. Santo Antão era assim a principal ilha de partida dos trabalhadores migrantes, seguida de S.Vicente, de Santiago e do Fogo. Essas 4 ilhas forneciam, pelo menos, 82% dos trabalhadores migrantes.

Em 2006, S.Vicente, Sal e Praia continuam sendo regiões com saldos migratórios de trabalhadores positivos, ou seja que vão ganhando trabalhadores migrantes provenientes de outras regiões, enquanto S.Antão, Interior de Santiago e Fogo continuam com saldos negativos, ou seja perdendo trabalhadores no processo migratório.

30. A análise do nível de atracção e repulsão e da eficácia em 2006 sugerem dinâmicas expressivas nos últimos seis anos. Assim, agravaram-se de forma expressiva os índices de saída de S.Antão e do Interior de Santiago em cerca de 5 e 8 pontos percentuais, respectivamente, tornaram essas regiões ainda mais repulsivos para os trabalhadores do que já eram em 2000. No Interior de Santiago o fenómeno se regista de forma mais acentuada, certamente pelo aumento do desemprego, associado ao aumento de oportunidades de emprego e de realização profissional noutras regiões. O mesmo se pode aduzir para

S.Antão. Muito embora tenha aumentado a escassez de emprego em S.Vicente, ilha de destino por excelência dos migrantes de S.Antão continua sendo S.Vicente. Aliás esta última viu crescer o seu índice de saídas pelas razões acima referidas. Praia, Sal e S.Vicente continuam sendo as regiões mais atractivas com índices de entrada de 60%, 58% e 32% respectivamente. Merece especial destaque o caso da Praia, cujo índice de entradas cresceu cerca de 12 pontos percentuais, acentuando a sua liderança enquanto região mais atractiva para os trabalhadores migrantes cabo-verdianos. Merece também realce o caso do Fogo onde o nível de repulsão reduziu-se de forma sensível, tendo o respectivo índice de saída passado de -26% para -21% nesses seis anos, o que pode explicar-se pela expansão considerável da oferta de emprego na região, resultando numa redução expressiva do desemprego.

31. Num primeiro cenário, de manutenção do mesmo peso dos grandes ramos de actividade, de crescimento da economia até 2015 à média do previsto pela Direcção-Geral do Planeamento para o período 2006 - 2010 e com um deflactor do PIB igual à média dos do consumo e do investimento, prevê-se que o número de empregos gerados passe de cerca de 163 mil em 2006 para 168 mil em 2011 e para 193 mil em 2015. Neste cenário o ritmo de geração de emprego estará muito aquém da demanda, pelo que iria aprofundar-se o défice de empregos. A Taxa de Desemprego atingiria cerca de 29% em 2011, e 28% em 2015, níveis esses que não favorecem a redução da pobreza e das desigualdades, e nem sequer são compatíveis com o crescimento de base alargada, assente no melhor aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos.

32. Num segundo cenário, de manutenção do mesmo peso dos grandes ramos de actividade, de crescimento da economia no período 2010-2015 à média do período 2006-2010 e com um deflactor do PIB igual à média dos do consumo e do investimento, o número de empregos gerados deverá passar de cerca de 163 mil em 2006 para cerca de 196 mil em 2011 e para 243 mil em 2015. O ritmo de geração de emprego será moderado e, por isso, insuficiente para reduzir a Taxa de Desemprego que será da ordem dos 17,9%, ou seja sensivelmente igual à de 2006, podendo atingir 9% no horizonte do PNE. Este ritmo de crescimento do emprego não será suficiente para realizar a meta assumida pelas autoridades cabo-verdianas e pelos parceiros sociais.

33. Num terceiro cenário, de crescimento da economia no período 2010 - 2015 à média do período 2006 - 2010 previsto pela Direcção geral do Plano e com um deflactor do PIB igual à média dos do consumo e do investimento, mas em que o Valor Acrescentado Bruto da Hotelaria e Restauração, que é hoje de cerca de 99 euros, atingiria em 2011 cerca de metade do valor das Canárias em 2002 (481,2 euros por turista) para convergir para esse valor em 2015 e, conseqüentemente uma alteração da contribuição dos outros ramos de actividade para o VAB, o ritmo de geração de emprego será relativamente elevado, devendo a Taxa de Desemprego situar-se em 12% em 2011 e em 9% em 2015. Trata-se de um cenário de redução gradual do desemprego, que realiza no horizonte do PNE (2015) a meta fixada pelo Governo e pelos parceiros sociais para 2011.

34. Num quarto cenário, em que os grandes ramos de actividade conservam o mesmo peso no âmbito do sector, a economia cresceria no período 2010-2015 à média do período 2006-2010, o deflactor do PIB seria igual à média dos do consumo e investimento e o sector secundário cresceria cerca de 8,7% em 2007, 6,2% até 2010 e cerca de 6,8% entre 2010 e 2015, o ritmo de geração de emprego será relativamente elevado devendo a Taxa de Desemprego situar-se em 15% em 2011 e 5% em 2015. Trata-se de um cenário tendencialmente de pleno emprego, no horizonte de 2015 e assim de elevado aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos, especialmente a partir de 2012.

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Introdução

Emprego é a relação estável e mais ou menos duradoura que se estabelece entre quem organiza o trabalho e quem o realiza. É uma espécie de contrato no qual quem possui os meios de produção paga a quem não os possui, mas que se disponibiliza para oferecer, a troco de um salário, o seu trabalho.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), considera-se empregada uma pessoa com idade igual ou superior a 15 anos e que se encontra numa das seguintes situações:

1. Trabalhou pelo menos uma hora nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, com vista a produção de bens ou serviços, mediante pagamento em dinheiro ou ajudou a um familiar na produção de bens e serviços, sem remuneração;
2. Não trabalhou mas tinha emprego durante o período de referência. Isto é, esteve em gozo de férias, licença de parto, em greve, etc.

O desemprego é um fenómeno social e económico característico das economias modernas, causado pelos desequilíbrios entre a procura e a oferta de mão-de-obra. Na mesma linha, considera-se o sub-emprego, situação que resulta do excesso de mão-de-obra face à disponibilidade de actividades.

No contexto de Cabo Verde, destaca-se duas formas de desemprego: O Estrutural e o Conjuntural.

O estrutural é o pior e é o que predomina em Cabo Verde. O crescimento económico, ou melhor, a ausência dele, é apontado como o principal responsável pelos altos níveis de desemprego. Naturalmente, se fosse possível manter elevadas taxas de crescimento económico por períodos relativamente longos, os países atenuariam o problema do desemprego. Entretanto, como está demonstrado, o crescimento da economia ocorre em ciclos. Por isso, a resolução do problema de desemprego pela via do crescimento económico seria sempre uma situação conjuntural. Por outro lado, o desemprego que resulta da modernização do processo produtivo não se resolve apenas pelo crescimento económico. Uma das causas mais evidentes de desemprego estrutural em Cabo Verde é a falta de chuva, associada à pobreza do solo, factores que limitam a geração da actividade económica no meio rural.

A literatura divide o desemprego estrutural em três subgrupos: O Sazonal, o Tecnológico e a Incompatibilidade.

O desemprego sazonal é o que resulta da variação das actividades económicas que dependem de fenómenos sazonais. Em Cabo Verde pode-se apontar como exemplo o resultante da diminuição de ocupação nos trabalhos da agricultura no meio rural após o período das chuvas, o fim do período de pesca, etc. Começa-se, e será cada vez mais evidente, o desemprego que também resulta da sazonalidade da actividade turística. Embora preocupante em Cabo Verde, uma vez que a economia oferece ainda poucas alternativas, a literatura considera este tipo de desemprego pouco grave, uma vez que, sendo esperado, as pessoas normalmente arranjam outras ocupações para o período de baixa ocupação.

O desemprego tecnológico é o que resulta da introdução de uma nova tecnologia no processo de produção, seguida, geralmente, de desemprego dos profissionais da área.

Tido como o mais grave entre o desemprego estrutural, a incompatibilidade resulta do desequilíbrio permanente entre a oferta da força de trabalho e as necessidades de mão-de-obra na economia. Distinguem-se dois casos: (i) a qualitativa - situação em que coexistem, permanentemente, desempregados, em geral com baixo nível de capacitação e vagas não preenchidas de empregos que requerem outros níveis de qualificação. Esta situação cria o chamado “desemprego repetitivo”, resultante das mudanças constantes de emprego causadas pelo inadequado nível de qualificação profissional, e (ii)

a quantitativa - situação em que o nível de capital inserido na economia é insuficiente para absorver a mão-de-obra disponível ou que entra no mercado de trabalho, com carácter permanente.

É comum associar o desemprego estrutural ao sector industrial. Este sector evidencia mais a perda de postos de trabalho em consequência dos processos de modernização. Porém, isto ocorre também na agricultura e no sector de prestação de serviços.

O desemprego conjuntural é o que resulta da afectação de um factor de conjuntura num sector ou em todos os sectores de uma economia durante algum tempo. Pode resultar de um momento de recessão económica, de uma política económica que atinja um certo sector da economia, etc.

Em Cabo Verde o desemprego constitui um fenómeno estrutural, que decorre, essencialmente, das limitações naturais e climáticas para o desenvolvimento do sector primário, por um lado, e da fragilidade do sector secundário, por outro. Segundo os últimos dados oficiais, a taxa de desemprego continua elevada e era de 18,3% em 2006. O desemprego afecta sobretudo os jovens sem formação, mas atinge igualmente técnicos com formação média e superior. Por outro lado, a par da elevada taxa de desemprego, o país tende a tornar-se num país de imigração, atraindo tanto a mão-de-obra qualificada, como, e sobretudo, a não qualificada. A análise combinada desses factos atesta a incapacidade do país em qualificar a sua mão-de-obra para corresponder às demandas do mercado do emprego.

Entretanto, em articulação com o sector privado e as organizações da sociedade civil, começa-se a apostar na promoção da qualificação da mão-de-obra cabo-verdiana e, em particular, dos jovens, como estratégia de aumento da produtividade, da competitividade da economia, do combate ao desemprego, do aumento sustentável do rendimento e da erradicação da pobreza.

É assim que a formação e a qualificação profissionais começam a merecer prioridade do governo, conforme se atesta das medidas de política adoptadas e reflectidas, designadamente, através do aumento substancial de recursos afectos através do OGE, bem assim dos programas de cooperação com importantes parceiros internacionais, o que tem resultado num incremento, substancial, de capacidade de resposta dos Centros de Emprego e/ou de Formação Profissional, bem assim no surgimento de diversas iniciativas privadas nos domínios da formação técnica e capacitação profissional.

O Plano Nacional de Emprego, em processo de elaboração, visa dotar o país de um instrumento indispensável de planificação da demanda do emprego, numa perspectiva de médio e longo prazo. A formulação de um Plano Nacional de Emprego requer, por seu lado, um conhecimento rigoroso da situação actual do mercado do emprego e da sua tendência de evolução, tendo em conta as perspectivas de desenvolvimento do país, em toda a sua dimensão geográfica, mas igualmente económica e social. O presente Estudo/diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde visa corresponder a esta necessidade específica no quadro da elaboração do PNE e disponibilizar dados abrangentes e fiáveis sobre a situação actual do mercado de emprego em Cabo Verde e a sua tendência de evolução, atendendo as perspectivas favoráveis de desenvolvimento da economia cabo-verdiana nas próximas décadas, impulsionada, sobretudo, pela forte demanda de investimentos privados e elevado ritmo de infra-estruturação do país.

1.2. Objectivos do Estudo

O Plano Nacional de Emprego (PNE) será um documento definidor de uma estratégia de intervenção integradora da acção dos diferentes sectores e níveis de actividades, desde o sistema de planeamento nacional, o sistema de educação/formação, o quadro institucional que enforma o mercado de emprego, as políticas de dinamização do tecido empresarial e dos investimentos, o sistema fiscal e de financiamento da economia, o ambiente empresarial, as políticas públicas de promoção do emprego, entre outros, com vista ao cumprimento dos objectivos macro definidos pelo Programa do Governo da VII Legislatura.

O PNE irá dotar o país de um instrumento orientador e reunirá, em si, estratégias, programas e actividades a implementar em direcção aos objectivos de qualificação para o emprego e para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e da modernidade, dinamização do mercado e da economia e do acesso ao emprego, bem assim à sua manutenção.

Deste modo, o PNE será um instrumento de planificação da demanda do emprego, numa perspectiva de médio e de longo prazos. Entretanto, a sua formulação requer uma radiografia da situação actual da economia e do mercado do emprego, bem assim da sua tendência de evolução, tendo em conta as perspectivas de crescimento demográfico, desenvolvimento do país em toda a sua dimensão económica, social e política e dos movimentos migratórios.

Assim, o presente estudo/diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde visa corresponder a esta necessidade específica no quadro da elaboração do PNE e disponibilizar dados e informações sobre a tendência de evolução do mercado de emprego no horizonte do PNE, isto é, até 2015, baseando-se, para o efeito, nas perspectivas de desenvolvimento da economia cabo-verdiana nos próximos anos, nas alterações da taxa de actividade e da estrutura da economia cabo-verdiana e, conseqüentemente, da demanda da mão-de-obra, desenvolvimento esse que será impulsionado, sobretudo, pela forte demanda de investimentos privados e pelo elevado ritmo de infra-estruturação do país.

1.3. Termos de Referência

Os Termos de Referência (*TDR*) distribuídos indicam que o Ministério da Qualificação e Emprego pretende "...realizar um estudo/diagnóstico aprofundado sobre o mercado de emprego e o comportamento das variáveis que determinam as suas características e o seu comportamento, enquanto elementos-chave para a projecção de medidas de políticas a adoptar, a curto e médio prazo, com vista à sua dinamização e desenvolvimento de modo a corresponder aos objectivos de crescimento e redução da pobreza e do desemprego fixados no Programa do Governo para a VII Legislatura".

Especificamente, os *TDR* pedem que o estudo considere os seguintes aspectos:

1. A evolução macroeconómica de economia cabo-verdiana nos últimos anos e o projectado;
2. A análise dos sectores actuais (e potenciais) de crescimento;
3. A análise do mercado de emprego nos últimos anos, sua evolução e tendência;
4. A caracterização das perspectivas de desenvolvimento económico de Cabo Verde, ou seja, as tendências de crescimento, tendo em atenção os investimentos previstos, os postos de trabalhos prognosticados, e daí decorrentes, as Forças, as Oportunidades, as Fraquezas e Ameaças.
5. A caracterização dos sectores dinâmicos da economia cabo-verdiana, tendo em vista a Agenda de transformação económica do país.
6. A identificação das variáveis que determinam o comportamento actual do mercado de emprego e da economia e/ou possam contribuir para a sua transformação positiva ou negativamente.

Os *TDR* pedem, ainda, que a consultoria desenvolva as tarefas a seguir:

1. Promover encontros intersectoriais com vista à recolha de informações e dados que se mostrarem pertinentes à elaboração do estudo e partilha das conclusões do estudo;
2. Conduzir o processo de discussão pública do documento de diagnóstico, em articulação com a Unidade de Coordenação e Acompanhamento do PNE;

3. Participar nos encontros propostos pela UCA do PNE e pelo MQE;
4. Participar no processo de consulta pública e validação do PNE.

Foi tendo em conta essas balizas estabelecidas pelo Ministério da Qualificação e Emprego enquanto do Estudo e os elementos adicionais incorporados na proposta técnica e absorvidos pela UCA do PNE que a CESE - Estudos & Consultoria, Lda., desenvolveu o presente estudo.

1.4. Metodologia

Trabalho realizado por fases

A elaboração deste estudo obedeceu três momentos distintos, seguindo a seguinte metodologia:

Momento I: Recolha e análise dos dados de caracterização macroeconómica e do mercado de trabalho

Este primeiro momento consistiu no levantamento e na análise de estudos e informações estatísticas relevantes a respeito da situação macroeconómica do país, da evolução do mercado do trabalho e do emprego, da situação do mercado de formação técnica e profissional, bem como das projecções de crescimento económico feitas por instituições nacionais internacionais, designadamente pelo Ministério das Finanças e Plano, Banco de Cabo Verde, Fundo monetário Internacional, Banco Mundial e Agências do sistema das Nações Unidas. De igual modo, fez-se o levantamento do material bibliográfico relevante existente para este tipo de estudo, tanto referente á abordagem teórica e metodológica, como de situações comparadas.

Esta fase comportou, no essencial, seis etapas:

Etapa 1. Delineamento do percurso do estudo, designadamente, os procedimentos, os resultados esperados para cada etapa, bem assim os momentos - chave de avaliação do seu progresso;

Etapa 2. Levantamento de informações estatísticas relevantes sobre a evolução macroeconómica do país e de caracterização e comportamento do mercado de trabalho e de emprego;

Etapa 3. Levantamento de alguma bibliografia teórica e estudos de caso sobre a problemática do emprego;

Etapa 4. Análise e pré-tratamento de toda a documentação e estatísticas recolhidas;

Etapa 5. Identificação das fontes adicionais de informação, elaboração de instrumentos de recolha de informações e realização de entrevistas;

Etapa 6. Tratamento, sistematização e análise dos dados recolhidos.

Momento II: Análise cruzada das informações recolhidas e elaboração da primeira versão do estudo/diagnóstico

Este momento consistiu na elaboração do diagnóstico do mercado do trabalho e emprego e suas determinantes, bem assim da definição das tendências de curto, médio e longo prazos.

ele resumiu-se nas seguintes etapas:

Etapa 1. Análise sistemática e integrada das informações recolhidas durante o primeiro momento, elaboração do diagnóstico da situação dos últimos anos e ensaio de interpretação sobre a tendência de evolução. A interpretação dos dados permitiu captar os factores que em função de contextos específicos explicam a situação. Permitiu ainda identificar variáveis tidas em conta na análise prospectiva;

Etapa 2. Com base no resultado da etapa anterior e das projecções de crescimento macroeconómico e dos investimentos público e privado previstos e estimados/projectados para os próximos anos, salvaguardando os impactos das tendências mundiais, procedeu-se à análise prospectiva tanto da evolução potencial da economia cabo-verdiana como do mercado de emprego, com base na identificação dos sectores económicos portadores da dinâmica do desenvolvimento em cada fase e que, nesse contexto, surgirão como de maior empregabilidade, bem como as profissões e os níveis de qualificação necessários para atender as necessidades de crescimento económico;

Etapa 3. Na sequência das actividades desenvolvidas na etapa anterior, fez-se uma análise das principais políticas públicas com impacto sobre o mercado de emprego (económicas, de formação e de emprego);

Etapa 4. Elaborou-se a versão preliminar do estudo/diagnóstico e prospectivo.

Momento III: Recolha de subsídios para a conclusão do estudo/diagnóstico e prospectivo

Este momento consistirá na apresentação e discussão do estudo/diagnóstico e prospectivo da situação do mercado de emprego em Cabo Verde, nas modalidades e condições que vierem a ser estabelecidas pela Unidade de Coordenação e Acompanhamento do PNE e tem como propósito recolha de subsídios para a melhoria do estudo e preparação da sua versão final.

2. PROBLEMÁTICA DO EMPREGO EM CABO VERDE

Para as economias menos consolidadas, pouco desenvolvidas, dependentes e vulneráveis, como é o caso da de Cabo Verde, uma das grandes apostas das políticas de desenvolvimento consiste em satisfazer, por um lado, as necessidades de emprego, através de uma boa qualificação técnica e profissional para uma grande parte da população economicamente activa e desempregada e, por outro, as dos activos que carecem de melhoria profissional para garantirem estabilidade dos seus postos de trabalho.

Analisando a evolução do emprego em Cabo Verde pode-se certificar que, em termos gerais, o mercado de emprego cabo-verdiano é caracterizado por importantes desajustes que se traduziram, ao longo do tempo, na criação insuficiente de empregos, com taxas de desemprego jovem agravadas, nomeadamente, pela saída precoce do sistema formal do ensino, pelas assimetrias regionais, pelo baixo nível de habilitação profissional da população activa e por situações de falta de expectativa de uma parte importante de inactivos considerados, no conceito operacional de emprego, como desencorajados.

A análise do emprego deve ser feita no contexto do padrão de produção de bens e serviços. A estrutura da economia cabo-verdiana mudou muito no decurso dos últimos quinze anos, sendo actualmente visível a supremacia do sector privado e, nele, o dos serviços, e uma relativa estagnação do sector primário.

Nas décadas de oitenta e noventa a economia cabo-verdiana conheceu um forte crescimento, resultado de investimentos, especialmente privados, realizados a partir de finais da década de noventa. Entretanto, decorrente de políticas económicas restritivas introduzidas em 2001 para fazer face aos desequilíbrios macroeconómicos registados em finais da década de 90, assistiu-se a uma desaceleração do

crescimento, ao ritmo de 4,7% ao ano no período 2001-2004. Contudo, nos anos subsequentes, novos ímpetus de crescimento económico emergiram, permitindo a retoma do ciclo de crescimento, elevando para 6,3% em 2005 e 10,8% (segundo as últimas projecções) em 2006. Estima-se que em 2007 a economia cresça cerca de 6,7%.

A redução do desemprego, como da pobreza e das desigualdades, foram objectivos importantes do governo entre 2001 e 2006.

A economia de Cabo Verde tem gerado empregos aquém do stock de desempregados de longa duração e dos novos activos que anualmente demandam o mercado de trabalho. Daí a manutenção de elevada taxa de desemprego, particularmente entre a população jovem.

A situação no meio rural é particularmente crítica, onde a problemática do emprego está intimamente associada à performance dos anos agrícolas, estes dependentes das precipitações, agravada pelo facto das populações mais pobres não terem acesso à terra ou cultivam terrenos de sequeiro pouco produtivos e marginais, incapazes de produzir o indispensável para as suas necessidades alimentares.

Aliás, tal situação leva a que, não obstante as reiteradas intenções de reconversão do emprego público no campo, os governos têm tido a necessidade de mitigar os efeitos do desemprego no meio rural fazendo recurso a trabalhos públicos de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), embora reconhecidamente de fraca produtividade, para assegurar um mínimo de rendimento às populações rurais mais afectadas.

No entanto, do ponto de vista da organização e da cultura a ele associada, da produtividade, da eficiência dos recursos gastos, bem assim dos salários praticados nos trabalhos com recurso às FAIMO, este não constitui uma solução para os problemas do desemprego e da pobreza.

A reduzida capacidade do sector produtivo do meio rural de absorver a força de trabalho provoca, o êxodo rural e, por consequentemente, uma enorme pressão sobre o mercado de emprego urbano.

O sector de serviços é o mais dinâmico e o que mais emprego gera, mas ainda não o suficiente para dar vazão à demanda do emprego.

Outrossim, a ausência de qualificação e, muitas vezes, até de instrução, constitui um factor fortemente limitativo de acesso ao emprego no sector de serviços, caracterizado pela sua elevada exigência de qualidade e de produtividade.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

3.1. Caracterização da economia

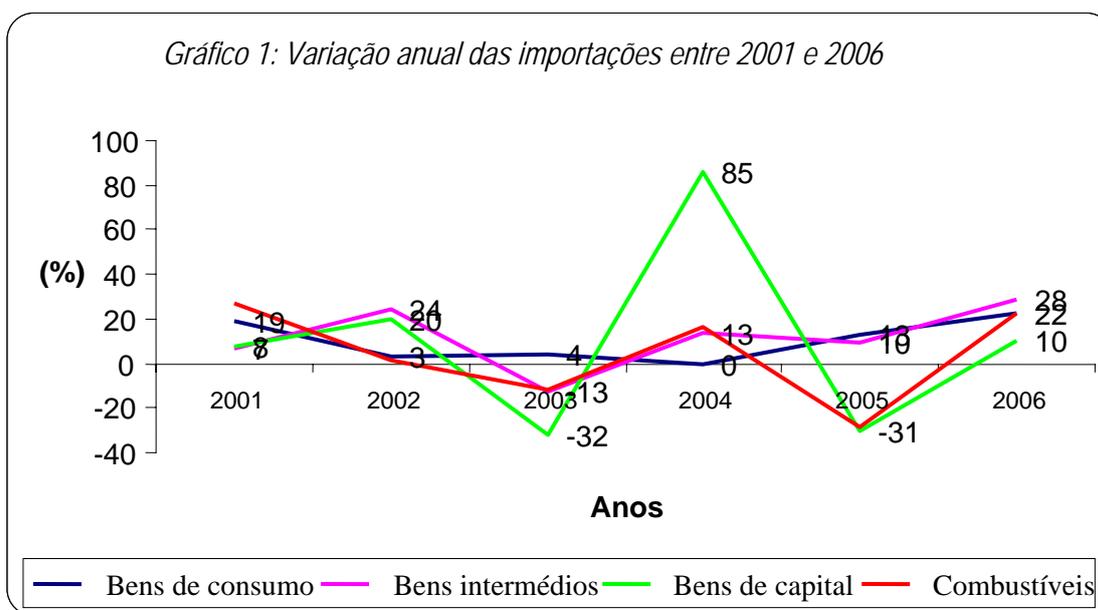
3.1.1. Situação macroeconómica e perspectivas de médio prazo

A década de 90 caracterizou-se por elevada taxa de crescimento do PIB, de cerca de 6,8% ano. Entretanto, a partir de 1998 os principais indicadores macroeconómicos começaram a emitir sinais de forte preocupação. Em 2000 a inflação situou-se em -2,4%, o défice público foi de 9,9% do PIB, a dívida externa efectiva era 55,7% do PIB, e as reservas cambiais cobriam 1,9 meses de importação. As medidas restritivas introduzidas a partir de 2001, visando restabelecer os principais equilíbrios macroeconómicos, começariam a surtir efeitos positivos a partir de 2004, ano em que termina o ciclo de abrandamento do crescimento económico. Com efeito, nos primeiros 4 anos desta década, o PIB cresceu, em média, 4,7% ano. Já num ambiente de estabilização macroeconómica e de melhoria progressiva do nível de confiança

e do clima de investimentos, o PIB cresceu entre 2004 e 2006 a uma taxa média de 8,6% ano. Assim, entre 2001 e 2006 o PIB cresceu, em média, 6,3%, resultante da aceleração a partir de 2005, após 4 anos de abrandamento.

A evolução positiva da economia real durante os últimos anos traduziu-se na melhoria do nível de vida dos cabo-verdianos, reflectida numa taxa média de crescimento do PIB *per capita* em torno de 3,7%, numa envolvente de baixa inflação, por conseguinte pela melhoria do poder de compra e pela elevação do nível de bem-estar da população. A taxa de inflação medida registou uma tendência decrescente, passando de 3,3% em 2001 para -1,9% em 2004. A tendência foi interrompida em 2006, ano em que devido ao choque externo causado pela alta dos preços do petróleo, a inflação atingiu 5,4%. Os efeitos dessa alta de preços continuam a verificar-se, tendo a Taxa de variação média dos últimos 12 meses atingido 4,9% em Setembro último. A taxa de inflação do ano 2007 foi de 4,5%, ou seja acima das previsões consideradas no âmbito do orçamento do Estado mas abaixo do nível do ano anterior.

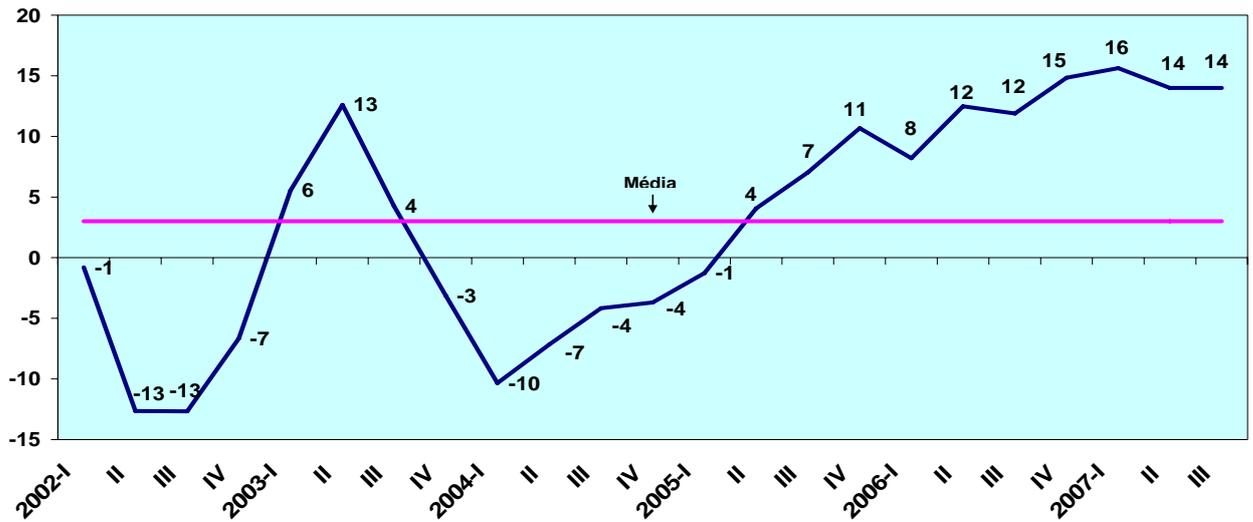
Entre 2000 e 2004, as importações cresceram em cerca de 7% ano, com menor realce para os bens de consumo (6%), pois as importações de bens intermédios, como os combustíveis, cresceram a 7% ano. A partir de 2004 assiste-se a um forte crescimento das importações de bens de consumo (17% ano) como dos intermédios (19% ao ano) com decréscimo nos combustíveis (-6,3%) e dos bens de capital (-12,6%) (Gráfico 1).



Hoje, em todos os sectores, a confiança dos operadores económicos é elevada e o clima económico é favorável. Esta situação resulta de uma melhoria apreciável ocorrida desde 2002, embora no decurso destes seis anos o indicador do clima económico tenha estado a oscilar.

Gráfico 2: Indicador de Clima Económico

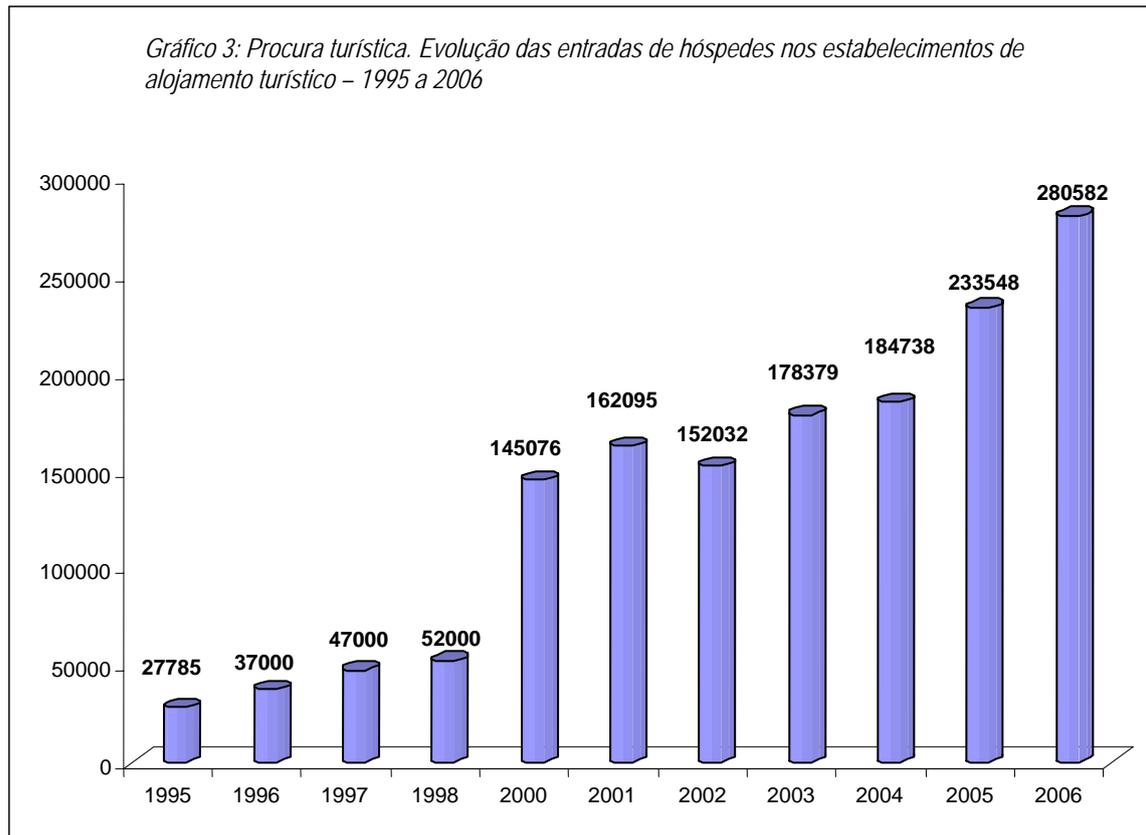
Indicador de Clima Económico (VE-MM3)



Fonte : INE

No segundo trimestre de 2002 o indicador de clima económico atingiu o nível mais baixo de sempre (-13), nível em que se manteve no trimestre seguinte, seguido de um período de melhoria até atingir o primeiro máximo 12 meses depois. Voltou a deteriorar-se, consideravelmente, nos três trimestres seguintes, atingindo um segundo mínimo (-10) no primeiro trimestre de 2004. Desde então vem melhorando, mantendo-se em terreno positivo desde meados de 2005 e acima da média do período, tendo atingido no primeiro trimestre de 2007 o nível mais elevado de sempre (16), com ligeira queda no segundo trimestre (14), mas estabilizando-se no trimestre seguinte.

O turismo vem ganhando terreno em Cabo Verde, a aferir-se pela evolução do mercado. A capacidade de alojamento passou de 3.874 lugares em 1999 para 10.450 em 2006, enquanto que a procura turística medida pelas dormidas (Gráfico 3 abaixo) não parou de crescer desde 1995, excepto em 2002 que teve um pequeno decréscimo. Os destinos turísticos mais atractivos no país têm sido as ilhas do Sal, Santiago, Boa Vista e Santo Antão.



A oferta turística de Cabo Verde tem-se baseado, essencialmente, no monoproduto sol e praia e, ainda sem qualquer expressão, no turismo de conferências, história e cultura. Entretanto, ciente da necessidade da diversificação dos produtos e face a algum potencial, esforços têm sido empreendidos no sentido de desenvolver outros produtos.

Sector Monetário

A política monetária seguida visa garantir a estabilidade de preços e manutenção das reservas internacionais e assegurar a estabilidade e convertibilidade do Escudo face ao Euro.

A adequação das políticas monetária e fiscal permitiu que as reservas internacionais líquidas do BCV registassem, em 2006, a maior taxa de crescimento de sempre (31%), fruto de evoluções positivas ocorridas nas transferências de emigrantes, no sector de turismo, no Investimento Directo Estrangeiro, assim como de importantes entradas de divisas no quadro da ajuda orçamental.

A performance global que a economia cabo-verdiana tem evidenciado atesta uma boa gestão macroeconómica e uma boa política monetária e cambial favoráveis à expansão da actividade económica e, em particular, à atracção do investimento privado. Com efeito, o crédito à economia tem vindo a crescer consideravelmente, e mais do que duplicou entre 2000 e 2006, com uma taxa de crescimento média anual de 15%. Já o crédito líquido ao Sector Público Administrativo manteve-se praticamente inalterado, em 2000 e 2001 em cerca de 22.000 milhões de escudos, passando em 2003 para cerca de 25.000 milhões e nos três anos subsequentes esse crédito manteve-se praticamente invariável ou seja, em cerca de 26.000 milhões de ECV.

Crescendo em média cerca de 13% ao ano, a massa monetária duplicou-se entre 2000 e 2006 sendo de cerca de 86 milhões de contos neste último ano. Esta evolução reflecte os acréscimos verificados ao nível dos passivos monetários (M1) em cerca de 10% e dos passivos quase monetários (15%).

Quadro 1: Evolução dos principais indicadores monetários (Em milhões de ECV)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Activo externo líquido	7.139,40	10.002,40	11.330,80	10.455,70	13.781,80	21.889,00	25.137,40
Crédito Interno Líquido	40.882,40	43.686,30	49.772,60	54.466,70	57.231,80	60.141,70	70.455,60
Crédito Líquido ao SPA	21.565,70	21.446,50	24.998,30	25.560,60	25.684,10	25.696,80	25.632,10
Crédito à Economia	19.316,70	22.239,80	25.098,80	28.906,10	31.591,40	34.470,50	44.839,20
Massa Monetária	41.482,30	45.602,80	52.134,60	56.883,40	62.848,30	72.640,30	86.215,80
Passivo Monetários (M1)	20.130,60	20.758,50	22.619,80	22.989,10	24.404,80	28.715,40	35.853,90
Passivos Quase Monetários	21.351,70	24.844,30	29.514,80	33.894,30	38.443,50	43.924,90	50.361,90

Fonte: BCV

Sector fiscal

A política orçamental tem seguido uma orientação expansionista, a avaliar pela evolução dos principais indicadores orçamentais. Assim, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério das Finanças, o défice público global, incluindo os donativos, em 2000 foi de 6.349 milhões de escudos, representando cerca de 9% do PIB, contra 4.767 milhões de escudos, 5% do PIB registados em 2006, ou seja, o défice diminuiu em quatro pontos percentuais. O défice primário que em 2000 era de 14% passou para 8% em 2006, diminuindo assim em seis pontos percentuais.

O rácio da dívida Pública em 2000 foi de 97%, contra 80% em 2006, ou seja diminuiu em dezassete pontos percentuais, fruto de um abrandamento do crescimento do stock da dívida.

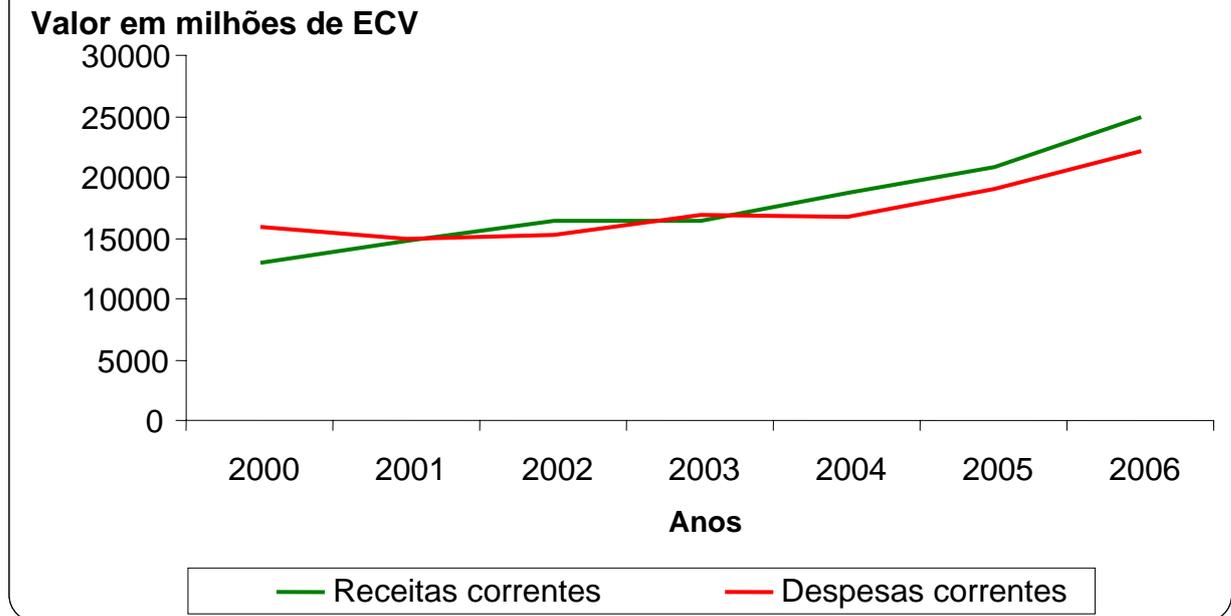
Quadro 2: Principais Indicadores orçamentais em percentagem do PIB

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Saldo Total	-9,4	-4,7	-1,9	-3,3	-1,3	-3,9	-4,5
Saldo Primário	-13,5	-8,5	-7,8	-6,3	-5,8	-8,5	-8,2
Dívida Pública	97,4	100	101,4	96,9	93,4	84,7	79,7

Fonte: Ministério das Finanças, BCV

A evolução das receitas e despesas correntes entre 2000 e 2006 é o que se apresenta no gráfico 4. As receitas correntes nesse período cresceram, em média, 12% ao ano, enquanto que as despesas cresceram apenas 6% ao ano.

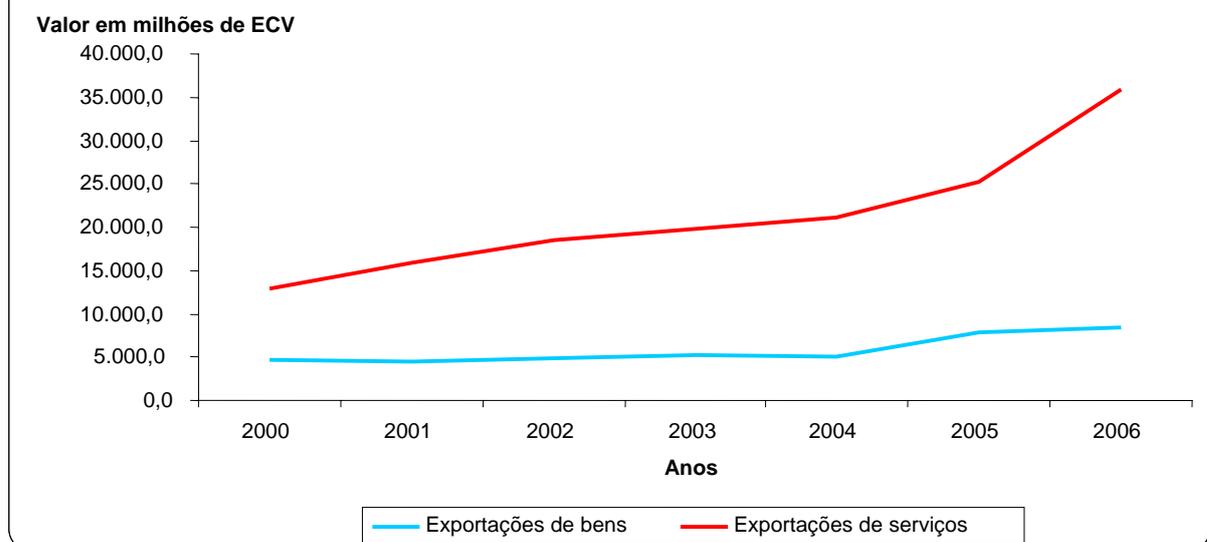
Gráfico 4: Evolução das receitas e despesas correntes entre 2000 e 2006



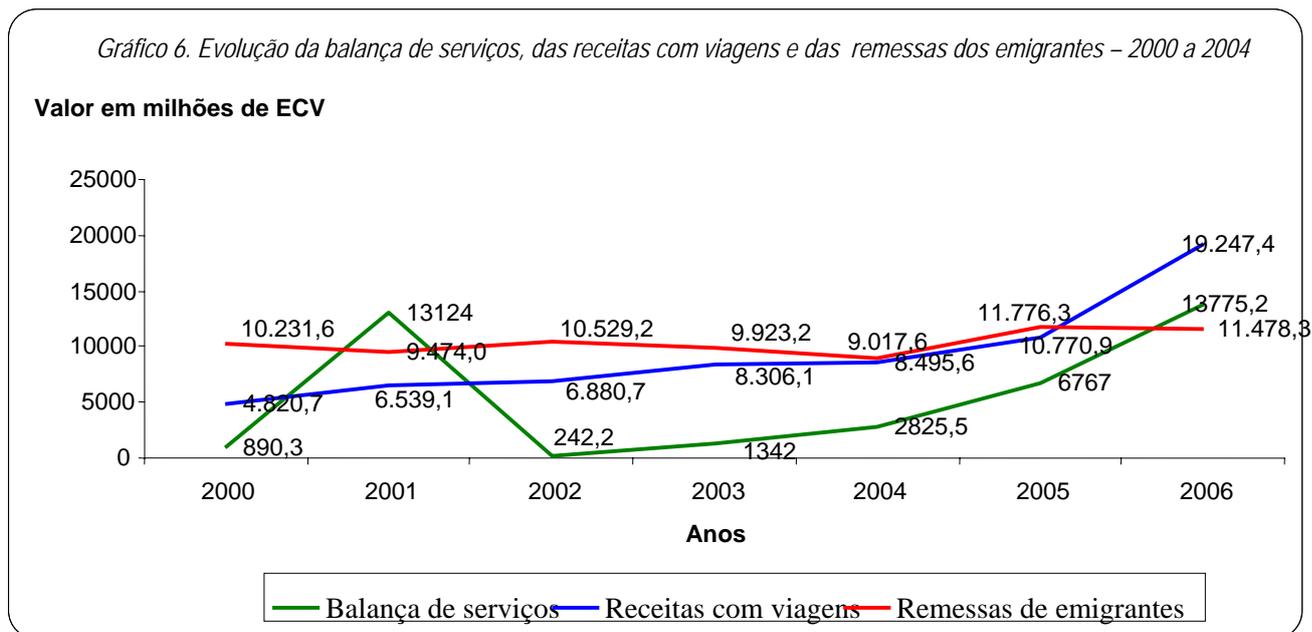
Sector externo

A balança corrente é tradicionalmente deficitária, mas com tendência para melhoria. Segundo o Banco de Cabo Verde, em 2006 as importações de bens e serviços atingiram cerca de 71 milhões de contos e as exportações cerca de 44 milhões de contos. Entre 2000 e 2006, as exportações cresceram 17% ao ano sendo cerca de 2,5 vezes o nível do início desse período, enquanto que as importações também cresceram mas a ritmo menos acelerado (11%). Resulta assim uma melhoria apreciável da balança de transacções com o exterior, passando as exportações a cobrir cerca de 62% das importações, ou seja, cerca de sete pontos percentuais acima da cobertura do ano 2000, explicado pelo aumento notável das exportações de serviços. (Gráfico nº 5 abaixo).

Gráfico 5: Exportação de bens e de serviços. 2000 a 2006



Segundo a mesma fonte, a balança de serviços tem vindo a apresentar saldos positivos e crescentes devido a proveitos líquidos do sector do turismo, incluindo os transportes. 2002 foi um ano de excepção em que, embora positivo, o saldo decresceu cerca de 5,4% devido, em grande medida, à diminuição das viagens internacionais resultante da recessão global e da depreciação do dólar. Importa também relevar que o excedente da balança de serviços duplicou-se entre 2005 e 2006.



Evolução do volume das receitas com viagens, como se pode ver pelo gráfico nº 5, tem registado tendência crescente, com uma taxa média anual de 26%.

A balança de capitais tem apresentado saldos positivos, oscilando entre 4% e 15% do PIB, devido às transferências de capitais provenientes do exterior, com especial realce para as remessas dos emigrantes, recursos da cooperação internacional e investimento externo.

As remessas dos emigrantes passaram de 10.231,6 milhões de escudos em 2000 para 11.478,3 milhões de escudos em 2006, ou seja, cresceram, em média, 2% ao ano. Porém, no último ano decresceu em 1%, ou seja 1 ponto percentual abaixo da média do período.

Em 2006, Portugal foi o país de origem do maior volume de remessa de emigrantes (3.095,9 milhões de ECV) representando 2,9% do PIB, seguido da França com 2.476,8 milhões de ECV, cerca de 2,4% do PIB e dos EUA com cerca de 2.100,2 milhões de ECV, correspondente a 2% do PIB.

3.1.2. Mudanças estruturais

A análise do peso e da dinâmica dos diversos ramos de actividade económica põe em evidência os sectores mais dinâmicos e portadores do futuro. A economia de Cabo Verde é predominantemente de serviços, ou seja o sector terciário gera o essencial da riqueza nacional. A agricultura, Pecuária e

Silvicultura têm vindo a perder peso relativo pois, de 12% em 1980, contribuíram com apenas 7% para a geração da riqueza nacional em 2006, sejam menos cinco pontos percentuais 26 anos depois.

A Indústria e Energia posiciona-se como sendo um ramo muito dinâmico, pois teve uma tendência crescente nesse período. Com 8% de contribuição para a geração da riqueza nacional em 1980, passou para 11% em 2006, sejam mais três pontos percentuais 26 anos depois.

A Construção, uma actividade sem dúvida muito importante para nossa economia, teve um ligeiro decréscimo da sua contribuição para o PIB, passando de 17% em 1980 para 16% em 2006, seja um ponto percentual a menos, 26 anos depois.

Os Transportes e Comunicações são as actividades que registaram mudanças mais profundas, tendo passado de 11% do PIB em 1980 para 20% em 2006, realizando assim cerca de 1/5 do Produto Interno Bruto.

Quadro 3: Estrutura do Produto Interno Bruto por ramo de actividade

Ramo de actividade económica	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006
Agricultura, silvicultura e pecuária	12,3	9,6	11	8,6	8,2	7,3	7,2
Pescas	3,6	1,5	1	1	0,7	0,6	0,5
Indústria e energia	8	9,5	11,2	11,7	11,6	11,1	11
Construção	16,6	17,4	16,8	16,9	14,5	15,5	15,7
Comércio	24	20,4	18,6	15,6	14,7	15,6	15,8
Hotéis e restaurantes	1	2	2,1	1,7	3,2	3,7	3,8
Transportes e comunicações	10,7	12,2	14,8	16,7	21,2	20	19,8
Bancos e seguros	2,2	1,8	1,4	2,4	2,4	2,6	2,7
Aluguer de habitação e locais	4,9	4,2	5,1	5	4,4	4,5	4,6
Serviços públicos	10,1	14,6	12,7	13,7	11,3	12,5	11,3
Outros serviços	1,5	1,5	0,9	1,5	1,4	1,4	1,3
Total VAB	95	94,8	95,8	94,7	93,7	93,6	93,6
Direitos e taxas / importações	5	5,2	4,2	5,3	6,3	6,4	6,4
PIB	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Contas Nacionais - INE

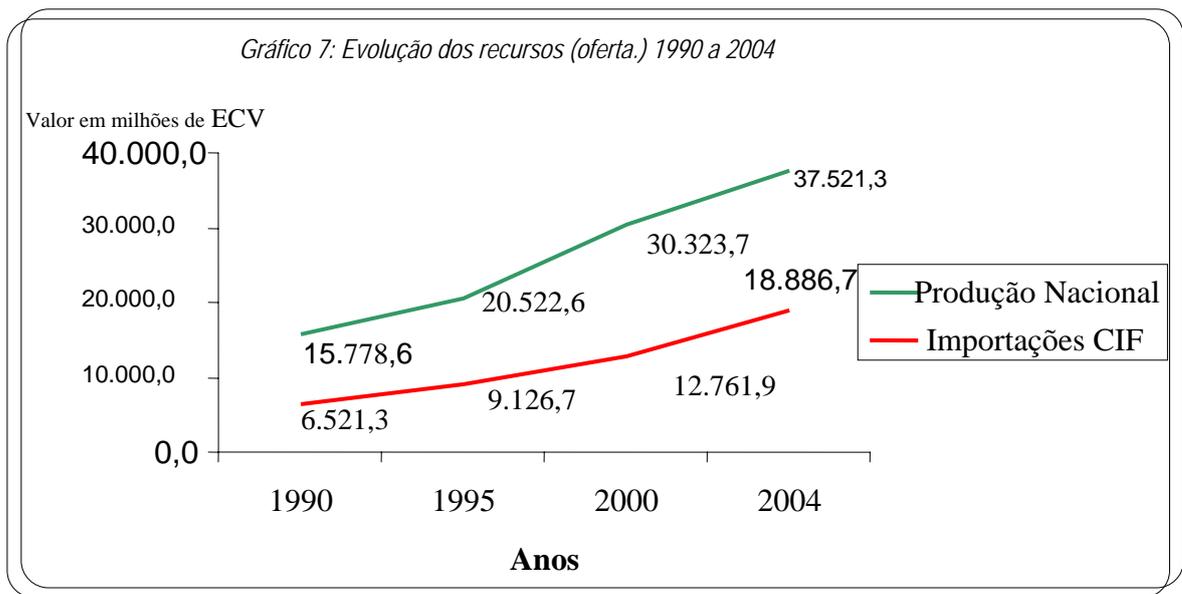
Muito embora continua sendo um dos sectores mais importantes, do ponto de vista da geração do PIB, o comércio perdeu consideravelmente o seu peso, passando de 24% em 1980 para 16% em 2006, ou seja, menos 8 pontos percentuais do que no início da década de oitenta.

Os hotéis e restaurantes, que em 1980 contribuíam com 1% do PIB, passaram a representar cerca de 4% em 2006, portanto revela-se como um ramo emergente e com contribuição crescentes na formação da riqueza nacional.

Equilíbrio recursos empregos

Recursos (oferta)

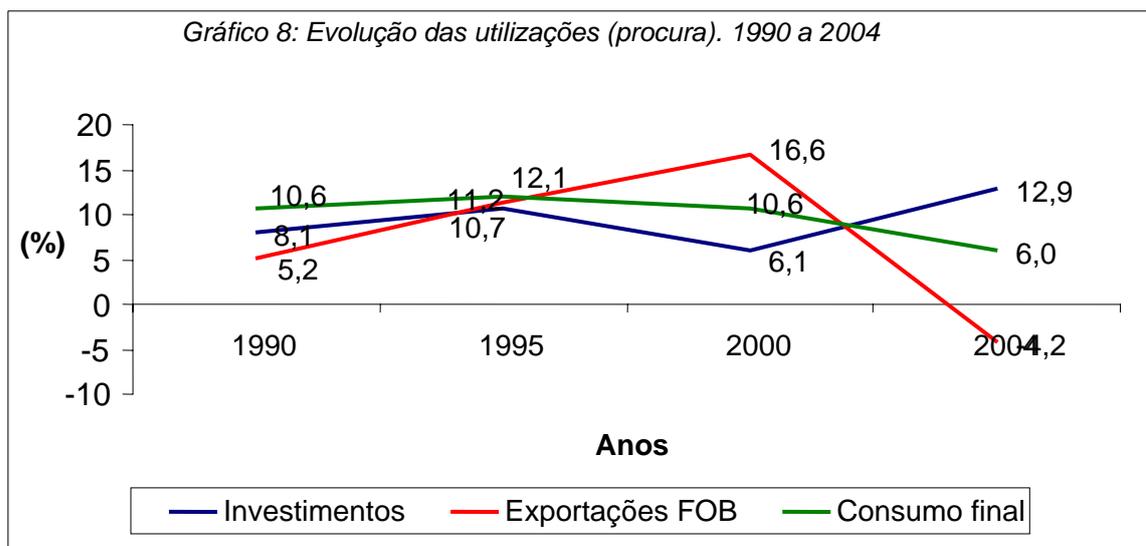
Analisando a oferta, dados de 1990 - 2004 apontam para um crescimento contínuo tanto da produção nacional como das importações CIF, com ambas as componentes a duplicaram-se entre 1990 e 2004. A produção nacional cresceu, em média, 6% ao ano e as importações, cerca de 8% ao ano.



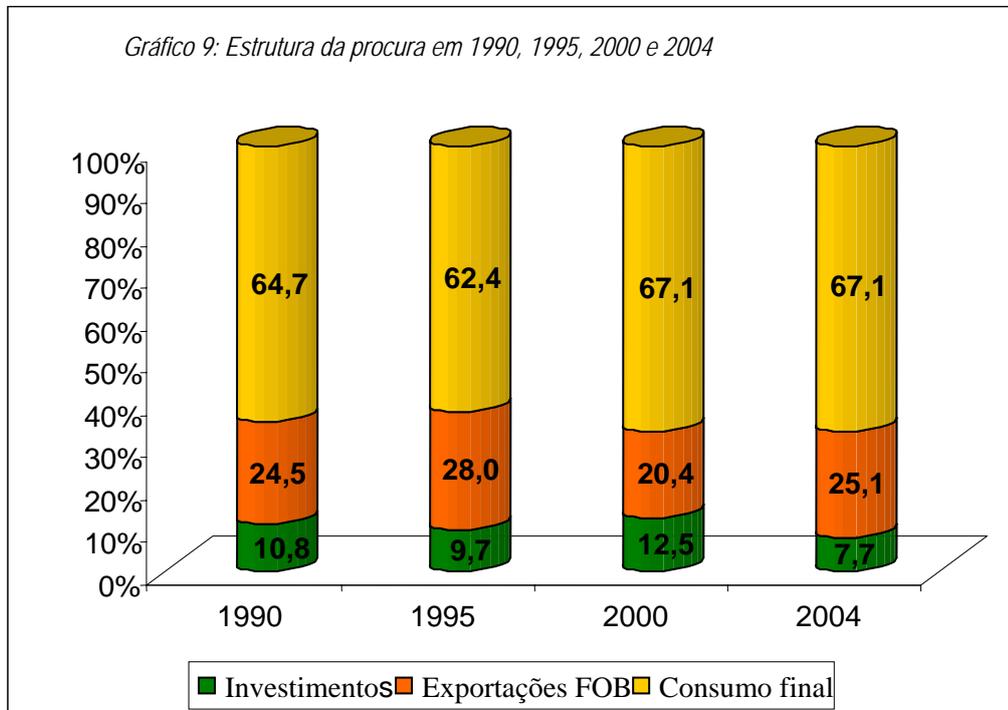
Do lado da procura os investimentos cresceram 8% ano no período 1985 - 90 e 11% no período 1990 - 95. Já na segunda metade da década de noventa cresceu cerca de cinco pontos percentuais abaixo da média do quinquénio anterior, com forte aceleração no período 2000 - 04 em cerca de 13% ano.

De 5% de crescimento médio anual no período 1985-90, as exportações FOB aceleraram nos 10 seguintes, atingindo 17% ano no período 1995 - 2000. De 2000 a 2004 inverteu-se essa tendência decrescendo 4% ano.

Entre 1985 e 2000 o consumo final cresceu de forma regular, a taxas médias de cerca de 11%, com forte desaceleração entre 2000 e 2004, período em que cresceu apenas 6% ano e fim de um ciclo de abrandamento do crescimento económico com forte impacto no aumento do desemprego.

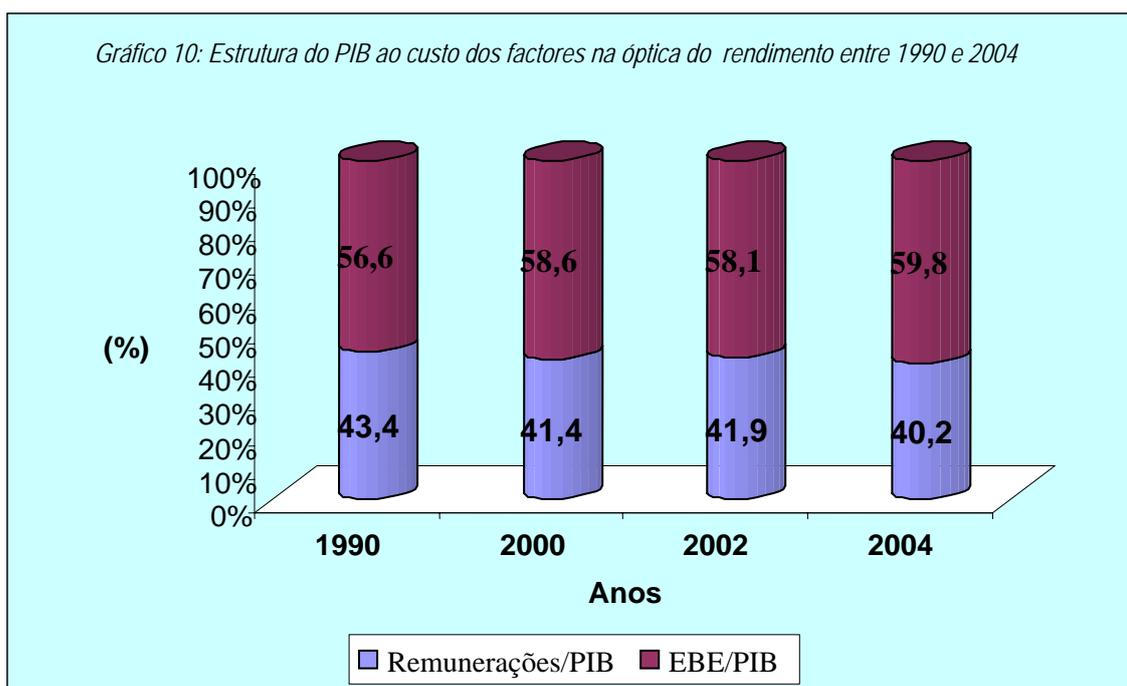


As alterações ocorridas na estrutura da procura nesses últimos 14 anos são pouco expressivas. Globalmente, o peso do consumo no conjunto da procura tende a crescer, passando de 64% em 1990 a 67% em 2004. Nos primeiros cinco anos da década de noventa reduziu-se tanto o peso do consumo final, como dos investimentos e, em compensação, cresceu o das exportações, passado de 24 a 27% do volume global da procura.



3.1.3. Apropriação do rendimento

A parte da riqueza apropriada por aqueles que oferecem a sua força de trabalho elucida sobre o espaço de crescimento do emprego e das remunerações, sem comprometer a capacidade de investimento. As remunerações constituem a parte do rendimento nacional (PIB a custo dos factores) que remunera o factor trabalho, sendo o remanescente. O excedente bruto de exploração - a parte que remunera o capital, ou seja, a parte da riqueza que é apropriada pelos detentores do capital. Como se pode aferir do Gráfico nº 9 abaixo, as remunerações não viram crescer a sua participação no PIB e tem, antes, tendência decrescente, tendo variado entre 43% em 1980 e 40% em 2004. Por consequência, o Excedente Bruto de Exploração viu crescer o seu peso de 57% no início do período para 60%, 24 anos depois. Isso leva-nos a concluir que existe algum espaço fiscal para o crescimento do emprego e das remunerações, sem criar tensão inflacionista e sem comprometer o investimento e o crescimento económico.



A cada momento, o volume de trabalho requerido, ou o volume de emprego que a economia oferece, tem como limite o crescimento da inflação. Analisando a evolução da relação remuneração/emprego, constata-se que entre 1990 e 2006 o volume de emprego teve tendência crescente, excepto em 2002, ano em que acusou um ligeiro decréscimo, retomando o crescimento a partir de 2005.

Quadro 4 Evolução das remunerações e do emprego entre 1990 e 2006

	1990	2000	2002	2005	2006
Remunerações (Milhares de contos)	8.570,30	23.876,50	26.912	31.232,7	35.160,7
Emprego	91.015	141.725	136.196	136.760	162.792
Remuneração/trabalhador (Escudos/anos)	94.164	168.470	197.594	228.376	215.986

Fonte: Contas Nacionais - INE

O aumento do emprego arrastou consigo o aumento das remunerações, pois, pelo quadro acima apercebe-se que as remunerações estiveram em constante crescimento.

Quadro 5: Evolução da remuneração média anual e da proporção da população com nível secundário ou mais

	1990-2000	2000-2006
Crescimento remuneração média anual (%)	6,0	4,2
	2000	2006
População ocupada com nível secundário ou mais (%)	19,9	35,2

Fonte: INE. Cálculos do autor

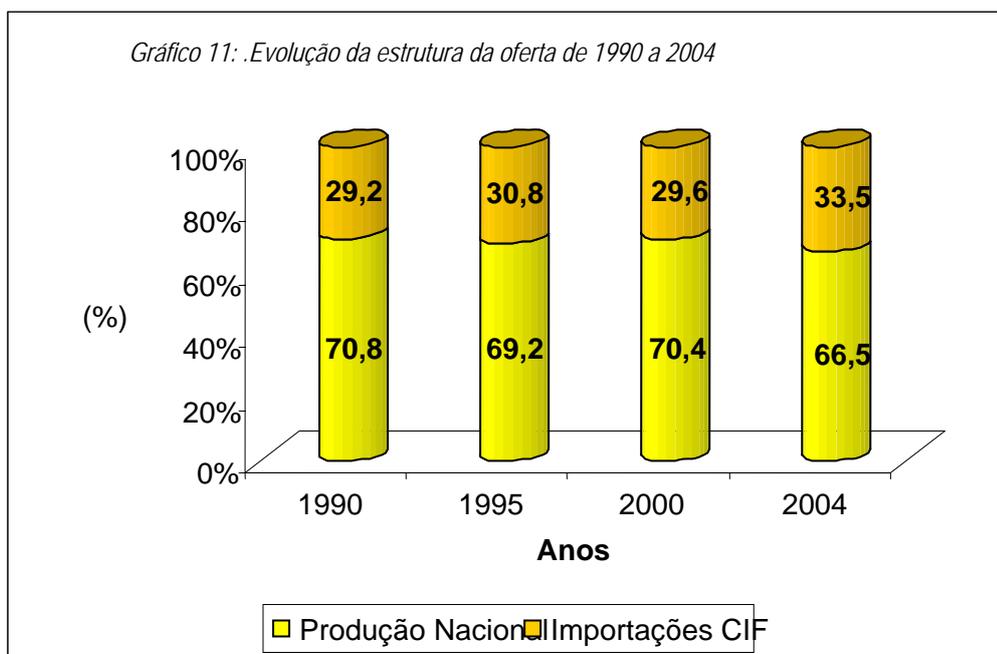
Entre 1990 e 2000, a remuneração média por trabalhador cresceu 6% ao ano, com ligeiro abrandamento entre 2000 e 2006, período em que cresceu cerca de 4% ao ano. O crescimento da remuneração média

por trabalhador não resulta apenas dos aumentos salariais concedidos, pois nunca houve um aumento salarial nessa ordem. Deve-se, também, e sobretudo, ao efeito da elevação do nível de qualificação da mão-de-obra. A título ilustrativo, em 2000, cerca de 20% da população ocupada tinha nível secundário ou mais e essa proporção passou para 35%, 6 anos mais tarde.

3.1.4. Principais recursos

Cabo Verde é um país com elevados níveis de crescimento económico e de desenvolvimento social, não obstante possuir limitados recursos naturais. O arquipélago tem solos pobres e a vasta área marítima que integra a Zona Económica Exclusiva não é muito abundante em espécies piscícolas. Contudo, há alguma pesca de crustáceos em grande escala. As ilhas possuem jazidas de calcário, gesso e argilas, utilizadas na construção civil. As praias, o sol e o mar, mas também a paisagem e a própria orografia, constituem algum recurso natural com que o país conta para o seu desenvolvimento.

Numa economia dependente e aberta ao exterior, os principais recursos utilizados provêm da produção nacional e das importações de bens e serviços. Apesar da tendência crescente, a produção nacional revela-se insuficiente para fazer face à procura, daí a necessidade de recorrer às importações que também têm crescido mais ou menos ao mesmo ritmo.



Assim, mantém-se praticamente inalterado o nível de dependência externa, representando as importações cerca de 30% dos recursos, situando-se, porém em 2004, em cerca de quatro pontos percentuais acima desse valor.

Como a maior parte dos produtos importados são para o consumo final e não para o consumo intermédio ou para servir de matéria-prima, ou seja, muito do que é importado destina-se ao consumo e não para transformação, a tendência é para a manutenção da dependência externa.

Quadro 6: Evolução dos recursos em valor e estrutura. 1980 a 2004

	1980	1985	1990	1995	2000	2004
RECURSOS	12.419,7	18.338,2	22.299,9	29.649,3	43.085,6	56.407,9
Produção nacional	8.592,2	13.023,1	15.778,6	20.522,6	30.323,7	37.521,3
Importações CIF	3.827,5	5.315,1	6.521,3	9.126,7	12.761,9	18.886,7
<i>Estrutura dos recursos (%)</i>						
Produção nacional (%)	69,2	71	70,8	69,2	70,4	66,5
Importações CIF (%)	30,8	29	29,2	30,8	29,6	33,5

Fonte: INE-Contas Nacionais

3.1.5. Indicadores de produtividade

A evolução do PIB por trabalhador e por ramo de actividade permite inferir sobre os ganhos de produtividade económica.

No decurso da década de noventa a “Banca e os Seguros” lideraram a taxa de crescimento por ramo de actividade do VAB/ trabalhador, com 22%, seguido dos transportes e comunicações com 10% e a construção com 9%.

Entre 2000 e 2005 o ramo com maior destaque foi o da “Construção”, com uma taxa de crescimento do VAB/ trabalhador de 19%. O VAB/ trabalhador no ramo “Comércio” cresceu 11%, seguido da “Indústria e Energia” com 10%.

Entre 2000 e 2006 a “Construção”, embora com uma taxa de crescimento do VAB/ trabalhador inferior ao período 2000 - 2005, continuou a liderar a actividade com maior crescimento (13%). Já nesse período, o “Serviço Público” cresceu consideravelmente, ocupando o segundo lugar na taxa de crescimento do VAB/trabalhador, e nos últimos quatro anos (2002 - 2006) este mesmo ramo teve um crescimento ainda mais expressivo (16%). A “Indústria e Energia” cresceu 11%, assim como “Outros Serviços” e “Construção”. Pode-se assim, de forma segura, concluir que há melhorias de produtividade, muito embora não se possa aferir que se devam exclusivamente a melhoria da produtividade do factor trabalho.

Há que realçar o facto da “Agricultura, Pesca e Pecuária”, ao longo dessas duas décadas, estar constantemente a perder peso no crescimento do VAB/ trabalhador, chegando a ter taxas de crescimento do VAB/trabalhador negativa. Situação essa que pontualmente aconteceu com outros ramos de actividade (ver quadro nº 7 a seguir).

Quadro 7: Evolução do VAB/trabalhador dos principais ramos de actividade económica entre 1990 e 2006

Ramos de actividade	1990-1996	1990-2000	2000-2005	2000-2006	2002-2006
Agricultura, pescas, silvicultura e pecuária	22,9	8,5	-3,2	-5,9	-8,1
Indústria e energia	12,5	2,9	10,3	7,6	11,2
Construção	21,6	8,8	18,7	12,7	10,6
Comércio	3,1	2,4	11,4	8,1	6,9
Hotéis e restaurantes	-	-	-	2,3	-1,9
Transportes e comunicações	9,8	10,4	11,1	6	3,8
Bancos e seguros	20,9	21,6	-2,2	6,7	5
Serviços públicos	5,8	7,5	8,5	10,9	16
Outros serviços	19	-17,4	9	7,1	10,9

Fonte: INE Cálculos do Autor

3.1.6. Sector empresarial

As empresas oferecem à economia bens e serviços cuja produção é financiada pelas poupanças das famílias (parte do rendimento não gasto no consumo) canalizadas para os mercados financeiros que financiam não só investimentos das empresas como os défices do próprio Estado. As limitações do mercado interno de consumo, em virtude do desemprego e do baixo nível de rendimentos das famílias, constituem, igualmente, fortes limitações ao desenvolvimento das empresas.

A evolução recente ocorrida no sector empresarial cabo-verdiano revela algumas tendências significativas, das quais se destacam maior competitividade, maior organização, maior produtividade e maior dimensão média, o que as tornam mais aptas a enfrentarem choques concorrenciais. Os principais centros urbanos do país, designadamente Sal, Mindelo e Praia, continuam a exercer o seu poder de atractividade sobre as empresas, concentrando o essencial da actividade empresarial.

Em 1997 o número de empresas activas era de 5.950, contra 5.460 em 2002, o que corresponde a uma redução de 8,2% nesse período. O pessoal ao serviço das empresas do país reduziu-se cerca de 141 indivíduos, correspondendo a 0,5%.

No entanto, embora tenha diminuído o número de empresas e de pessoal aos serviços entre 1997 e 2002, a facturação média das empresas atingiu cerca de 100 milhões de contos, idêntico ao período de 1997.

Quadro 8: Evolução do efectivo, do pessoal e da facturação das empresas entre 1997 e 2002

Cabo Verde	1997	2002	variação (%)
Efectivo de empresas	5.950	5.460	-8.2
Efectivo de trabalhadores	27.221	27.080	-0.5
Facturação média por empresa (1000 CVE)	16.834	18.345	9.0
Facturação média p/trabalhador (1000 CVE)	2.269	3.680	62.2

Fonte: INE Iº e IIº Recenseamento Empresariais

Verificou-se uma melhoria tanto na facturação por trabalhador (Produtividade por trabalhador) como na facturação por empresa (competitividade). A facturação média das empresas atingiu 18.345 contos contra

16.834 contos em 1997, portanto, cresceu cerca de 1,5 mil contos. A facturação média por trabalhador é de cerca de 3.680 contos, um crescimento aproximado de 1,4 mil contos.

Analisando a evolução do tecido empresarial entre 1997 e 2002 por sector de actividade, constata-se que na actividade de indústria e energia houve uma redução do efectivo das empresas em cerca de 19% ao ano, traduzindo numa perda de emprego no sector de 5% ao ano, mas a facturação média anual do sector cresceu aproximadamente 10%.

No comércio, embora não tenha havido um decréscimo do efectivo das empresas, pois estas cresceram 2% ao ano, o número de emprego gerado pelo sector manteve-se praticamente constante (0,4% ao ano), tendo a facturação média crescido 2%.

Na actividade de transportes e comunicações a facturação cresceu 2% ao ano, numa envolvente de crescimento inexpressivo do efectivo das empresas (0,7% ano), com consequente perda de emprego em cerca de 2% ao ano.

O conjunto das empresas das actividades da educação e saúde não fugiu à tendência, pois sofreu uma redução do efectivo em cerca de 7% ao ano, acompanhado de perda de emprego na ordem de 2% ao ano, com facturação média a crescer 10% ao ano.

Já a actividade de agricultura, dado que no ano de 2002 foi um mau ano agrícola, houve uma tendência decrescente em todas as rubricas analisadas, pois tanto o efectivo das empresas como a facturação decresceram em cerca de 17% ao ano e o efectivo de trabalhadores em 25% ano.

Quadro 9: População empregada nas empresas por ramo de actividade segundo o sexo

	Homens Remunerados	Mulheres Remuneradas	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Agricultura	93	32	94	32	126	74,6	25,4	100
Indústria e Energia	3.265	1.519	3.318	1.562	4.880	68,0	32,0	100
Comércio	3.358	1.551	3.412	1.594	5.006	68,2	31,8	100
Construção	1.384	177	1.384	177	1.561	88,7	11,3	100
Transporte e comunicações	8.101	3.279	8.208	3.366	11.574	70,9	29,1	100
Educação e Saúde	9.485	3.456	9.592	3.543	13.135	73,0	27,0	100

Fonte : INE – IIª RE

Quanto aos efectivos por sector de actividade e em termos do género, cada sector apresenta um perfil determinado, pois há actividade em que o seu perfil é mais convidativo ao sexo masculino do que feminino e, vice-versa. A construção é um caso em que 89% dos efectivos são do sexo masculino, contra 11% do sexo feminino. Já no sector público, apenas 44% dos efectivos representam a classe masculina, contra 56% do sexo feminino. Mas em termos gerais, em quase todas as actividades, predomina o efectivo do sexo masculino. Portanto, pode-se considerar existir uma discriminação em razão do género, com mais homens empregados do que mulheres, numa sociedade em que as mulheres constituem a maioria (52%) da população residente.

Quadro 10: Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por dimensão

<i>Pessoal ao serviço</i>	<i>Empresas</i>	<i>Pessoal ao serviço</i>	<i>Volume Negócios (1000CVE)</i>
0-5	4.807	8.744	12.960.841
6 – 20	508	4.548	18.378.713
21 ou Mais	145	13.788	68.741.720
Total	5.460	27.080	100.081.274
<i>Estrutura do tecido empresarial (%)</i>			
0-5	88	32,3	13
6 – 20	9,3	16,8	18,4
21 ou Mais	2,7	50,9	68,7
Total	100	100	100

Fonte : INE IIº RE

As unidades económicas que empregam um a 5 trabalhadores são consideradas pequenas empresas. As com efectivo entre 6 e 20 trabalhadores são consideradas de tamanho médio a as com mais de 21 trabalhadores são consideradas grandes empresas.

Em Cabo Verde o tecido empresarial é basicamente constituído por pequenas empresas, pois estas representam cerca de 88% das empresas do país, mas em termos de facturação realizam apenas 13% e geram cerca de 32% do emprego. São as grandes empresas que, embora representem apenas cerca de 3% do universo, realizam o essencial da actividade económica do sector empresarial do país, pois representam cerca de 69% do volume de negócios e mais de metade (51%) do emprego gerado pelo sector.

As médias empresas representam cerca de 9% do universo, geram 17% do emprego e facturam por volta de 18%.

O tecido empresarial cabo-verdiano, no que respeita à forma jurídica de constituição, está constituído, na sua grande maioria, por empresas em nome individual e sociedades unipessoais, pois estas representavam em 2002 cerca de 88% do universo das empresas do país e empregavam aproximadamente 10.546 pessoas, o correspondente a 39% do total de emprego nesse ano, com um volume de negócios de 12 milhões de contos cabo-verdianos. As Sociedades Anónimas, Cooperativas e Empresas Públicas, embora representassem 2% do total das empresas, alcançaram um volume de negócios de 50 milhões de contos cabo-verdianos, equivalente a 51% do universo e empregavam em 2002 cerca de 8.877 trabalhadores. As Sociedades por Quotas e outras representavam 10% do universo nesse período, tinham um volume de negócios de aproximadamente 37 milhões de contos e empregavam 7.658 pessoas (28% do universo nacional).

Quadro 11: Empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por forma jurídica em 2002

<i>Forma Jurídica</i>	<i>Empresa</i>	<i>Pessoal ao serviço</i>	<i>Volume Negócios (1000CVE)</i>
ENI e S. Unipessoal	4.811	10.546	12.615.286
SPQ e Outras	531	7.658	36.897.666
SARL, COO e EP	118	8.877	50.568.321
Total	5.460	27.081	100.081.274
<i>Estrutura</i>			
ENI e S. Unipessoal	88.1	38.9	12.6
SPQ e Outras	9.7	28.3	36.9
SARL, COO e EP	2.2	32.8	50.5
Total	100.0	100.0	100.0

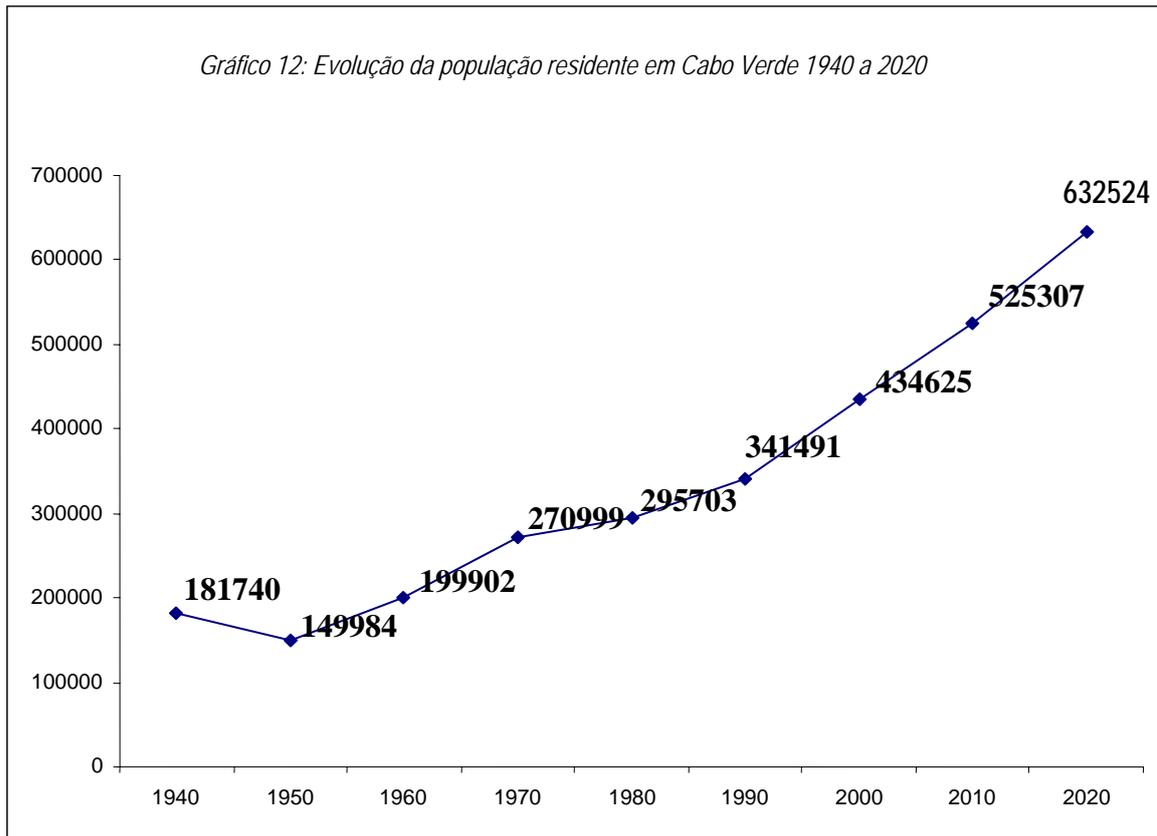
Fonte : INE IIº RE

3.2. Caracterização sócio-demográfica

3.2.1. Evolução da população residente

Em Cabo Verde a evolução da população residente é determinada pelas condições de sobrevivência e pela forte tradição migratória. Na década de quarenta a população cabo-verdiana decresceu cerca de 2%, devido à seca que assolou o país com elevada mortalidade e emigração. A partir de 1950 retomou o crescimento, passando de 149.984 para 199.902 mil habitantes em 1960.

Na segunda metade do século XX a população cresceu de forma regular, atingindo 434.625 em 2000, ou seja mais do que duplicou (2,8 vezes), nível esse que resulta de um crescimento médio anual de 2,2% no decurso dessas cinco décadas. As décadas de sessenta e setenta foram as com maior crescimento relativo (2,9 e 3,1% respectivamente) a que se seguiu uma década de forte abrandamento (0,9% ano). Com a queda da emigração assiste-se a uma aceleração do crescimento, atingindo 1,5% na década de oitenta e de 2,4% na década de noventa. A população de Cabo Verde deverá, segundo as perspectivas demográficas, crescer em média 1,8% no período 2000 – 2020 e atingir 577.924 em 2015, dos quais 281.345 indivíduos serão do sexo masculino e 296.579 indivíduos do sexo feminino.



Fonte: INE

A elevada taxa de natalidade e a baixa taxa de mortalidade explicam, em parte, o crescimento acentuado da população. A ilha de Santiago foi uma das ilhas que mais contribuiu para o aumento da população de Cabo Verde, o aumento das migrações internas e internacionais.

3.2.2. Componentes do crescimento demográfico

Quadro 12: Componentes do crescimento demográfico

	Ano					
	1960-1970	1971-1980	1981-1990	1990-2000	2000-2010	2010-2015
Taxa bruta de natalidade	44,5	37,3	37,8	33,2	28,8	28,0
Taxa bruta de mortalidade	11,7	10,6	8,1	8,1	7,5	6,9
Taxa de crescimento natural	32,8	26,7	29,7	25,1	21,3	21,1
Taxa de crescimento da emigração	1,9	18	14,7	1,1	3,0	2,1
Taxa de crescimento líquido	30,9	8,7	15	24	18,2	19,0
Taxa de crescimento líquido (Em %)	3,1	0,9	1,5	2,4	1,8	1,9

Fonte: INE

O crescimento natural é a principal componente do crescimento demográfico. Nos últimos quarenta anos ocorreu uma redução considerável tanto da natalidade como da mortalidade, que são as duas componentes do crescimento natural. De 44,5 por mil na década de sessenta, a Taxa Bruta de Natalidade passou para 33,3 por mil na década de noventa, seja uma redução de 11,3 pontos percentuais, enquanto que a Taxa Bruta de Mortalidade passou de 11,7 por mil na década de sessenta para 8,1 por mil na década de noventa. De 1,9 por mil na década de 60, a taxa líquida da emigração cresceu consideravelmente na década de 60, com uma ligeira desaceleração na década seguinte e acentuada na década de 90. Perspectiva-se uma ligeira aceleração a partir da década de 2000, situando-se em cerca de 2,1 por mil, no período 2010 - 2015.

A taxa de crescimento natural reflecte, assim, um elevado nível da fecundidade, entretanto em decréscimo, resultado da melhoria da saúde reprodutiva, fruto, em especial, do planeamento familiar, e a redução regular e substancial da mortalidade.

3.2.3. Evolução da estrutura da população

O estudo da estrutura da população por sexo e por idade constitui uma informação muito importante para a análise demográfica e também para acompanhar a evolução da população economicamente activa e do número de dependentes da economia. Permite ainda a previsão da procura do emprego e fornece subsídios à adopção de políticas de formação e de emprego de forma a absorver a procura e a dotar a economia dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

A população cabo-verdiana é muito jovem e maioritariamente feminina. Como atestam os dados do QUIBB 2006, cerca de 60 em cada 100 indivíduos têm menos de 25 anos e encontra-se mais jovens no meio rural (61%) do que no meio urbano (57%). As mulheres constituem cerca de 51% da população residente.

As mulheres são maioritárias a partir dos 5 anos, mas a sua supremacia torna-se mais acentuada a partir dos 15 anos, situação que se explica tanto pela emigração, que afecta mais os homens, como pelos desníveis em matéria da mortalidade.

A população economicamente activa, ou seja dos 15-64 anos, era de 224.624 indivíduos em 2000 e deverá atingir 345.794 em 2015, o equivalente a cerca de 60% da população residente (*Quadro 13*).

Quadro 13: Perspectivas da evolução da população residente em Cabo Verde

Grupos	2000			2010			2015		
	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem
<15 nos	184.989	93.049	91.940	189.807	96.414	93.393	207.730	105.626	102.104
15-64	224.624	106.964	117.660	308.870	148.265	160.605	345.794	166.308	179.486
65 e +	27.250	11.466	15.784	26.633	10.366	16.267	24.400	9.411	14.989

Fonte: INE

Isto significa que até 2015 deverá aumentar o efectivo dos recursos humanos, e consequentemente, a procura de emprego, e diminuirá o número de indivíduos com 65 anos e mais (*Quadro 13*). A redução da população com mais de 65 anos ocorrerá de forma mais acentuada no meio rural.

Sendo uma população muito jovem e com tendência para o aumento do efectivo com menos de 15 anos, há que analisar e reformular as políticas do emprego de modo a satisfazer as necessidades dos grupos emergentes, aumentar a oferta de emprego e reduzir a taxa de desemprego.

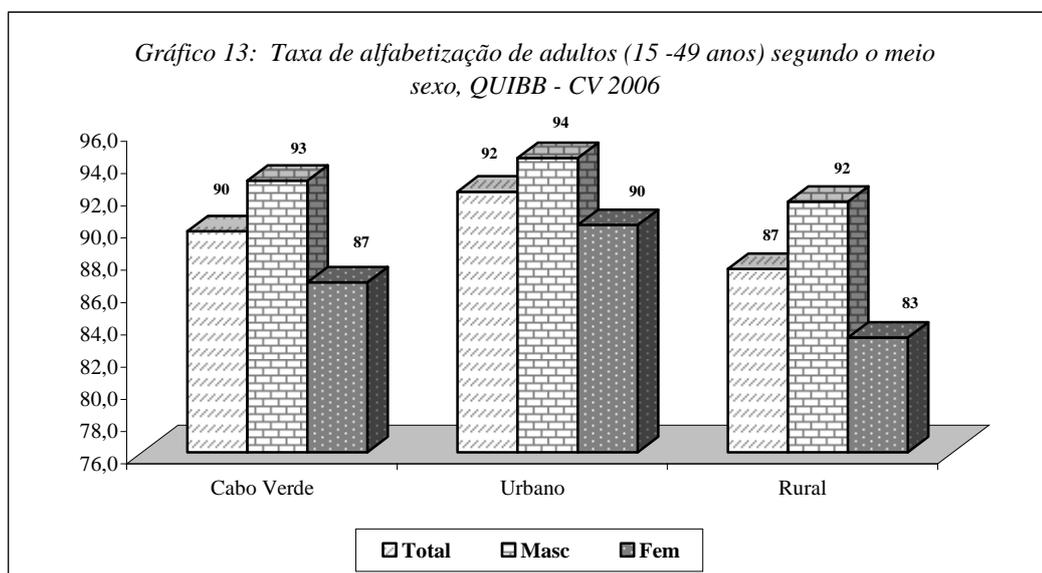
3.2.4. Características sócio-demográficas

A educação constitui um elemento importante no desenvolvimento económico e social de qualquer país. Uma das apostas dos Governos é elevar o nível de instrução da população, melhorar a capacidade de adaptação da mão-de-obra a fim de acompanhar a competitividade nacional e combater a exclusão social, um fenómeno estritamente aliado à pobreza.

Um dos objectivos fundamentais da educação consiste em aumentar as oportunidades de acesso das crianças pobres ao ensino, reduzir a taxa de abandono e de insucesso escolares e melhorar a qualidade de ensino básico.

De acordo com os dados do QUIBB 2006, a taxa de alfabetização da população com idade igual ou superior a 15 anos é de 79%, sendo de 84% no meio urbano e 74% no meio rural. Contudo, se se considerar somente a taxa de alfabetização adulta (15-49 anos), de acordo com as recomendações da UNESCO, constata-se que, a nível nacional, já atingimos a quase universalidade, com 90% dos indivíduos que sabem ler e escrever. No entanto, ainda persistem diferenças em função do género e da zona de residência.

Em relação ao género, 93% dos homens adultos já estão alfabetizados, enquanto que entre as mulheres esta taxa é de 87%. A disparidade entre os homens e as mulheres é maior no meio rural (83% nas mulheres e 92% nos homens) do que no meio urbano (90% nas mulheres e 94% nos homens).



Fonte: INE - QUIBB 2006

De acordo com os dados, a taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos) aproxima-se dos 97%, quer a nível nacional quer a nível dos meios de residência e não se regista diferenças significativas entre os sexos, o que permite aferir que, neste contexto, já se pode falar de igualdade de género.

Quadro 14: Evolução da Taxa de Alfabetização por ilha

Ilhas	Adultos dos 15 anos ou +			Jovens 15 - 24 anos	
	2000	2002	2006	2000	2006
Cabo Verde	74,8	75,9	78,9	95,2	96,9
Santo Antão	66	72,6	70,3	94,7	96,6
São Vicente	81	80	82,1	96,7	97,6
São Nicolau	74,1	77,1	78,8	95,1	95,3
Sal	86,8	87,7	90,3	96	97,7
Boavista	85	93,7	88,9	97,9	97,6
Maio	77,2	80,7	81,9	97	98,9
Santiago	74,2	74,1	78,7	94,6	97,1
Fogo	70,8	75,3	75,1	96,3	94,9
Brava	72,5	79,3	80,6	92,5	94,7

Fonte: Censo 2000, IDRF 2001-02 e QUIBB 2006

Analisando por ilhas, constata-se que as ilhas de Santo Antão (70%) e Fogo (75%) estão abaixo da média nacional (79%). Por outro lado, S. Vicente (82%), Sal (90,3%), Boavista (89%), Maio (82%) e Brava (81%), são as ilhas com maior taxa de Alfabetização, situada acima da média nacional. A taxa de alfabetização juvenil é elevada em todas as ilhas, com destaque para a ilha do Maio, onde atinge 99%.

Mapa 1: Taxa de alfabetização



Um outro objectivo pretendido com a alfabetização de adultos é utilizá-la como estratégia de redução e combate à pobreza. Segundo dados do INE a taxa de analfabetismo reduziu-se de 37% em 1990 para 25% em 2000 e para 21% em 2006.

Nível de instrução e nível académico

A maioria (56%) dos indivíduos com 4 anos ou mais possui o nível básico de instrução, enquanto que cerca de 31% possui nível secundário e apenas 4% tem nível pós-secundário, médio ou superior. Mais de metade (52%) ainda não completou o nível básico, 40% tem o nível básico completo, 5% o nível secundário completo (12 anos de escolaridade) e 2% tem, pelo menos, 3 anos do pós-secundário completo.

Analisando por grandes grupos etários, pode-se aferir que entre os jovens (15-24 anos) 66% possuem o nível secundário, 30% o nível básico e 3% o nível pós-secundário. No que diz respeito ao nível académico, 72% dos jovens já possuem o nível básico completo, 12% o nível secundário completo e 1%, pelo menos, 3 anos do pós-secundário completo.

Entre os adultos, indivíduos com 25-49 anos, 65% possuem o básico, 21% o secundário e 7% o pós-secundário como nível de instrução. Como nível académico, observa-se que mais de metade dos adultos (56%), de 25-49 anos, não completaram o nível básico. 32% tem o nível básico completo, 5% o nível secundário e 6% possuem, pelo menos, 3 anos completos do pós-secundário.

Quadro 15: Distribuição percentual dos indivíduos por nível de instrução e académico

	Grupos etários											
	4 e mais			15-49			15-24			25-49		
	Sexo			Sexo			Sexo			Sexo		
	T	F	M	T	F	M	T	F	M	T	F	M
Nível de instrução												
Pré-escolar	5,7	5,6	5,7	0	0,1	0	0	0	0	0,1	0,1	0
Alfabetização	3,2	4,5	1,9	3,5	4,8	2,2	0,9	1,1	0,8	5,9	8,2	3,7
Básico	56,4	54,9	57,8	48,2	46,8	50	30,4	26,9	34	64,7	64,5	65
Secundário	31,2	31,7	30,7	42,8	43,1	42	65,8	69	63	21,4	19,9	23
Médio	0,9	0,8	0,9	1,3	1,2	1,4	0,4	0,4	0,3	2,2	1,9	2,4
Superior	2,5	2,4	2,5	3,8	3,8	3,8	2,1	2,4	1,9	5,3	5,1	5,6
SR	0,3	0,2	0,4	0,4	0,2	0,5	0,3	0	0,5	0,5	0,4	0,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nível académico												
S/ nível académico	52,3	52,2	52,4	36,6	37	36	15,7	13,9	17	55,9	57,6	54
Básico Completo	39,9	40,1	39,6	51,1	50,8	51	71,5	72,1	71	32,1	31,7	33
Sec. Completo	5,2	5,2	5,2	8,4	8,4	8,5	11,7	12,8	11	5,4	4,5	6,3
Pós-secundário	2,3	2,3	2,4	3,5	3,6	3,4	0,8	1,1	0,5	6	5,8	6,2
(3 anos completos)												
SR	0,3	0,2	0,4	0,4	0,2	0,5	0,3	0	0,5	0,5	0,4	0,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: QUIBB 2006

Nível de instrução por ilha

As ilhas de Santo Antão (16%) e do Fogo (14%) registam as mais altas taxas de indivíduos sem instrução, em contraste com as ilhas do Sal (7%) e da Boa Vista (7%). As ilhas da Boa Vista, São Nicolau e Fogo apresentam a maior percentagem de indivíduos que completaram o ensino básico.

A nível do ensino superior, São Vicente é a ilha que tem maior percentagem de indivíduos com formação superior (3,4%) seguida das ilhas do Sal (3%) e de Santiago (2,5%) respectivamente, estando por isso acima da média nacional (2,2%). Abaixo da média nacional encontram-se as ilhas da Brava (0,1%), Fogo, Maio e São Nicolau com 0,4% respectivamente.

A nível do secundário, a ilha com maior percentagem é a do Sal (35%), seguida da ilha de Santiago (29%) e da Boavista (28%). As ilhas da Brava (19%), São Nicolau (19%), Fogo (22%) e Santo Antão (24%) se encontram abaixo da média nacional.

Quadro 16: População de 4 anos ou mais por ilha segundo o nível de instrução por ilha

	SN	PRE	ALFA	EB	SEC	MED	SUP	SR		SEC e +
Santo Antão	15,9	3,8	4,1	51	23,7	0,8	0,5	0,2	100	25
São Vicente	11,4	3,4	2,9	51,8	26	0,9	3,4	0,1	100	30,4
São Nicolau	13,5	4,8	2	60,1	18,8	0,3	0,4	0,2	100	19,4
Sal	6,9	5	1,8	47	34,6	1,4	2,9	0,5	100	38,9
Boa Vista	6,6	4,5	3,4	55,2	27,5	0,7	1,1	1,1	100	29,3
Maio	9,9	4,6	5,1	53,7	25,4	0,9	0,4	0	100	26,7
Santiago	12,1	5,7	2,6	46,6	29,4	0,7	2,5	0,5	100	32,7
Fogo	14,2	4,6	2,9	55,1	22,3	0,4	0,4	0,1	100	23,1
Brava	9,7	6,5	1,9	62,4	18,5	0,5	0,1	0,4	100	19,1
Cabo Verde	12,2	5	2,8	49,4	27,3	0,8	2,2	0,3	100	30,3

Fonte: INE

A população escolar tem aumentado ao longo dos anos em consequência do aumento da escolaridade obrigatória de quatro para seis anos. A partir do 7º ano de escolaridade verifica-se uma diminuição de alunos, em parte explicada pelo abandono escolar.

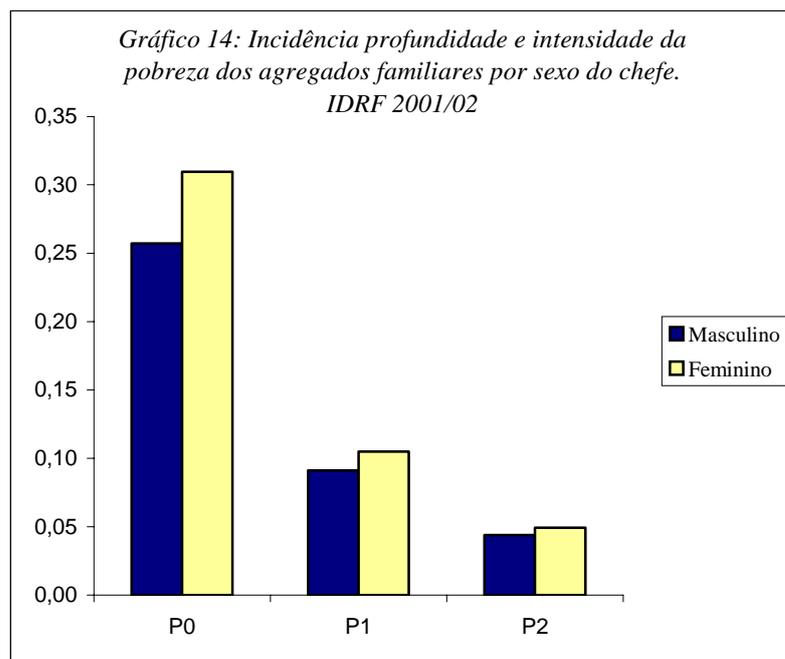
3.2.5. Pobreza, emprego e bem-estar

Cabo Verde continua sendo um país com elevado nível de vulnerabilidade, não obstante os progressos alcançados a nível político, económico e social desde a independência. A vulnerabilidade do país decorre, em larga medida, da sua localização geográfica, integrando o grupo de países do Sahel, região particularmente afectada pela seca e pela desertificação, pela escassez de recursos naturais e incipiente base produtiva.

Os sucessivos governos têm envidado esforços, com a ajuda dos parceiros, no sentido de promover o crescimento económico e o desenvolvimento social, sendo a luta contra a pobreza uma constante das políticas públicas.

Segundo os dados do Inquérito às Receitas Familiares /Condições de Vida das Famílias realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2001-2002, 37% da população total é considerada pobre, residindo na sua maioria (62%) no meio Rural. Dos pobres, cerca de 54% são considerados muito pobres, o que corresponde 20% da população total. Cerca de 51% dos pobres são mulheres.

Quando o chefe de família é homem, a incidência da pobreza é inferior às situações em que o chefe de família é mulher. Contrariamente, não existe grandes diferenças quanto a profundidade e a gravidade da pobreza.



A profundidade da pobreza é de 10%, o que significa que, se a pobreza fosse exclusivamente um problema de privação de recursos, para erradicá-la seria necessário distribuir aos pobres um mínimo de 10% do montante equivalente à linha da pobreza monetária. Entre os pobres as desigualdades são inexpressivas, sendo a variabilidade do consumo de 5%.

Entre 1989 e 2002 a pobreza absoluta reduziu-se de 49 para 37%, o que é considerado uma boa performance, muito embora as desigualdades tenham aumentado.

Além de ter a maior incidência de pobreza, Santo Antão, apresenta o índice de profundidade mais elevado (0,22). Dos 173.000 pobres, aproximadamente 95.000, ou seja 55%, vivem na ilha de Santiago, sendo 22.000 na cidade da Praia e 73.000 no resto da ilha. Em Santo Antão vivem 16% dos pobres, enquanto que nas ilhas de São Vicente e do Fogo vivem, respectivamente, 11 e 10% da população pobre do país.

A pobreza é mais acentuada no meio rural. Assim, cerca de 51% da população rural é pobres, contra 25% da população urbana. Dos 173.000 pobres, aproximadamente 108.000, ou seja 62%, vivem no meio rural.

Pobreza, género e educação

A pobreza, sendo um fenómeno multidimensional e multifacetado, deve ser analisado sob perspectivas diferentes, designadamente, em função do género, da idade, do nível de instrução, da condição perante a actividade económica, etc..

A pobreza tem maior incidência no seio dos agregados familiares chefiados por **mulheres** (DECRP). Analisado sob o ponto de vista da profundidade e da intensidade, o factor género na chefia do agregado familiar não determina diferenças expressivas.

Todavia, apesar da incidência ser sensivelmente igual entre homens e mulheres, estas últimas constituem um grupo de maior risco e vulnerabilidade, determinadas por menor nível de instrução, maior taxa de desemprego e menor nível salarial.

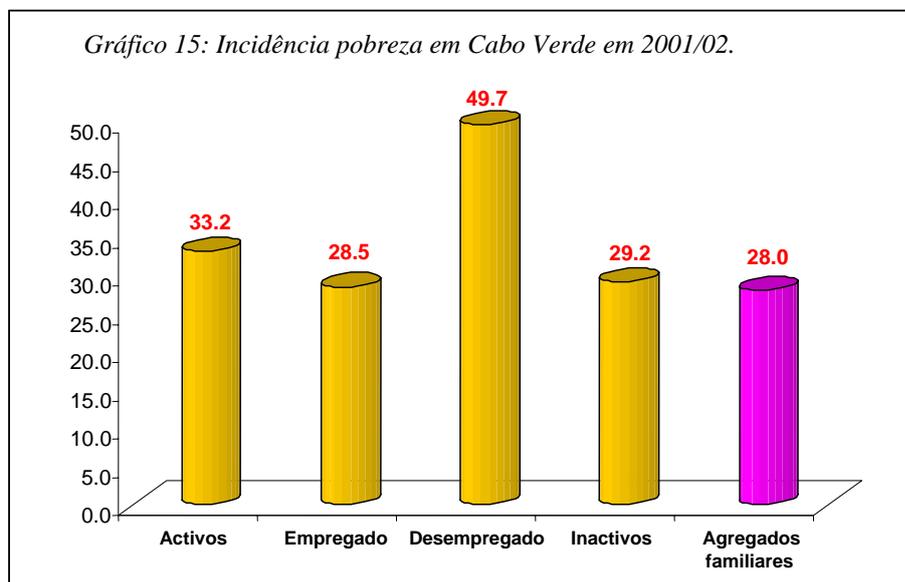
A população pobre é muito **jovem**, tendo cerca de 49% dos pobres idade inferior a 15 anos. As famílias muito pobres têm um número de filhos superior à média, o que faz baixar o rendimento *per capita* dos membros do seu agregado.

A **educação** é também um elemento que influencia e determina a pobreza. Em geral, registam-se os maiores níveis de incidência, profundidade e gravidade da pobreza no seio dos agregados familiares cujos chefes não possuem qualificação.

Pobreza e emprego

Em Cabo Verde cerca de 64% do rendimento das famílias provém do trabalho. O emprego é, assim, uma forte determinante do rendimento e por consequência, das condições de vida / pobreza. Entretanto, a política de emprego deve considerar não apenas a dimensão da geração do emprego, mas também a remuneração condigna, pois cerca de 29% da população empregada é pobre.

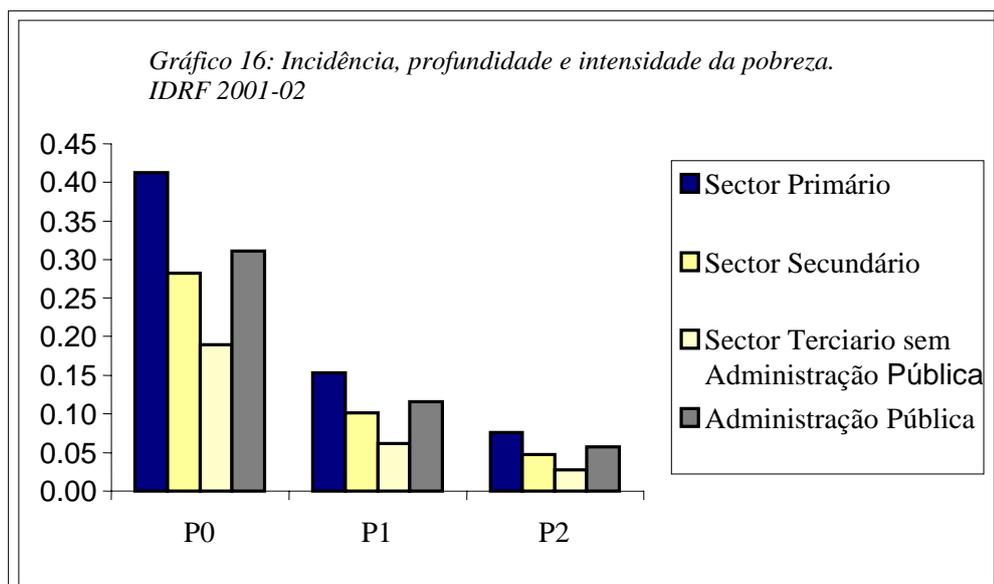
A **actividade económica** determina, de forma substancial, a propensão para ser pobre. Na verdade, é entre os trabalhadores da agricultura e da pesca que existe maior propensão para ser pobre. Cerca de 1/3 dos pobres que trabalham nesse sector vivem abaixo do limiar da pobreza, seguidos dos que trabalham nas actividades de comércio e da construção civil, respectivamente. A agricultura, o comércio e a construção geram cerca de 56% do emprego a nível nacional. Fogo é a ilha mais dependente dessas actividades, (77%) seguida das ilhas de Santo Antão e de Santiago, com 57% e 58%, respectivamente.



A nível nacional, cerca de 40% dos ocupados são trabalhadores não qualificados. A grande maioria da mão-de-obra com maior nível de qualificação, ou seja, dos trabalhadores que exercem profissões mais qualificadas, estão em Santiago, São Vicente e Sal.

A profundidade da pobreza das famílias pobres cujo chefe trabalha na administração pública situa-se em cerca 3 pontos percentuais abaixo da profundidade da pobreza das famílias pobres cujo chefe trabalha no sector primário. A desigualdade entre as famílias pobres distancia-se a 2% da desigualdade entre os pobres da administração.

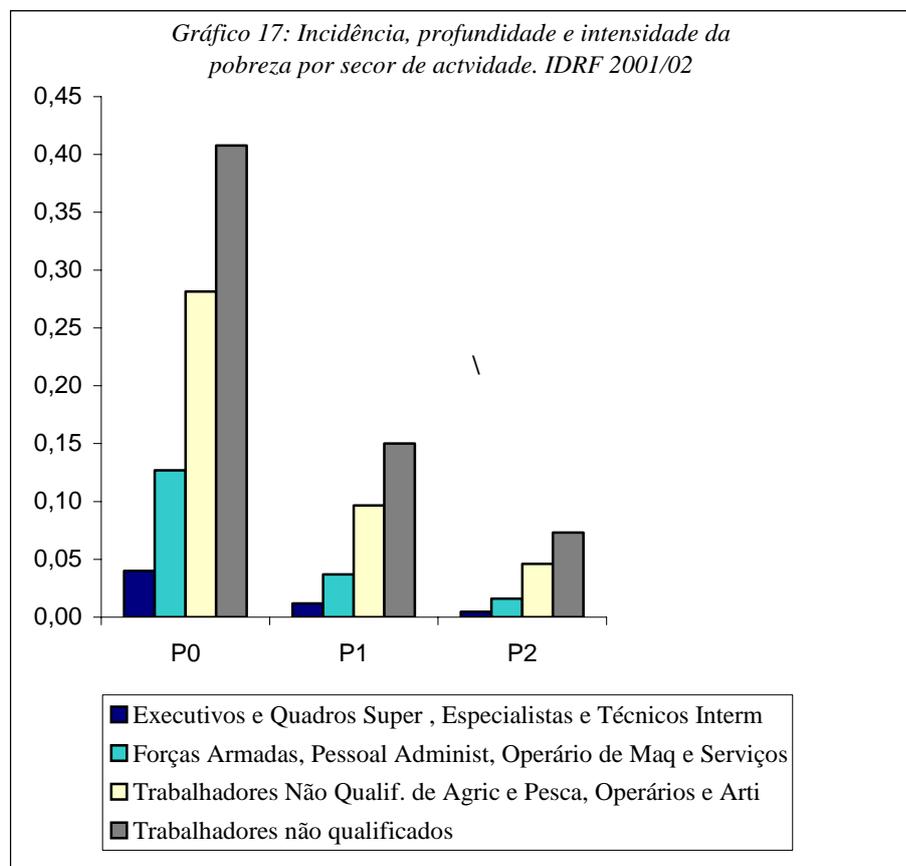
Os empregados pobres (29%) são, sobretudo, indivíduos que trabalham no sector primário, caracterizado pela precariedade dos empregos e por baixos salários.



Cerca de 1/3 da população activa é pobre. Do total das mulheres, 48% são inactivas contra, apenas, 30% do sexo masculino.

O desemprego afecta de forma mais acentuada os pobres do que os não pobres. Cerca de 20% da população pobre está no desemprego há mais de 12 meses, o que contrasta com os 10% da população não pobre. A taxa de desemprego da população pobre era, em 2002, de 33%, ou seja o dobro da taxa de desemprego da população não pobre (16%), enquanto que para o conjunto da população a taxa de desemprego é de 18%, cerca de quatro pontos percentuais acima do nível de 2002.

A taxa de desemprego entre a população pobre é de 29% entre os indivíduos do sexo masculino e de, sublinha-se, 46% para os indivíduos do sexo feminino. O desemprego é sobretudo de longa duração (mais de 12 meses) e as mulheres são as mais afectadas (58% do total).

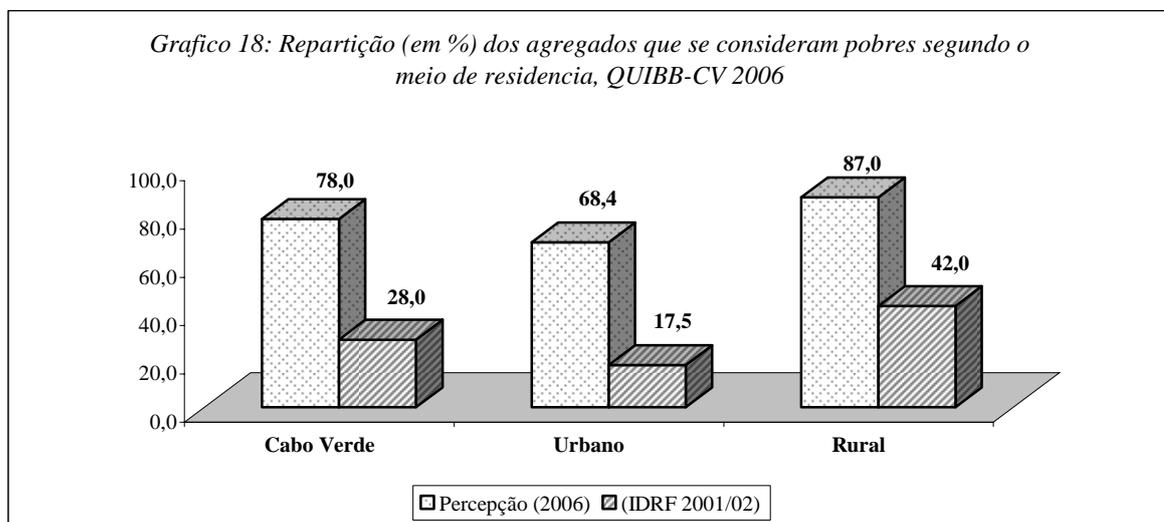


Percepção subjectiva da pobreza

A percepção subjectiva da pobreza permite, doravante, abordar o fenómeno na perspectiva da população, que pode avaliar o seu nível de bem-estar de forma diversa ou não, convergente com os padrões nacionais ou internacionais, e em especial os padrões de medida da pobreza monetária.

De acordo com os dados do QUIBB 2006, 78% das famílias cabo-verdianas consideram-se pobres. Esta percentagem demonstra que os cabo-verdianos se consideram muito mais pobres do que o são na realidade. Com efeito, segundo o perfil da pobreza, apenas 28% dos agregados familiares são pobres ou seja têm um nível médio de despesas por indivíduo inferior a 43.250 escudos. Os residentes no meio rural

são os que mais se consideram pobres (87%), apesar de no meio urbano também este valor ser elevado (68%).



Quer a nível nacional, quer dos meios de residência, os agregados chefiados por mulheres (81%) consideram-se mais pobres que os chefiados por homens (75%).

Os cabo-verdianos associam a pobreza, principalmente, à privação total, à falta de dinheiro e de trabalho. Cerca de 28% dos agregados familiares consideram que ser pobre é não ter trabalho e cerca de 35% considera que ser pobre é não ter dinheiro.

O conceito de pobre varia consoante o meio de residência ou concelho. Enquanto que no meio urbano o principal conceito de pobre é aquele que não tem comida (42%), no meio rural pobre é aquele que não tem nada (41%).

Bem-estar

O número de divisões da casa, os materiais utilizados na edificação, o regime de ocupação, a posse de casa de banho e retrete, o acesso a água potável, o tamanho e nível de conforto das unidades de alojamento e a posse de equipamentos domésticos são elementos determinantes do bem-estar.

O arrendamento parece ser um regime predominantemente urbano. Assim, no meio urbano mais de ¼ dos agregados (28%) habitam em casas arrendadas/subarrendadas e 59% habitam em casas próprias. No meio rural mais de ¾ vivem em casas próprias (79%), 15% em casas cedidas e somente 6% habitam sob o regime de arrendamento.

A nível nacional, a maioria dos cabo-verdianos possui casa própria (69%) e apenas 16% vivem em casas arrendadas. A nível das ilhas, Maio é a ilha com maior percentagem de indivíduos com casa própria (80%) seguido da ilha de Santiago (76%). A ilha do Sal tem maior percentagem de indivíduos que vivem em casas arrendadas (40%).

Nível de conforto

Quadro 17: Acesso à água, saneamento, energias domésticas, acesso à comunicação e posse de equipamentos por ilha

	Água Potáv	Água Canal	WC e retrete	Lixo no Carro ou conten	Águas Resids Adequ	Gás Na cozin	Electri cidade	1 ou + Telef /Móvel	Compu tador	TV	Frigor	Fogão Gás ou Elect
CV	84,9	39,4	49,9	53,8	30,5	58,3	66,9	67,3	7,7	62	48,5	78,3
Santo Antão	86,4	48	40,3	39,3	18,4	42,8	69,3	60,8	2,7	55	33,2	62,2
São Vicente	87,4	38,2	58,8	78,4	56,1	86,3	82	72	10	75	62	88,8
São Nicolau	92,5	37,4	47,4	77,2	10,7	56,5	70,3	72,8	3,4	64	54,1	84,4
Sal	99,4	50,3	77,6	98,4	73,7	91,7	87,1	82,2	19,9	81	70,3	90,2
Boavista	93,3	29,6	57,5	62,2	35,7	82,3	84	76,1	9,4	74	59,3	91,8
Maio	98	69,3	45,1	86,1	14,1	53,3	85,2	71,4	4,5	73	50,9	68
Santiago	72	32	30,2	24	26,4	29,4	43,3	57,3	3,3	44	28,4	69,2
Fogo	75,9	25	50,5	24,8	4,5	34,5	36,7	58,6	3,5	41	27,2	70,6
Brava	87	38,8	48,9	56,6	13,2	57,5	79	70,7	5,7	71	50,6	75,6

Fonte : INE QUIBB 2006

Em Cabo Verde o acesso à electricidade é ainda um privilégio essencialmente dos não pobres. A grande maioria (85%) dos agregados com acesso a energia eléctrica não é pobre. Em média, 70% dos agregados familiares utilizam a electricidade como principal fonte de iluminação. Cerca de 78% dos agregados familiares utilizam, principalmente, o gás como fonte energética. A cobertura eléctrica é muito elevada na ilha do Sal (87%), Maio (85%), Boavista (84%) e S. Vicente (82%).

Em relação ao abastecimento de água, a grande maioria das famílias (85%) obtém água de fonte convencionalmente potável, ou seja, da rede pública, de chafariz ou de autotanque. Contudo, não se pode descurar o facto de que ainda apenas 39% das famílias têm ligação à rede pública de água, ou seja, ainda a maioria obtém água de fonte mais cara (chafariz).

No domínio do saneamento, Sal desponta como a ilha com melhor perfil sanitário do país, com a segunda maior cobertura de água de rede pública (50%) a maior proporção de famílias com casa de banho e retrete (78%), com evacuação adequada de águas residuais (74%), com acesso a um sistema de evacuação de resíduos sólidos (98%) e com uso de gás na cozinha (91%).

Segue-se a ilha de São Vicente, onde a maioria das famílias tem casa de banho e retrete (59%) e tem acesso a um sistema de evacuação de resíduos sólidos (78%).

Pelo baixo nível de cobertura, associado ao seu peso populacional, Santiago está em pior situação. Com efeito, nesta ilha onde menos de 1/3 das famílias tem água canalizada, apenas 30% das famílias têm casa de banho com retrete, apenas 24% têm acesso a um sistema de evacuação de lixo e apenas 26% dão destino adequado às águas residuais, ou seja, a maioria das famílias atira o lixo doméstico e as águas residuais em redor da casa ou na natureza. Juntam-se a Santiago, as ilhas do Fogo e da Brava.

3.3 Perspectivas de médio prazo

3.3.1 Linhas orientadoras da Política Macroeconómica

O crescimento do PIB tem sido suportado pelo consumo e por forte investimento público e privado, graças ao forte crescimento do investimento directo externo, dirigido, sobretudo para o desenvolvimento de infra-estruturas e para o sector do turismo. As perspectivas para 2007 são bastante boas, sendo a taxa de crescimento projectada para 6.9%.

A inflação tem sido dominada nos últimos anos, tendo, entretanto, atingido em 2006 cerca de 5.4%, reflectindo em grande medida o efeito dos preços internacionais do petróleo e a falta de alguns géneros alimentícios. A taxa de inflação do ano 2007 foi de 4,5%, ou seja acima das previsões consideradas no âmbito do orçamento do Estado mas abaixo do nível do ano anterior.

A política fiscal tem sido coerente com a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida. Em 2006, o défice foi de 3.9% do PIB, reflectindo as receitas tanto do IVA como das alfândegas, bem como um maior controlo das despesas públicas.

A política monetária incidiu no reforço da sustentabilidade da paridade. Fortes investimentos privados, com destaque para investimento directo externo, a par de um bom desempenho das exportações, levaram a um aumento das reservas externas. As reservas em divisas atingiram 3.0 meses de importações em finais de Dezembro de 2006, face a 2.8 meses em Dezembro de 2005.

Segundo o último Relatório (datado de Junho do corrente ano) da Missão Conjunta do Grupo de Apoio ao Orçamento, integrado pelo Banco Mundial, Comissão Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, Países Baixos, Áustria e Espanha, Cabo Verde registou nos últimos anos um forte desempenho macroeconómico, sustentado por sólidas políticas macroeconómicas. Como resultado, o crescimento em 2006 foi calculado em 6.5% e o desemprego baixou para 18.3% em 2006, menos 6.1 pontos percentuais que em 2005.

Por isso, o Programa do Governo para a presente legislatura propõe consolidar e melhorar os ganhos alcançados nos últimos anos nos domínios social e económico. Nesta linha, perspectiva, nomeadamente, um Cabo Verde com *“Um crescimento continuado e de forma sustentada da economia, pautado pela modernização do país, elevação do conhecimento, da inovação, qualificação acelerada dos recursos humanos e dos serviços públicos indutores do desenvolvimento e do progresso”*. De forma específica, o Programa do Governo traça dois objectivos maiores no domínio da política económica para a presente legislatura: (i) reduzir, drasticamente, a taxa de desemprego, cuja meta foi estabelecida para níveis inferiores a 10% e (ii) assegurar um ambiente de crescimento acelerado e robusto da economia, num quadro de reforço e fomento do sector privado, com o PIB a crescer a um nível de dois dígitos.

Esses objectivos deverão ser alcançados através: (i) da dinamização dos sectores dinâmicos da economia onde a possibilidade de criação de vantagens competitivas se conjuga com a propensão para criação do emprego, (ii) do fortalecimento de linkages intersectoriais que condicionam a promoção dos sectores dinâmicos e a implementação de medidas de políticas transversais e de coordenação operativas entre esses sectores que facilitem o crescimento harmonizado entre eles, (iii) da remoção ou eliminação progressiva dos factores inibidores da competitividade, (iv) da implementação de políticas, programas e instrumentos de promoção do investimento privado e de desenvolvimento empresarial.

Especificamente, a redução do desemprego passará pela dinamização dos sectores mais dinâmicos e susceptíveis de induzir efeitos positivos sobre o mercado de emprego e pela implementação de medidas efectivas e audazes de política susceptíveis de produzir efeitos transversais imediatos sobre a economia, designadamente nas áreas da formação técnica e profissional, das infra-estruturas básicas, dos

transportes, da produção de inertes, das telecomunicações, da energia e água, etc., por forma a reforçar a competitividade das empresas e promover o investimento e o desenvolvimento do sector privado.

O Governo propõe-se, ainda, velar pela optimização de factores estratégicos fundamentais da competitividade global que constituem vantagens competitivas importantes para a atractividade do investimento privado, quais sejam:

- Boa Governação, com realce para os aspectos ligados à transparência das operações da administração pública, promoção e protecção do investimento privado, da propriedade, liberdade e direitos cívicos, prevalência da lei, do direito à segurança física de pessoas e da propriedade;
- Estabilidade macroeconómica, traduzida por políticas orçamentais e monetárias prudentes que reforcem a estabilidade da moeda, permitam a existência de um nível de reservas adequadas às necessidades das operações económicas externas do país, reforcem a sua credibilidade externa e mantenham a taxa de inflação a níveis baixos comparáveis aos países desenvolvidos.

A boa governação resulta de uma cada vez maior transparência na gestão das finanças públicas, da liberdade dos direitos civis e prevalência de um clima de segurança física das pessoas e bens. Por sua vez, a estabilidade macroeconómica será preservada graças a alguma tradição democrática do país, da estabilidade da moeda nacional ancorada ao Euro e de uma gestão prudente das finanças públicas, nomeadamente através de um controle rigoroso das despesas públicas.

Só um crescimento económico forte e sustentado permitirá melhorar as receitas das famílias e do Estado e, ao mesmo tempo, melhorar de forma durável, as condições de vida da população.

3.3.2. Paridade fixa do escudo em relação ao Euro

Cabo Verde possui um Acordo de Cooperação Cambial com Portugal, assinado a 13 de Março de 1998, corporizado em cinco documentos fundamentais, dos quais se destaca o Acordo, propriamente dito, que fixa o quadro geral em que se desenvolvem as relações cambiais entre Portugal e Cabo Verde e mais quatro documentos de concretização técnica das disposições do Acordo.

O Acordo fixa três objectivos essenciais:

1. Criar condições para o incremento de fluxos comerciais e de investimento entre Portugal e Cabo Verde;
2. Apoiar o processo de reformas estruturais da economia cabo-verdiana, no sentido do ajustamento, da abertura ao exterior e da modernização;
3. Estabilizar as relações cambiais entre os dois países como condição para o sucesso dos dois objectivos anteriores.

Com a adesão de Portugal ao Acordo que estabeleceu a Zona Euro, o Acordo, inicialmente de âmbito bilateral, foi assumido pelo colectivo dos países da Zona, passando assim a ter abrangência a nível de toda a Zona Euro.

O Acordo pressupõe uma opção estratégica por parte de Cabo Verde de ligação preferencial a Portugal e à União Europeia, como forma de assegurar as condições para o seu desenvolvimento.

O regime cambial cabo-verdiano decorrente desse Acordo assegura a convertibilidade do Escudo cabo-verdiano ao Euro, através do peg, um instrumento essencial para a concretização dos objectivos previstos no Acordo.

A União Europeia passou a garantir a convertibilidade do Escudo, através da abertura de uma facilidade de crédito assegurada por Portugal, no montante de cerca de 50 milhões de Euros, para reforço das reservas cambiais de Cabo Verde.

Por sua vez, Cabo Verde adopta os critérios do Tratado de Maastricht, comprometendo-se, por conseguinte, a implementar medidas de política económica compatíveis com a salvaguarda da paridade cambial entre o Escudo e o Euro e com a criação de condições propiciadoras a uma gestão rigorosa da facilidade de crédito concedida.

A experiência da implementação do Acordo é considerada por todos como bastante positiva, tendo permitido aumentar a transparência do peg fixo ao Euro e reduzido a volatilidade da inflação, por um lado e, por outro, a paridade fixa ao Euro constitui uma boa âncora para as expectativas de inflação em Cabo Verde.

O Acordo de Cooperação Cambial veio consubstanciar a relação económica privilegiada de Cabo Verde com a União Europeia e consagrar a opção estratégica de Cabo Verde pela Zona Euro como “âncora” de desenvolvimento da economia cabo-verdiana.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL DO EMPREGO

4.1. Enquadramento legal do emprego

O emprego é um direito que está legalmente reconhecido a todos os cidadãos, cabendo aos órgãos públicos de soberania promover condições para o seu exercício efectivo. Neste contexto, Cabo Verde ratificou as principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) designadamente, no que concerne à abolição do trabalho forçado, a discriminação sobre o emprego e a profissão, a liberdade e a protecção do direito sindical, o direito de organização e de negociação colectiva, a igualdade das remunerações, a proibição do trabalho infantil, a segurança e a saúde dos trabalhadores. Estas convenções foram incorporadas na legislação nacional, em particular, na Constituição da República e no Código Laboral. A idade mínima em Cabo Verde para trabalhar é de 14 anos, contando com restrições até à idade de 18 anos.

A fiscalização do direito ao exercício do trabalho em condições de segurança e de higiene e com respeito dos direitos laborais é da competência da Inspeção Geral do Trabalho, com recurso para os Tribunais.

4.2. Enquadramento Institucional do Emprego

Em 1994 foi criado o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) hoje sob a tutela do Ministério de Emprego e Qualificação, que detêm a pasta do emprego.

Os estatutos do IEFP foram aprovados por Decreto-regulamentar, em conformidade com o disposto na parte final do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 96/V/99, de 22 de Março. O IEFP é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

É a entidade que tem como atribuições a promoção do emprego e o desenvolvimento da formação profissional, incumbindo-lhe, designadamente: assegurar o secretariado do Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional; assegurar a gestão do Fundo de Promoção do Emprego e Formação; contribuir para a definição, execução e avaliação de políticas, estratégias e programas de emprego e formação profissional que correspondam às necessidades de valorização dos recursos humanos; participar na coordenação das actividades de cooperação técnica com organizações nacionais e

internacionais e com países estrangeiros, nos domínios do emprego e formação profissional; e ainda desenvolver metodologias e técnicas de intervenção adequadas.

Na sua tarefa de assegurar o secretariado do CNEFP, cabe ao IEFP, engendrar e fornecer, periodicamente, informações sistematizadas sobre a conjuntura, o desenvolvimento e as disposições observadas aos níveis nacional, regional e sectorial, sobre : mercado do emprego; disponibilidade de mão-de-obra e mobilidade dos trabalhadores; mercado da formação profissional; programas de formação oferecidos pelos centros e estabelecimentos de formação profissional; programas de formação, com repercussão em áreas profissionais e técnicas, oferecidos por outros agentes provedores de formação; necessidades e capacidades específicas (nacionais, regionais e sectoriais) nas áreas de engenharia das formações e da formação de formadores; estado dos recursos humanos, dos níveis de formação e das competências disponíveis, tanto no país como entre os cabo-verdianos residentes no estrangeiro passível, de serem convidados a participarem em projectos, programas ou acções de formação profissional, de promoção do emprego, de fomento empresarial ou de desenvolvimento do espírito e capacidade empresarial; programas de promoção de emprego e de apoio e fomento de micro-empresas; programas de intervenção e realizações específicas dos centros regionais de emprego.

Constituem, ainda, competências IEFP compreender e apontar medidas de política que estimulem o emprego e a formação profissional, concebendo a assistência e a promoção da inserção profissional no mercado de trabalho de jovens, mulheres, deficientes e outros grupos desfavorecidos.

O IEFP estrutura-se, actualmente, em quatro departamentos: o Departamento do Emprego; o Departamento da Formação; o Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação e o Departamento da Administração e Finanças.

Na actual configuração, o Departamento do Emprego trabalha de forma articulada com INE e com a Comissão Nacional de Emprego e Formação (CNEF) e subdivide-se em quatro divisões: (i) de Dados e Estatísticas, (ii) de Relações com Empresas; (iii) de Promoção e Empreendimento e (iv) de Análise e Promoção de Emprego.

A instância de discussão das reivindicações laborais é o Conselho de Concertação Social, que presidida pelo Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, onde têm assento os representantes dos trabalhadores, do patronato, do Governo e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Existem no país duas grandes centrais sindicais. Os conflitos laborais são geralmente redimidos ao nível da Direcção Geral do Trabalho, com uma taxa de resolução entre 80% e 90%, cabendo ao resto, recurso pela via judicial.

O trabalho informal ocupa um lugar cimeiro no mercado de emprego em cabo Verde. Assim, dos 149.680 ocupados em 2006, cerca de 105.295, ou seja 70% do universo dos empregados, trabalhavam sem contrato, e assim sem qualquer vínculo formal. Pelo menos 95% das empregadas domésticas não têm qualquer vínculo formal. É no sector financeiro que existe menor precariedade laboral, onde apenas 7% dos empregados não têm vínculo formal.

Isto deve-se, em parte, ao facto de uma parte expressiva (43%) dos empregados cabo-verdianos não trabalharem para terceiros, sendo trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço (31%) ou trabalhadores familiares sem remuneração (12%).

A importância do trabalho informal sugere que as políticas de emprego em Cabo Verde tenham como referência a agenda do trabalho decente da OIT, visando assim a promoção do emprego formal ou informal com remuneração condigna, protecção social e direito sindical.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATEGIAS EM MATERIA DO EMPREGO

5.1. Principais elementos de política

Para vencer os desafios do desenvolvimento, Cabo Verde tem que apostar mais na qualificação dos seus recursos humanos de modo a minimizar os constrangimentos de carácter periférico e a carência de recursos naturais do país. No entanto, há que salientar que o sucesso das políticas levadas a cabo pelo Governo esbarra muitas vezes com as limitações da estrutura produtiva do país, caracterizada pelo forte peso das empresas familiares e a grande concentração da população dependente das actividades da agricultura e das pescas.

A capacitação dos recursos humanos deve adoptar como estratégias a formação técnica e profissional orientada para colocação no mercado de trabalho de profissionais com elevada competência técnica e sentido de profissionalismo, tendo como objectivo não só o aumento da empregabilidade, mas também a necessidade de corresponder e suportar a demanda específica de mão-de-obra que a actual dinâmica e tendência de desenvolvimento do país requerem, tendo presente a necessidade de prestação de um serviço de elevado padrão de qualidade e valor acrescentado, capaz de assegurar a competitividade da economia cabo-verdiana.

A década de noventa ficou caracterizada por grandes mudanças na estrutura da economia cabo-verdiana e pelo acentuado crescimento económico, com impacto considerável na redução do desemprego e da pobreza. É assim importante analisar as políticas dessa década e os respectivos impactos por forma a se identificar as boas-práticas a valorizar no quadro do Plano Nacional de Emprego 2007-2015.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento considerava a formação profissional, a formação a nível médio e superior e a reciclagem como acções prioritárias. A criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional em 1994 visou dotar o país de um instrumento de política indispensável à prossecução desse objectivo.

Este Plano previa:

(i) a criação de um sistema integrado de formação profissional de modo a criar competências profissionais adequadas às exigências do sistema produtivo e adequar as qualificações profissionais oferecidas por cada sub-sistema de ensino técnico ou vocacional, formação ocupacional e contínua;

(ii) a criação de um sistema nacional de certificação profissional, de forma a promover a integração das diversas formas de aquisição de competências profissionais, desenvolver um sistema integrado de qualificação profissional, facilitar a aquisição de competências profissionais e a mobilidade do trabalhador e promover mecanismos de articulação com o sistema educativo, particularmente com o ensino técnico; e

(iii) a promoção da formação profissional para sectores estratégicos, de modo a melhorar a produtividade e a competitividade da mão-de-obra dos sectores estratégicos, aumentar o nível de qualificação dos activos empregados e do tecido empresarial cabo-verdiano em geral e promover acções de formação de activos como instrumento essencial para uma maior competitividade de empresas.

5.2. Experiências e boas-práticas em matéria de política de emprego

Década de 90

Na década de 90 o sector da indústria foi eleito como um sector importante a desenvolver, constituindo, ao lado do turismo e da prestação de serviços internacionais, um dos eixos de inserção do país na economia mundial. No domínio da formação/qualificação, o objectivo do sector era garantir a participação,

no mínimo, de dois trabalhadores das empresas existentes nas acções de formação (em média de 3 a 4 acções por ano) e a formação para cerca de 2000 trabalhadores para os novos projectos.

Esses objectivos pressupunham a elevação do nível de formação/qualificação da mão-de-obra e valorização dos recursos humanos para o aproveitamento da posição geo-económica de Cabo Verde.

O objectivo principal era conseguir uma taxa média de crescimento do emprego de 13%, determinada essencialmente pelo aumento da actividade exportadora. O que pressupõe o fomento das micro-empresas e do sector artesanal e informal; a melhoria da utilização da capacidade produtiva instalada e reabilitação do parque industrial e a promoção de novos projectos. Esperando com isso a criação de cerca de 3.300 novos empregos.

Período 2001 – 2005

O programa do Governo da VI Legislatura pontuou a formação e o emprego como grandes prioridades, assente nas práticas modernas de promoção do emprego. Previa a promoção do emprego através do crescimento económico e do aumento da produção nacional, orientadas para a criação de novos empregos. O crescimento do investimento produtivo, essencialmente privado, nacional e estrangeiro, foi considerado o motor para a resolução do problema do desemprego. Entretanto, a necessidade de recuperar os equilíbrios macroeconómicos perdidos na sequência de políticas macro-económicas mais voluntaristas dos últimos anos da década de 90 levou à adopção de medidas restritivas com impacto sobre o ritmo de crescimento económico e, conseqüentemente, na oferta de emprego.

Foi assim que, embora a formação profissional fosse assumida como uma prioridade e uma arma poderosa no combate ao desemprego e do défice de qualificação em algumas áreas-chaves para a economia, apenas o Orçamento do Estado de 2005 veio a dar tratamento adequado a esta importante dimensão do desenvolvimento. Com efeito, nesse orçamento foram adoptadas algumas medidas em matéria de emprego, como o incentivo às entidades empregadoras que contratem jovens ou desempregados de longa duração e financiamento para formação, através de atribuição de bolsas e pagamento de propinas a jovens com idade não superior a 35 anos.

Tratou-se, assim, de um quinquénio de relativo vazio em matéria de políticas activas de emprego, registando-se, apenas algumas medidas avulsas visando o combate do desemprego e a promoção do auto-emprego.

VII Legislatura 2006 – 2011

Uma das grandes prioridades do Governo para esta Legislatura é a formação e qualificação profissionais. O Programa do Governo prevê a implementação de um Plano Estratégico de Formação Profissional para o período de 2006-2010. O Governo prevê desenvolver parcerias com as empresas e outras entidades privadas, através de medidas específicas de fomento e de estímulo à participação de todos os actores sociais, tendo em vista o desenvolvimento da oferta em todo o país.

O Governo propõe-se, no domínio das políticas específicas de Emprego a:

- Desenvolver políticas activas de emprego em áreas fundamentais de desenvolvimento e contribuir para a redução significativa da taxa de desemprego, respondendo às necessidades do mercado de trabalho/emprego;
- Promover incentivos à criação de postos de trabalho, através da concessão de créditos para financiamento de pequenos projectos; da promoção e desenvolvimento de micro-empresas e de

actividades geradoras de rendimento, com base em critérios de rentabilidade que garantam a sua sustentabilidade; da promoção das iniciativas locais de emprego;

- Fomentar a integração de quadros superiores e médios nas pequenas e médias empresas;
- Dotar os serviços de emprego, as autarquias e outras entidades locais sem fins lucrativos, de dispositivos técnicos e financeiros de apoio coordenado ao desenvolvimento local e ao aproveitamento das oportunidades de emprego;
- Rever os incentivos fiscais e financeiros à criação de mais postos de trabalho para certas categorias sociais e desempregados de longa duração;
- Difundir a informação disponível, ao nível nacional e local, sobre novas áreas de emprego e novas condições de empregabilidade;
- Melhorar o apoio à mobilidade e flexibilidade e ao funcionamento dos mercados locais de emprego, com base na reforma dos serviços locais de emprego, nas suas funções de informação, colocação e orientação profissional e acompanhamento e intervenção ao nível local;
- Proceder à racionalização da legislação relativa às políticas específicas do emprego;
- Desenvolver a concertação estratégica com vista à promoção do emprego;
- Utilizar e dinamizar as instâncias permanentes de concertação para a promoção do emprego, envolvendo os diferentes actores relevantes e o apoio técnico necessário, tendo em vista a articulação das políticas de emprego e formação necessários ao aproveitamento dos apoios à criação do auto-emprego e das novas oportunidades de emprego.

Objectivos e metas traçados

De acordo com o Programa do Governo para esta Legislatura, foram traçados alguns objectivos e metas que por um lado possam contribuir para o crescimento económico e, por outro lado, para a criação de empregos. De entre os principais objectivos destacam-se:

- Equidade na distribuição dos benefícios do crescimento – um modelo de crescimento económico baseado em investimentos que contribuem para aumentar o emprego do factor trabalho, que estimule a equidade na distribuição desse crescimento e assim constituir um factor de facilitação do processo de desenvolvimento.
- O investimento em capital humano, educação e formação técnica e profissional, apoio aos pequenos produtores, promoção de micro e pequenas empresas, enfim, uma política económica e social que favoreça a integração dos pobres na economia e uma política salarial consistente com a estabilidade de preços e os ganhos de produtividade, de molde a contribuir para uma maior equidade na distribuição dos resultados do crescimento económico.

Como principais metas regista-se:

- Reduzir a taxa de desemprego para níveis inferiores a 10%, reduzindo assim a pobreza e proporcionar mais e melhor emprego.
- Promover o crescimento da economia e atingir taxas de crescimento do PIB de dois dígitos.

Para atingir essas metas, serão igualmente necessários:

- A promoção dos sectores dinâmicos da economia, onde a possibilidade de criação de vantagens competitivas se conjuga com a propensão para criação do emprego;
- A remoção ou eliminação progressiva dos factores inibidores da competitividade;
- A implementação de políticas, programas e instrumentos de promoção do investimento privado e de desenvolvimento empresarial.

5.3. Indicadores de resultados previstos

Programas	Indicadores de resultado	Avaliação
1. Consolidar, modernizar e expandir o sistema educativo	Taxa de escolarização primária líquida Taxa bruta de admissão do ensino secundário Taxa de alfabetização de adultos	A taxa de escolarização primária líquida deverá ser confirmada pelo GEP do Ministério da Educação A taxa bruta de admissão ao ensino secundário em 2005/2006 atinge 82,5%, taxa idêntica à meta definida no DECRP A taxa de alfabetização de adultos deverá ser confirmada pelo GEP do Ministério da Educação
2. Edificação de estruturas e criação de um sistema nacional de avaliação do emprego e formação	Nº de acções de formação profissional desenvolvidas	Na ficha da matriz de realizações são apresentados dados detalhados sobre a actividade da formação profissional. Dada a abrangência do indicador seleccionado, as informações disponíveis não permitem quantificá-lo
3. População e desenvolvimento	Política Nacional de população divulgada Plano de acção para a igualdade e equidade de género implementado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Política Nacional para a população foi revista e divulgada ▪ Atelier para a preparação do Censo da População e mobilização de fundos, realizado de 23 a 27 de Maio (PNUD) ▪ O IEGE – Instituto para a equidade e o Género foi instalado
4. Promover o emprego e fomentar a qualificação para resolver às necessidades do desenvolvimento social	Taxa de desemprego	

5.4. Estratégias adoptadas

Na década de 90 foram adoptadas algumas estratégias e orientações viradas para o crescimento económico e a criação de empregos. A orientação geral foi no sentido da liberalização da economia e sua reinserção na economia mundial, reposicionar o sector privado e atrair o capital estrangeiro.

Segundo os dados do Censo de 1990, a estrutura da população activa por categoria profissional era caracterizada por uma fraca proporção dos quadros médios em relação aos quadros superiores e um grande número de trabalhadores indiferenciados.

Neste sentido foram adoptadas estratégias no sentido de alargar o Ensino Secundário e Técnico às estruturas de formação profissional; reduzir a taxa dos trabalhadores indiferenciados e especializados em

benefício dos trabalhadores qualificados através da formação e duplicar a taxa dos quadros médios em relação aos quadros superiores e dirigentes.

Uma outra estratégia adoptada foi a criação de uma entidade responsável pela política de emprego e formação profissional de forma a trabalhar em estreita colaboração com as empresas de modo a permitir a identificação e a implementação de acções de formação com celeridade e adaptadas às exigências do mercado de trabalho.

No que concerne as estratégias de criação de empregos, apostou-se na dinamização do comércio à escala mundial, apostando no privado como um dos obreiros de um sector comercial dinâmico e competitivo a nível internacional e aumento da eficácia do sector através de um programa consequente de modernização.

Para a presente Legislatura o Governo elaborou seis eixos estratégicos em matéria do emprego e da formação profissional:

- Estruturação e edificação de um Sistema Integrado de Educação/Formação/ Emprego;
- Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações e Competências Profissionais;
- Estabelecimento de uma oferta formativa permanente para a Formação Profissional inicial;
- Promoção e desenvolvimento da Formação Contínua, com a participação das empresas e de outros parceiros sociais envolvidos na Formação Profissional;
- Criação e implementação de um Centro de Formação e actualização permanente para tutores e formadores;
- Organização de um sistema de informação estatística para a formação profissional, nomeadamente através da criação de um Observatório da Formação Profissional, com a finalidade de produzir estatísticas da formação profissional e o acompanhamento e análise da evolução desta actividade.

6. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO MERCADO DE EMPREGO

6.1. Marcos essenciais do mercado de emprego

Em termos gerais, o mercado de emprego cabo-verdiano caracteriza-se por acentuados desajustamentos, que se traduziram, ao longo do tempo, na criação insuficiente de empregos, no desemprego jovem, causado nomeadamente pelas perdas do sistema formal do ensino, nas assimetrias regionais, no baixo nível de habilitação da população activa e em situações de falta de expectativa de uma parte importante de inactivos considerados, no conceito operacional de emprego, como desencorajados.

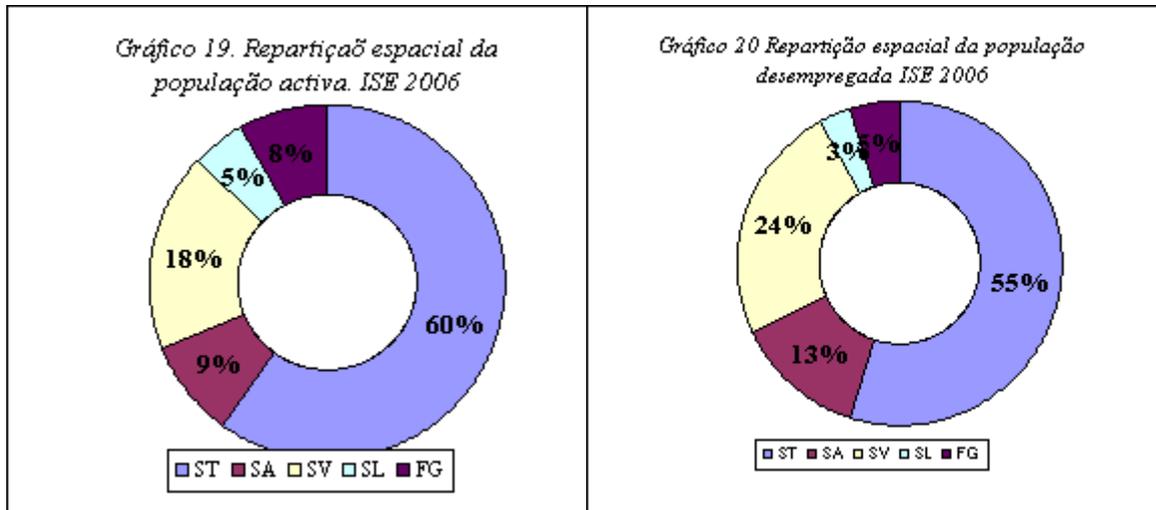
Quadro 18: Evolução da população activa, empregada e desempregada

	1990	2000	2005	2006
População de 15 anos e +	187.968	251.863	260.226	292.857,6
População activa	122.064	171.313	166.356	183.254
População empregada	91.015	141.725	125.745	149.680
População desempregada	31.049	29.588	40.611	33.574
Taxa Líquida de actividade	64,9	68,0	63,9	62,6
Taxa de desemprego (Lato)	25,4	17,3	24,4	18,3

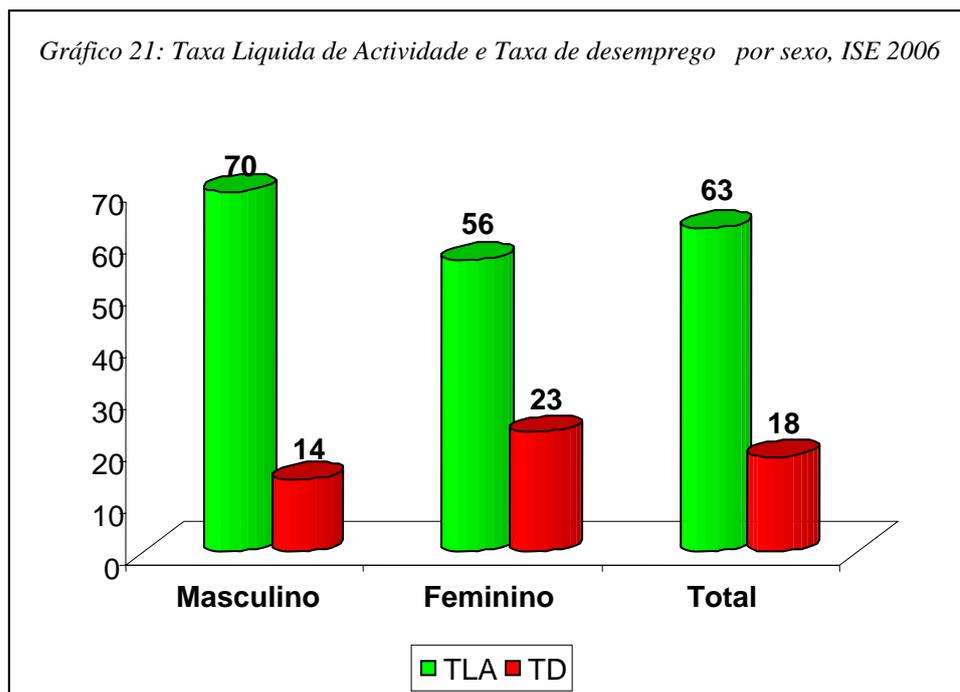
Fonte: 1990 – Censo 90 DGE 1996 – Inquérito Emprego IEFP 2000 Censo 2000 – INE 2005 e 2006 - ISE IEFP/INE

Em 2006 a população activa era de 183.254, ou seja, mais 61.190 activos de que 16 anos antes e 11.941 acima do volume da força de trabalho de 2000. A participação na força de trabalho cresceu na década de noventa, passando de 65% em 1990 a 68% em 2000. Entretanto, tem estado a baixar, passando para 64% em 2005 e 63% em 2006, sejam 1 e 2 pontos percentuais abaixo do nível de 1990 (Quadro 18).

Em Santiago encontra-se cerca de 60% da população activa e 55% dos desempregados de Cabo Verde, seguida da ilha de São Vicente com 18% dos activos e 24% dos empregados. Santo Antão é a ilha com maior incidência do desemprego com 9% dos activos e 13% de desempregados (Gráficos 19 e 20).



Em Cabo Verde o nível de desemprego tem oscilado consideravelmente. Assim, nos últimos 16 anos o país conheceu períodos de redução sensível e de agravamento considerável do desemprego. Em 2000 a taxa de desemprego era de 17%, cerca de oito pontos percentuais abaixo do nível de 1990. Agravou-se no primeiro quinquénio de 2000, atingindo 24% em 2005, conhecendo de seguida uma queda acentuada em 2006 (18%) (Gráfico 20).



Os homens têm maior participação na força de trabalho do que as mulheres e são menos afectados pelo desemprego. Cerca de 70% dos homens com idade igual ou superior a 15 anos são activos e 14% destes estão no desemprego, enquanto que apenas 56% das mulheres são activas e destas 23 estão no desemprego (*Gráfico 21*).

A redução do desemprego em 2006 afectou tanto os homens como as mulheres. O essencial do emprego líquido gerado (76%) ocorreu na agricultura e na indústria extractiva, e cerca de 47% do mesmo é do tipo auto-emprego, particularmente, no sector primário. A criação de emprego ocorreu sobretudo ao nível dos trabalhadores não qualificados. Assim, cerca de 82% da criação líquida de emprego ocorreu nas profissões com menor qualificação, também elas associadas a trabalhos agrícolas, o que mostra, uma vez mais, a sua precariedade. A agricultura continua sendo o maior empregador, com 30% do emprego, seguido do comércio (16%) e da construção (9%).

6.2. Perspectivas de evolução da população economicamente activa e da procura de emprego

Ano de base das projecções

A elaboração das perspectivas de evolução da força de trabalho e da procura de emprego no âmbito do presente estudo tem como ano de base 2006 e o essencial dos dados de base provém do Inquérito Semestral ao Emprego realizado em Outubro desse ano. Nesse ano a população com idade igual ou superior a 15 anos era de 292.858 indivíduos, dos quais 183.254 eram activos, resultando uma Taxa Líquida de Actividade de cerca de 63%, com tendência para crescer. Estes dados dizem respeito às ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo, cobertas pelo ISE 2006. Para efeitos das projecções ajustou-se o efectivo ao nível nacional de que resulta uma população de 15 anos ou mais de 302076 pessoas e uma população activa de cerca de 199189 individuo. Os dados do mesmo inquérito atestam que existe uma procura massiva de novos empregos por estudantes do ensino superior, o que se explica pela maior oferta de ensino profissional e superior no País, numa envolvente de redução substancial de bolsas de estudo para o exterior, pelo que a maioria dos estudantes procura emprego para custear os

estudos e outras despesas de subsistência. Estes passam, assim, à situação de activos, abandonando a classe dos inactivos.

O exercício que se segue visa fornecer cenários de evolução da procura de emprego para o horizonte do PNE, face às metas estabelecidas em matéria de redução do desemprego.

Evolução da população activa

A população activa é o produto da população com idade igual ou superior a 15 anos pela Taxa Líquida de Actividade. O seu cálculo permite projectar a parte da população com idade igual ou superior a 15 anos que passará a integrar a força de trabalho. Neste caso impõe-se apurar a Taxa Líquida de Actividade.

Para tanto, assumiu-se que com a estabilização a prazo dos efectivos nos níveis de ensino básico e secundário e a expansão dos efectivos do ensino profissional e superior, mas também com a expansão da oferta de trabalho, a Taxa Líquida de Actividade aumentará e tenderá a atingir, no horizonte do Plano, 72%, nível actual da ilha do Sal. Nesta última já predomina uma economia de prestação de serviços, baseada no sector privado, principal responsável pela geração do emprego. Possui o mais elevado nível de desenvolvimento humano do País, menor Taxa de desemprego, podendo servir de referência para Cabo Verde de 2015. Calculou-se por interpolação linear, o incremento anual da TLA para atingir aquele valor.

Resultados

Segundo as perspectivas demográficas (INE), a população com idade igual ou superior a 15 anos atingirá cerca de 343.435 indivíduos em 2011, horizonte desta legislatura e 370.194 no horizonte do PNE (2015). A população activa do país atingirá, assim, 238.391 indivíduos em 2011 e 267.253 em 2015. Nesta base cerca de 68 mil novos activos entrarão para o mercado de trabalho entre 2007 e 2015, sendo 39 mil até 2011 e 29 mil no período subsequente.

Atingir um crescimento económico de dois dígitos e uma Taxa de Desemprego de um dígito são as duas metas essenciais do governo para a presente legislatura, recentemente reasumidas pelos Parceiros Sociais no quadro do Acordo de Concertação Estratégica. O primeiro cenário será assim construído com a meta de uma taxa de desemprego de 9% em 2011, um segundo cenário assenta na realização deste objectivo no horizonte do PNE, isto é, em 2015 e, por último, um terceiro cenário intermédio de realização deste objectivo em meados do período que decorre entre o fim da presente legislatura e o horizonte do PNE, isto é, em 2013.

Primeiro cenário

Partindo de 18,3% em 2006, para se atingir uma taxa de desemprego de 9% em 2011, terão de ser criados cerca de 54 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2011. Admitindo que esta performance possa reduzir-se para metade após a presente legislatura, mesmo assim alcançar-se-ia uma taxa de desemprego de cerca de 5,3% no horizonte do plano, o que significa criar mais cerca de 90 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2015. Esta performance corresponde a uma geração média de 11 mil novos postos de trabalho por ano até 2011, e de 9 mil novos postos de trabalho por ano, entre 2011 e 2015.

Segundo cenário

O segundo cenário pressupõe que a meta de Taxa de Desemprego de 9% será atingido no horizonte do PNE, ou seja em 2015. Neste caso, partindo da taxa de desemprego de 18,3% em 2006, terão de ser gerados cerca de 44 mil novos empregos permanentes entre 2007 e 2011 e cerca de 81 mil novos

empregos permanentes de 2007 a 2015. Cabo Verde teria, assim, 243 mil empregados em 2015, com uma performance de geração de 9 mil novos empregos permanentes até 2011 e sensivelmente igual performance no período subsequente.

Terceiro cenário

O terceiro cenário é um cenário intermédio, que propugna por uma redução da taxa de desemprego para 9% em 2013, ou seja, no ano que medeia o fim da presente legislatura e o horizonte do plano. Este cenário prevê ainda que ocorrerá, a partir de 2013, uma redução para metade da performance de redução do desemprego, situações que colocariam a taxa de desemprego em 7,7% em 2015.

Nesta perspectiva, deverão ser gerados cerca de 68 mil novos postos de emprego entre 2007 e 2013, atingindo um total de 84 novos empregos permanentes entre 2007 a 2015. A população empregada deverá assim atingir cerca de 231 mil indivíduos em 2013 e 247 mil em 2015, o que pressupõe, em média, a geração de 10 mil novos postos de trabalho por ano até 2013 e uma média de 8 mil novos empregos nos dois últimos anos do PNE

6.3. Caracterização da oferta de emprego

6.3.1. Geração de emprego

Como acontece em outras sociedades, também em Cabo Verde o mercado de emprego caracteriza-se por um enorme desfasamento entre a procura e a oferta de emprego. Em Outubro de 2006, 149.684 cabo-verdianos de idade igual ou superior a 15 anos estavam ocupados, ou seja eram considerados empregados. Estes garantiram o trabalho necessário à geração de riquezas e auferiram ou não uma ou outra remuneração, foram os principais promotores da inovação e do crescimento económico.

A população empregada é relativamente jovem

A média da idade da população empregada de Cabo Verde é de 37 anos de idade. A maior parte da população empregada (51%) tem menos de 35 anos, ou seja, está concentrada nas faixas etárias 15-24 anos (25%) e 25-34 anos (26%). De referir que, a percentagem de indivíduos empregados com menos de 35 anos é maior na ilha do Sal (63%) e menor em Santo Antão (44%) (*Quadro 19*).

Quadro 19: População empregada por grupo etário, segundo a ilha

<i>Grupo etário</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
<i>Menos de 35 anos</i>	44,4	51,8	63	50,1	48,6	50,6
15-24 anos	16,7	19,6	25,6	26	29,4	24,5
25-34 anos	27,8	32,1	37,8	24,1	19,1	26,1
35-44 anos	31,1	27,7	21	24	19,5	24,6
45-54 anos	15,8	14,7	11,6	14,9	21,3	15,3
55-64 anos	4,6	4,2	2,8	4,8	6,3	4,7
65 anos e mais	4	1,7	1	5,9	4,3	4,6
NR	0	0	0,1	0,2	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Maioritariamente do sexo masculino

Os homens constituem a maioria da população empregada, tem maior participação na força de trabalho e são menos atingidos pelo desemprego. De cada 100 pessoas ocupadas, 55 são homens e 45 são mulheres, não obstante estas últimas serem maioritárias (51%) na população residente.

Menos instruídos

Em Cabo Verde a população ocupada tem, na sua grande maioria, baixo nível de instrução, do que resulta, pelo menos, o baixo nível de qualificação da mão-de-obra e da produtividade do trabalho. A grande maioria da população empregada com idade igual ou superior a 15 anos (61%) possui nível de instrução equivalente ao Ensino Básico (EBI), cerca de 29% possui o nível secundário e apenas 4% tem nível superior (*Quadro 20*).

Fogo é a ilha com maior percentagem de empregados com baixos níveis de instrução. Nessa ilha cerca de 72% dos empregados tem o nível Básico. Seguem-se-lhe as ilhas de Santo Antão (69%) e Santiago (60%).

Quadro 20: Distribuição da população ocupada por nível de instrução

<i>Nível de instrução</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Alfabetização	5,2	1,5	1,7	3,6	3,3	3,2
EBI	68,9	59	49	59,9	71,7	60,7
Secundário	19,9	31,4	42,3	29,3	23,2	29,2
Curso Médio	2,9	1,2	2,1	1,6	0,5	1,6
Curso Superior	2,1	4,6	4,1	5,2	0,6	4,4
NR	0,9	2,3	0,5	0,5	0,7	0,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Contudo, é na ilha de Santiago onde se concentra a população ocupada com níveis mais elevados, em parte por ser a ilha mais povoada, mas também por albergar a capital do País, com os serviços mais especializados e o essencial da oferta de ensino superior, fazendo dela também a capital do conhecimento do País. Cerca de 5% da população ocupada dessa ilha tem nível superior e estes representam cerca de 70% do conjunto da população empregada com esse nível de instrução.

Merece realce o facto de que, embora sendo a ilha de serviços e o maior pólo turístico de Cabo Verde, Sal é uma ilha onde parte expressiva da população ocupada tem baixo nível de instrução. Nessa ilha quase metade (49%) dos empregados tem nível básico e apenas 4% tem nível superior (*Quadro 20*).

População empregada por ramo de actividade económica

Não obstante sermos uma economia de serviços, em termos de geração de riqueza, a Agricultura e as Pescas constituem o ramo de actividade que lidera a geração de emprego, com cerca de 30% do emprego. Segue-se-lhe o comércio, com 16% e a construção com 9%. Esses três ramos de actividade, juntos, geram a maioria (55%) do emprego no País (*Quadro 21*).

Santo Antão, Santiago e Fogo são as ilhas onde a «Agricultura e pescas» predomina na geração do emprego, com 36%, 33% e 62%, respectivamente, do emprego, enquanto que em São Vicente predomina o «Comércio» e a «Indústria Transformadora e Electricidade» (21% e 16% respectivamente). Sal é, por excelência, uma ilha turística. O «Alojamento e Restauração» é o principal gerador de emprego (24%) seguido do comércio (17%) e da construção (14%) (*Quadro 21*).

Quadro 21: Distribuição percentual da população ocupada por ramo de actividade económica segundo a ilha

Ramo de Actividade	Ilha					Total
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	
Agricultura e Pesca	35,7	8,8	3,2	33,1	61,6	30,1
Indústria Extractiva	0,1	0,3	0,6	5,9	0,6	3,7
Indústria Transf e Electricidade	3	15,6	4,6	6,1	4	7,1
Construção	12,7	11,3	13,9	8,2	8,1	9,4
Comércio	8,2	20,8	17,1	16,9	6,9	16
Alojamento e Restauração	1,3	3,7	23,7	1,3	0,8	2,9
Transportes e Comunicações	3,4	9,7	9,1	4,9	2,1	5,6
Actividades Financeiras	0	0,2	1,4	0,6	0	0,5
Serviços às Empresas	0,1	2,1	5	2,4	0,2	2,1
Administração Pública	13,7	5,3	8,9	9,1	5,6	8,5
Educação	7,6	5,5	2,9	4,6	3,8	4,8
Saúde	0,6	2,3	0,6	1,1	0,6	1,2
Outros Serviços	3,8	1,7	3,5	1,7	2,3	2
Famílias com Empregados	6,2	10,8	4,7	2,7	2	4,4
Organismos Internacionais	0,6	0,2	0	0,4	0,1	0,3
NR	3,1	1,5	0,6	0,8	1,2	1,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFP/INE

Mais importante ainda a destacar é o facto de que nessa ilha, o «Alojamento e restauração» constitui o principal empregador e, ao mesmo tempo, a actividade que concentra mais empregados com nível básico de instrução (23%) e estes constituem quase metade (48%) dos empregados dessa actividade. Menos de 1% dos empregados do alojamento e restauração da ilha tem nível superior, significativamente abaixo da actividade do comércio (4%), facto que faz questionar a qualidade dos serviços prestados no domínio da hotelaria e restauração e o nível salarial dos empregados do sector (*Quadro 22*).

Mais jovens e mais instruídos

Os trabalhadores cabo-verdianos são relativamente jovens, pois tem em média 37 anos e metade deles tem menos de 34 anos. Os trabalhadores do “Alojamento e Restauração” são os mais jovens, com uma média de 31,8 anos e metade deles tem menos de 28 anos. Esta situação explica-se, certamente, por se tratar de um sector emergente, ou seja de expansão recente. Os empregados dos “Serviços às Empresas” e das “Actividades Financeiras” são os mais velhos, com uma média de 46,9 e 40,3 anos, respectivamente e, mesmo assim, metade deles tem menos de 33 e de 37 anos, respectivamente. A “Indústria Extractiva”, a “Construção”, “Educação”, “Outros Serviços”, “Famílias com Empregados” e “Organismos Internacionais” fazem também parte das actividades cujos trabalhadores são jovens, com idade média inferior à média do universo dos trabalhadores (*Quadro 22*).

Quadro 22: Idade média e nível de instrução

<i>Ramo de actividade económica</i>	Idade Média	Nível de instrução	
		Secund e +	Superior
Agricultura e Pesca	38,3	20,2	0,0
Indústria Extractiva	31,4	15,9	0,0
Indústria Transformadora e Electricidade	38,9	35,8	1,1
Construção	33,3	22,3	1,1
Comércio	39,0	36,9	1,8
Alojamento e Restauração	31,8	45,1	1,1
Transportes e Comunicações	39,4	41,7	6,1
Actividades Financeiras	40,3	84,1	11,5
Serviços às Empresas	46,9	53,0	13,2
Administração Pública	38,6	52,5	13,0
Educação	35,8	80,7	23,7
Saúde	38,8	63,2	23,9
Outros Serviços	33,2	50,3	13,3
Famílias com Empregados	32,2	24,3	0,0
Organismos Internacionais	35,6	34,2	12,3
NR	34,1	38,3	1,5
Total		35,2	4,4

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Os trabalhadores dos outros ramos de actividade tem idade média superior à média do conjunto.

Empregados mais jovens e com elevado nível de instrução conferem maior potencial de produtividade e de inovação. A combinação desses dois factores põe em evidência a «Educação», a «Saúde» e a «Administração Pública». A «Educação» é por excelência o maior empregador público, mas também a actividade económica de concentração dos mais jovens e mais instruídos. Infelizmente, o mesmo não se verifica no «Alojamento e Restauração», nem na «Construção», cujos trabalhadores são jovens, mas com muito baixo nível de qualificação. Esses sectores empregam, assim, trabalhadores com maior potencial para qualificação profissional.

Discriminação com base no género

A população ocupada é maioritariamente masculino e a actividade económica marca de forma evidente a discriminação com base no género. Assim, a «Industria «Extractiva», o «Comércio», o «Alojamento e Restauração», as «Actividades Financeiras», a «Educação», a «Saúde» e as «Famílias com Empregados» são actividades predominantemente «dominadas» pelas mulheres, variando entre um mínimo de 63% no «Alojamento e Restauração» e um máximo de 95% para «Famílias com Empregados» (Quadro 23).

Quadro 23: Distribuição da população ocupada por ramo de actividade por sexo

	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Agricultura e Pesca	60	40	100,0
Indústria Extractiva	33	67	100,0
Indústria Transformadora e Electricidade	66	34	100,0
Construção	91	9	100,0
Comércio	35	65	100,0
Alojamento e Restauração	37	63	100,0
Transportes e Comunicações	83	17	100,0
Actividades Financeiras	31	69	100,0
Serviços às Empresas	74	26	100,0
Administração Pública	56	44	100,0
Educação	34	66	100,0
Saúde	32	68	100,0
Outros Serviços	53	47	100,0
Famílias com Empregados	4	96	100,0
Organismos Internacionais	62	38	100,0
NR	62	38	100,0
Global	55	45	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Mulheres são maioritárias
Homens são maioritários

A “Construção”, os “Transportes e Comunicações”, os “Serviços às Empresas” e as “Outras Actividades” são predominantemente “dominados” pelos homens, com um máximo de 91% na “Construção” e um mínimo de 53% nos “Outros Serviços” (Quadro 23).

Nível de instrução da população ocupada por ramo de actividade

As “Actividades Financeiras” absorvem maior proporção de empregados com elevado nível de instrução. Cerca de 84% de empregados nessa actividade tem nível secundário ou pós-secundário.

Quadro 24: Nível de instrução da população ocupada por ramo de actividade

<i>Mão-de-obra menos qualificada</i>		
<i>Ramo de actividade económica</i>	<i>Secund e + (%)</i>	<i>Superior (%)</i>
Agricultura e Pesca	20,2	0,0
Indústria Extractiva	15,9	0,0
Indústria Transformadora e Electricidade	35,8	1,1
Construção	22,3	1,1
Comércio	36,9	1,8
Alojamento e Restauração	45,1	1,1
Transportes e Comunicações	41,7	6,1
Famílias com Empregados	24,3	1,5
Organismos Internacionais	34,2	1,5
NR	38,3	0,0

<i>Mão-de-obra mais qualificada</i>		
	<i>Secund e + (%)</i>	<i>Superior (%)</i>
Actividades Financeiras	84,1	11,5
Serviços às Empresas	53,0	13,2
Administração Pública	52,5	13,0
Educação	80,7	23,7
Saúde	63,2	23,9
Outros Serviços	50,3	13,3

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Contudo, a “Educação” é, sem dúvida, o maior empregador público, e no futuro, o sector de maior concentração do capital humano e das capacidades intelectuais do País. Presentemente, cerca de 81% dos empregados da “Educação” tem nível secundário ou pós-secundário. Segue-se-lhe a “Saúde”, com 63%. Quase 1/4 dos empregados da “Saúde” e da “Educação” tem nível superior. A “Saúde” é o sector com maior incidência de empregados com formação de nível superior. Os “Serviços às Empresas”, a “Administração Pública” e os “Outros Serviços” fazem parte desse grupo de actividades cuja maioria dos empregados tem nível secundário ou pós-secundário.

Nas “Outras Actividades Económicas”, a maioria dos empregados possui formação de nível inferior ao secundário, com especial destaque na “Indústria Extractiva”, onde apenas 16% dos ocupados possui formação de nível secundário ou pós-secundário. Esta actividade compreende, principalmente, a extracção de areia, de pedra e de brita para a construção civil. A grande maioria (79%) dos ocupados com formação de nível superior trabalha na “Educação” (29%), na “Administração Pública” (27%), nos “Transportes e Comunicações” (9%) e na “Saúde” (7%) (Quadro 24).

Ramos de actividade económica e situação na ocupação

Quadro 25: Distribuição percentual da população ocupada por ramos de actividade económica segundo a situação na ocupação

<i>Ramo de Actividade</i>	<i>Situação na ocupação</i>									<i>Total</i>	
	<i>Principal</i>	<i>APU</i>	<i>EPRIVADA</i>	<i>EESTADO</i>	<i>CPES</i>	<i>CSPES</i>	<i>TFSR</i>	<i>TEF</i>	<i>OUTRA</i>		<i>NR</i>
Agricultura e Pesca		0,0	6,9	0,0	5,9	42,4	35,4	7,6	1,6	0,3	100
Indústria Extractiva		0,0	4,4	0,0	1,9	81,1	12,5	0,0	0,0	0,0	100
Indústria Transf e Electricidade		0,0	49,4	5,7	9,8	31,3	2,6	0,0	0,9	0,4	100
Construção		1,6	47,1	0,0	7,3	26,9	0,5	13,9	2,5	0,2	100
Comércio		0,0	34,9	0,2	6,9	53,4	3,9	0,0	0,5	0,2	100
Alojamento e Restauração		0,0	79,4	0,2	10,9	6,7	2,5	0,0	0,3	0,0	100
Transportes e Comunicações		0,0	51,1	24,3	5,6	16,8	0,0	0,0	1,7	0,6	100
Actividades Financeiras		4,8	90,0	0,0	0,0	5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Serviços às Empresas		0,0	89,3	2,9	2,5	3,9	0,0	0,0	1,1	0,3	100
Administração Pública		99,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	100
Educação		88,1	9,9	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	100
Saúde		86,8	13,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Outros Serviços		2,7	36,9	10,5	4,4	18,1	0,0	0,7	26,7	0,0	100
Famílias com Empregados		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,7	0,0	0,3	100
Organismos Internacionais		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100
NR		6,7	35,3	9,7	3,8	24,9	4,1	2,3	3,8	9,4	100
Total		14,1	25,1	2,2	5,1	31,0	12,1	8,0	1,9	0,4	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Administração Pública	Empresa Estado	Conta própria sem pessoal	TCFamília
Empresa privada	Conta própria com pessoal	TFSR	

Não obstante os progressos registados, a precariedade do emprego continua a constituir nota dominante em Cabo Verde. O trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço continua sendo a principal via pela qual as pessoas arranjam uma ocupação (31%) e representa, conjuntamente com o “Trabalho Familiar sem Remuneração” cerca de 43% do emprego. Importa, porém, destacar que as “Empresas Privadas” são hoje o maior gerador de emprego para terceiros. Cerca de 1/4 de ocupados trabalham em empresas privadas, representando cerca de 11 pontos percentuais acima da “Administração Pública” (*Quadro 25*).

A precariedade da ocupação é particularmente acentuada na “Agricultura”, onde cerca de 79% dos ocupados são trabalhadores por conta própria, sendo sem pessoal ao serviço (42,4%) e trabalhador familiar sem remuneração (35,4%). O mesmo se pode dizer da “Indústria Extractiva” onde cerca de 94% dos ocupados estão nessa situação, e particularmente na situação de “trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço” (81%).

Os “Transportes e Comunicações”, o “Alojamento e Restauração”, os “Serviços às Empresas” e as “Actividades Financeiras” são as actividades económicas com maior intervenção das empresas privadas e, especialmente, na geração do emprego. Cerca de 51%, 79%, 89% e 90% dos empregados dessas actividades trabalham em empresas privadas (*Quadro 25*).

Também nos “Transportes e Comunicações”, na “Indústria Transformadora” e “Electricidade”, assim como na “Construção” e no “Comércio”, as “empresas privadas” têm peso expressivo enquanto geradoras de emprego, com 49%, 47% e 35% respectivamente, secundadas pelo “trabalho por conta própria sem pessoal ao serviço”. O “Comércio” é a segunda actividade económica onde predomina essa última situação na ocupação (53%). (*Quadro 25*). Estas são actividades com particular incidência do trabalho informal, passíveis de evoluir para a formalização em moldes empresariais, com vantagens para a eficiência global da economia, designadamente em matéria de funcionamento do mercado e de arrecadação de receitas fiscais.

Em Cabo Verde, a administração pública é ainda o principal prestador dos serviços de educação e da saúde, como dos outros serviços públicos. Assim, o emprego na actividade económica “Administração pública” é exclusivamente gerado pela administração pública enquanto empregador detendo este último também o essencial do emprego nas actividades económicas “Educação” (88%) e “Saúde” (87%). Porém as empresas privadas têm já intervenção expressiva na “Educação” e na “Saúde” garantindo cerca de 10 e 13% do emprego respectivamente (*Quadro 25*).

Ramo de actividade e profissão

Quadro 26: Distribuição percentual da população ocupada por ramos de actividade económica segundo a profissão

Ramo de Actividade Principal	FA	Quad Sup Dirig	Principais profissões				Agric Pesc	Operários	Operários	Trab NQual	NR	Total
			Especialista	Téc Prof	Adm	Serv Vend						
Agricultura e Pesca	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,5	44,9	0,3	0,1	53,8	0,1	100
Indústria Extractiva	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	97,1	1,1	0,8	0,5	100
Indústria Transf e Electricidade	0,0	5,2	1,0	1,8	3,2	3,2	0,4	70,1	5,9	7,4	1,9	100
Construção	0,0	0,8	0,6	0,0	1,4	0,0	0,1	58,8	1,2	37,0	0,1	100
Comércio	0,0	15,3	0,5	1,6	4,6	37,0	0,0	8,6	0,4	31,5	0,6	100
Alojamento e Restauração	0,0	12,7	2,9	1,0	10,5	45,3	0,7	6,9	1,0	18,9	0,0	100
Transportes e Comunicações	0,0	3,0	2,8	6,8	11,4	2,9	0,3	2,6	48,6	20,2	1,4	100
Actividades Financeiras	0,0	0,0	0,0	13,2	79,3	0,0	0,0	0,0	6,1	1,4	0,0	100
Serviços às Empresas	0,0	2,1	9,4	7,0	9,5	1,5	0,4	4,6	2,2	60,5	2,6	100
Administração Pública	1,5	6,1	4,9	9,7	15,5	16,9	5,7	8,6	4,4	24,7	2,0	100
Educação	0,0	1,7	26,1	50,2	2,7	10,6	0,0	0,2	0,0	8,2	0,3	100
Saúde	0,0	2,5	32,1	6,1	12,1	17,9	0,0	1,8	0,8	26,0	0,7	100
Outros Serviços	0,0	12,3	9,4	10,2	7,4	28,6	0,4	2,5	1,5	25,1	2,5	100
Famílias com Empregados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,2	98,4	0,2	100
Organismos Internacionais	0,0	2,9	16,6	12,7	0,0	10,9	13,9	6,8	6,8	21,1	8,4	100
NR	0,0	5,8	2,5	0,7	9,7	5,0	6,2	10,7	6,4	26,6	26,5	100
	0,1	4,5	3,0	4,6	4,5	10,7	14,3	17,0	4,0	36,3	1,0	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Quadros Superiores/Dirigentes	Administrativos	Operários	Forças Armadas
Especialistas	Serviços/Vendedores	Operadores	
Técnicos Profissionais	Agricultura/Pescadores	Trabalhadores não qualificados	

Na "Agricultura e Pescas" estão ocupados, sobretudo, trabalhadores não qualificados (54%) e agricultores e pescadores (45%). Na "Indústria Extractiva" os operários constituem quase a totalidade (97%) da população ocupada. Situação bastante semelhante verifica-se nas "Indústrias Transformadoras" e na "Electricidade" (70%) e na "Construção". Os empregados dos serviços e vendedores predominam no "Alojamento e Restauração" (45%), no "Comércio" (37%) e nos "Outros Serviços" (29%), secundados pelo trabalho não qualificado, com 37%, 31% e 25% respectivamente.

É no “Comércio”, na “Construção” e nos “Outros Serviços” que se regista maior ocupação de quadros superiores/dirigentes. Cerca de 32% e 26% dos empregados da “Saúde” e da “Educação” são especialistas, confirmando assim o facto destes serem os sectores de concentração da elite intelectual. Apenas 3% dos empregados do “Alojamento e Restauração” e igual percentagem dos “Transportes e Comunicações” são especialistas. As “Actividades Financeiras” praticamente não ocupam especialistas (*Quadro 26*).

Regime de trabalho

Quadro 27: Distribuição percentual da população empregada por ramo de actividade segundo o regime de trabalho

Ramo de actividade	Regime de trabalho			Total
	Tempo parcial	Tempo inteiro	NR	
Económica				
Agricultura e Pesca	33,1	64,6	2,3	100,0
Indústria Extractiva	39,6	56,3	4,1	100,0
Indústria Transformadora e Electricidade	15,1	82,1	2,8	100,0
Construção	7,6	89,3	3,1	100,0
Comércio	13,6	83,5	3,0	100,0
Alojamento e Restauração	13,8	86,2	0,0	100,0
Transportes e Comunicações	13,4	83,8	2,8	100,0
Actividades Financeiras	1,4	98,6	0,0	100,0
Serviços às Empresas	4,1	92,5	3,4	100,0
Administração Pública	5,3	91,0	3,7	100,0
Educação	6,0	91,1	2,9	100,0
Saúde	8,6	87,6	3,8	100,0
Outros Serviços	18,8	77,7	3,4	100,0
Famílias com Empregados	15,3	82,3	2,3	100,0
Organismos Internacionais	7,2	92,8	0,0	100,0
NR	9,4	74,2	16,4	100,0
Total	18,7	78,4	2,9	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Regra geral, os empregados em Cabo Verde trabalham a tempo inteiro. Assim, a nível nacional, cerca de 78% adoptam esse regime de trabalho, variando entre um mínimo de 56% na “Indústria Transformadora” e um máximo de 99% nas “Actividades Financeiras”. A “Agricultura” e a “Indústria Extractiva” constituem verdadeiras excepções, com cerca de 1/3 e 40%, respectivamente, a trabalharem a tempo parcial (*Quadro 27*).

Efectivamente, a “Agricultura” é, na maioria dos casos, uma actividade sazonal, pois predominantemente de sequeiro, é praticada entre Julho e Dezembro. Na “Indústria Extractiva” predomina a extracção de areia, de pedra e de brita, realizada nas ribeiras, mas também nas praias, no caso da areia e da brita, e em pedreiras, no da pedra (*Quadro 27*).

Vínculo laboral

Um dos traços marcantes do mercado de trabalho em Cabo Verde, e sobretudo da oferta de emprego, é a precariedade do vínculo. Cerca de 70% dos empregados cabo-verdianos trabalham sem contrato, 7% tem contrato a prazo, igual percentagem é de quadro e 4% tem contrato por tempo indeterminado (*Quadro 28*).

Quadro 28: Distribuição percentual da população empregada por ramo de actividade segundo o regime de trabalho

Ramo de actividade económica	Sem contrato	Contrato por tempo indeterminado	Contrato a prazo	De Quadro	Comissão ordinária de serviço	Ignorado / não sabe	NR	Total
Agricultura e Pesca	85,7	0,0	0,4	0,1	0,1	0,3	13,4	100,0
Indústria Extractiva	93,1	0,6	0,7	0,0	0,0	0,0	5,7	100,0
Indústria Transformadora e Electricidade	68,1	5,7	11,8	5,7	0,4	2,1	6,3	100,0
Construção	83,5	1,1	4,6	0,2	0,3	1,9	8,6	100,0
Comércio	80,5	2,4	6,0	1,9	0,2	1,6	7,4	100,0
Alojamento e Restauração	52,7	6,9	17,5	3,3	0,0	1,0	18,6	100,0
Transportes e Comunicações	55,6	4,7	13,4	16,4	0,6	1,4	7,9	100,0
Actividades Financeiras	6,6	1,4	24,3	63,3	0,0	0,0	4,4	100,0
Serviços às Empresas	28,3	14,5	35,3	6,0	0,8	5,3	9,7	100,0
Administração Pública	28,8	12,0	14,8	29,0	1,7	3,6	10,1	100,0
Educação	26,0	19,5	10,6	31,9	1,6	3,4	7,1	100,0
Saúde	26,4	14,3	10,2	36,7	0,8	0,0	11,6	100,0
Outros Serviços	57,5	9,1	13,4	9,9	0,0	3,5	6,6	100,0
Famílias com Empregados	95,4	0,0	0,0	0,0	0,2	0,6	3,8	100,0
Organismos Internacionais	35,0	26,2	25,2	6,7	0,0	0,0	7,0	100,0
NR	58,3	7,0	7,8	2,3	0,0	0,0	24,6	100,0
Total	70,3	4,2	6,8	6,9	0,4	1,5	9,9	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Cerca de 43% dos empregados cabo-verdianos não tem empregador, ou seja, são trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço (31%), ou trabalhadores familiares sem remuneração (12%). Isto explica, pelo menos em parte, o facto da grande maioria não ter vínculo formal.

Nas "Famílias com Empregados" a regra é trabalhar sem vínculo formal, pois 95% dos empregados não tem qualquer vínculo contratual. Este é um dos casos dignos de realce, não tanto pelo número de pessoas que emprega (4%) do emprego, mas por ser, sobretudo, trabalho por conta de outrem que requer vínculo com o empregador, como por empregar quase exclusivamente mulheres (95%).

Seguem-se a "Indústria Extractiva" (93%), a "Agricultura e pescas" (86%), actividades onde predomina o trabalho por conta própria (42%) e o trabalho familiar sem remuneração (35%). A "Construção" (84%), o "Comércio" (81%) e a "Indústria Transformadora" fazem também parte do grupo das actividades onde predomina a ausência do vínculo formal. Essas são as actividades onde, efectivamente, predomina o trabalho informal (Quadro 28).

Quadro 29: Actividades em que predomina o vínculo formal

Ramo de actividade económica	Com vínculo formal	Contrato a prazo	Quadro	Contrato por tempo indeterminado	Vínculo duradouro
Actividades Financeiras	89,0	24,3	63,3	1,4	64,7
Serviços às Empresas	55,8	35,3	6,0	14,5	20,5
Administração Pública	55,8	14,8	29,0	12,0	41,0
Educação	61,9	10,6	31,9	19,5	51,3
Saúde	61,2	10,2	36,7	14,3	51,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Cerca de 89% dos empregados das “Actividades Financeiras” tem vínculo formal, e esta é a actividade onde a precariedade do vínculo é mais baixa. Os «Serviços às Empresas» a “Administração Pública”, a “Educação” e a “Saúde” integram o mesmo grupo, variando a percentagem dos empregados com vínculo entre um mínimo de 56% nos “Serviços às Empresas” e na “Administração Pública” e um máximo de 62% na “Educação”. Cerca de 65% dos empregados das “Actividades Financeiras” tem vínculo duradouro (contrato por tempo indeterminado e quadro), seguindo-se-lhe a “Educação” e a “Saúde” (51%) (Quadro29).

As empresas privadas são os principais empregadores

As empresas privadas já constituem, em Cabo Verde, o maior gerador de emprego para terceiros, tendo ocupado em 2006 cerca de 37.512 pessoas, ou seja, ¼ dos empregados.

De cada 100 pessoas ocupadas pelas empresas privadas, 69 são homens e 31 são mulheres. Os empregados das empresas privadas são relativamente jovens e têm, em média 31,6 anos, ou seja, cerca de 6 anos abaixo da idade média da população ocupada. Essa situação pode explicar-se pela emergência relativamente recente do sector. Com efeito 67% das empresas existentes a 31 de Dezembro de 1997, foram criadas após 1990 e estas quase duplicaram a sua facturação em 2002. Hoje o clima económico é cada vez mais favorável à actividade económica privada e o mercado vem-se ampliando, sob impulso do turismo

Quadro 30: Empregados das empresas privadas por grupo etário segundo a ilha

Grupo etário	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Menos de 35 anos	55,7	68,1	75,9	64,6	64,5	66,7
15-24 anos	23,3	26,0	34,8	33,2	28,7	30,8
25-34 anos	32,3	42,1	41,1	31,4	35,8	35,9
35-44 anos	28,6	19,7	15,0	19,9	16,1	19,5
45-54 anos	11,4	9,0	7,0	10,8	16,2	10,0
55-64 anos	3,8	2,8	1,2	2,6	3,2	2,6
65 anos e mais	0,6	0,4	0,8	1,8	0,0	1,2
NR	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Uma maioria substancial (69%) da população empregada nas empresas privadas tem menos de 35 anos de idade, portanto abaixo da idade média da população empregada. Os empregados das empresas privadas são mais jovens na ilha do Sal, como acontece, aliás, com o conjunto dos empregados dessa ilha. Pouco mais de 3/4 dos empregados do Sal tem menos de 35 anos. Santo Antão é a ilha onde os empregados das empresas privadas são relativamente mais velhos, e mesmo assim cerca de 56% destes tem idade inferior a 35 anos (Quadro 30).

Quadro 31: Distribuição percentual dos empregados das empresas privadas por nível de instrução segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Alfabetização	4,1	1,6	1,6	1,8	1,2	1,8
EBI	63,1	52,3	49,5	52,7	64,1	53,0
Secundário e mais	31,4	45,1	48,1	44,9	34,7	44,4
Secundário	29,2	40,3	44,6	39,0	34,7	39,6
Curso Médio	0,0	1,3	1,6	1,8	0,0	1,5
Curso Superior	2,3	3,4	1,8	4,1	0,0	3,4
NR	1,4	1,1	0,8	0,7	0,0	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

O baixo nível de instrução é uma das características marcantes da maioria dos empregados, inclusive das empresas privadas. Cerca de 55% destes tem nível secundário ou pós-secundário e apenas 3% tem nível superior. Menos de metade (48%) dos empregados das empresas privadas do Sal tem nível secundário ou mais. Santo Antão é, mais uma vez, a ilha com pior indicador (31%).

A grande maioria dos empregados das empresas privadas trabalha a tempo inteiro (88%) e vive principalmente do seu trabalho (91%), e apenas 7% destes vive de providência de familiares residentes em Cabo verde (Quadro 31).

Administração pública

Repartição Espacial, Sectores Empregadores

Uma maioria confortável (63%) dos empregados da Administração Pública encontra-se na ilha de Santiago, seguida das Ilhas de Santo Antão e de São Vicente (13%) e apenas 5% está na ilha do Sal.

As dimensões geográficas e económicas da ilha de Santiago, ao que se acresce a presença ali dos órgãos de soberania e do essencial da administração pública central, bem assim das representações internacionais, explicam o peso desta ilha. Contudo, esta repartição resulta também de assimetrias em matéria de oportunidades de acesso à formação, ao emprego e, em síntese, de oportunidades de realização profissional e social.

A "Administração Pública" gera emprego, predominantemente, na função pública (60%), seguida da educação (30%) e da saúde (7%).

Quadro 32: Principais actividades económicas da administração pública segundo a ilha

Ramo de actividade económica	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Construção	1,9	0,0	0,0	0,5	8,1	1,1
Actividades Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,2
Administração Pública	60,2	48,9	73,1	62,4	53,8	60,4
Educação	32,8	32,9	21,1	29,5	31,3	30,1
Saúde	2,6	18,2	4,9	6,5	5,9	7,4
Outros Serviços	0,5	0,0	0,0	0,5	0,0	0,4
NR	2,1	0,0	0,9	0,3	0,9	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

A “Administração Pública” ocupa, sobretudo, técnico profissional (22%), representando mais de 2/3 desta categoria profissional do País. O facto de maior realce é que 1/5 dos empregados da “Administração Pública” é trabalhador não qualificado, seguido por serviços/vendedores (19%) (*Quadro 33*).

Quadro 33: Distribuição percentual da população ocupada na administração pública (empregador) por tipo de profissão segundo a ilha

<i>Principais profissões</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Forças Armadas	0,0	3,5	2,1	0,6	0,0	0,9
Quadros Superiores/Dirigentes	2,5	5,4	0,9	5,3	2,0	4,5
Especialistas	11,3	18,1	12,5	13,7	11,4	13,7
Técnicos Profissionais	21,3	18,6	20,9	22,4	23,8	21,8
Administrativos	6,6	7,2	11,8	12,5	3,8	10,5
Serviços/Vendedores	9,5	17,3	12,0	16,2	12,4	15,0
Agricultura/Pescadores	9,4	0,0	0,0	3,6	1,9	3,6
Operários	9,8	3,5	12,1	4,8	10,3	6,0
Operadores	4,0	1,7	1,9	2,9	2,7	2,8
Trabalhadores Não Qualificados	20,5	24,7	24,8	16,8	29,8	19,5
NR	5,0	0,0	0,9	1,2	2,0	1,6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Contudo, a “Administração Pública” é, ainda, o maior empregador de especialistas, com 2/3 desta categoria profissional, representando cerca de 13% do emprego que gera (*Quadro 33*).

Idade e vínculo funcional

Os trabalhadores da “Administração Pública” têm, em média, 38 anos de idade, cerca de um ano acima da idade média dos trabalhadores cabo-verdianos, e cerca de 42% tem menos de 35 anos. Quase todos (91%) trabalham a tempo inteiro, situação idêntica em todas as ilhas.

Quadro 34: Distribuição percentual da população ocupada na administração Pública (empregador) por regime de trabalho segundo a ilha

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Trabalho a tempo parcial	6,6	5,0	3,7	5,1	15,2	5,8
Trabalho a tempo inteiro	90,3	88,9	95,3	92,0	82,7	90,9
NR	3,1	6,1	1,0	2,9	2,0	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Uma grande maioria (60%) dos empregados da “Administração Pública” tem vínculo formal, a prazo ou duradouro (*Quadro 35*).

Quadro 35: Distribuição percentual da população ocupada na administração pública (empregador) por tipo de vínculo segundo a ilha

<i>Tipo de vínculo</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Sem contrato	44,6	15,3	16,0	21,7	61,6	26,1
Com vínculo formal a prazo ou duradouro	49,9	76,9	51,7	61,9	30,4	59,7
Contrato por tempo indeterminado	12,8	5,2	15,3	18,8	4,5	15,2
Contrato a prazo	14,1	24,5	6,0	11,3	13,0	13,2
Quadro	23,1	47,2	30,4	31,9	12,8	31,4
Comissão ordinária de serviço	2,2	0,0	1,0	1,7	4,5	1,7
Ignorado / Não sabe	1,4	1,7	1,0	4,6	0,0	3,4
NR	1,8	6,1	30,2	10,1	3,5	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/ INE.

Cerca de 31% dos servidores da “Administração Pública” pertence ao quadro, 15% tem contrato por tempo indeterminado e 13% tem contrato a prazo. Merece destaque o facto de 26% dos trabalhadores da “Administração Pública” não possuírem contrato. Fogo é a única ilha onde os empregados com vínculo contratual são minoritários (31%) e a grande maioria (62%) trabalha sem contrato. São Vicente é a ilha onde, em termos relativos, os empregados da “Administração Pública” possuem vínculos laborais menos precários, com 77% com vínculo formal, sendo 47% do quadro, 25% com contrato a prazo e 5% com contrato por tempo indeterminado. O contrato por tempo indeterminado tem maior incidência em Santiago, onde se encontra a grande maioria dos institutos públicos e fundos autónomos que se regem pelo regime jurídico geral das relações de trabalho (*Quadro 35*).

Nível de instrução e sexo

Na administração pública está o essencial da elite intelectual de Cabo Verde. Assim, 62 em cada 100 empregados deste possui o nível secundário ou pós-secundário, sendo que 17 em cada 100 tem curso superior.

Quadro 36: Distribuição percentual dos empregados da administração pública por nível de instrução segundo a ilha

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Alfabetização	4,0	2,2	2,1	2,8	5,3	3,0
EBI	42,9	33,8	36,7	30,0	44,9	33,4
Secundário	33,3	32,6	49,7	41,4	39,3	39,5
Curso Médio	12,0	4,3	2,2	5,6	4,0	6,0
Curso Superior	6,6	21,0	9,3	19,9	5,5	16,9
Secundário ou mais	52,0	58,0	61,2	66,8	48,9	62,4
NR	1,1	6,1	0,0	0,3	0,9	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Secundário ou mais	52,0	58,0	61,2	66,8	48,9	62,4

Fonte: ISE 2006 IEFPI/ INE

É na ilha de Santiago onde os empregados mais instruídos têm maior incidência na população ocupada. Nessa ilha 67% dos empregados da administração pública tem nível secundário ou pós-secundário e estes representam cerca de 68% dos empregados da “Administração Pública” com esse nível. Cerca de 2/3 dos empregados com formação superior estão na ilha de Santiago (*Quadro 36*).

Quadro 37: Empregados da administração pública por sexo segundo a ilha

Sexo	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	
Masculino	56,6	32,5	52,5	48,4	57,6	48,3
Feminino	43,4	67,5	47,5	51,6	41,6	51,7
NR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

A função pública emprega mais mulheres (52%) do que homens (48%), situação determinada pelas ilhas de Santiago e São Vicente onde 52% e 68%, respectivamente, dos empregados, são do sexo feminino. Nas restantes ilhas os homens são maioritários, com destaque pela ilha do Fogo (58%) (Quadro 37).

AS PRINCIPAIS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Agricultura e pescas

Cerca de 45.125 pessoas ocupadas (30%) trabalha na actividade de agricultura e pescas, que é o maior empregador do país. Cerca de 60% dos empregados desta actividade é do sexo masculino. Na ilha do Fogo 62% dos empregos são gerados por esta actividade. Os trabalhadores da agricultura são maioritariamente (54%) trabalhadores não qualificados, ou então agricultores ou pescadores.

Santiago, Santo Antão e Fogo são as principais ilhas agrícolas de Cabo Verde, albergando, conjuntamente, a esmagadora maioria (95%) da população empregada por essa actividade, estando pelo menos dois em cada três (67%) na ilha de Santiago, 18% no Fogo e 10% em Santo Antão.

Comércio

Com 23.930 empregados, o "Comércio" é a segunda actividade económica em matéria de geração de emprego, com 16% do total do emprego nacional. Em Santiago trabalham cerca de 64% da população ocupada no "Comércio", actividade que assegura cerca de 17% do emprego da ilha. Em São Vicente trabalha cerca de 22% da ocupação nacional nesta actividade, que constitui a maior geradora de emprego na ilha, com cerca de 1/5 do efectivo dos empregados. O "Comércio" é uma das actividades onde predominam as mulheres, com quase 2/3 de empregados do sexo feminino.

Os empregados da área do comércio exercem principalmente ocupações de «Serviços/vendedores» (37%) ou são trabalhadores não qualificados (32%). Contudo, cerca de 15% dos empregados desta actividade são «Quadros Superiores/dirigentes», com especial realce para a ilha do Fogo (41%).

Idade e nível de Instrução

Os empregados do "Comércio" têm, em média, 39 anos e integram o grupo dos trabalhadores dos ramos de actividades com idade mais avançada, liderado pelos trabalhadores dos "Serviços às "Empresas" e pelas "Actividades Financeiras", cujos trabalhadores têm, em média, 46,9 e 40,3 anos, respectivamente. Metade dos empregados do comércio tem mais de 35 anos e 27% tem 45 anos ou mais, o que se deve, pelo menos em parte, ao facto de se tratar de uma das mais antigas actividades económicas, abertas à

iniciativa privada, mesmo antes do abertura da actividade económica à iniciativa privada, ocorrida em 1992.

O "Comércio" é a segunda actividade económica em matéria de geração de emprego, mas integra o grupo de actividades cujos trabalhadores são menos qualificados. Cerca de 58% dos ocupados do "Comércio" tem nível de instrução equivalente ao ensino básico, 37% tem nível secundário ou pós-secundário e apenas cerca de 2% tem formação superior. É, assim, uma das actividades com mão-de-obra menos jovem e menos qualificada.

No "Comercio" os empregados exercem, sobretudo, a ocupação de serviços/ vendedores (37%) e cerca de 32% são trabalhadores não qualificados. Entretanto, cerca de 15% são quadros superiores/dirigentes, mas principalmente dirigentes, situação que se explica pelo elevado número de pequenas empresas comerciais, que empregam poucos trabalhadores e que são dirigidas pelos próprios proprietários. Apenas 4% dos empregados do "Comércio" são verdadeiramente quadros superiores. A idade, o nível de qualificação e as ocupações nessa área conferem um perfil pouco propício à inovação, à produtividade e, em suma, à eficiência.

Tempo médio de trabalho

Os ocupados do "Comércio" trabalham, em média, 43,9 horas por semana, ou seja, mais 3,9 horas do que o estipulado no regime jurídico das relações de trabalho (40 horas), situação que se verifica em todas as ilhas. Santo Antão é a ilha onde se trabalha mais tempo (45,7 horas por semana) e São Vicente onde se trabalha menos. Não obstante, é nos "Transportes e Comunicações" (45,7 horas por semana) e no "Alojamento e Restauração" (43,8 horas por semana), onde mais se infringe a legislação laboral nessa matéria.

Quadro 38: Distribuição percentual dos empregados do comércio por regime de trabalho segundo a ilha

<i>Regime de trabalho</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Trabalho a tempo parcial	7,9	21,0	8,9	11,3	23,1	13,6
Trabalho a tempo inteiro	92,1	74,7	91,1	85,7	74,3	83,5
NR	0,0	4,2	0,0	3,1	2,6	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Os empregados do "Comércio" trabalham, na sua grande maioria, (84%) a tempo inteiro, e assim ocorre em todas as ilhas. Contudo, em São Vicente e no Fogo mais de 1/5 dos empregados desta actividade trabalham a tempo parcial (*Quadro 38*).

Quadro 39: Distribuição percentual dos empregados do comércio por regime de trabalho segundo o tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Santo Antão	S. Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Sem contrato	82,4	71,0	57,8	85,1	92,5	80,5
Com vínculo temporário ou duradouro	12,2	23,1	17,3	5,6	3,9	10,3
Contrato por tempo indeterminado	3,8	3,6	2,8	2,0	1,4	2,4
Contrato a prazo	7,1	15,3	9,8	2,7	1,2	6,0
Quadro	1,3	4,2	4,8	0,9	1,3	1,9
Comissão ordinária de serviço	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,2
Ignorado / Não sabe	5,4	0,9	0,7	1,7	0,0	1,6
NR	0,0	5,0	24,2	7,3	3,7	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Os empregados do "Comércio" trabalham, predominantemente, sem contrato (81%). Esta situação varia entre um mínimo de 58% no Sal e um máximo de 93% no Fogo. Apenas 10% dos empregados desta actividade tem vínculo temporário ou duradouro. Este facto explica-se por se tratar de uma actividade onde as pessoas trabalham, predominantemente, por conta própria sem pessoal ao serviço (53%), sendo que apenas 42% trabalha por conta de outrem, situação em que é suposto terem algum vínculo contratual temporário ou duradouro (Quadro 39).

Alojamento Restauração

Sexo e repartição espacial

O "Alojamento e Restauração" emprega cerca de 4.411 pessoas e destas, 2.790 são do sexo feminino, o equivalente a cerca de 63% do universo. Na ilha do Sal trabalha a parte mais expressiva (47%) do universo dos empregados do alojamento e restauração, seguida da ilha de Santiago com 26% e da ilha de São Vicente com 22%, representando estas três ilhas o maior peso (76%) de oferta turística. (c)

Os empregados do "Alojamento e Restauração" têm, em média, 31,8 anos e metade deles tem menos de 28 anos. São assim, em média, os trabalhadores mais jovens, e isto se deve ao facto de se tratar de uma actividade emergente.

Os empregados do "Alojamento e Restauração" exercem, principalmente, as ocupações de serviço/vendedores (45%) e de trabalhador não qualificado (19%). Entretanto, cerca de 13% são dirigentes. Serviços/vendedores constitui a ocupação expressiva dos empregados dessa actividade em Santo Antão (82%), em São Vicente (60%) e no Fogo (100%) (Quadro 40).

Quadro 40: Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por profissão segundo a ilha

Profissão	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Quadros Superiores/Dirigentes	17,9	18,4	5,7	21,2	0,0	12,7
Especialistas	0,0	5,8	2,1	2,9	0,0	2,9
Técnicos Profissionais	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	1,0
Administrativos	0,0	5,4	14,6	9,6	0,0	10,5
Serviços/Vendedores	82,1	60,2	31,0	48,6	100,0	45,3
Agricultura/Pescadores	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,7
Operários	0,0	0,0	14,8	0,0	0,0	6,9
Operadores	0,0	0,0	0,5	3,0	0,0	1,0
Trabalhadores Não Qualificados	0,0	10,2	27,7	14,7	0,0	18,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Em Santiago 44% dos empregados exercem funções de quadro superior/dirigente, cerca de 23 e 14 pontos percentuais, respectivamente, acima das ilhas do Sal e de São Vicente.

A ilha do Sal possui parte expressiva de empregados, mas possui, sobretudo, trabalhadores não qualificados (68%) no "Alojamento e Restauração".

Infelizmente, não se pode conjugar, neste caso, a juventude com o elevado nível de instrução, pois a maioria (52%) do pessoal dessa actividade possui nível básico, 44% tem nível secundário e apenas 1% tem nível superior, o que inscreve esta actividade no grupo das actividades cuja mão-de-obra é menos qualificada (Quadro 41).

Quadro 41: Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por profissão segundo a ilha

Nível de instrução	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Alfabetização	0,0	6,5	1,9	0,0	10,6	2,4
EBI	50,6	65,8	47,9	50,7	58,4	52,4
Secundário	49,4	27,8	48,7	46,3	31,0	43,6
Curso Médio	0,0	0,0	0,9	0,0	0,0	0,4
Curso Superior	0,0	0,0	0,5	3,0	0,0	1,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

No Sal cerca de 48% dos empregados tem o nível básico de instrução e 49% tem o nível secundário. Este é um sector com evidentes necessidades e, ao mesmo tempo, elevado potencial para a qualificação, devendo merecer prioridade nos planos de formação profissional, por forma a dotar a ilha do capital humano necessário à produção de serviços de elevado padrão, à altura das exigências do turismo (Quadro 41).

Quem gera emprego no alojamento e restauração

O "Alojamento e Restauração" é uma actividade onde intervêm, por excelência, empresas privadas, especialmente com o advento da economia de mercado de base privada, sendo o sector preferencial de investimento interno e externo e dos mais dinâmicos para geração de emprego a médio e longo prazos.

Quadro 42: Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por situação na ocupação segundo a ilha

Situação na ocupação	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Trabalhador do sector empresarial privado	48,4	72,2	91,4	68	79,6	79,4
Trabalhador do sector empresarial do Estado	0	0	0,4	0	0	0,2
Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço	32,9	14,1	5,3	15	10,6	10,8
Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço	9,3	9,3	1	14,3	9,7	6,7
Trabalhador familiar sem remuneração	0	4,4	1,8	2,8	0	2,5
Outra Situação	9,3	0	0	0	0	0,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Pelo menos 79% dos empregos nessa actividade são gerados pelas empresas privadas, enquanto 11% são trabalhadores por conta própria com pessoal ao serviço. Assim, ocorre em todas as ilhas de Cabo Verde, sendo Santo Antão a única ilha onde a penetração das empresas privadas nessa actividade parece mais tímida, pois ali apenas 48% do emprego no "Alojamento e Restauração" é gerado por empresas privadas (*Quadro 42*).

Tempo médio de trabalho

No "Alojamento e Restauração" trabalha-se, em média, 43,8 horas por semana, cerca de 3,8 horas semanais acima do estipulado pelo regime jurídico das relações de trabalho.

Quadro 43: Tempo médio de trabalho semanal por ramos de actividade, em horas

<i>Ramo de actividade</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>C Verde</i>
Comercio	45,7	42,6	47,1	43,9	45,0	43,9
Transportes e comunicações	48,6	42,6	43,7	47,6	41,7	45,7
Alojamento e restauração	49,2	42,2	45,1	42,7	42,4	43,8

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

É, entretanto, em Santo Antão onde se trabalha mais tempo no "Alojamento e Restauração" (49,2 horas semanais) certamente porque ali se trata de trabalho por conta própria com pessoal ao serviço, assim menos sujeito à rigidez contratual e dos horários. No Sal, onde se produz cerca de 69% das dormidas, trabalha-se, em média, 45,1 horas semana, cerca de 5,1 horas acima do estipulado na lei (*Quadro 43*).

Vínculo laboral

Os trabalhadores do "Alojamento e Restauração" são extremamente vulneráveis quanto à estabilidade no emprego. A maioria deles, seja 53%, trabalha sem contrato e apenas 28% possui vínculo formal, temporário ou duradouro.

Quadro 44: Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por tipo de vínculo segundo a ilha

<i>Tipo de vínculo</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>S.Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
<i>Sem contrato</i>	<i>84,5</i>	<i>89,8</i>	<i>22,7</i>	<i>68,8</i>	<i>90,3</i>	<i>52,7</i>
Com vínculo formal temporário ou duradouro	15,5	10,2	42,4	18,6	9,7	27,7
Contrato por tempo indeterminado	7,5	0,0	14,2	0,0	0,0	6,9
Contrato a prazo	8,1	10,2	22,9	15,7	9,7	17,5
Quadro	0,0	0,0	5,4	2,9	0,0	3,3
Ignorado / Não sabe	0,0	0,0	0,5	2,8	0,0	1,0
NR	0,0	0,0	34,4	9,8	0,0	18,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Vínculo precário constitui uma realidade marcante em todas as ilhas. Contudo, Sal é uma verdadeira excepção à regra, pois ali 42% dos empregados possui vínculo formal, temporário ou duradouro mas, mesmo assim, 23% trabalha sem contrato. São Vicente e Fogo são os piores casos, pois ali 72% e 79% dos empregados do "Alojamento e Restauração" trabalham em empresas privadas, ou seja por conta de outrem, e 90% trabalham sem contrato, ou seja sem qualquer vínculo formal, temporário nem duradouro (*Quadro 44*).

Quadro 45: Distribuição percentual dos empregados do alojamento e restauração por profissão segundo o tipo de vínculo laboral

<i>Profissão</i>	<i>Sem contrato</i>	<i>Contrato p/tempo indeterminado</i>	<i>Contrato a prazo</i>	<i>Quadro</i>	<i>Ignorado/Não sabe</i>	<i>NR</i>	<i>Total</i>
Quadros Superiores/Dirigentes	82,4	0	0	0	0	17,6	100
Especialistas	56,9	8,5	8,5	26,2	0	0	100
Técnicos Profissionais	0	0	25,6	48,8	0	25,6	100
Administrativos	30,3	6,9	35,9	4,5	0	22,3	100
Serviços/Vendedores	69,6	3,7	9,3	1,1	1,6	14,9	100
Agricultura/Pescadores	0	65,6	34,4	0	0	0	100
Operários	37,8	14,1	25	0	0	23	100
Operadores	0	23,9	76,1	0	0	0	100
Trabalhadores Não Qualificados	17,2	13,7	32,8	5,9	1,3	29,1	100
Total	52,7	6,9	17,4	3,3	1	18,7	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Pelo menos 82% dos dirigentes da actividade de "Alojamento e Restauração" possui vínculo laboral precário, ou seja, trabalham sem contrato e é também o caso dos especialistas (57%) e dos serviços/vendedores (Quadro 45).

Transportes e comunicações

Repartição espacial

Os "Transportes e Comunicações" geram cerca de 1/5 do Produto Interno Bruto e empregam cerca de 8.400 pessoas, das quais 6.940 são homens, equivalente a cerca de 83% do universo dos trabalhadores deste ramo de actividade. Trata-se, assim, de uma actividade onde predominam os homens.

A maioria (54%) da população empregada nos "Transportes e Comunicações" está na ilha de Santiago, seguido da ilha de São Vicente (29%) e do Sal (10%). Embora a ASA e a ENAPOR, duas das grandes empresas do sector tenham sede social fora da ilha de Santiago, a maioria das operações portuárias ocorre na Praia e é em Santiago onde se encontra o maior parque automóvel de do país.

Principais ocupações

Os operadores constituem a classe profissional mais expressiva nos "Transportes e Comunicações" (49%), onde predominam os condutores auto, seguidos de trabalhadores não qualificados (20%) classe que representa, principalmente, os estivadores, 7% são técnicos profissionais e apenas 3% são especialistas, com igual percentagem de técnicos superiores/dirigente. Em Santo Antão e Santiago os operadores constituem a maioria dos empregados do sector (64 e 54% respectivamente).

Quadro 46: Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por profissão segundo a ilha

Profissão	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Quadros Superiores/Dirigentes	0,0	2,6	7,8	2,8	0,0	3,0
Especialistas	0,0	3,6	4,3	2,6	0,0	2,8
Técnicos Profissionais	17,0	7,4	15,5	4,2	4,6	6,8
Administrativos	0,0	11,7	15,6	12,0	4,3	11,4
Serviços/Vendedores	0,0	1,8	9,2	2,5	5,3	2,9
Agricultura/Pescadores	3,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,3
Operários	0,0	3,9	6,8	1,5	0,0	2,6
Operadores	64,4	43,0	27,4	54,3	44,1	48,6
Trabalhadores não Qualificados	12,3	24,3	12,2	19,3	32,4	20,2
NR	3,2	1,7	1,3	0,8	5,3	1,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Na ilha de Santiago reside e trabalha a maioria (52%) dos trabalhadores não qualificados do sector, bem assim, os operadores (60%), os administrativos e os técnicos superiores/dirigentes (51%) (Quadro 46).

Nível de instrução

Nos "Transportes e Comunicações" os empregados possuem, maioritariamente, (56%) o ensino básico, cerca de 1/3 possui o nível secundário e 6% o nível superior. Apenas cerca de 42% possui nível secundário ou pós-secundário. Esta é uma das actividades económicas onde a maioria dos empregados possui baixo nível de qualificação (Quadro 47).

Quadro 47: Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por nível de instrução segundo a ilha

Nível de instrução	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Alfabetização	6,8	0,0	1,3	1,6	0,0	1,3
EBI	72,0	68,4	34,0	50,4	74,2	55,8
Secundário	17,5	26,1	50,6	37,0	25,8	33,9
Curso Médio	0,0	0,0	2,8	2,6	0,0	1,6
Curso Superior	3,7	5,5	11,3	6,1	0,0	6,1
NR	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Sal constitui uma excepção, com a maioria (51%) dos empregados com nível secundário. É a ilha que possui maior percentagem de empregados do sector com formação de nível superior (11%), situação que se explica, certamente, pela existência ali da ASA, uma das maiores empresas do País, com sede social e o essencial dos seus serviços e efectivos. Entretanto, a maioria dos empregados desta actividade com formação de nível secundário está na ilha de Santiago (59% e 54% respectivamente).

Idade

Os empregados dos "Transportes e Comunicações" são relativamente jovens. Têm, em média, 34,9 anos, abaixo da idade média do conjunto dos trabalhadores nacionais que é de 37,3 anos. Metade dos trabalhadores desta actividade tem menos de 33 anos e cerca de 53% tem menos de 35 anos.

Quadro 48: Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por grupo etário e idade média segundo a ilha

Grupo etário	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Idade média	37,1	37,6	36,3	33,0	36,1	34,9
Menos de 35 anos (%)	41,5	43,3	50,6	59,8	48,9	53,0
15-24 anos	12,8	9,6	7,7	24,5	9,2	17,5
25-34 anos	28,6	33,8	43,0	35,4	39,7	35,4
35-44 anos	35,6	31,3	25,1	25,4	28,0	27,6
45-54 anos	20,0	17,2	21,4	11,5	18,8	14,7
55-64 anos	0,0	8,2	2,9	1,8	4,3	3,7
65 anos e mais	3,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,5
NR	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Santiago é a ilha onde os empregados desta actividade são mais jovens. Nesta ilha eles têm uma média de 33 anos, cerca de 1,9 anos abaixo da média e 60% tem menos de 35 anos. Isto deve-se, em parte, ao peso dos empregados dos transportes rodoviários que são normalmente muito jovens. Santo Antão é a ilha onde os empregados deste ramo são mais velhos, com uma média de 37 anos, e menos de metade (42%) tem menos de 35 anos (Quadro 48).

Situação na ocupação

Nos "Transportes e Comunicações", a esmagadora maioria (81%) trabalha por conta de outrem. As empresas privadas geram pouco mais de metade do emprego dessa actividade (51%) e seguem-se as empresas do Estado que asseguram quase ¼ do emprego do ramo.

Quadro 49: Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por situação na ocupação segundo a ilha

Situação na ocupação	Santo Antão	S.Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Por conta de outrem	51,4	84,4	88,2	81,8	60,6	81,0
Trabalhador do sector empresarial privado	35,8	49,8	42,2	54,6	51,8	51,1
Trabalhador do sector empresarial do Estado	9,9	30,8	42,1	20,0	8,9	24,3
Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço	5,7	3,9	3,9	7,2	0,0	5,6
Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço	45,7	13,9	11,8	15,1	39,4	16,7
Outra Situação	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	1,7
NR	3,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Santiago e Fogo são as ilhas onde mais de metade do emprego desse ramo é gerada pelas empresas privadas. No Sal as empresas privadas e as empresas do Estado têm igual contribuição para o emprego (42%), certamente devido à presença da ASA, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Em Santo Antão, nessa actividade predomina o auto-emprego, com uma parte expressiva dos trabalhadores (46%) a trabalhar por conta própria, seguida das empresas privadas com cerca de 36% do emprego (Quadro 49).

Regime de trabalho

A grande maioria (84%) dos trabalhadores dos "Transportes e Comunicações" trabalha a tempo inteiro, situação que ocorre em todas as ilhas, variando entre um mínimo de 69% em São Vicente e um máximo de 90% na ilha de Santiago (Quadro 50).

Quadro 50: Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por situação na ocupação segundo a ilha

<i>Regime de trabalho</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Trabalho a tempo parcial	9,6	28,6	6,4	6,7	17,4	13,4
Trabalho a tempo inteiro	86,9	69,4	92,2	90,0	78,3	83,8
NR	3,5	1,9	1,4	3,4	4,3	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Tempo de trabalho semanal

Em média, os trabalhadores dos transportes e comunicações trabalham 45,7 horas semanais, bastante acima do tempo de trabalho estabelecido pela legislação laboral. Esta é assim uma das actividades onde se trabalha mais tempo.

É na ilha de Santo Antão onde se trabalha mais tempo nesse sector, com 48,6 horas semanais de trabalho, seguido da ilha de Santiago com 47,6 horas semanais. Fogo é a ilha onde se trabalha menos tempo (41,7 horas semanais).

Tipo de vínculo

Também nos "Transportes Rodoviários", a maioria (57%) dos trabalhadores trabalha sem contrato, ou seja, sem qualquer vínculo laboral, temporário, nem duradouro. Em Santo Antão 77% dos empregados do sector trabalha sem contrato e é a ilha onde há maior percentagem de trabalhadores desta actividade com vínculo laboral precário, seguida da ilha do Fogo (61,3%).

Quadro 51: Distribuição percentual dos empregados dos transportes e comunicações por tipo de vínculo segundo a ilha

<i>Tipo de vínculo</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Sem contrato	77,0	51,7	31,5	59,7	61,3	55,6
Contrato por tempo indeterminado	9,4	1,9	13,1	4,3	4,6	4,7
Contrato a prazo	0,0	22,7	9,4	10,8	5,3	13,4
Quadro	10,1	21,8	14,3	14,3	19,9	16,4
Comissão ordinária de serviço	0,0	0,0	1,5	0,8	0,0	0,6
Ignorado / Não sabe	0,0	0,0	0,0	2,7	0,0	1,4
NR	3,5	1,9	30,2	7,4	8,9	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Sal é a única ilha onde menos de metade dos trabalhadores do sector trabalha sem contrato. Trata-se, efectivamente, de uma situação de precariedade de vínculo laboral uma vez que a grande maioria (81%) dos trabalhadores dessa actividade trabalha por conta de outrem, e principalmente para empresas privadas (51%) (Quadro 51).

6.3.2. Geração de desemprego

Em 2006 cerca de 33.574 pessoas com idade igual ou superior a 15 anos estavam no desemprego e destes, 18.226 residiam na ilha de Santiago. Assim, 54% dos desempregados residiam em Santiago, 24% em São Vicente, 13% em Santo Antão, 5% no Fogo e apenas 3% na ilha do Sal.

Dos desempregados 33.574, cerca de 21.758, ou seja quase 2/3, tinham emprego antes, constituindo os “desempregados que já trabalharam”. Assim, esse nível de desemprego resultou, principalmente, da perda de empregos nos últimos cinco anos.

Quadro 52: Distribuição percentual dos desempregados por situação anterior segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregados	4487	8179	860	18226	1822	33574
Tinha trabalho	62,3	73,9	68,3	61,9	58,0	64,8
Não tinha trabalho	37,4	26,1	31,7	38,1	42,0	35,2
NR	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

São Vicente é a ilha onde há maior percentagem de desempregados que já trabalharam (74%), ou seja, que perderam emprego, cerca de 9 pontos percentuais acima da média nacional. Fogo é a ilha com menor percentagem de desempregados que já trabalharam (58%), mas Santiago e Santo Antão encontram-se abaixo da média nacional (Quadro 52).

Os desempregados que já trabalharam

A análise da população desempregada que já trabalhou, que constitui a maioria, permite conhecer o nível de geração líquida de emprego, a capacidade diferenciada dos diversos empregadores e ramos de actividade económica em gerar empregos com estabilidade, mas também o perfil dessa população e as causas directas e indirectas ou remotas da passagem à situação de desempregado.

O estudo limitou-se aos desempregados que já trabalharam e que estão no desemprego há cinco anos ou menos.

Quadro 53: Desempregados que já trabalharam, peso na população activa e na população desempregada segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregados que já trabalharam	2.278	5.039	529	9.255	994	18.095
Peso na população activa (5)	13,7	15,2	5,5	8,4	6,4	9,7
Peso na população desempregada (%)	49,9	61,0	60,0	49,8	52,5	52,9

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Cerca de 18.095 indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos encontra-se nessa situação, o que equivale a cerca de 10% da população activa e cerca de 53% do universo dos desempregados. Em São Vicente, os desempregados que já trabalharam representam cerca de 15% da população activa, 5 pontos percentuais acima da média nacional, seguida da ilha de Santo Antão com 14% (Quadro 53).

Duração no desemprego

Em Cabo Verde o desemprego empurra as pessoas para a pobreza, principalmente o desemprego de longa duração. Segundo estudos recentes, por cada semana adicional de desemprego do chefe do agregado familiar o rendimento per capita diminui cerca de 1,8%, sendo de 1,7% no meio rural e de 1,9% no meio urbano. Em média após 50 semanas de desemprego do chefe, as famílias cabo-verdianas tem elevadas probabilidades de se tornarem pobres, mas as famílias do grupo «Não pobre baixo», ou seja cujo consumo anual per capita é superior a 43.250\$00 (limiar da pobreza) e inferior ou igual a 144.167\$00, tornam-se pobres logo após 42 semanas de desemprego do chefe.

Quadro 54: Desempregados que já trabalharam, por duração no desemprego segundo a ilha

<i>Duração no desemprego</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Últimos 12 meses (%)	70	65,2	66,2	69,2	75,2	68,4
Últimos 9 meses (%)	55,6	61,7	58,3	63,6	72,3	62,4

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

O estudo sobre a duração no desemprego sugere, assim, a necessidade de estabelecer prioridades em matéria de focalização das populações desempregadas e, sobretudo, acções diferenciadas, nomeadamente de reabilitação e de resgate dos desempregados de longa duração.

Os últimos 12 meses foram de geração de emprego que levou à redução da taxa de desemprego, mas também à geração da maior parte do desemprego actualmente existente.

Do total da população desempregada, cerca de 54% perdeu emprego nos últimos 5 anos, a grande maioria (68%) perdeu emprego nos últimos 12 meses e 62% perdeu emprego nos últimos nove meses (Quadro 54). Esta situação espelha, em parte, a mudança no mercado de trabalho quanto ao perfil da mão-de-obra requerida.

Idade

Os desempregados que já trabalharam têm, em média, 29,2 anos de idade, ou seja, são bastante mais jovens do que a população empregada, que tem, em média, 37 anos de idade. Cerca de metade dos desempregados que já trabalharam tem menos de 26 anos de idade e quase 3/4 tem menos de 35 anos.

Quadro 55: Desempregados que já trabalharam, peso na população activa e na população desempregada segundo a ilha

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Cabo Verde</i>
Idade média	32,6	27,7	27,9	29,4	27,9	29,2
<i>Grupo etário</i>						
<i>Menos de 35 anos</i>	59,4	67,2	74,6	74,6	75,7	70,7
15-24 anos	26,8	39,5	46,7	45,2	47,8	41,5
25-34 anos	37,1	43,8	29,5	25,4	32,5	32,5
35-44 anos	20,5	9,3	19,8	17,3	8,5	15,1
45-54 anos	13,5	6,5	2,1	9,8	7,5	9,0
55-64 anos	1,5	0,9	1,9	1,5	3,7	1,5
65 anos e mais	0,6	0,0	0,0	0,7	0,0	0,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Cerca de 77% dos desempregados tem idade compreendida entre 15 e 34 anos, enquanto que apenas 51% dos empregados pertencem a esta faixa etária. Ademais, cerca de 52% dos desempregados tem idade compreendida entre 15 e 24 anos, enquanto que apenas 25% dos empregados pertence a essa faixa etária (Quadro 55).

Quadro 56: População empregada e desempregada com menos de 25 e de 35 anos segundo a ilha

Menos de 35 anos						
	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
<i>Desempregada</i>	72,1	80,4	79,5	76,3	85,2	77,3
<i>Empregada</i>	44,4	51,8	63,4	50,1	48,6	50,6
Menos de 25 anos						
	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
<i>Desempregada</i>	42,4	43,9	57,8	57,7	56,5	52,2
<i>Empregada</i>	16,7	19,6	25,6	26	29,4	24,5

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Santo Antão é a ilha onde os desempregados são mais velhos, com uma média de 32,6 anos, cerca de 3,4 anos acima da média nacional e os de São Vicente são os mais jovens, com uma média de 27,7 anos de idade. Em Santo Antão metade deles tem menos de 31 anos e 59% tem menos de 35 anos (Quadro 56).

Profissão

A falta de formação expõe as pessoas ao desemprego. Assim, metade dos desempregados que já trabalharam antes eram trabalhadores não qualificados, embora estes constituam apenas 36% da

população empregada. Os desempregados que tinham ocupação de operários vêm em segundo lugar com 22%, seguidos pelos de serviços/vendedores, com 11%.

Quadro 57: Desempregados que já trabalharam por profissão segundo a ilha

Profissão	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Quadros Superiores/Dirigentes	0	1,7	1,8	0,4	1,2	0,8
Especialistas	0	0	0	0,3	0	0,2
Técnicos Profissionais	2	0	0	2	1,2	1,3
Administrativos	1,2	6,7	5,1	4,9	5,3	5
Serviços/Vendedores	3,4	15,3	22,9	10,3	3,7	10,8
Agricultura/Pescadores	12,7	0,9	3,6	2,1	8,1	3,4
Operários	17,4	28,7	24	20	13,7	21,8
Operadores	0,6	5,8	0	3,8	0	3,6
Trabalhadores não Qualificados	56,4	38,3	42,6	55,2	50	50
NR	6,3	2,6	0	1,1	16,9	3
Total	100	100	100	100	100	100

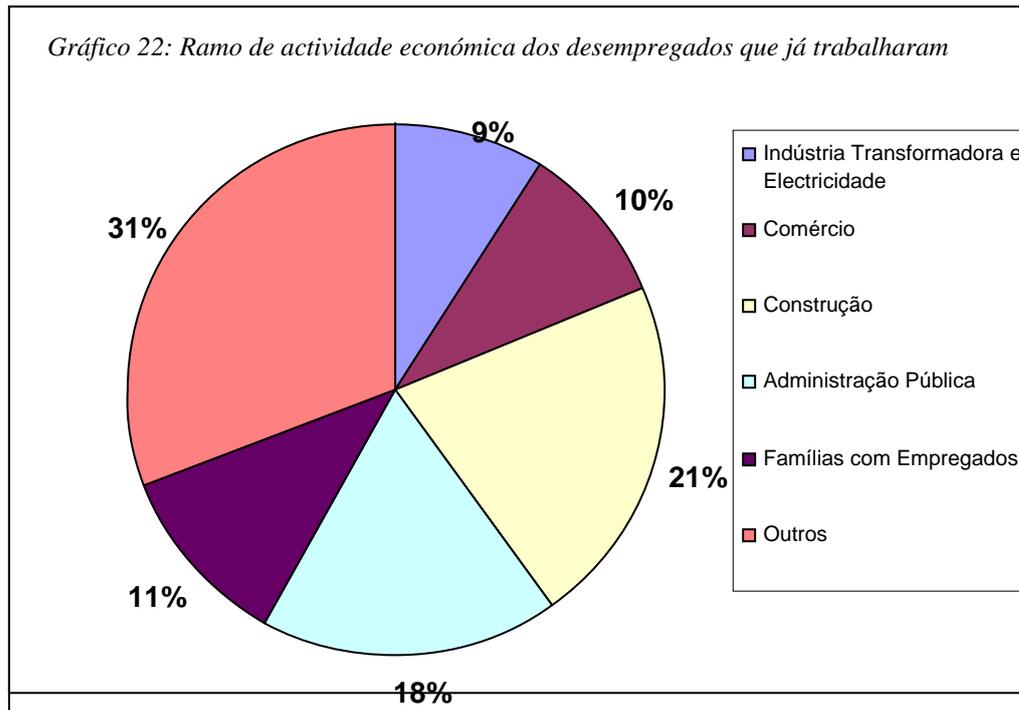
Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

As profissões que exigem maiores qualificações, como por exemplo, as de Quadros Superiores/Dirigentes, Especialistas e os Técnicos profissionais, são as que menos contribuem para o desemprego, com apenas 0,8%, 0,2% e 1,3%, respectivamente.

No Sal e em São Vicente menos de metade desses desempregados são trabalhadores qualificados, tendo os operários e vendedores um peso mais expressivo. Fogo e Santo Antão são as ilhas com maior percentagem de trabalhadores não qualificados entre essa categoria de desempregados (*Quadro 57*).

Principais actividades económicas

A "Construção" é a actividade económica que mais desemprega. Cerca de 21% dos desempregados que já trabalhou estava na "Construção", seguida da "Administração Pública" com 18% e das "Famílias com Empregas Domésticas" com 11% (*Gráfico 22*).



Nível de instrução

Os desempregados que já trabalharam são relativamente mais jovens mas também mais instruídos do que os actuais empregados. Assim, a percentagem dos actuais empregados com nível básico é superior, enquanto que a percentagem desses desempregados com nível secundário ou mais supera em cerca de 9 pontos percentuais a dos empregados com esse nível. Cerca de 3% dos desempregados que já trabalharam tem nível superior, cerca de um ponto percentual abaixo dos empregados com esse nível.

Quadro 58: Desempregados que já trabalharam e empregados por segundo o nível de instrução e a ilha

Ensino Básico						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregada	64,9	51,7	53,4	49,5	45,2	51,8
Empregada	68,9	59	49,2	59,9	71,7	60,7
Superior						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregada	0	3,4	0	3,6	0	2,8
Empregada	2,1	4,6	4,1	5,2	0,6	4,4
Secundário e pós-secundário						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregada	29,2	45,5	45,3	46,5	49,8	44,3
Empregada	25	37,2	48,5	36,1	24,4	35,2

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Santiago é a ilha onde os desempregados que já trabalharam são mais instruídos. A percentagem destes com nível secundário ou pos-secundário (47%) supera em cerca de três pontos percentuais a média

nacional e em 11 pontos percentuais a dos empregados com esse nível. Esta situação explica-se, pelo menos em parte, pelo facto de se tratar da ilha com maior oferta de ensino superior e destino de migração de outras ilhas (*Quadro 58*).

Quadro 59: Desempregados que já trabalharam por principal meio de vida segundo a ilha

<i>Principal meio de vida</i>	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Trabalho	43,7	25,4	20,7	20,9	18,4	24,8
Pensão	0,0	0,9	0,0	0,8	0,0	0,6
Ajuda de familiares em Cabo Verde	48,8	56,8	68,1	68,5	65,9	62,7
Ajuda de familiares no estrangeiro	1,9	10,1	5,3	6,8	14,5	7,5
Outro Meio	3,4	3,8	4,0	2,3	0,0	2,7
NR	2,2	3,0	2,0	0,8	1,2	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Os desempregados que já trabalharam vivem principalmente da providência de familiares residentes em Cabo Verde (63%) e cerca de 25% vive principalmente do trabalho (*Quadro 59*). Santo Antão é a ilha onde menos vivem da ajuda de familiares residentes em Cabo Verde (49%) e Santiago situa-se no outro extremo, pois ali 69 de cada 100 desses desempregados tem esse meio de vida. No Fogo e em São Vicente, estes vivem principalmente de ajuda familiar residente em Cabo Verde, mas a dos familiares residentes no estrangeiro tem peso não desprezível (10 e 15% respectivamente) (*Quadro 59*).

6.4. Caracterização da procura do emprego

6.4.1. Perfil dos desempregados

São relativamente mais jovens do que empregados.

Em Outubro de 2006, a força de trabalho de Cabo Verde era de 183.254 indivíduos, dos quais 149.680 eram ocupados e 33.574 estavam desempregados, o correspondente a uma Taxa de Desemprego de 18,3%. Santo Antão é a ilha com maior incidência do desemprego, pois ali 52 de cada 100 activos estavam no desemprego, seguida da ilha de São Vicente com uma Taxa de Desemprego de 25%, ou seja também superior à média nacional. Sal é a ilha com menor Taxa de Desemprego (9%), cerca de nove pontos percentuais abaixo da média nacional enquanto que Santiago e Fogo formam com aquela, o grupo das ilhas com nível de desemprego abaixo da média nacional (*Quadro 60*).

Quadro 60: População activa, empregada e desempregada. Taxa Líquida de Actividade e Taxa de Desemprego segundo a ilha

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Cabo Verde</i>
Activos	16552	32875	9559	109037	15231	183254
Empregados	12065	24696	8699	90811	13409	149680
Desempregados	4487	8179	860	18226	1822	33574
Desempregados (%)	13,4	24,4	2,6	54,3	5,4	100,0
Tinham trabalho (%)	62,3	73,9	68,3	61,9	58,0	64,8
Taxa de Desemprego (%)	27,1	24,9	9,0	16,7	12,0	18,3
Taxa Líquida de Actividade (%)	52,2	62,0	72,0	63,5	65,5	62,6

Fonte : ISE 2006 IEFPI/INE

Contudo, as políticas e acções de promoção do emprego devem focalizar em com sentido de prioridade as ilhas com maior contingente de desempregados. De cada 100 desempregados, 54 estão na lha de Santiago, 25 em São Vicente, 13 em Santo Antão, 5 no Fogo e 3 no Sal (*Quadro 60*).

O nível de desemprego resulta, sobretudo, das perdas de emprego nos últimos anos e isto em todas as ilhas. Assim, quase dois em cada três empregados (65%) tinham trabalho. A perda de emprego é relativamente mais acentuada em São Vicente onde 74 em cada 100 desempregados já trabalharam e Santiago é a ilha onde foi relativamente menor a perda de emprego, pois ali apenas 58% dos desempregados já trabalharam, muito embora 52% destes residam nesta ilha.

Em Cabo Verde o desemprego afecta particularmente os jovens. Assim, se em média 18 em cada 100 activos estão no desemprego, 33 em cada 100 activos dos 15 – 24 anos estão no desemprego e a Taxa de desemprego da população dos 25-34 anos é sensivelmente igual à média nacional, reduzindo com a idade para 6 e 2% entre os de 55-64 e de 65 anos ou mais. Em todas as ilhas o nível relativo do desemprego entre a população jovem dos 15-24 anos é de longe superior à média da ilha.

Santo Antão é a lha com maior incidência do desemprego, mas também entre os jovens. Ali cerca de 49% dos activos dos 15-24 anos estão no desemprego e 29 em cada 100 entre os activos de 25-34 anos e a taxa de desemprego decresce com a idade cerca de 22 e 1 ponto percentual acima da média da ilha (27%) (*Quadro 61*).

Quadro 61: Taxa de Desemprego por ilha segundo o grupo etário

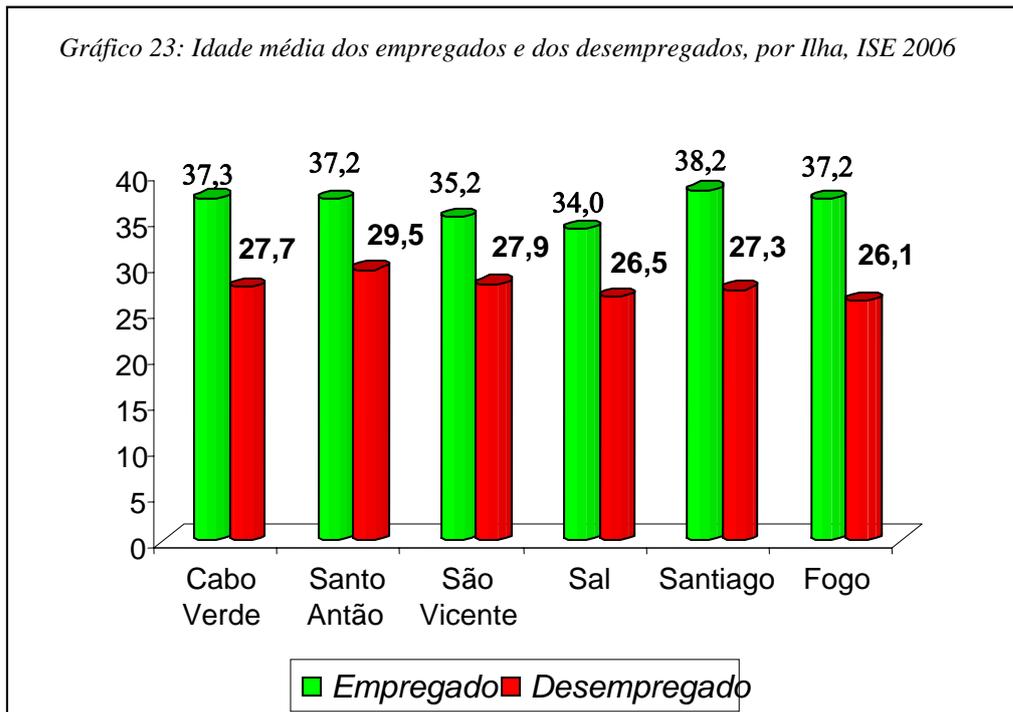
<i>Ilha</i>	<i>15-24 anos</i>	<i>25-34 anos</i>	<i>35-44 anos</i>	<i>45-54 anos</i>	<i>55-64 anos</i>	<i>65 anos e +</i>	<i>Total</i>
Cabo Verde	32,3	17,8	10,5	10,5	6,0	2,2	18,3
Santo Antão	48,6	28,5	15,9	19,7	8,0	5,2	27,1
São Vicente	42,5	27,4	10,8	14,9	8,2	9,5	24,9
Sal	18,3	5,4	5,8	4,1	7,1	0,0	9,0
Santiago	30,8	13,4	10,5	9,7	5,1	1,6	16,7
Fogo	20,7	16,9	4,4	3,3	5,5	0,0	12,0

Fonte : ISE 2006 IEFPI/INE

É também o caso da ilha de Santiago onde 31% dos jovens activos dos 15-24 anos estão no desemprego, cerca de 14 pontos percentuais acima da média da ilha e a taxa de desemprego nas idades seguintes situa-se abaixo da média da ilha que é de 17%. No Fogo, a Taxa de Desemprego atinge 21% entre os jovens dos 15-24 anos e 17% entre os de 25-34 anos, todos acima da média da ilha e os níveis são inferiores à média para os grupos etários seguintes (*Quadro 61*).

Pelo menos 52 em cada 100 desempregados tem idade compreendida entre 15 e 25 anos e pouco mais de três em cada quatro (77%) tem 15 a 35 anos, enquanto que a média é de 27,7 anos. É no Fogo onde são mais jovens (26,1 anos), mas os de Santiago e Sal também estão abaixo da média nacional (26,5 e

27,3 anos respectivamente) (Gráfico 23).



Os desempregados de São Vicente e de Santo Antão são os mais velhos, pois têm em média 27,9 e 29,5 anos respectivamente, todos acima da média nacional.

Os desempregados são relativamente mais jovens do que os empregados. Tem em média 9,6 anos a menos do que estes últimos e é nas ilhas de Santiago e do Fogo onde a diferença é mais acentuada (10,8 e 11,0 anos respectivamente) (Gráfico 23).

Quadro 62: População empregada e desempregada com menos de 25 e de 35 anos segundo a ilha

Menos de 35 anos						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregada	72,1	80,4	79,5	76,3	85,2	77,3
Empregada	44,4	51,8	63,4	50,1	48,6	50,6
Menos de 25 anos						
	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregada	42,4	43,9	57,8	57,7	56,5	52,2
Empregada	16,7	19,6	25,6	26	29,4	24,5

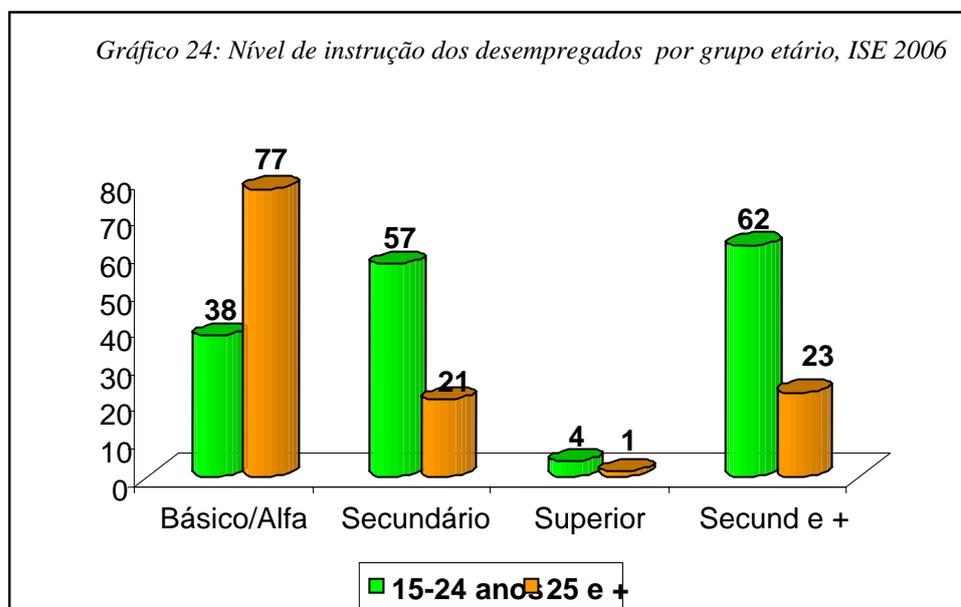
Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Cerca de 77% dos desempregados tem idade compreendida entre 15 e 34 anos, enquanto que apenas 51% dos empregados pertencem a esta faixa etária. Ademais, cerca de 52% dos desempregados tem idade compreendida entre 15 e 24 anos, enquanto que apenas 25% dos empregados pertencem a essa faixa etária.

Santo Antão é a ilha onde esses desempregados são mais velhos, pois têm em média 32,6 anos, cerca de 3,4 anos acima da média e os de São Vicente são os mais jovens pois tem em média 27,7 anos de idade. Em Santo Antão, metade deles tem menos de 31 anos e 59 em cada 100 tem menos de 35 anos.

Os desempregados são relativamente mais instruídos que os empregados

Os desempregados de Cabo Verde são jovens mas também relativamente instruídos. Assim, cerca de 44% destes tem nível secundário (41%) ou superior (3%), cerca de nove pontos percentuais acima dos empregados, muito embora 5.721 empregados tenham nível superior, equivalente a 4% dessa população. Em compensação, a proporção dos empregados com nível secundário (61%) é cerca de nove pontos percentuais superior à dos desempregados com esse nível.



Cerca de 52% dos desempregados tem idade compreendida entre 15 e 24 anos e estes são relativamente mais instruídos do que os de 25 anos ou mais. Assim, de cada 100 desempregados dos 15-24 anos, 57 tem nível secundário e 4 tem nível superior e, globalmente, 67 em cada 100 tem nível secundário ou pós-secundário, enquanto que de cada 100 desempregados de 25 anos ou mais, apenas 21 tem nível secundário, 1 tem nível superior e globalmente apenas 23 tem nível secundário ou pós-secundário (Gráfico 24).

Quadro 63: Distribuição percentual dos desempregados que já trabalharam por razão de perda de emprego segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Fim de contrato	17,4	16,0	11,6	16,2	7,3	15,7
Redução da actividade	32,7	34,7	10,4	28,0	47,8	31,0
Falência/Suspensão da actividade da entidade empregadora	35,7	18,7	16,6	27,4	14,4	24,9
Problemas disciplinares/Conflitos laborais	4,3	9,2	16,2	9,4	2,9	8,5
Relacionado com idade/Reforma	1,2	0,0	3,9	0,8	2,5	0,8
Doença/Gravidez	2,2	4,3	7,9	4,8	1,2	4,2
Vontade própria	1,2	4,5	16,2	3,0	2,6	3,6
Outra	1,4	1,9	2,1	2,6	3,9	2,3
Não sabe / Não responde	3,8	10,6	15,2	7,9	17,4	8,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

O abrandamento da actividade económica, o ajustamento do mercado à concorrência, a procura de maior eficiência e competitividade são as causas principais do desemprego destes últimos anos. Com efeito, de cada 100 desempregados, 72 perderam emprego por redução da actividade (31%), falência/suspensão da actividade da entidade empregadora (25%), ou por fim de contrato (16%) e essas são as principais razões a nível das ilhas, exceptuando Sal. Santo Antão é caso mais saliente, pois nessa ilha 86% dos desempregados que já trabalharam perderam emprego pelas razões acima referidas e especialmente pela falência/suspensão da actividade da entidade empregadora. Em Santiago a proporção dos desempregados que perderam emprego por essas razões (72%) é sensivelmente igual à média nacional. Certamente por causa da dinâmica da actividade turística, no Sal essas razões tem algum peso mas não são essenciais pois apenas 39% desse tipo de desemprego deve-se a essas razões e realçam-se os problemas disciplinares/conflitos laborais (16%) a vontade própria (16%), doença/gravidez (8%) (*Quadro 63*).

Quadro 64: Distribuição percentual dos desempregados que já trabalharam por ramo de actividade segundo a razão de perda de emprego

	<i>Total</i>	<i>Redução pessoal</i>	<i>Outras razões</i>	<i>Redução pessoal</i>
Agricultura	100,0	67,6	32,4	4,7
Indústria Extractiva	100,0	52,8	47,2	0,9
Indústria Transformadora e Electricidade	100,0	70,5	29,5	8,4
Construção	100,0	81,1	18,9	24,5
Comércio	100,0	59,7	40,3	8,3
Alojamento e Restauração	100,0	42,5	57,5	3,8
Transportes e Comunicações	100,0	73,4	26,6	3,5
Actividades Financeiras	100,0	100,0	0,0	0,2
Serviços às Empresas	100,0	65,4	34,6	2,4
Administração Pública	100,0	93,5	6,5	23,8
Educação	100,0	50,4	49,6	0,9
Saúde	100,0	100,0	0,0	0,3
Outros Serviços	100,0	90,5	9,5	5,9
Famílias com Empregados	100,0	38,6	61,4	5,8
Organismos Internacionais	100,0	100,0	0,0	1,5
NR	100,0	76,3	23,7	4,9
Total	100,0	71,7	28,3	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

O desemprego afectou quase todos os ramos de actividade, com especial realce para a «Saúde», as «Actividades Financeiras», as «Organizações Internacionais» mas também a «Administração Pública» e outros serviços». Exceptuam-se o «Alojamento e restauração» em que a maioria (51%) da perda de emprego deve-se a problemas disciplinares (28%) de doença (5%), a vontade própria (11%) ou outras razões que não as relacionadas com a redução da actividade. Exceptua-se também as famílias com empregadas domésticas onde a perda de emprego deve-se sobretudo a problemas disciplinares (25%), a doença (13%), vontade própria (10%) e outras razões que não as relacionadas com a redução da actividade (*Quadro 64*). Esta situação traz a nu o défice de profissionalismo reinante no seio dos trabalhadores, no geral, situação particularmente inadequada aos serviços associados ao turismo.

Contudo o essencial (65%) da perda de emprego por redução de pessoal ocorreu na «Construção» (25%), na «Administração pública» (24%), na «Industria Transformadora e Electricidade» (8%) e no «Comércio» (8%).

Quadro 65: Distribuição percentual dos desempregados por atitude face à procura de emprego segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Procurou emprego	72,4	88,9	87,6	82,8	52,8	81,4
Não procurou emprego	24,6	8,9	5,7	13,3	31,8	14,5
Não Sabe/Não Responde	2,9	2,2	6,7	3,9	15,4	4,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Os desempregados cabo-verdianos não se desencorajaram. Assim, a grande maioria (81%) procurou emprego nos últimos 6 meses, e assim ocorre em todas as ilhas, com um máximo de 90% em São Vicente e um mínimo de 53% no Fogo. Isto explica-se, certamente, pelo facto da maioria destes já ter trabalhado, ou seja já experimentou a situação de empregado, como também ao facto de serem jovens e de haver perspectivas boas de expansão da actividade económica e do emprego e, nos casos como São Vicente, também devido à eficácia e notoriedade do Centro de Emprego (Quadro 65).

Quadro 66: Distribuição percentual dos desempregados por razão de não ter encontrado trabalho segundo a ilha

Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Não existe trabalho disponível	92,8	91,9	79,0	82,5	76,7	85,9
Outras razões	7,2	8,1	21,0	17,5	23,3	14,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Tanto assim é que pelo menos 86 em cada 100 considera que não encontrou trabalho, ou seja continua no desemprego porque «Não existe trabalho disponível», isto em todas as ilhas, com um máximo de 93% em Santo Antão e um mínimo de 77% no Fogo (Quadro 66).

Dos 18.094 desempregados que já trabalharam e que estão no desemprego há cinco anos ou menos, apenas 2.031 deixou de procurar emprego, o equivalente a 11% desse universo e a grande maioria destes (65%) deixou de procurar emprego nos últimos seis meses.

Quadro 67: Distribuição percentual dos desempregados que deixaram de procurar emprego por duração da decisão segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nos últimos seis meses	65,3	67,3	100,0	63,0	67,6	64,9
Há mais tempo	34,7	32,7	0,0	37,0	32,4	35,1

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Em todas as ilhas, a grande maioria dos que deixaram de procurar emprego tomaram essa atitude nos últimos seis meses, ocorrendo o máximo no Sal (100%) e o mínimo em Santiago (63%) (Quadro 67).

Este estudo também põe em evidência o facto da formação ser ainda um privilégio de poucos, mormente os desempregados. Especialmente estes precisam de formação para aumentar as possibilidades de encontrar emprego, pois como vimos, tem algum nível de instrução mas não possuem qualificação, situação espelhada e através da estatística dos que já trabalharam (que são maioria) mas exerciam maioritariamente ocupações não qualificadas.

Quadro 68: Distribuição dos desempregados que nunca assistiram a uma formação segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Desempregados que procuraram trabalho	2.933	6.030	587	12.105	811	22.466
Em %	90,2	83,0	78,0	80,2	84,3	82,2
Distribuição espacial (Em %)	13,1	26,8	2,6	53,9	3,6	100,0
Todos os desempregados	3.985	6.674	618	14.230	1401	26.908
Em %	88,8	81,6	71,8	78,1	76,9	80,1
Distribuição espacial (Em %)	14,8	24,8	2,3	52,9	5,2	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Em Cabo Verde 26.908 desempregados e especialmente 22.466 que procuram trabalho nunca assistiram a uma formação, o equivalente a 80 e 82% do conjunto dos desempregados e dos que procuram emprego respectivamente (Quadro 68).

Assim acontece em todas as ilhas, com um máximo de 89 e 90% em Santo Antão e um mínimo de 72 e 78% na ilha do Sal. Contudo, 53 e 54% dos desempregados e dos desempregados que procuram trabalho e que nunca assistiram a uma formação estão na ilha de Santiago, e 25 e 27% respectivamente estão em São Vicente. Este facto releva assim, o lugar cimeiro que a formação profissional deve ocupar no âmbito das políticas activas de emprego e em especial das políticas de combate à pobreza.

Pelo menos 61 em cada 100 desempregados e 60 em cada 100 desempregados que já trabalharam e que nunca fizeram uma formação foi por não terem conhecimento ou então porque não existe formação disponível (45 e 46% respectivamente) ou porque não procurarem ou não se interessarem (17 e 14%) respectivamente.

Quadro 69: Distribuição dos desempregados que nunca assistiram a uma formação por principais razões segundo a ilha

	S. Antão	S.Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Não teve conhecimento/Não existe acções de formação disponível						
Desempregados que procuraram trabalho	1.833	2.364	440	5.340	364	10.341
Em %	62,5	39,2	74,8	44,1	44,9	46,0
Distribuição espacial (Em %)	17,7	22,9	4,3	51,6	3,5	100,0
Todos os desempregados	2.178	2.500	471	6.348	558	12.055
Em %	54,6	37,5	76,1	44,6	39,8	44,8
Distribuição espacial (Em %)	18,1	20,7	3,9	52,7	4,6	100,0
Não procurou efectivamente/Não se interessou						
Desempregados que procuraram trabalho	663	988	40	1.329	207	3.227
Em %	22,6	16,4	6,8	11,0	25,5	14,4
Distribuição espacial (Em %)	20,5	30,6	1,2	41,2	6,4	100,0
Todos os desempregados	1.112	1080	40	1.714	507	4.453
Em %	27,9	16,2	6,5	12,0	36,2	16,5
Distribuição espacial (Em %)	25,0	24,3	0,9	38,5	11,4	100,0
Não tem qualificações						
Desempregados que procuraram trabalho	293	689	11	2.092	134	3.219
Em %	10,0	11,4	1,9	17,3	16,5	14,3
Distribuição espacial (Em %)	9,1	21,4	0,3	65,0	4,2	100,0
Todos os desempregados	435	920	11	2.250	170	3.786
Em %	10,9	13,8	1,8	15,8	12,1	14,1
Distribuição espacial (Em %)	11,5	24,3	0,3	59,4	4,5	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Sal é um caso digno de realce, pois nessa ilha pelo três em cada quatro desempregados ou desempregados que procuraram emprego nunca teve uma formação por não ter conhecimento, ou então por não existe formação disponível. A esta ilha junta-se a ilha de Santo Antão onde também pelo menos 55 em cada 100 desempregados e 63 em cada 100 desempregados que procuraram emprego nunca teve uma formação pela razão acima referida (*Quadro 69*).

Trata-se de mera incidência, pois cerca de 53 e 52% dos desempregados e dos que procuraram emprego respectivamente e que nunca assistiram a uma formação estão na ilha de Santiago, seguido de São Vicente com 21 e 23% respectivamente.

Quadro 70: Desempregados que procuram emprego e que consideram ter condições para criar o próprio negócio segundo a ilha

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Tem condições p/criar próprio negócio	1.239	3.556	240	4.856	592	10.483
Em %	38,1	48,9	31,9	32,2	61,5	38,4
Repartição espacial (%)	11,8	33,9	2,3	46,3	5,6	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

Dos desempregados que procuram emprego, apenas 10.483 consideram que tem condições de criar o seu próprio negócio, o equivalente a 38% desse universo, mas os do Fogo parece serem mais empreendedores, pois 61% dos desempregados à procura de emprego consideram que tem condições para abrir o próprio negócio (*Quadro 70*). Contudo, 46 em cada 100 dos que denotam maior espírito empreendedor encontram-se em Santiago e 34 em São Vicente.

Quadro 71: Principais razões para não ter condições de criar o próprio negócio

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Falta condições financeiras	1.706	2.555	420	8.543	149	13.373
Em %	86,5	73,3	90,7	86,6	44,6	82,9
Repartição espacial (%)	12,8	19,1	3,1	63,9	1,1	100,0
Falta de qualificações	84	45	0	107	87	323
Em %	4,3	1,3	0,0	1,1	26,0	2,0
Repartição espacial (%)	26,0	13,9	0,0	33,1	26,9	100,0
Outras	183	887	43	1.216	98	2.427
Total	1.973	3.487	463	9.866	334	16.123
<i>Conhece algum centro de emprego</i>	846	3.732	0	3.736	529	8.843
Em %	19,5	46,9	0,0	21,9	35,1	27,9
Repartição espacial (%)	9,6	42,2	0,0	42,2	6,0	100,0
<i>Conhece instituição de micro-crédito?</i>	1.037	863	187	3.457	682	6.226
Em %	23,1	10,6	21,7	19,0	37,4	18,5
Repartição espacial (%)	16,7	13,9	3,0	55,5	11,0	100,0
<i>Alguma vez recorreu ao micro-crédito?</i>	62	46	32	375	45	560
Em %	5,1	4,1	12,0	8,0	4,6	6,8
Repartição espacial (%)	11,1	8,2	5,7	67,0	8,0	100,0

Fonte: ISE 2006 IEFPI/INE

As principais causas para não criar um negócio tem a ver com conhecimento, melhor, o desconhecimento, dos Centros de Emprego e de instituição que dedicam ao micro-crédito, bem assim a disponibilidade destas últimas para atender às demandas dos potenciais empreendedores.

A falta de condições financeiras é a razão principal porque os desempregados não consideram ter condições de criar o próprio negócio, mas a falta de qualificação assume alguma relevância em ilhas como Fogo. Pelo menos 83 em cada 100 desempregados que não consideram ter condições para criar seu próprio negócio alegam a falta de condições financeiras e é o caso da maioria em quatro das cinco ilhas em análise, com especial realce pela ilha do Sal (91%). Fogo é a única onde a proporção dos que alegam essa razão não é maioritária (45%) e onde a falta de qualificação tem realce (26%). Porém cerca de 63% dos que alegam a primeira razão está na ilha de Santiago e apenas 33% dos que alegam falta de qualificação estão nesta ilha, seguido do Fogo (27%) (*Quadro 71*).

Os centros de emprego e as instituições de micro-crédito são muito pouco conhecidos. Apenas 19 e 28 em cada 100 desempregados conhecem uma instituição de micro-crédito ou um centro de emprego respectivamente. São Vicente é a ilha onde o centro de emprego é mais conhecido pelos desempregados locais (47%) mas as instituições de micro-crédito são mais conhecidas pelos desempregados no Fogo (37%) seguida de Santo Antão (23%). O recurso ao micro-crédito é uma raridade. Apenas 7 em cada 100 desempregados de Cabo Verde recorreu alguma vez ao micro-crédito e Sal é a ilha onde o recurso a esse instrumento financeiro é relativamente mais expressivo (12% dos desempregados) (*Quadro 71*).

Desejam fazer um curso superior

Dos 27.323 desempregados que procuram emprego, cerca de 11.762 ou seja 43 em cada 100 desejam fazer um curso superior. Destes, 6.030 estão na ilha de Santiago, o equivalente a 51%, cerca de 22% estão em São Vicente e os restantes nas outras ilhas.

É grande a variedade dos cursos que desejam fazer. Contudo, cerca de 1.318 desempregados que procuram emprego desejam fazer um curso de engenharia, da construção civil à informática, e esta é assim a primeira preferência. Seguem-se os cursos de professor (8%) de direito/advocacia (7%), de informática (7%). Estes são no geral os mais preferidos em todas as ilhas (*Quadro 72*).

A maioria dos que procuram a formação em direito/advocacia está na ilha de Santiago (56%), que é também a parte mais expressiva da procura de cursos de professor. Entretanto, a maioria dos que procuram cursos de engenharia (51%), bem assim de informática (53%) está em São Vicente.

Quadro 72: Desempregados que procuram emprego e que desejam fazer curso superior por área de formação segundo a ilha

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
ADVOGACIA	2,8	2,3	2,1	0,6	3,4	1,5
ARQUITETURA	4,3	1,2	0,0	2,4	3,1	2,0
ASSISTENTE BORDO/AEROMOÇA	0,0	1,2	0,0	1,7	0,0	1,2
COMUNICAÇÃO SOCIAL	1,5	1,1	3,9	6,0	0,0	3,7
CONSTRUCAO CIVIL	2,7	2,3	2,1	1,7	3,1	2,0
CONTABILIDADE/ECONOMIA E GESTÃO	1,5	1,2	1,9	2,8	6,3	2,2
CULINARIA/COZINHEIRA	1,4	4,6	6,0	0,6	0,0	2,2
DIREITO	1,3	4,4	2,1	6,9	6,3	5,4
ECONOMIA/ECONOMIA E GESTAO	4,1	0,0	0,0	6,6	0,0	3,7
ELECTRICIDADE	0,0	1,1	0,0	1,1	0,0	0,9
EMFERMAGEM	5,2	3,8	2,1	1,6	0,0	2,6
ENGENHARIA	21,1	17,1	8,5	5,8	15,9	11,2
ENGENHARIA CIVIL	4,1	6,0	0,0	0,6	0,0	2,7
GESTAO	1,4	7,4	1,9	3,5	0,0	4,5
INFORMATICA	4,1	10,4	1,7	4,9	6,8	6,6
MEDICINA	8,6	1,2	2,1	6,4	18,8	5,0
PROFESSOR	20,6	10,2	1,9	6,3	0,0	8,4
PSICOLOGIA	1,5	1,2	0,0	1,6	0,0	1,3
TURISMO	0,0	3,5	0,0	0,6	0,0	1,5
Mais frequentes	81,8	74,1	36,6	61,0	63,6	66,1
AINDA NAO DECIDIU/N SABE/N PENSOU.....	1,3	3,4	30,9	18,2	3,4	12,0
OUTROS	17,0	22,6	32,5	20,8	33,0	22,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : ISE 2006 IEFPI/INE

No Fogo, por exemplo, 352 desempregados que procuram emprego desejam fazer um curso superior e a medicina é a primeira preferência (19%) seguida da engenharia (16%) e do direito/advocacia. 7 em cada 100 pretendem tirar um curso de informática.

Cerca de 31% dos desempregados do Sal que procuram emprego e que desejam fazer um curso não sabe ainda que curso prefere fazer. Entre os outros as escolhas recaem sobre a culinária/cozinha que tem a preferência, a comunicação social, a medicina, a construção civil, a contabilidade/economia, a gestão e o de professorado.

A seguir às engenharias, as preferências dos desempregados vão para os cursos de maior tradição em Cabo Verde. Curiosamente, a nível nacional apenas 171 desses desempregados desejam formar-se no domínio do turismo e nenhum deles é da ilha do Sal (Quadro 72).

Assim, importa sobretudo discutir o grau de convergência entre as preferências dos desempregados e as necessidades do mercado, mas também a convergência com o essencial que são as necessidades do mercado de trabalho.

Disponibilidade para trabalhar numa outra ilha

Quadro 73: Distribuição percentual dos desempregados que procuram emprego por disponibilidade para trabalhar numa outra ilha segundo a ilha

	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Sim	2300	5794	450	7988	653	17185
Não	939	1109	244	4658	250	7200
Não Sabe/Não Responde	11	366	60	2444	59	2940
Total	3250	7269	754	15090	962	27325
<i>Distribuição percentual</i>						
	<i>Santo Antão</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Santiago</i>	<i>Fogo</i>	<i>Total</i>
Sim	70,8	79,7	59,7	52,9	67,9	62,9
Não	28,9	15,3	32,4	30,9	26,0	26,3
Não Sabe/Não Responde	0,3	5,0	8,0	16,2	6,1	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim Repartição espacial	13,0	15,4	3,4	64,7	3,5	100,0

Fonte : ISE 2006 IEFPI/INE

Os desempregados desejam fortemente deixar essa situação e para tanto estão dispostos a ir trabalhar numa outra ilha. Dos 27.335 desempregados que procuram emprego, 17.185, ou seja 63 em cada 100, manifesta essa disponibilidade. (*Quadro 73*). Os desempregados de São Vicente são os mais disponíveis a deixar a ilha por causa do emprego (80%) e os de Santiago são os relativamente menos disponíveis (53%) mas com essa preferência nítida em relação ao desemprego, pois de cada 100 empregados que se disponibilizam a mudar para outra ilha por causa do emprego, 65 estão na ilha de Santiago, onde aliás está, existe o maior contingente de desempregados.

6.5. Crescimento económico e emprego

Para que haja aumento do emprego é necessária a expansão do volume da actividade económica, ou seja, forte crescimento económico, a par das medidas activas de emprego. Analisando o crescimento do PIB e do emprego ao longo de duas décadas por ramo de actividade, evidencia-se um comportamento irregular. Entre 1990 e 2006, a população empregada passou de 91.015 a 149.680 indivíduos, o equivalente a um crescimento médio anual de 3%, ou seja, acima do ritmo de crescimento da população. *O crescimento do PIB e do emprego entre 1990 e 2006 sugere algumas evidências como, por exemplo, o facto de que o crescimento económico abaixo de 6% não aumenta o emprego a ponto de fazer baixar a Taxa de Desemprego.*

Com efeito, entre 1990 e 2000 o crescimento económico em cerca de 11,3% ao ano foi acompanhado de um crescimento de emprego em cerca de 4,4% ano. No quinquénio seguinte (2000-2005), a economia cresceu em média 5,5% ciclo esse em que ocorreu uma redução expressiva do emprego em cerca de 2,2% ao ano, o ciclo 2000-2006 é marcado por um crescimento económico de 6,6% ao ano o que traduziu-se no crescimento do emprego de 1,2% ao ano especialmente pelo volume de emprego gerado nesse último ano.

Porém, mesmo nos períodos de fraco crescimento económico alguns sectores ostentaram alguma performance em termos de crescimento do VAB quanto do emprego.

Quadro 74: Crescimento do PIB e do emprego

	1990-96		1990-2000		2000-02		2000-05		2000-06	
	PIB	Emp	PIB	Emp	PIB	Emp	PIB	Emp	PIB	Emp
Agriculture, forestry livestock and fishing	-1,3	-11,4	2,5	1,7	-3,8	-3,5	-2,9	2,5	-2,2	7,4
Industry and energy	10,7	0,7	7,6	6,1	2,7	-0,4	4,3	-3,5	4,8	-0,1
Construction	3,8	-11,7	3,2	-1,9	9,9	-6,6	6,8	-7,1	8,0	-1,7
Commerce	2,1	5,2	4,3	6,8	12,4	-0,6	8,8	-3,4	8,0	0,3
Hotels	4,0		14,4		12,7	-5,9	15,4	1,6	18,3	3,9
Transport and communications	10,4	4,2	12,8	3,7	1,4	-2,0	3,0	-4,8	5,3	0,6
Banks and insurance	17,4	3,9	13,0	-1,2	11,6	3,3	3,6	7,9	6,5	-0,1
House renting										
Public service	7,2	9,8	6,6	5,3	1,2	1,9	5,7	-3,9	6,4	-4,9
Other services	8,6	-7,8	9,4	32,3	2,1	7,6	4,3	-3,3	4,4	1,7
Total	5,1	-1,0	6,4	4,4	5,1	-0,7	4,7	-2,2	4,8	1,2
PIB	5,5	-1,0	6,8	4,4	5,7	-0,7	5,4	-2,2	6,3	1,2

Fonte: PIB-INE Emprego IEFPI/INE

Cálculos do autor

Na agricultura, o crescimento do PIB versus emprego apresentou o seguinte perfil: de 1990 a 2000 houve um crescimento médio anual do PIB de 2,5% acompanhado de geração líquida de emprego de cerca de 1,7% ao ano. Entre 2000 e 2002 houve uma desaceleração do crescimento económico (-3,8%), ciclo esse em que ocorreu uma perda de emprego na ordem de 3,5% ao ano.

Entre 2000 e 2005, apesar do VAB do sector ter decrescido (-2,9%) o emprego cresceu cerca de 2,5% ano, resultante do da ocupação massiva das pessoas na agricultura de sequeiro que nem sempre significa elevada produção agrícola. A ligeira recuperação de 2006, não foi suficiente para alterar de forma expressiva o perfil, continuando a expandir o emprego, sem o corresponde crescimento do VAB.

Entre 1990 a 2000 a actividade da Indústria e Energia cresceu em média 8% ao ano, o que se traduziu no incremento do emprego ao ritmo de 6% ao ano. No entanto, nos anos subsequentes, ou seja de 2000 a 2006 a desaceleração do crescimento desse sector acompanhou-se de uma redução de volume de emprego. Esta redução do emprego ocorreu principalmente nas empresas do sector. Com efeito, segundo o Iº e IIº Recenseamento Empresariais, entre 1997 e 2002, ocorreu uma forte redução do efectivo de empresas desta actividade (-19% ano), e por consequência do emprego (-5% ano), com forte crescimento da facturação em cerca de 10% ao anos de que resultam ganhos expressivos de competitividade.

Na construção houve um crescimento económico apreciável ao longo dessas duas décadas, pois entre 1990 e 2000 cresceu em média 3,2% ano e entre 2000 a 2006 cresceu cerca de 8% em média. Esse crescimento, infelizmente, não foi acompanhado de crescimento de emprego, pois efectivamente houve perda de emprego durante todos esses anos, de que resulta ganho expressivo de produtividade. Isto explica-se, pelo menos em parte, pelo facto de se usar na «Construção» cada vez mais blocos de cimento em substituição da pedra, que mais intensivo em mão-de-obra e, consequentemente contribuindo para a geração de mais desemprego.

O comércio cresceu em média 4% ao ano entre 1990-2000 e nesse mesmo período o emprego gerado por essa actividade cresceu em média cerca de 7% ao ano. Mas de 2000 a 2002 apesar do PIB continuar a crescer em média 12% ao ano, decresceu o emprego nesta actividade (-0,6%).

Isto explica-se, pelo menos em parte, pelo facto de que nesse período ter ocorrido uma expansão da actividade empresarial nesse domínio sem efectivo crescimento do emprego. O universo das empresas do comércio cresceu em média cerca de 2%, o volume de negócios, ao ritmo de 9% ao ano, mas o emprego cresceu apenas 0,4% ao ano.

Esta tendência perdurou até 2005, com uma perda de emprego na ordem de 3%, período em que o crescimento económico desacelerou dois pontos percentuais. No período entre 2000 e 2006 o VAB desse ramo de actividade cresceu em média, 8%, ano mas acompanhado de geração líquida de emprego de 0,3%.

Na década de noventa, o crescimento médio anual de 13% da actividade de transportes e comunicações foi acompanhado do crescimento do emprego, em média, ao ritmo de 4%. Entre 2000 e 2002 o VAB do sector conheceu um abrandamento de cerca de seis pontos percentuais, o que se traduziu na redução do emprego em cerca de 2% ao ano.

Essa má performance é consequência da conjuntura económica que foi menos favorável nesse intervalo de tempo. Neste período ocorreu uma reestruturação do tecido empresarial com diminuição do número de empresas (-7% ano) e consequente perda de emprego (-2% ano), mas forte crescimento da facturação (10% ano), de que resultou ganhos expressivos de produtividade do trabalho e de competitividade das empresas.

O VAB do sector conheceu um forte abrandamento no período 2000-2005, com redução de emprego em cerca de cinco pontos percentuais ao ano, certamente por arrastamento da má conjuntura. O crescimento desse sector em 2006 foi suficiente para compensar as perdas ocorridas desde o início da década de que resulta um de crescimento médio anual de 5,3 para o VAB e de 0,6% para o emprego nesses seis anos.

Na década de noventa, o sector dos serviços públicos teve um crescimento do PIB na ordem dos 7%, com um crescimento de emprego de 5%, que em si não justificou na íntegra o crescimento do VAB do sector. O diferencial explica-se, pelo menos em parte, por alterações estruturais dos recursos humanos, seja pela entrada de pessoas mais qualificadas e por isso com vencimentos mais elevados, ou pela progressão ou promoção na carreira. Entre 2000-2005 ocorreu um ligeiro abrandamento do crescimento do sector (6%), com perda de emprego (-4% ano) perfil que aliás caracteriza também o período 2000-2006 com o VAB a crescer cerca de 6% ano e o emprego decrescendo cerca de 5% ano.

Em 1990, o comércio era o sector com maior contribuição para o PIB (24%), mas a agricultura era o que mais contribuía para o emprego (31%). A construção era o terceiro sector com maior contribuição para a riqueza nacional e segundo em termos de contribuição para o emprego (21%). Mudanças sensíveis ocorreram na década de noventa, a ponto de que em 2000, os transportes e comunicações passaram a liderar na formação do PIB, ou seja tornaram-se no sector mais importante da economia, em detrimento do comércio cuja contribuição recuou, cerca de 4 pontos percentuais. É assim o sector mais dinâmico, com ganhos sensíveis em matéria de contribuição para o PIB, sem perder o seu peso na geração do emprego, de que resultam ganhos sensíveis de produtividade.

O comércio viu crescer o seu peso no emprego (13 para 17%) embora perdendo no VAB. É resultado da progressão do comércio informal, com perdas sensíveis de produtividade. A agricultura continua sendo o maior empregador, embora tendo perdido cerca de 7 pontos ao longo da década.

Em 2006, agricultura gerava cerca de 34% do emprego, mais 10 pontos percentuais do que seis anos antes, continuando porém a perder em termos de contribuição para a riqueza nacional (menos 4 pontos percentuais).

6.6. *Funcionamento do mercado de trabalho*

A adopção de políticas activas com vista à criação de emprego decente, com o adequado envolvimento dos parceiros sociais e pela criação de serviços públicos de emprego, como os centros de emprego e de programas de geração de emprego, designadamente pela promoção empresarial são importantes medidas recomendadas pela Organização Internacional do Trabalho.

O quadro legal e institucional do trabalho, a estrutura da economia, o grau de informalidade e o nível de abertura da economia ao exterior, os níveis de participação na actividade económica, de desemprego de ocupação e dos rendimentos definem as componentes essenciais de funcionamento do mercado de trabalho. O trabalho é também um domínio de interesses divergentes, de um lado, dos que fornecem a força de trabalho, - os trabalhadores - e do outro, dos empregados, pelo que a análise do nível de adequação da legislação laboral requer um tratamento aprofundado à luz de experiências comparadas e de melhores práticas que foge ao âmbito do presente estudo, mas necessária no âmbito da implementação do plano nacional de emprego.

A evolução do emprego sugere alguns traços marcantes do mercado de trabalho cabo-verdiano e em especial importantes desajustamentos que se traduziram, ao longo dos tempos, numa criação insuficiente de empregos, no desemprego jovem causado, nomeadamente pelas perdas do sistema formal do ensino, pelas assimetrias regionais em termos de oportunidades económicas e de emprego, pelo baixo nível de instrução da população activa mas também pela existência de situações de falta de expectativa de uma parte importante de inactivos considerados, no conceito operacional de emprego, como desencorajados.

O nível de desemprego é ainda relativamente elevado, muito embora em decréscimo, pois de cerca de 38% em 1970, a Taxa de Desemprego atingiu cerca de 25% em 1990, 17% em 2000 e 18% em 2006, após um sensível agravamento nos 5 anos desta década.

O mercado de trabalho cabo-verdiano continua assim profundamente marcado pela predominância da agricultura enquanto actividade provedora de emprego, determinando um nível apreciável de volatilidade na evolução do nível de ocupação, mas também pelo nível elevado de informalidade, baixa qualificação da mão-de-obra que não favorece a produtividade do trabalho e a competitividade da economia.

A entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho, na maioria dos casos sem qualquer qualificação profissional, à procura de primeiro emprego, nomeadamente para financiar os custos de subsistência e principalmente os da formação superior, por causa da insuficiência de bolsas de estudo, contribui para uma elevada pressão sobre o mercado de trabalho.

Outrossim, o funcionamento ainda deficiente dos centros de emprego enquanto pontos de referência e de registo dos desempregados mas também como instâncias de colocação não favorecem o cruzamento da oferta e da procura de trabalho.

Os dados do ISE 2006, como os recolhidos junto dos centros de empregos, várias câmaras municipais e dos maiores ministérios sugerem que apenas cerca de 11% dos desempregados se registaram num centro de emprego, ou tem pedido de emprego junto de uma instituição pública como câmara municipal, ou ministério. São Vicente destaca-se como um caso particular, pois ali 32 em cada 100 desempregados estão registados numa instituição pública para efeitos de emprego.

Estima-se que a nível nacional cerca de 9% dos desempregados encontra-se registados num centro de emprego, mas sobretudo no centro de emprego de São Vicente que detém cerca de 85% dos registos de desempregados dessas instituições. Em Santiago onde reside a maioria dos desempregados, de Cabo Verde, apenas 2 em cada 100, estão inscritos nos centros de emprego da ilha.

Os centros de emprego tem assim o essencial do caminho a trilhar para se transformarem em verdadeiros centros e referência para os desempregados.

Parte considerável dos empregados tem ocupações de carácter sazonal, e muitos auferem baixos salários, não beneficiam de previdência social quanto trabalham sem qualquer vínculo, pelo que é elevada a necessidade de emprego decente. Parte expressiva do desemprego, quanto do emprego precário devem-se à falta de qualificação profissional

Com a liberdade económica e a transição para um sistema de economia de mercado de base privada iniciada com a Constituição de 1992, o funcionamento do mercado de emprego tornou-se mais complexo. Os actores são agora mais numerosos e heterogéneos, proliferou-se o sector não estruturado ou informal e a era de um Estado empregador está quase ultrapassada, cedendo lugar às empresas privadas, reduzindo seriamente a margem de manobra do Estado que é doravante e progressivamente um regulador, e incentivador através de políticas activas de emprego e em especial da promoção da qualificação para as necessidades da economia e de valorização do potencial produtivo dos cabo-verdianos.

Contudo, o sector empresarial embora com dinâmica apreciável é ainda sobretudo dominado por pequenas empresas, asseguram principalmente o auto-emprego do proprietário e familiares ou geram menos de cinco postos de trabalho.

A dinamização da actividade a partir de 1992 resultou numa expressiva geração de emprego durante a década de noventa reduzindo para 17% a Taxa de Desemprego, mas permanecendo as debilidades estruturais do mercado de trabalho. Num contexto de correcção de desequilíbrios macro-económicos com a consequente desaceleração do crescimento económico, nos primeiros 5 anos desta década foram destruídos muitos empregos, tendência essa já invertida, mas permanece uma profunda inadequação das ofertas dos sistemas de educação/formação às novas exigências do mercado de emprego em termos de perfis de competências.

O mercado de emprego caracteriza-se por um enorme desfasamento entre a procura e a oferta de emprego. Em Outubro de 2006, 149.684 cabo-verdianos de idade igual ou superior a 15 anos estavam ocupados, ou seja eram considerados empregados.

Os Centros de Emprego

Para fazer face aos desafios colocados pelo aumento do desemprego, foram criados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) cinco centros de emprego cuja função é promover o emprego e a formação profissional, no âmbito dos programas de promoção do emprego/formação profissional do IEFP. Têm como atribuição planificar as acções a executar em função dos objectivos estabelecidos, definem as orientações, acompanha a execução das actividades, gerem os recursos disponibilizados pelo IEFP, planificam os circuitos e estabelecem os mecanismos facilitadores da comunicação interna integrada e exerce o controlo sobre os resultados. Os centros de emprego funcionam sob a orientação técnica do departamento de emprego do IEFP.

Para além de estabelecer contactos com empresas e entidades de diversos sectores da actividade económica, compete aos centros de emprego assegurar a ligação com os Serviços Centrais e homólogos para todos os efeitos necessários, bem como os Centros de Formação Profissional, ONG's e outras entidades que laboram no sector, por forma a discutirem os aspectos complementares que têm a ver com o sector da formação.

Competências

De acordo com o Decreto Regulamentar nº5/95 de 20 de Fevereiro de 1995, compete, em especial, aos centros de emprego: Promover o ajustamento entre a procura e a oferta de emprego (i) fazer conhecer a sua acção junto dos que procuram emprego e dos empregadores (ii), assegurar, junto dos interessados, uma orientação profissional e aconselhar sobre a escolha de emprego, propiciando apoio técnico e administrativo adequado e o correcto e oportuno encaminhamento das solicitações que lhes sejam colocadas (iii), colaborar na detecção das necessidades locais de acções de formação e de reabilitação profissional e propor a sua realização (iv), executar programas próprios com vista a facilitar a inserção ou a reinserção no mercado de emprego (v), contribuir para a organização de acções de formação e reciclagem daqueles que procuram emprego, a fim de adquirirem as habilitações exigidas pelo mercado (vi), recolher e difundir informações sobre o mercado de trabalho (vii) e apoiar, de forma preferencial e no quadro das suas funções, os deficientes, jovens, mulheres e outras categorias específicas de trabalhadores que disso careçam.

Os centros de emprego organizam acções de formação e procedem à análise dos perfis para a participação dos formandos, formadores e empresas, em articulação com o Departamento de Formação do IEFP. Através de um atendimento personalizado, orientam e apoiam os seus utentes na criação do seu próprio emprego, com recurso aos diversos programas de suporte e créditos já existentes ou a criar, no âmbito das medidas nacionais de fomento ao emprego definidas pelo IEFP.

Em 1995, pelo Decreto Regulamentar nº5/95 de 20 de Fevereiro, são criados o Centro de Emprego da Praia, com intervenção nas ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava; o Centro de Emprego do Mindelo, com intervenção nas ilhas de S. Vicente, Santo Antão, S. Nicolau, Sal e Boavista.

Inicialmente o Centro de Emprego e de Formação Profissional da Praia fazia uma cobertura de toda a ilha de Santiago, Maio, Fogo e Brava. Com a criação de novos centros de emprego e de formação profissional, a sua cobertura passou-se a limitar-se ao concelho da Praia, São Domingos e a ilha do Maio.

Em 1997 foi criado o Centro de Emprego de Santo Antão, pelo Decreto Regulamentar nº16/97 de 22 de Dezembro, cujo âmbito de acção se circunscreve à ilha de Santo Antão. Com a entrada em funcionamento do Centro de Emprego de Santo Antão, o Centro de Emprego do Mindelo deixa de ter intervenção na ilha.

Tendo em conta a necessidade de se dotar as ilhas do Fogo e da Brava de serviços descentralizados de coordenação e de intervenção no combate ao desemprego e que actue, em especial, no domínio da formação profissional, é criado o Centro de Emprego Fogo e Brava, pelo Decreto Regulamentar nº4/2003 de 23 de Junho de 2003, cujo âmbito de acção abrange as ilhas do Fogo e da Brava. Tem a sua sede na cidade de São Filipe e o Centro de Emprego e Formação Profissional da Praia deixa de ter intervenção nessas ilhas.

Devido ao elevado nível de desemprego no concelho de Santa Catarina, atingindo sobretudo a camada jovem e considerando que a criação de uma estrutura sólida de emprego e de formação profissional constituiria indubitavelmente uma âncora segura para reduzir esse grupo, foi, pelo Decreto Regulamentar nº6/2004 de 1 de Outubro de 2004 criado o Centro de Emprego e Formação Profissional na cidade de Assomada.

Com a criação desse centro pretendeu-se instituir as necessárias condições para uma melhor concertação e definição de políticas no domínio do emprego e da formação profissional, bem como o aumento e diversificação da oferta de mão-de-obra qualificada para o concelho de Santa Catarina e o interior da ilha de Santiago. Abrange os concelhos de Santa Catarina, Tarrafal, São Miguel, Santa Cruz, São Salvador do Mundo e São Lourenço dos Órgãos.

Para além desses centros de emprego existem ainda o Centro de Formação Profissional da Variante e o centro de Formação Profissional de Pedra Badejo que se dedicam a formação e capacitação dos jovens para o mercado de emprego.

Cobertura e conhecimento dos Centros de Emprego pelos desempregados

A rede dos centros de emprego asseguram a cobertura de todas as ilhas e concelhos. Apesar dessa cobertura, o ISE 2006 atesta que a maioria dos desempregados não conhecem ou têm pouca informação sobre as actividades dos centros de emprego. Isso acontece em quase todas as ilhas, S. Vicente é a única ilha em que a maioria dos desempregados conhecem o Centro e procuram os seus serviços.

Quadro 75: Nível de conhecimento dos Centros de Emprego

	SA	SV	SL	IS	PR	FG	Total
<i>Conhece um centro de emprego</i>	19,5	46,9	0	10,1	37,5	35,1	27,9
<i>Não conhece um centro de emprego</i>	80,5	53,1	100	90	62,5	65	72,1
Total	100						

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006

A nível nacional apenas cerca de 28% dos desempregados conhece um Centro de Emprego na sua zona de residência e assim a grande maioria não tem informações sobre as actividades desenvolvidas pelos centros de emprego.

O quadro sugere que S. Vicente é a ilha onde os desempregados tem mais conhecimento dos centros de emprego, pois cerca de 47% destes declararam conhecer o Centro de Emprego de Mindelo. No outro extremo situa-se o Interior de Santiago onde apenas 10 em cada 100 desempregados conhecem e por consequência tem informação sobre o Centro de Emprego.

Em relação ao Centro de Emprego do Sal não há registo do seu conhecimento pelo simples facto de que quando foi realizado o inquérito, esse centro não tinha ainda iniciado o funcionamento.

Analisando a notoriedade dos centros numa outra perspectiva, ou seja os que conhecem o centro da sua área de residência e ao mesmo tempo têm conhecimento dos outros centros de emprego, podemos constatar que o Centro de Emprego do Mindelo é o mais conhecido. Cerca de 36% dos desempregados que conhecem um centro de emprego conhecem-no e na ilha 83,4% dos desempregados têm conhecimento da sua existência.

Quadro 76: Notoriedade dos centros de emprego nas outras ilhas

Centro de emprego	SA	SV	IS	PR	FG	Total
<i>CE da Praia</i>	1,4	0	0	68	10,9	22
<i>CE de São Vicente</i>	0	83,4	0	1,2	0	35,6
<i>CE de Santo Antão</i>	50,1	0	0	0	0	4,8
<i>CE Fogo/Brava</i>	0	0	0	0	58,5	3,5
<i>CE de Assomada</i>	0	0	18,8	0	0	2,1
<i>CF de Pedra Badejo</i>	0	0	46,3	0	0	5,1
<i>CF de Variante</i>	0	0	7,3	0	0	0,8
<i>NR</i>	48,5	16,6	27,6	31	30,6	26,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006

O mesmo quadro sugere que cerca de 19% dos desempregados do Interior da Ilha de Santiago conhecem o centro de emprego de Assomada. O Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo é também bastante conhecido no Interior de Santiago o que se justifica pelas ofertas de formação que põe a disposição dos desempregados. O Centro de Emprego Fogo/Brava tem uma aceitação bastante boa em termos de procura de emprego pelos desempregados da ilha do Fogo (cerca de 59%).

Apesar de algum conhecimento que os desempregados têm de alguns Centros de Emprego, o nível de notoriedade é ainda muito baixo com excepção do Centro de Emprego do Mindelo. Há ainda pouca informação sobre as ofertas de emprego e de formação; deparam ainda com algum défice em termos de organização das bases de dados; há uma morosidade no recrutamento dos desempregados e na transmissão das informações.

Desemprego registado

Analisando a procura do emprego registado na Câmaras Municipais, verificamos que em São Miguel, dos pedidos de emprego que entraram nos últimos 12 meses os homens são a maioria ou seja representam 51% ou mais dos pedidos recebidos. Desses pedidos apenas uma minoria ou seja menos de 50% tinham trabalhado antes e apenas 40% tinham estado mais de dois anos no desemprego.

Verificamos que o desemprego afecta mais as mulheres com menos de 25 anos (65%), enquanto que nos homens afecta mais os com menos de 35 anos de idade (70). Os dados sugerem ainda que são as pessoas com o nível secundário e superior que mais procuram empregos na Câmara, sendo homens ou mulheres.

O mesmo não ocorre no concelho de Santa Cruz onde entre pedidos de emprego os homens são uma minoria ou seja representam menos de 50%. Apenas 50% ou menos se encontravam desempregados nos últimos doze meses e 85% tinham 1 a 4 anos no desemprego. As mulheres com menos de 25 anos continuam a ser as que mais sofrem com o problema do desemprego, registando 75% enquanto que há um equilíbrio nos homens com menos de 25 e os que têm menos de 35 anos de idade. Em termos de nível de instrução, os que possuem o nível secundário ou mais são os que mais procuram emprego, 80% no caso das mulheres e 50% para os homens.

O dados fornecidos pela Câmara de São Filipe, sugerem que os homens são uma minoria em termos de pedido de emprego e apenas uma minoria tinha trabalho antes. Cerca de 86% destes tinha estado há mais de doze meses no desemprego, ou seja já eram desempregados de longa duração. As mulheres com menos de 25 anos continuam a serem as que mais procuram empregos o que já não acontece com os homens, pois entre estes são os com menos de 35 anos que predominam na procura de emprego nesse município. Os indivíduos com o nível secundário ou mais são os que mais procuram emprego sendo a integralidade no caso das mulheres e 67% dos homens.

Analisando agora o desemprego registado a nível dos Centros de Emprego, constatamos que em todos os centros inquiridos, dos pedidos de emprego que tiveram nos últimos 12 meses os homens são uma minoria ou seja representam menos de 50% e em todos eles apenas uma minoria tinha trabalho antes.

A análise da duração do desemprego entre os com registo no Centro de Emprego Fogo/Brava sugere com que a grande maioria (70%) estavam no desemprego há mais de 12 meses e segue-se o Centro de Mindelo onde também predominam entre os desempregados de longa duração (60%). As mulheres com menos de 25 anos continuam a ser as que mais procuram os centros de emprego como é o caso do centro Fogo/Brava com 70%, a seguir Mindelo com 60% e Praia com 55%. Já os homens com menos de 35 anos são uma maioria no Centro de Santo Antão (83%) e de Assomada com 100% dos inscritos.

Em termos de instrução, o nível secundário ou mais continua a ser o nível predominante dos desempregados que procuram emprego nesses centros tanto para os homens como para as mulheres. No centro da Praia cerca de 96% das mulheres inscritas tem nível secundário seguido de Mindelo com 85%. Entre os homens inscritos no centro da Praia tem nível secundário ou mais e segue-se o centro de Mindelo (85%) e o do Fogo/Brava com 80%. Mas os que têm nível superior também procuram emprego nos centros. Assim cerca de 60% das mulheres que procuraram esses centros em Santo Antão tem nível superior, das mulheres que procuram emprego têm nível superior contra 43% dos homens da mesma ilha. Em Assomada cerca um em cada três homens inscritos tem nível superior.

A nível das instituições públicas, o Ministério das Finanças e Administração Pública registou, nos últimos 12 meses, uma minoria de pedidos de homens e apenas uma minoria tinha trabalho antes. Desses desempregados a grande maioria (80%) encontram-se desempregados há mais de 12 meses e a maioria são mulheres e homens com menos de 35 anos (75%). Em matéria de nível de instrução há um equilíbrio em relação as mulheres com o nível secundário ou mais e nível superior (50%) e em relação aos homens, encontramos 70% com nível superior e apenas 20% com nível secundário.

Dinâmica das colocações

Ao inscrever-se num Centro de Emprego numa Câmara Municipal, ou numa outra entidade pública da administração central, nem sempre se tem a sorte de ser colocado logo a primeira. Os Centros as Câmara como os Ministérios deparam-se acumulam muitos pedidos e poucas vagas para o emprego.

A análise dos dados sugere que muitas vezes apenas uma parte inexpressiva dos desempregados com registo nos centros de emprego conseguem colocação por intermédio desses centros ou directamente nas instituições. Muitas vezes isso acontece devido ao congelamento de contratações na Função Pública.

O Ministério da Educação e da Saúde são os únicos ministérios que têm uma excepção em termos de contratação de pessoal. No ano lectivo 2007/2008 o Ministério da Educação recebeu 648 pedidos de empregos e conseguiu colocar 200 como professores e desses 5 entraram como quadros administrativos. Já o Ministério da Saúde recebeu 59 pedidos e conseguiu colocar 39, sendo 9 médicos e havia vagas para 27 médicos mas conseguiram preencher essa vaga; 23 técnicos superior; 2 técnicos adjunto; 2 enfermeiros.

A nível das Câmaras Municipais temos no concelho de Calheta de São Miguel três colocados sendo dois técnicos superior e um condutor. Em São Filipe houve 8 pedidos registados e colocaram 12, enquanto que na Câmara de Santa Cruz ainda estão registados apenas cinco estagiários que auferem de uma remuneração.

A análise das colocações por sexo sugere que no Município de São Miguel os homens colocados são maioria ou seja representam mais de 51% e uma minoria destes tinha trabalho antes. Há um equilíbrio em termos de idade de colocação entre os homens e as mulheres, 60% dos colocados têm menos de 35 anos tanto para os homens como para as mulheres.

A análise do nível de instrução das pessoas colocadas sugere que uma minoria expressiva (40%) das mulheres colocadas nunca frequentaram um estabelecimento de ensino e apenas 35% tem o nível superior. Acontece a mesma situação em relação aos homens entre os quais 40% nunca frequentou um estabelecimento de ensino e 30% tem o nível secundário e nível superior respectivamente.

No concelho de Sta Cruz a situação já é diferente, os homens são uma minoria em termos de colocações, e uma minoria tinha trabalho antes, o que justifica que eram tinham 1 a 4 anos de desemprego, ou seja

eram desempregados de longa duração. O facto dos jovens e em especial as mulheres serem os mais afectados pelo desemprego justifica que 90% dos colocados sejam mulheres com menos de 25 anos, o que não acontece com os homens, pois todos os colocados desse sexo tem menos de 35 anos.

A grande maioria (80%) das mulheres colocadas tem nível secundário e apenas 20% tinham nível superior, enquanto que todos os homens colocados tinham nível secundário.

Em São Filipe uma minoria dos colocados são homens e destes, menos de 50% tinha trabalho antes. Assim, cerca de 77% destes tinham 1 a 4 anos de desemprego. As mulheres com menos de 25 anos de idade são as mais beneficiadas representando 57% dos colocados enquanto que há um equilíbrio entre os homens com menos de 35 anos e menos de 25 anos. Quanto ao nível de instrução, secundário é o nível de instrução de 86% das mulheres colocadas e de 83% dos homens. Apenas 14% das mulheres e 17% dos homens é que têm o nível superior.

No que diz respeito aos Centros de Emprego, nos Centros de Fogo/Brava, Santo Antão e Praia os homens representam uma minoria dos colocados, o que não acontece no Centro do Mindelo onde os homens são maioria. Apenas no centro de Fogo/Brava é que a maioria tinha emprego antes.

A análise da duração no desemprego sugere que dois casos interessantes: em Santo Antão todos os colocados estavam há menos de um ano no desemprego, enquanto que no centro do Mindelo 80% dos colocados estavam desempregados há mais de 12 meses. As mulheres com menos de 35 anos de idade foram as que mais tiveram colocação tanto na Praia como em Santo Antão (100%). Já nos centros Fogo/Brava e do Mindelo as com menos de 25 anos são a grande maioria representando 80% e 70% respectivamente.

O nível de instrução predominante entre os colocados continua a ser o nível secundário em todos os centros inquiridos, tanto para os homens como para as mulheres. Nos casos de Santo Antão e da Praia todas as mulheres, e 95% das no Mindelo com tem nível secundário. No que diz respeito aos homens colocados todos os do Fogo/e 95% dos do tinham esse nível.

No Centro de Emprego do Sal têm um total de 99 inscritos e já colocaram seis desses inscritos. Receberam um total de 40 curriculum vitae e há alguns processos de selecção a decorrer.

Outros mecanismos de procura de emprego

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) abrem outras possibilidades na procura de emprego que não se limitam ao aproveitamento dos anúncios dos jornais e ao registo no centros de emprego. A Internet surge como uma alternativa para quem procura emprego mas nem sempre as ofertas disponíveis são acessíveis a todos os desempregados e as ofertas de emprego através da Internet são ainda muito raras.

Quadro 77: Recurso à Internet para a procura de emprego

	<i>Alguma vez recorreu à Internet para procurar emprego?</i>			<i>Total</i>
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>NSabe/Não Resp</i>	
Santo Antão	4,5	91,7	3,8	100
São Vicente	5,3	89	5,7	100
Sal	7,7	84,2	8,1	100
Santiago	3,9	90,4	5,7	100
Fogo	2,1	80,6	17,3	100
Total	4,3	89,6	6,1	100

Fonte: IEF/INE ISE 2006

O Quadro 77 sugere que a internet é um meio residual utilizado na procura de emprego. Sal é a região onde é mais expressiva a utilização da Internet para esse fim, pois ali cerca de 8% declararam ter usado esse meio e Fogo ocupa o outro extremo pois ali apenas 2 em cada 100 desempregados declararam ter utilizado a Internet para procurar emprego. A fraca utilização da Internet deve-se também às dificuldades de acesso, pois a Internet é relativamente cara, e menos de 3% das famílias tem computador com Internet e os telecentros não abundam.

Quadro 78: Porque razão nunca recorreu à Internet?

	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo	Total
Não sabe como	84,0	74,3	70,1	61,5	72,1	68,4
Não tem Internet em casa	3,8	2,4	3,9	13,8	2,7	8,9
Não tem dinheiro	5,0	6,0	0,0	2,8	3,5	3,8
Não acredita que esteja disponível	1,3	7,4	12,2	2,6	2,0	3,8
Outra razão	0,0	0,0	1,3	0,2	0,7	0,2
Não sabe/Não responde	6,0	8,3	12,6	18,2	19,0	14,1
Nunca teve ideia	0,0	1,7	0,0	0,9	0,0	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IEFP/INE ISE 2006

Assim, a grande maioria dos que não utilizam a Internet declararam que é porque não sabem como utilizar para procurar emprego, variando entre um mínimo e 62% em Santiago e um máximo de 84% em Santo Antão

Para além da Internet a montagem do próprio negócio surge como uma alternativa a promoção do auto-emprego. Muitas vezes falta aos desempregados o espírito empreendedor e o conhecimento de algumas instituições de financiamento do micro-crédito.

Quadro 79: Alguma vez recorreu ao micro-crédito?

	Alguma vez recorreu ao micro-crédito?			Total
	Sím	Não	NSabe/Não Responde	
Santo Antão	5,1	77,9	17	100
São Vicente	4,1	72,1	23,8	100
Sal	12	58,3	29,7	100
Santiago	8	65,4	26,6	100
Fogo	4,6	63,1	32,3	100
Total	6,8	67,6	25,6	100

Fonte: IEFP/INE ISE 2006

Na ilha do Sal 12% dos desempregados já recorreram ao micro-crédito enquanto que em Santo Antão cerca de 78% nunca recorreram a esse mecanismo de financiamento.

Quadro 80: Conhece instituição de micro-crédito?

	Conhece instituição de micro-crédito?			Total
	Sim	Não	NSabe/Não Responde	
Santo Antão	23,1	72,9	4	100
São Vicente	10,6	86,1	3,3	100
Sal	21,7	69,1	9,2	100
Santiago	19	74,4	6,6	100
Fogo	37,4	45,8	16,8	100
Total	18,5	75,4	6,1	100

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006

Com excepção da ilha do Fogo, regra geral os desempregados não conhecem uma instituição de micro-crédito, como sugere o Quadro... acima, variando entre um mínimo de 73% em Santo Antão e um máximo de 86% em São Vicente. Fogo é realmente uma excepção à regra pois ali cerca de 37% dos desempregados conhecem uma instituição de micro-crédito e apenas uma minoria (47%) declarou não conhecer esse tipo de instituições.

7. MIGRAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO

Migração é o resultado das diversas deslocações dos indivíduos, através dos diferentes espaços geográficos num determinado período de tempo, determinada principalmente, por razões económicas. Em Cabo Verde, cerca de 64% do rendimento das famílias provém do trabalho. Assim, para obter rendimento, os indivíduos deslocam-se de um concelho para outro, ou da sua ilha para outra, como também para o estrangeiro. Cabo Verde é um País com longa tradição de emigração especialmente em busca de ocupações melhor remuneradas capazes de garantir melhores condições de vida. Em Cabo Verde, a emigração entrou em fase decrescente desde finais da década de oitenta, e nessa sequência acelerou a migração interna.

Em 2000, um em cada cinco trabalhadores cabo-verdianos eram migrantes, ou seja trabalhavam fora da sua ilha de nascimento ou provieram do estrangeiro e estes últimos representavam cerca de 5% da população ocupada. Em 2006, os migrantes representavam uma proporção inferior, o que pode dever-se ao facto da população ocupada crescer a ritmo superior ao movimento migratório, ou seja, com maior oferta de emprego nos locais de origem.

Em 2006, cerca de 21% dos trabalhadores residiam em locais diversos dos da residência anterior, cerca de 4 pontos percentuais abaixo do nível de 2000. Os trabalhadores que residiam anteriormente no estrangeiro representavam cerca de 7% da população ocupada, cerca de um ponto abaixo do nível de 2000.

No essencial a migração por motivos de emprego dirige-se de ilhas ou regiões com maior incidência de pobreza e desemprego para ilhas ou regiões com menor incidência, e maior oferta de emprego. Assim, a migração é uma poderosa estratégia de luta contra o desemprego.

Em Cabo Verde, o essencial da migração interna é para a procura de emprego regular e melhor remunerado, a que se associada a procura de formação e doravante em especial do ensino superior ou profissional.

7.1 DISPONIBILIDADE PARA MIGRAR

Os desempregados desejam fortemente deixar essa situação e para tanto estão dispostos a ir trabalhar numa outra ilha. Dos 27.335 desempregados que procuram emprego, 17.185, ou seja 63 em cada 100, manifestam essa disponibilidade. Os desempregados de São Vicente são os mais disponíveis a deixar a ilha por causa do emprego (80%) e os de Santiago são os relativamente menos disponíveis (53%) mas com essa preferência nítida em relação ao desemprego, pois de cada 100 empregados que se disponibilizam a mudar para outra ilha por causa do emprego, 65 estão na ilha de Santiago, onde aliás, encontra-se o maior contingente de desempregados. Os desempregados de Santo Antão têm também elevada disponibilidade para migrar por causa de emprego. Pelo menos setenta em cada 100 desempregados que procuram emprego tem essa disponibilidade, favorecida pela proximidade da ilha de São Vicente e pelas facilidades de transportes, o que explica certamente a forte migração para esta última.

7.2 METODOLOGIA

7.2.1. CONCEITOS E MÉTODOS DE ANÁLISE

Migração, residência e local de nascimento

Nem todos os tipos de mobilidade da população, são considerados como migração. Estes podem ser classificados segundo os critérios de distância percorrida, frequência, motivação e duração no local de destino. Destas deslocações, deve-se distinguir as efectuadas no âmbito da realização do exercício das actividades da vida quotidiana, das que implicam uma duração prolongada ou definitiva no local de destino. Para efeitos deste estudo, considera-se migração o conjunto de deslocações, que têm como efeito a mudança de residência e de interesses, de um certo local de origem ou de partida para um determinado local de destino ou chegada.

A residência de um indivíduo é o lugar onde ele costuma habitar, ou seja a freguesia onde vive há 6 meses ou mais, ou tem intenção de viver. O local de nascimento é como a ilha, o concelho ou freguesia onde a mãe do indivíduo reside (residia) no momento de nascimento, ou, o País caso o indivíduo tiver nascido no estrangeiro.

Os métodos de análise

As migrações evidenciam pelo menos três actores principais: Um migrante, uma região ou país de origem, uma região ou país de destino. As regiões/países são territórios bem definidos que permitem fazer uma distinção entre migração interna ou interior e migração internacional.

→ Migração interna ou interior: o local de origem (ilha/concelho) e de destino (ilha/concelho) pertencem ao mesmo território considerado;

→ Migração internacional: o território considerado corresponde a um Estado soberano, emprega-se de preferência o termo de migração internacional em vez de " migração externa".

Os procedimentos metodológicos

O lugar de residência habitual de um indivíduo designa a ilha, o concelho, a freguesia, a cidade/vila ou zona, o bairro/lugar, ou o país (estrangeiro) onde reside habitualmente. Neste estudo a região é a menor divisão administrativa considerada para o estudo da migração interna e a população abrangida refere-se a todos os residentes (presentes ou ausentes) nos agregados familiares. Designamos migrações inter-regiões pelo facto da ilha de Santiago ser dividido para efeitos deste estudo em dois domínios, ou seja Praia e Interior de Santiago.

As migrações internas foram medidas a partir das três variáveis seguintes constantes do Censo 2000 e do ISE 2006: local de residência no momento do censo, local de nascimento, local de residência anterior e duração.

A escolha dos métodos de análise

Para este estudo, e tendo em atenção as limitações próprias impostas pelo conteúdo do Censo 2000 e do ISE 2006, optou-se pela utilização dos métodos de análise de migração “duração de vida”, e o de “última migração”.

O método da «migração duração de vida»

Este método baseia-se no cruzamento das informações sobre o “local de nascimento e o local de recenseamento”. São considerados como migrantes (migrantes duração de vida) todos os indivíduos que nasceram numa região, mas que foram recenseados ou inquiridos noutra, diferente da região de nascimento. Estes migrantes são as entradas em relação à região de recenseamento/inquérito e são as saídas em relação à região de nascimento. Os migrantes (entradas) são portanto os não nativos recenseados/inquiridos na região. Os não migrantes são os residentes nativos da região e os migrantes (saídas) são os nativos a região que foram recenseados/inquiridos noutra região diferente do seu local de nascimento.

O método da «última migração»

Baseia-se no cruzamento das informações sobre «local de residência anterior» e «local de residência no momento do censo ou do inquérito». É considerado migrante todo o indivíduo recenseado como residente numa região diferente da região de residência anterior. Os não migrantes são as pessoas que declararam residência anterior igual ao local de recenseamento/inquérito. Os migrantes são as entradas em relação à região onde foram recenseados/inquiridos e são, ao mesmo tempo saídas em relação à região onde residiam antes do recenseamento/inquérito.

Os índices utilizados na análise

Para garantir a comparabilidade dos indicadores entre as regiões, foram calculados os índices simples de entrada e saída e os de migração líquida e de eficácia que permitem classificar as regiões segundo seu grau de atracção e de repulsão.

Índice de saída

É a relação entre o número de saídas de uma região e a soma de saídas e não-migrantes da referida região.

$$\text{Índice saída} = \text{Saídas} / (\text{Saídas} + \text{não-migrantes})$$

Este índice exprime a atracção que o exterior exerce sobre a população da referida região, isto é, a probabilidade de saída dos nativos da região (método de migração “duração de vida”), ou a probabilidade de saída dos residentes da região (método da última migração). O seu complemento à unidade corresponde **ao índice de retenção** ou proporção dos não-migrantes.

Índice de entrada

É a relação entre o número de entradas numa região e o total dos residentes da referida região.

$$\boxed{\text{Índice de entrada} = \text{Entradas} / \text{residentes}}$$

Para a migração “duração de vida”, o denominador corresponde ao conjunto dos residentes da região que nasceram no país. Para a última migração, trata-se de residentes da região que não residiram anteriormente no exterior do país.

Saldo migratório

O saldo migratório de uma região corresponde à diferença entre as entradas desta região e as suas saídas.

$$\boxed{\text{Saldo migratório} = \text{Entradas} - \text{Saídas}}$$

Índice de migração líquida

É a relação entre o saldo migratório de uma região e a sua população média. Esta população média é igual à soma de saídas da região com os não migrantes da região e a metade do seu saldo migratório.

$$\boxed{\text{Índice de migração líquida} = \text{Saldo migratório} / \text{População média}}$$

Índice de eficácia

É a relação entre o saldo migratório de uma região e o total dos migrantes da mesma região (entradas + saídas).

$$\boxed{\text{Índice de eficácia} = \text{Saldo migratório} / (\text{entradas} + \text{saídas})}$$

Este índice informa sobre o efeito da migração nos efectivos da população total. Pode tomar valores compreendidos entre zero (0) o que significa que as entradas foram iguais às saídas, ou 1 o que significa que houve somente entradas ou saídas.

- **Migração interna** consiste em determinar os movimentos efectuados entre as regiões do país, isto é, medir as entradas e saídas de uma região a outra e determinar os saldos migratórios;

- **Nativos** de uma região são todas as pessoas que nasceram na referida região, sendo residentes nativos todas as pessoas que residem na sua região de nascimento;

- **Fluxo migratório** é o número total de deslocações efectuadas durante um determinado período de referência a partir de um local de origem comum em direcção a um local de destino comum. Na prática este conceito designa um conjunto de migrantes provenientes de um local de origem comum e que se dirigem a um local de destino comum.

- **Migração internacional** refere-se às pessoas nascidas no estrangeiro ou com residência anterior no estrangeiro e que, foram recenseados ou inquiridas em Cabo Verde.

- **Migrante**: todo o indivíduo que tenha efectuado pelo menos uma migração durante um determinado período de referência.

- **Imigrante**: pessoa que efectuou uma migração, de uma região para outra. É considerado imigrante em relação à sua nova residência.

- **Não migrante**: pessoa residente e recenseada no mesmo local do seu local de nascimento ou pessoa cuja residência anterior é igual à sua residência actual.

- **Migrante internacional**: é uma pessoa nascida no estrangeiro ou com residência anterior estrangeira e recenseada/inquirida numa região em Cabo Verde. Um migrante internacional pode ser um estrangeiro ou cabo-verdiano que realizou uma migração de retorno.

7.3 REGIÕES DE PARTIDA E DE DESTINO DOS MIGRANTES TRABALHADORES

7.3.1 SEGUNDO O MÉTODO DE MIGRAÇÃO-DURAÇÃO DE VIDA

7.3.1.1 Situação em 2000

Regiões de partida dos migrantes

Em 2000, dos 27.366 trabalhadores migrantes das cinco regiões em análise, cerca de 10.813 provieram do interior de Santiago, que era assim a principal região de partida dos trabalhadores, seguida de Santo Antão e do Fogo. Cerca de 72% dos trabalhadores migrantes saíram do interior de Santiago (40%) ou de São Antão (32%) e estes totalizam com o Fogo a grande maioria (86%) dos trabalhadores migrantes destas seis regiões.

Quadro 81: Entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região

<i>Ilha/Região</i>	<i>Total</i>	<i>Entradas</i>	<i>%</i>	<i>Saídas</i>	<i>%</i>	<i>Ent</i>	<i>Pemp</i>	<i>Saídas</i>
Santo Antão	14.952	453	3	8.783	58,7	1,7	12,1	32,1
São Vicente	19.931	7.712	38,7	2.118	10,6	28,2	16,2	7,7
Sal	5.870	2.300	39,2	289	4,9	8,4	4,8	1,1
Interior de Santiago	39.101	1.301	3,3	10.813	27,7	4,8	31,7	39,5
Praia	31.983	15.387	48,1	1.383	4,3	56,2	25,9	5,1
Fogo	11.466	213	1,9	3.980	34,7	0,8	9,3	14,5
Total	123.303	27.366	22,2	27.366	22,2	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE – Censo 2000; Cálculos do autor

Doze em cada 100 empregados cabo-verdianos residem em Santo Antão, cerca de vinte pontos percentuais abaixo da contribuição dessa região para o universo dos trabalhadores migrantes. É assim a

ilha que maior drenagem da mão-de-obra sofre. Muito embora os diferenciais sejam muito inferiores, o mesmo se pode dizer em relação ao interior de Santiago onde a contribuição para a população de trabalhadores migrantes suplanta em cerca de oito pontos percentuais o para a população trabalhadora, como para a ilha do Fogo (diferencial de 5%).

7.3.1.2 Regiões de destino dos migrantes

Dos trabalhadores migrantes internos, cerca de 13.387 entraram na Praia que é indiscutivelmente a primeira região de entrada dos trabalhadores migrantes, seguida de São Vicente. Praia alberga apenas 26% da população empregada e recebeu cerca de 56% dos trabalhadores migrantes. São Vicente é o segundo caso digno de realce pois nessa ilha entrou o segundo maior contingente de trabalhadores migrantes (28%) ali, cerca de 12 pontos percentuais acima do peso desta na população empregada.

A ilha do Sal vem em terceiro lugar como ilha de destino, com cerca de 8% das entradas, quase o dobro da contribuição da ilha para a população empregada (5%). Assim, a maioria ou seja cerca de 58 em cada 100 trabalhadores que nasceram em Santo Antão saíram da ilha e estavam a trabalhar fora da ilha. Muitos podem ter crescido fora da ilha, podendo assim mitigar o peso da migração efectiva de activos, mas não há informação disponível para aferir. É assim a ilha que em termos relativos mais activos perde. Segue-se a ilha do Fogo fora da qual estão 35 em cada 100 trabalhadores ali nascidos e do interior de Santiago (28 em cada 100).

Por seu turno, cerca de 48% dos trabalhadores da Praia, provieram de outras regiões do País e segue-se lhe as ilhas do Sal e de São Vicente onde 39% dos trabalhadores são migrantes.

7.3.2 Situação em 2006

Quadro 82: Entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região

Ilha/Região	Total	Entradas	%	Saídas	%	Ent	Pemp	Saídas
Santo Antão	11.969	253	2,1	8.844	73,9	0,7	8,4	24,9
São Vicente	23.403	7.452	31,8	2.346	10,0	21,0	16,4	6,6
Sal	7.972	3.002	37,7	89	1,1	8,5	5,6	0,3
Interior de Santiago	46.630	1.016	2,2	19.405	41,6	2,9	32,7	54,7
Praia	39.545	23.667	59,8	1.288	3,3	66,7	27,7	3,6
Fogo	13.236	114	0,9	3.532	26,7	0,3	9,3	9,9
Total	142.755	35.504	24,9	35.504	24,9	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE – Censo 2000; Cálculos do autor

A migração interna da mão-de-obra continua e não é perceptível qualquer reorientação do fluxo. Assim, em 2006 cerca de 25% dos trabalhadores eram migrantes, cerca de 3 pontos percentuais acima do nível de 2000. Intensificou-se em especial a saída de trabalhadores do interior de Santiago.

Em 2006, dos 35.504 trabalhadores migrantes das cinco regiões em análise, cerca de 19.405 provieram do interior de Santiago, o equivalente a cerca de 55% das saídas, cerca de 15 pontos percentuais acima do nível de seis anos atrás. O interior de Santiago continua sendo a principal região de partida dos trabalhadores, seguida de Santo Antão (25%) e do Fogo (10%). Em suma, cerca de oitenta em cada 100 migrantes provieram do interior de Santiago e de Santo Antão. As contribuições do interior de Santiago e de Santo Antão para a população migrante suplantam em cerca de 22 e 17 pontos percentuais, as contribuições destas para a população empregada deste grupo de ilhas nascida em Cabo Verde.

Entre 2000 e 2006, ocorreram alterações perceptíveis em matéria de intensidade dos fluxos migratórios de trabalhadores. Assim, reduziu-se em cerca de sete pontos percentuais a contribuição de Santo Antão para as saídas (32% em 2000 e 25% em 2006) compensado pelo agravamento do peso do interior de Santiago em cerca de 15 pontos percentuais.

Praia está a afirmar a sua liderança enquanto concelho de destino de trabalhadores migrantes. Assim, o número de entradas de trabalhadores migrantes passou de 15.387 em 2000 a cerca de 23.667 em 2006, e em 2000 cerca de 60% dos trabalhadores desta região, - nascidos no País, provinham das outras regiões em análise, cerca de 12 pontos percentuais acima do nível de 2000. São Vicente parece estar perdendo o seu grau de atracção. Assim diminuíram em termos absolutos as entradas (7.712 em 2000 para 7.452 em 2006) e conseqüentemente o peso relativo dos migrantes na população trabalhadora que passou de 39% para 32%. No Sal as entradas, ou seja os trabalhadores não nativos cresceram ligeiramente, mas a ritmo mais lento do que a população empregada e assim resulta uma ligeira queda do peso das entradas (39% em 2000 a 38% em 2006). No computo geral, cresceu de forma considerável o peso da Praia enquanto destino. Assim esta região que tinha cerca de 56% dos trabalhadores migrantes passou a pouco mais de 2/3 em 2006.

7.3.2 SEGUNDO O MÉTODO DE ÚLTIMA MIGRAÇÃO

7.3.2.1 Ilhas de partida e de destino dos migrantes trabalhadores até 2000

Ilhas de partida dos migrantes trabalhadores

A análise das migrações internas pelo método da última migração incorpora inclusive os trabalhadores que embora tenham nascido em determinada ilha, tenham como última residência antes desta, uma ilha diferente da onde reside.

Quadro 83: População empregada, entradas e saídas de trabalhadores migrantes por ilha

<i>Ilha/Região</i>	<i>Total</i>	<i>Entradas</i>	<i>%</i>	<i>Saídas</i>	<i>%</i>	<i>Entradas</i>	<i>Popemp</i>	<i>Saídas</i>
Santo Antão	14.414	1.308	9,1	7.585	52,6	5,7	11,2	32,9
São Vicente	18.732	8.304	44,3	3.789	20,2	36,0	14,5	16,4
San Nicolau	4.530	570	12,6	1.791	39,5	2,5	3,5	7,8
Sal	5.808	3.896	67,1	954	16,4	16,9	4,5	4,1
Boa Vista	1.832	583	31,8	441	24,1	2,5	1,4	1,9
Maio	2.210	548	24,8	363	16,4	2,4	1,7	1,6
Santiago	68.848	6.507	9,5	3.762	5,5	28,2	53,3	16,3
Fogo	11.002	1.088	9,9	3.675	33,4	4,7	8,5	15,9
Brava	1.835	277	15,1	721	39,3	1,2	1,4	3,1
Total	129.211	23.081	17,9	23.081	17,9	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE Censo 2000; Cálculos do autor

Em 2000, cerca de 18% dos trabalhadores eram migrantes ou seja estavam a trabalhar fora das ilhas onde residiam anteriormente. nasceram. Dos 23.081 trabalhadores migrantes, cerca de 7.585 provieram de Santo Antão, o equivalente a cerca de 1/3 do contingente das partidas de trabalhadores para outras ilhas. Santo Antão era assim a principal ilha de partida dos trabalhadores migrantes, seguida de São Vicente, de Santiago e do Fogo (16%) e destas 4 ilhas saíram pelo menos 82 de cada 100 trabalhadores migrantes. Santo Antão detinha cerca de 11% da população empregada pelo que é efectivamente a ilha com maior sangria de mão-de-obra.

Ilhas de destino dos migrantes trabalhadores

Dos trabalhadores que em 2000 trabalhavam fora da ilha onde residiam anteriormente, cerca de 8.304 estavam em São Vicente, o equivalente a cerca de 36% dos trabalhadores migrantes, fazendo desta a primeira ilha de destino dos trabalhadores migrantes, seguida de Santiago (28%) e do Sal (17%). Juntas estas três ilhas recebem 81% dos trabalhadores migrantes.

Contudo Sal é a ilha onde é maior o peso dos migrantes entre a população trabalhadora. Pouco mais de 2/3 dos trabalhadores dessa ilha residiam antes numa outra ilha do País. Seguem-se-lhe São Vicente (44%), Boavista (32%) e Maio (25%). Os trabalhadores migrantes das outras ilhas tem muito menor expressão na população trabalhadora de Santiago pois, o essencial das migrações da ilha se realizam entre o interior e a cidade capital.

7.3.2.2 Regiões de partida e de destino dos migrantes trabalhadores até 2000

Para efeitos de comparação com 2006 a alguma inferência sobre a eventual intensificação ou reorientação do fluxo vamos analisar as migrações a nível das seis regiões cobertas pelo ISE 2006.

Quadro 84: População empregada, entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região

<i>Ilha/Região</i>	<i>Total</i>	<i>Entradas</i>	<i>%</i>	<i>Saídas</i>	<i>%</i>	<i>Ent</i>	<i>Pemp</i>	<i>Saídas</i>
Santo Antão	14.377	1.271	8,8	7.533	52,4	4,3	12,4	25,4
São Vicente	18.066	7.638	42,3	3.340	18,5	25,8	15,6	11,3
Sal	4.473	2.561	57,3	687	15,4	8,6	3,9	2,3
Interior de Santiago	40.746	2.442	6,0	10.628	26,1	8,2	35,3	35,9
Praia	26.985	14.744	54,6	3.899	14,4	49,8	23,4	13,2
Fogo	10.893	979	9,0	3.548	32,6	3,3	9,4	12,0
Total	115.540	29.635	25,6	29.635	25,6	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE Censo 2000; Cálculos do autor

7.3.2.3. Regiões de partida dos migrantes trabalhadores

Cerca de 26% dos trabalhadores das regiões em análise são migrantes. Dos cerca de 29.635 trabalhadores que residiam fora do local de última residência anterior, cerca de 10.628 saíram do interior de Santiago, o equivalente a cerca de 35% dos que saíram. Esta era assim indiscutivelmente a principal região e partida dos trabalhadores migrantes, seguida de Santo Antão com cerca de ¼ das partidas.

7.3.2.4 Regiões de destino dos migrantes

Com cerca de metade das entradas, Praia era, indiscutivelmente, a principal região de destino dos trabalhadores migrantes, seguida de São Vicente (26%) e do Sal (9%). Contudo, como vimos anteriormente, Sal é a região onde a presença relativa de migrantes é maior. Nessa região pelo menos 57 em cada 100 empregados são migrantes. Segue-se-lhe, de perto, Praia onde cerca de 55% dos trabalhadores provieram das outras regiões em análise, e São Vicente (42%).

Evolução nos últimos seis anos

A análise das migrações internas de trabalhadores pelo método da última migração confirma o facto da intensificação do fluxo, muito embora se mantenham no essencial os perfis.

Quadro 85: População empregada, entradas e saídas de trabalhadores migrantes por região

Ilha/Região	Total	Entradas	%	Saídas	%	Ent	Pemp	Saídas
Santo Antão	11.913	464	3,9	8.958	75,2	1,2	8,0	24,1
São Vicente	24.607	7.865	32,0	3.004	12,2	21,2	16,5	8,1
Sal	8.681	3.085	35,5	216	2,5	8,3	5,8	0,6
Interior de Santiago	47.954	1.818	3,8	19.400	40,5	4,9	32,2	52,2
Praia	42.516	23.459	55,2	2.396	5,6	63,1	28,5	6,4
Fogo	13.307	465	3,5	3.182	23,9	1,3	8,9	8,6
Total	148.978	37.156	24,9	37.156	24,9	100,0	100,0	100,0

Fonte: IEFP/INE ISE 2006; Cálculos do autor

A população de trabalhadores migrantes é de cerca de 37.156 indivíduos cresceu cerca de 7.521, nos últimos seis anos. A migração interna afectou particularmente o interior de Santiago, donde partiram cerca de 19.400 dos trabalhadores migrantes, o equivalente a 52% cerca de 16 pontos percentuais acima do nível de 2000, e Santo Antão ocupa o segundo lugar, muito embora o seu peso relativo se tenha reduzido em cerca de um ponto percentual, seguido do Fogo (9%) e de São Vicente e estas são assim as principais regiões de partida dos trabalhadores migrantes.

Praia é por excelência a região de destino dos trabalhadores migrantes, liderando o fluxo com cerca de 63% das entradas seguida de São Vicente (21%) e do Sal (8,3%). Assim a maioria (55%) dos trabalhadores da Praia provem de outras regiões do País seguido do Sal onde os migrantes representam cerca de 36% do contingente dos empregados e de São Vicente. Na Praia, os migrantes mantiveram o peso relativo de 2000, mas no Sal estes perderam cerca de 21 pontos percentuais em termos de peso relativo, certamente devido ao peso da actividade de construção e em especial dos trabalhadores estrangeiros provenientes dos outros Estados membros da CEDEAO, mas também à fixação dos trabalhadores migrantes nessa ilha onde existem garantias de emprego permanente. O mesmo ocorreu em São Vicente, podendo neste caso dever-se, pelo menos em parte ao aumento do desemprego e ao facto da ilha ser cada vez menos atractiva em matéria de oferta de emprego.

7.4 MATRIZ DO SALDO MIGRATÓRIO ENTRE AS REGIÕES SEGUNDO O MÉTODO DE MIGRAÇÃO DURAÇÃO DE VIDA

Os Quadros 86 e 87 apresentam duas matrizes do saldo migratório entre Santo Antão, São Vicente, Sal, Interior de Santiago e Fogo, elaboradas pelo cruzamento entre a região de residência actual e a região de nascimento, ou seja segundo o método de análise de migração duração de vida em 2000 (Censo 2000) e em 2006 (ISE 2006).

Quadro 86: Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões. Censo 2000

Região de nascimento	Região de residência actual						Total
	Sto Antão	S.Vicente	Sal	Int Santiago	Praia	Fogo	
Sto Antão		6.642	848	74	777	-11	8.330
S.Vicente	-6.642		470	-21	815	-216	-5.594
Sal	-848	-470		-414	-85	-194	-2.011
Interior de Santiago	-74	21	414		9.345	-194	9.512
Praia	-777	-815	85	-9345		-3.152	-14.004
Fogo	11	216	194	194	3.152		3.767
Saldo migratório	-8.330	5.594	2.011	-9.512	14.004	-3.767	0

Fonte: INE Censo 2000; Cálculos do autor

Em 2000, São Vicente, Sal e Praia, eram regiões com saldo migratório de trabalhadores positivo enquanto que Santo Antão, Interior de Santiago e Fogo são as regiões com saldo migratório negativo. Santo Antão tem saldo migratório com todas as regiões, exceptuando a ilha do Fogo cujo valor é inexpressivo. Assim, essa ilha perde trabalhadores naturais dali, especialmente para São Vicente, mas também para o Sal e em terceira posição, para a Praia e mesmo para o interior de Santiago, muito embora, em valor inexpressivo. São Vicente é assim a principal ilha de destino dos trabalhadores migrantes de Santo Antão. O Interior de Santiago é também uma região com saldo negativo ou seja que perde trabalhadores para todas as regiões, com excepção do Fogo. O essencial dos trabalhadores migrantes dirigem-se para Praia, região a que corresponde cerca de 98% do saldo migratório. No processo de migração interna de trabalhadores, Praia, ganhou até 2000, das outras regiões em análise, cerca de 14004 trabalhadores e segue-se-lhe São Vicente com cerca de 5594 e Sal com cerca de 2011 trabalhadores dessas regiões. Os migrantes da Praia provem sobretudo do interior de Santiago, mas esta região ganha trabalhadores migrantes de todas as outras regiões com excepção do Sal para a qual perdia e esta última era a única região que não perdia trabalhadores para qualquer outra. Embora com saldo global positivo, São Vicente e Santo Antão também perde trabalhadores para o Sal, como para a Praia, regiões com as quais tem um saldo migratório negativo.

Quadro 87: Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões.

Região de nascimento	Residência actual						Total
	S.Antão	S.Vicente	Sal	Int Santiago	Praia	Fogo	
Sto Antão		6.566	1.106	107	812	0	8.591
S.Vicente	-6.566		952	-131	761	-122	-5.106
Sal	-1.106	-952		-402	-239	-214	-2.913
Int Santiago	-107	131	402		17.986	-23	18.389
Praia	-812	-761	239	-17.986		-3.059	-22.379
Fogo	0	122	214	23	3059		3.418
Saldo migratório	-8.591	5.106	2.913	-18.389	22.379	-3.418	0

Fonte: IEF/INE – ISE 2006; Cálculos do autor

Em 2006, São Vicente, Sal e Praia continuam sendo regiões com saldos migratórios de trabalhadores positivos, ou seja que vão ganhando trabalhadores migrantes provenientes de outras regiões enquanto que Santo Antão, Interior de Santiago e Fogo continuam com saldos negativos, ou seja perdendo trabalhadores no processo migratório. Assim, nenhuma mudança estrutural substancial ocorreu em matéria de mobilidade interna de trabalhadores, o que sugere a manutenção das assimetrias em matéria de oportunidades de emprego. Em suma, Sal continua sendo a única região com saldo positivo com todas as outras, ou seja que ganha trabalhadores migrantes de todas as outras, contrariamente a Santo Antão e Fogo que tem saldo negativo com todas as outras ou seja que perdem. A análise comparativa das matrizes dos saldos migratórios internos de 2000 e de 2006 sugere ainda uma intensificação da migração interna de trabalhadores.

Assim, o saldo líquido de migrantes cresceu, cerca de 12% ano no Interior de Santiago (negativo), ou seja quase duplicou, 8% na Praia (positivo) e 6% no Sal (positivo). Na Praia, o saldo migratório de trabalhadores (ganhos) cresceu, em termos absolutos, em cerca de 8.375 trabalhadores, ligeiramente inferior ao do Interior de Santiago (perda) que é de 8.877 trabalhadores. O essencial da migração de trabalhadores desta região dirige-se assim para Praia.

O saldo migratório de São Vicente (positivo) decresceu cerca de 1,5% ano, o que sugere, uma relativa quebra do grau de atracção dessa ilha, onde a oferta de emprego não tem crescido de forma a atender o crescimento da procura de que resulta o aumento do desemprego, tornando esta a segunda ilha com maior taxa de desemprego.

Também digno de realce é o facto do saldo migratório do Fogo (negativo) ter decrescido cerca de 1,6% ano, o que confirma aliás o aumento da oferta do emprego nessa ilha e a redução do grau de repulsão da ilha.

7.5 MATRIZ DO SALDO MIGRATÓRIO ENTRE AS REGIÕES SEGUNDO O MÉTODO DE ÚLTIMA MIGRAÇÃO

Os Quadros 88 e 89 apresentam duas matrizes do saldo migratório entre Santo Antão, São Vicente, Sal, Interior de Santiago e Fogo, elaboradas pelo cruzamento entre a região de residência actual e a região de residência anterior, ou seja segundo o método de análise de migração, última migração em 2000 (Censo 2000) e em 2006 (ISE 2006).

Quadro 88: Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões

Região de residência Actual	Região de residência anterior						Total
	S.Antão	S.Vicente	Sal	Int Santiago	Praia	Fogo	
Santo Antão		5.409	465	29	356	3	6.262
São Vicente	-5.409		697	-8	547	-125	-4.298
Sal	-465	-697		-365	-236	-111	-1.874
IS	-29	8	365		7.960	-118	8.186
Praia	-356	-547	236	-7.960		-2.218	-10.845
Fogo	-3	125	111	118	2.218		2.569
Saldo migratório	-6.262	4.298	1.874	-8.186	10.845	-2.569	0

Fonte: INE Censo 2000; Cálculos do autor

Quadro 89: Matriz do saldo migratório dos trabalhadores entre as regiões

Residência Anterior	Região de residência actual						Total
	Sto Antão	S.Vicente	Sal	Int Santiago	Praia	Fogo	
Santo Antão		6.672	1.075	174	573	0	8.494
São Vicente	-6.672		1.058	48	787	-82	-4.861
Sal	-1.075	-1.058		-323	-253	-160	-2.869
Int Santiago	-174	-48	323		17.538	-57	17.582
Praia	-573	-787	253	-17.538		-2.418	-21.063
Fogo	0	82	160	57	2.418		2.717
Saldo migratório	-8.494	4.861	2.869	-17.582	21.063	-2.717	0

Fonte: IEFPI/INE – ISE 2006; Cálculos do autor

A análise da matriz do saldo migratório segundo o método da última migração confirma no essencial as constatações relativas ao método de migração duração de vida. Contudo o saldo é superior para este último método, pois abarca a mobilidade ocorrida durante toda a vida, das população em análise, e assim fluxos ocorridos em diferentes épocas. O método da última migração pode produzir saldos superiores em caso de forte intensificação de migração em época recente. Em 2000, a maior diferença dos saldos entre os dois métodos era de cerca de (3159) pessoas e ocorreu no interior de Santiago, seguido de Santo Antão (-2068). Esta diferença pode dever-se ao facto da migração interna ser normalmente sem retorno.

O facto de maior realce é a redução substancial da diferença entre os saldos pelos dois métodos entre 2000 e 2006, o que sugere uma intensificação da mobilidade interna dos trabalhadores. Em 2000 quanto em 2006, a análise das matrizes dos saldos migratórios de trabalhadores pelo método da última migração não sugerem quaisquer diferenças expressivas em termos de direcção do fluxo.

7.6 NÍVEL DE ATRACÇÃO E DE REPULSÃO DAS REGIÕES

Para efeitos de classificação das regiões segundo o nível de atracção ou de repulsão consideramos que as com índice de saída ou de entrada inferiores ou iguais a 10 são regiões de baixa repulsão ou atracção, sendo normal as com índices compreendidos entre 11 e 20 e de elevada repulsão ou atracção quando os índices de saídas ou de entradas são superiores a 20%.

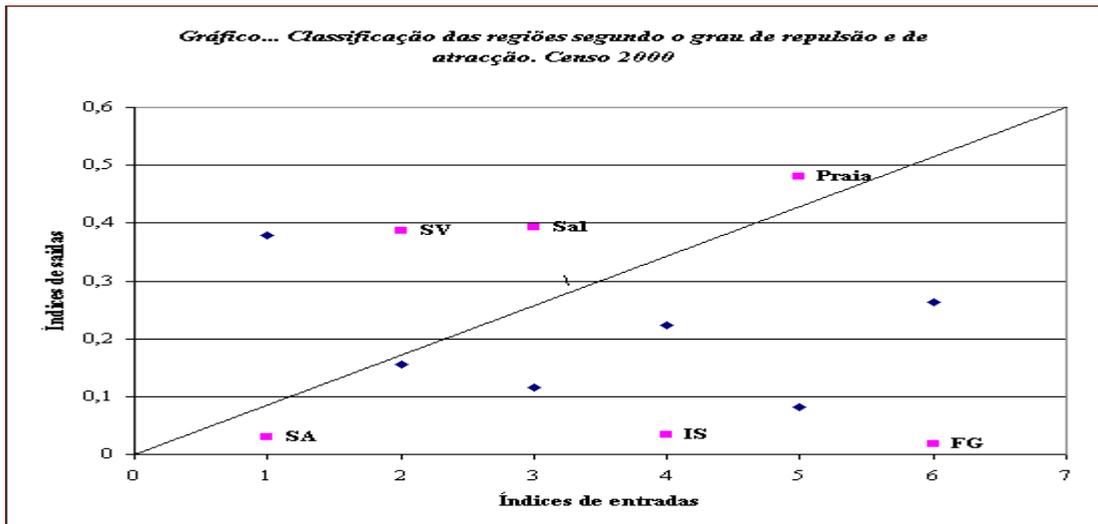
O Índice de migração líquida, é o quociente entre o saldo migratório da região e a população média e aproxima-se portanto de uma taxa de migração líquida. O Índice de eficácia é o quociente entre o saldo migratório da região e a soma dos migrantes (entradas + saídas). Esta relação traduz o ganho ou perda da região no processo migratório. Quociente negativo significa perda e positivo significa ganho.

Quadro 90: Entradas, saídas, saldo migratório, índices de retenção, de entradas de saídas, de migração líquida e de eficácia. Censo 2000

<i>Região de residência actual</i>	<i>Total</i>	<i>Entradas</i>	<i>Saídas</i>	<i>Saldo migratório</i>	<i>Índice de saídas</i>	<i>Índice de retenção</i>	<i>Índice de entradas</i>	<i>Índice de migração líquida</i>	<i>Índice de eficácia</i>
Santo Antão	14.952	453	8.783	-8.330	37,8	62,2	3,0	-55,7	-90,2
São Vicente	19.931	7.712	2.118	5.594	15,6	84,4	38,7	28,1	56,9
Sal	5.870	2.300	289	2.011	11,6	88,4	39,2	34,3	77,7
Int.de Santiago	39.101	1.301	10.813	-9.512	22,3	77,7	3,3	-24,3	-78,5
Praia	31.983	15.387	1.383	14.004	8,2	91,8	48,1	43,8	83,5
Fogo	11.466	213	3.980	-3.767	26,3	73,7	1,9	-32,9	-89,8
Total	123.303	27.366	27.366	0	22,8	77,2	22,2	0,0	0,0

Fonte: INE - Censo 2000; Cálculos do autor

Santo Antão, Fogo e Interior de Santiago são regiões com maiores índices de saída (38, 26 e 22% respectivamente) e assim altamente repulsivas para os trabalhadores, sendo a primeira a mais repulsiva do grupo de regiões de Cabo Verde em análise. Isto explica-se, em boa parte pelo nível de incidência da pobreza e do desemprego mas também pela escassez de oportunidades de formação como de emprego qualificado e em suma de realização profissional nessa ilha. Muitos empregados nascidos nessa ilha migram para São Vicente ou para Praia para realizarem os estudos e não mais voltam por não terem boas possibilidades de emprego que valorize o respectivo potencial. O mesmo se pode dizer e as mesmas razões são também válidas para o Fogo e o Interior de Santiago. Consequentemente estas regiões tem os mais baixos índices de entradas (3, 3 e 2% respectivamente). Praia era a região com maior índice de entrada (48%). Esta região, Sal (39%) e São Vicente são assim regiões altamente atractivas para os trabalhadores. A migração é indiscutivelmente uma estratégia de luta contra a pobreza e o desemprego e assim, as regiões mais pobres são as mais repulsivas e as menos pobres as mais atractivas.



A classificação das regiões segundo o nível de repulsão ou de atracção é mais facilmente perceptível pela leitura do Gráfico... As regiões são mais atractivas quanto mais se posicionarem à direita do zero, isto é, quando maior for o valor dos seus índices de entradas, representado no eixo dos XX. São mais repulsivos quando mais se posicionarem acima do zero, indicando valores elevados dos seus índices de saída representado no eixo dos YY. Assim, Praia, Sal e São Vicente situam-se acima da diagonal e assim são as regiões mais atractivas para os trabalhadores, enquanto que as outras regiões situadas abaixo da diagonal são as mais repulsivas.

O índice de eficácia sugere uma medida mais efectiva do grau de perda ou ganho no processo migratório. Santo Antão e Fogo eram as ilhas com piores índices de eficácia

(-90%), ou seja de cada 100 trabalhadores que atravessam as fronteiras dessas ilhas entrando ou saindo, resultam perdas de noventa para essas ilhas, sendo 79 a perda para o Interior de Santiago. Praia era a ilha com maior nível de eficácia no processo migratório, ou seja de cada 100 trabalhadores que atravessam as fronteiras dessa região entrando ou saindo, 83 ficam e seguem-se-lhe Sal (78%) e São Vicente (57%).

Evolução nos últimos seis anos

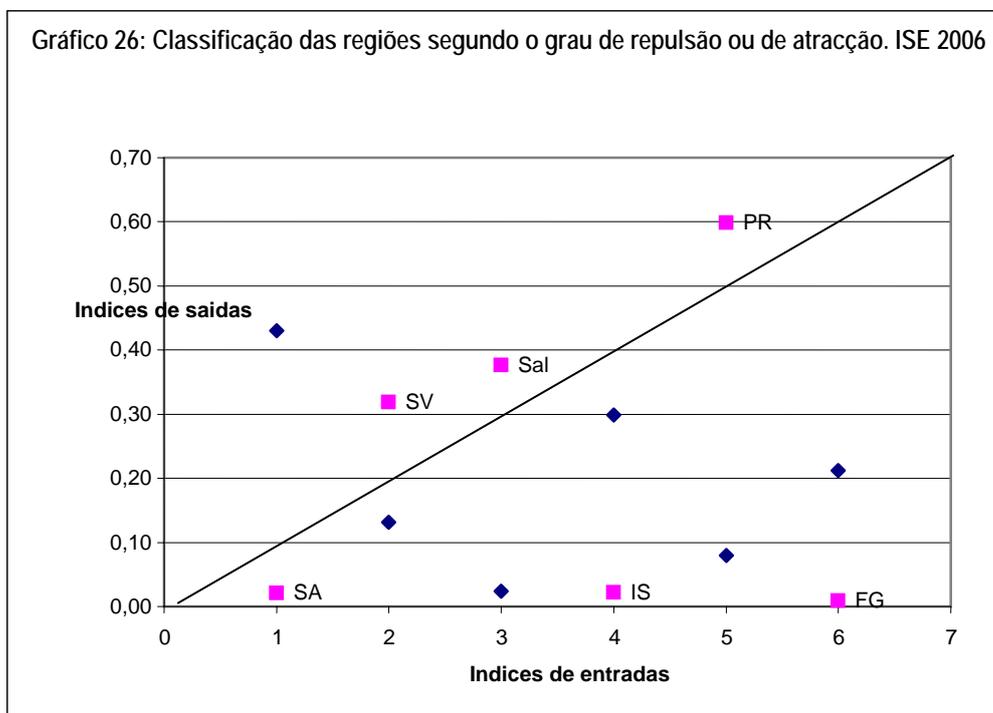
Quadro 91: Entradas, saídas, saldo migratório, índices de retenção, de entradas de saídas, de migração líquida e de eficácia. ISE 2006

	População ocupada	Entradas	Saídas	Não migrantes	Saldo migratório	Entradas + saídas	Saídas + não migrantes	Índice de saídas	Índice de retenção	Índice de entradas	Índice de migração líquidas	Índice de eficácia
Santo Antão	11.969	253	8.844	11.705	-8.591	9.097	20.549	43,0	57,0	2,1	-71,8	-94,4
S.Vicente	23.403	7.452	2.346	15.517	5.106	9.798	17.863	13,1	86,9	31,8	21,8	52,1
Sal	7.972	3.002	89	3.637	2.913	3.091	3.726	2,4	97,6	37,7	36,5	94,2
I Santiago	46.630	1.016	19.405	45.507	-18.389	20.421	64.912	29,9	70,1	2,2	-39,4	-90,0
Praia	39.545	23.667	1.288	14.874	22.379	24.955	16.162	8,0	92,0	59,8	56,6	89,7
Fogo	13.236	114	3.532	13.096	-3.418	3.646	16.628	21,2	78,8	0,9	-25,8	-93,7
Total	142.755	35.504	35.504	104.336	0	71.008	139.840	25,4	74,6	24,9	0,0	0,0

Fonte: INE - Censo 2000; Cálculos do autor

A análise do nível de atracção e repulsão e da eficácia em 2006 sugerem dinâmicas expressivas nos últimos seis anos. Assim, agravaram-se de forma expressiva os índices de saída de Santo Antão e do Interior de Santiago em cerca de 5 e 8 pontos percentuais, respectivamente. Tornaram-se assim ainda

mais repulsivos para os trabalhadores do que eram em 2000. Interior de Santiago é o caso de maior realce, certamente pelo aumento do desemprego associada ao aumento de oportunidades de emprego e de realização profissional na Praia. As mesmas razões podem ser aduzidas para o caso de Santo Antão, muito embora tenha aumentado a escassez de emprego em São Vicente, a ilha de destino por excelência. Alias esta última viu crescer o seu índice de saídas pelas razões acima referidas. Praia, Sal e São Vicente continuam sendo as regiões mais atractivas com índices de entrada de 60, 58 e 32% respectivamente. Merece especial destaque o caso da Praia, cujo índice de entradas cresceu cerca de 12 pontos percentuais acentuando a sua liderança enquanto região mais atractiva para os trabalhadores migrantes cabo-verdianos dessas regiões. Merece também realce o caso do Fogo onde o nível de repulsão reduziu-se de forma sensível tendo o respectivo índice de saída passado de (-26%) a (-21%) nesses seis anos, o que pode explicar-se pela expansão considerável da oferta de emprego na região de que resulta uma redução expressiva da taxa de desemprego.



Praia, Sal e São Vicente continuam sendo as regiões mais atractivas, como sugere o *Gráfico 26*, situando-se acima da diagonal enquanto que Santo Antão, Interior de Santiago e Fogo continuam sendo as mais repulsivas continuando abaixo da diagonal. Sugere ainda o facto de Praia e Sal terem aumentado consideravelmente os respectivos níveis de atracção em relação aos trabalhadores migrantes enquanto que o Interior de Santiago e Santo Antão viram reduzir-se ainda mais os respectivos níveis de atracção.

Por consequência, Santo Antão, Interior de Santiago passaram a perder cada vez mais no processo de migração de trabalhadores com um aumento de 4 pontos percentuais. O mesmo se pode dizer em relação ao Fogo que embora seja menos repulsiva, continua perdendo trabalhadores. A evolução nos últimos seis anos sugere uma melhoria sensível das condições de retenção da ilha do Fogo, muito embora tenha ainda um baixa performance em matéria de oferta de emprego de elevada qualificação.

7.7 PERFIL DOS TRABALHADORES MIGRANTES

A análise do perfil dos trabalhadores migrantes baseia-se na situação recente, ou seja a vigente aquando do ISE 2006. Os trabalhadores cabo-verdianos são maioritariamente do sexo masculino, tem na sua maioria baixo de nível de instrução são ainda relativamente jovens e preferem a vida de solteiro. A análise do perfil dos trabalhadores migrantes restringe-se à Cidade da Praia, às ilhas do Sal e de São Vicente que são regiões de destino de trabalhadores migrantes. Vamos assim estabelecer parte importante do perfil sócio-demográfico dos trabalhadores, sendo migrantes ou não migrante, com base nas informações sobre o sexo, a idade, o nível de instrução e o estado civil.

Na Praia, metade dos trabalhadores migrantes são do sexo masculino, e estes são uma maioria expressiva dos migrantes (62%) nas outras regiões. São Vicente é a única região onde uma minoria dos homens trabalhadores são migrantes.

Quadro 92: Elementos do perfil sócio-demográfico dos trabalhadores Migrantes

	Total	N Migr	Migr	Total	N Migr	Migr
Masculino						
<i>Praia</i>	50,9	53,0	49,7	100,0	36,2	63,8
<i>Sal</i>	60,6	58,9	61,8	100,0	40,6	59,4
<i>São Vicente</i>	58,0	58,6	61,8	100,0	63,5	36,5
Idade média						
<i>Praia</i>	36,0	33,5	37,4			
<i>Sal</i>	32,7	32,1	33,1			
<i>São Vicente</i>	35,2	33,4	38,3			
Nível básico						
<i>Praia</i>	54,8	45,0	60,5	100,0	30,2	69,8
<i>Sal</i>	49,2	43,8	53,3	100,0	38,1	61,9
<i>São Vicente</i>	59,0	56,7	63,0	100,0	61,2	38,8
Nível superior						
<i>Praia</i>	8,5	8,0	8,9	100,0	34,3	65,7
<i>Sal</i>	4,1	2,1	5,6	100,0	21,7	78,3
<i>São Vicente</i>	4,6	4,0	5,7	100,0	55,4	44,6
Vivem em união						
<i>Praia</i>	50,3	38,7	56,5	100,0	26,7	73,3
<i>Sal</i>	47,1	37,6	53,9	100,0	33,4	66,6
<i>São Vicente</i>	43,6	35,7	57,1	100,0	51,4	48,6

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006
Cálculos do autor

Os trabalhadores de São Vicente têm, em média, 35 anos e são assim relativamente mais jovens do que os da Praia (36 anos), mais velhos do que os do Sal (33 anos). Contudo, os trabalhadores migrantes de São Vicente são relativamente mais velhos. Tem em média 38 anos, ou seja mais um e quatro anos do que os da Praia e do Sal respectivamente.

Na Praia concentra-se a elite intelectual dos trabalhadores cabo-verdianos. Com efeito, por um lado, a proporção de trabalhadores com nível básico (55%) é superior ao Sal (49%), mas inferior a São Vicente (59%) que é o segundo maior segmento do mercado de trabalho do País. Esta constatação é válida para o grupo dos trabalhadores migrantes, pois 61% destes tem nível básico, na Praia, nível esse acima do Sal (53%) mas abaixo de São Vicente (63%) enquanto que cerca de 9% dos trabalhadores migrantes da

Praia tem nível superior, cerca de três pontos percentuais acima do Sal e de São Vicente respectivamente.

A vida em união parece acolher maior preferência entre os trabalhadores migrantes do que entre os não migrantes de todas as três regiões em análise, talvez pelo facto dos primeiros serem relativamente mais velhos. Contudo, é nítida a supremacia da Praia, no geral (50%), quanto entre os migrantes (57%) e os não migrantes (39%).

Cidade da Praia

Praia tinha em 2006 cerca de 42.756 trabalhadores, o correspondente a cerca de 29% da população empregada do País. Destes 27.881 são migrantes, dos quais 3.161 estrangeiros. Assim quase dois terços (65%) dos empregados dessa cidade são migrantes e 47 em cada 100 estrangeiros que trabalham em Cabo Verde estão nesta cidade.

Quadro 93: Distribuição da população ocupada da Praia por sexo segundo o estatuto face à migração

	Total	N Migr	Migr	Total	N Migr	Migr
Masculino	50,9	53,0	49,7	100,0	36,2	63,8
Feminino	49,1	47,0	50,3	100,0	33,2	66,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	34,8	65,2

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Pelo seu elevado peso relativo, a população de trabalhadores migrantes marca profundamente a estrutura da população ocupada desta cidade. Assim, as mulheres trabalhadoras migrantes constituem cerca de metade dos trabalhadores migrantes desta cidade, sensivelmente 1 ponto percentual abaixo do seu peso no universo dos trabalhadores da cidade. Entre os não migrantes a supremacia dos homens é mais marcada (53%). De cada 100 trabalhadores do sexo masculino, 64 são migrantes, proporção ligeiramente abaixo dos sexo feminino entre os quais, pouco mais de dois em cada três (67%) são do sexo migrantes.

Quadro 94: Distribuição da população ocupada da Praia por grupo etário segundo o estatuto face à migração

Grupo etário	Total (%)	N Migr	Migr	Total (%)	N Migr	Migr
15-24 anos	21,8	28,8	18,0	100	46,0	54,0
25-34 anos	27,8	32,4	25,3	100	40,6	59,4
35-44 anos	26,2	20,9	29,0	100	27,7	72,3
45-54 anos	15,8	12,1	17,7	100	26,6	73,4
55-64 anos	4,9	3,6	5,6	100	25,6	74,4
65 anos e mais	3,6	2,3	4,4	100	21,8	78,2
Total	100,0	100,0	100,0	100	34,8	65,2
Idade média (em anos)	36,0	33,5	37,4			

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Os trabalhadores migrantes da Praia são relativamente mais idosos do que os não migrantes e assim determinam também no essencial a estrutura etária da população ocupada desta cidade. Assim cerca de 61% dos não migrantes tem menos de 35 anos, cerca de 18 pontos percentuais acima da proporção dos migrantes desta faixa etária. Em suma os migrantes tem em média 37 anos, cerca de 3 anos acima da média dos não migrantes e 1 ano acima da idade média do universo dos trabalhadores da cidade.

Em todos os grupos etários, os migrantes predominam assim entre os trabalhadores, variando entre um mínimo de 54% entre os dos 15-24 anos e um máximo de 78% entre os de 65 anos e mais.

A maioria (55%) dos trabalhadores da cidade tem nível equivalente ao Ensino Básico ou seja, baixo nível de instrução, mas esta proporção está muito abaixo da média nacional (61%).

Quadro 95: Distribuição da população ocupada da Praia por nível de instrução segundo o estatuto face à migração

Nível de instrução	Total	N Migr	Migr	Total	N Migr	Migr
Alfabetização	2,7	2,4	2,8	100,0	33,1	66,9
EBI	54,8	45,0	60,5	100,0	30,2	69,8
Secundário	31,3	41,4	25,4	100,0	48,6	51,4
Curso Médio	2,2	2,9	1,7	100,0	49,5	50,5
Curso Superior	8,5	8,0	8,9	100,0	34,3	65,7
NR	0,5	0,2	0,7	100,0	16,1	83,9
Total	100	100	100	100,0	36,7	63,3

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Contudo cerca de 61% dos trabalhadores migrantes tem esse nível de instrução, sensivelmente igual à média nacional, e cerca de 16 pontos percentuais acima da proporção dos não migrantes com esse nível. A presença massiva de trabalhadores de baixo nível de instrução deve-se, em boa parte à proximidade do Interior de Santiago e as facilidades de transporte e em suma à escassez de emprego não qualificado no interior. Assim a migração para Praia, não é selectiva, mas sim uma verdadeira estratégia de sobrevivência sobretudo para um numero considerável de activos do interior de Santiago, do Fogo e da Brava. Cerca 25% dos migrantes tem nível secundário, 16 pontos percentuais abaixo dos não migrantes, mas a proporção dos primeiros com nível superior (9%) é sensivelmente igual à média da cidade e suplanta em cerca de 1 ponto percentual a dos não migrantes. Dois em cada três trabalhadores da cidade da Praia com nível superior são migrantes, ou seja nasceram em outros pontos do País, ou no estrangeiro. Os migrantes tem menor presença entre os com nível secundário, pois estes são na maioria relativamente jovens e embora tenham nascido fora da cidade, pertencem a gerações de segunda ordem ou seguintes.

Quadro 96: Distribuição da população ocupada da Praia por estado civil segundo o estatuto face à migração

Estado civil	Total	N Migr	Migr	Total	N Migr	Migr
Solteiro(a)	34,4	44,8	28,9	100	45,3	54,7
Casado(a)	18,9	9,7	23,7	100	18	82
União de facto	31,4	28,9	32,8	100	32	68
Divorciado(a)	0,7	1,2	0,5	100	57,1	42,9
Separado(a)	11,1	12,9	10,1	100	40,5	59,5
Viúvo(a)	3,4	2,2	4,1	100	22,7	77,3
NR	0,1	0,2	0	100	100	0
Total	100	100	100	100	34,8	65,2

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Cerca de metade dos trabalhadores da Praia vivem em união, ou seja são casados (19%) ou vivem preferem nitidamente a união de facto (31%) e assim os solteiros tem maior peso relativo entre os diversos estados civis (34%). Esta estrutura é fortemente determinada pelos migrantes. Com efeito, entre estes é muito maior a incidência da vida em união do que entre os não migrantes. Cerca de 57% dos migrantes vivem em união ou seja são casados (24%) ou vivem em união de facto (33%) enquanto que apenas 39% dos não migrantes vivem em união e entre estes predominam assim os solteiros (49%). A forte incidência de pessoas vivendo em união entre os trabalhadores migrantes explica-se, por um lado, por serem relativamente mais idosos e assim em idade de constituir união, situação que favorece

inclusive o bem-estar. Assim grande maioria dos trabalhadores vivendo em união são migrantes, sendo 82% dos casados e 62% dos que vivem em união de facto.

Ilha do Sal

A migração de trabalhadores para o Sal é relativamente mais recente e especialmente para actividades económicas em que predominam os homens. Assim 62 em cada 100 migrantes da ilha são homens, cerca de 1 ponto acima da média da ilha, sendo as mulheres minoritárias mesmo entre as não migrantes, muito embora em proporção ligeiramente superior (41%).

Quadro 97: Distribuição da população ocupada do Sal por grupo etário segundo o estatuto face à migração

	<i>Total %</i>	<i>N Migr %</i>	<i>Migr %</i>
15-24 anos	25,6	25,8	25,4
25-34 anos	37,8	40,8	35,7
35-44 anos	21,1	20,6	21,4
45-54 anos	11,6	9	13,5
55-64 anos	2,8	2	3,4
65 anos e mais	1	1,8	0,4
NR	0,1	0	0,2
Total	100	100	100
Idade média (Em anos)	32,7	32,1	33,1

Fonte: IEF/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Sal é também um outro caso em que os migrantes predominam na população ocupada e determinam no essencial o seu perfil. Mas a maioria da migração para ilha é mais recente e assim os trabalhadores migrantes são relativamente mais jovens do que, por exemplo os da Praia. Cerca de 61 em cada 100 trabalhadores migrantes do Sal tem menos de 35 anos, proporção essa cerca de seis pontos percentuais abaixo da dos não migrantes dessa faixa etária certamente, em boa parte por causa da migração ser relativamente recente com a grande expansão da economia da ilha a partir da década de noventa e pela predominância de empregos em actividades que empregam pessoas mais jovens. Em suma os trabalhadores migrantes da ilha tem em média 33 anos, sensivelmente igual à média da ilha e cerca de um ano acima da média dos não migrantes.

No Sal pouco menos de metade dos trabalhadores (49%) tem nível básico cerca seis pontos abaixo da média da cidade da Praia. Nessa ilha os empregados com nível secundário tem peso relativamente elevado (42%), mas é bastante reduzida a proporção dos com nível superior (4%).

Quadro 98: Distribuição da população ocupada do Sal por nível de instrução segundo o estatuto face à migração

	<i>Total</i>	<i>N Migr</i>	<i>Migr</i>	<i>Total</i>	<i>N Migr</i>	<i>Migr</i>
Alfabetização	1,7	1,4	2,0	100,0	35,4	64,6
EBI	49,2	43,8	53,3	100,0	38,1	61,9
Secundário	42,4	50,4	36,3	100,0	50,9	49,1
Curso Médio	2,1	2,3	1,9	100,0	47,1	52,9
Curso Superior	4,1	2,1	5,6	100,0	21,7	78,3
NR	0,5	0,0	0,9	100,0	0,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	42,8	57,2

Fonte: IEF/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Contudo a maioria (53%) dos trabalhadores migrantes tem nível básico, enquanto que os não migrantes com esse nível são minoria (44%) mas, em compensação, a proporção destes com nível superior (6%) é cerca de três vezes a dos não migrantes. Os migrantes predominam entre os trabalhadores dos diversos

níveis de instrução com excepção dos do secundário. Com efeito, os não migrantes predominam entre os trabalhadores com esse nível (51%) enquanto que, por exemplo pelo menos 78 em cada 100 trabalhadores da ilha com nível superior são migrantes.

Os trabalhadores migrantes do Sal vivem na sua maioria (54%) em união, sendo casados (17%) ou vivendo principalmente em união de facto (37%), enquanto que os não migrantes vivendo em união são minoria nesse grupo (47%).

Quadro 99: Distribuição da população ocupada do Sal por estado civil segundo o estatuto face à migração

	Total%	Não Migr %	Migr %	Total	N Mig	Mig
Solteiro(a)	39,4	48,6	32,7	100	51,6	48,4
Casado(a)	13,5	9,1	16,6	100	28,2	71,8
União de facto	33,6	28,5	37,3	100	35,4	64,6
Divorciado(a)	0,6	0,6	0,7	100	41,1	58,9
Separado(a)	12,2	12,3	12,1	100	42,2	57,8
Viúvo(a)	0,7	0,9	0,6	100	50,8	49,2
Total	100,0	100,0	100,0	100	41,8	58,2

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Pode tratar-se de uma preferência dos migrantes, mas principalmente ao facto da maioria dos migrantes já viveram em união, o que aumenta a necessidade de emprego e assim a propensão à migração por trabalho. Os migrantes são minoria entre os trabalhadores solteiros (48%), quanto entre os viúvos (49%), e maioria entre todos os outros estados civis, com maior expressão entre os casados (72%) ou dos vivendo em união de facto (65%).

Ilha de São Vicente

A migração de trabalhadores para São Vicente não é recente e tem como principal origem a ilha de Santo Antão. Embora continua sendo uma ilha de destino, os migrantes são minoria (37%) na população ocupada da ilha, cuja estrutura é assim marcada pelos nativos.

Quadro 100: Distribuição da população ocupada São Vicente por sexo segundo o estatuto face à migração

	Total %	N Mig %	Mig %	Total	N Mig	Mig
Masculino	58,0	58,6	56,9	100,0	63,5	36,5
Feminino	42,0	41,4	43,1	100,0	61,9	38,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	62,8	37,2

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Assim os homens constituem a maioria (57%) dos trabalhadores migrantes, como são entre os não migrantes e em geral na população trabalhadora, muito embora em proporções sensivelmente mais elevadas (59 e 58% respectivamente). Por consequência, nessa ilha apenas 37 e 38% dos homens e mulheres trabalhadores (respectivamente) são migrantes.

Quadro 101: Distribuição da população ocupada São Vicente por grupo etário segundo o estatuto face à migração

	Total %	N Migr %	Migr %	Total	N Migr %	Migr
15-24 anos	19,6	21,9	15,7	100,0	70,2	29,8
25-34 anos	32,1	40,3	18,3	100,0	78,8	21,2
35-44 anos	27,7	19,9	40,7	100,0	45,3	54,7
45-54 anos	14,7	14,0	15,9	100,0	59,9	40,1
55-64 anos	4,2	2,7	6,7	100,0	40,2	59,8
65 anos e mais	1,7	1,2	2,6	100,0	43,2	56,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	62,8	37,2
Idade média (Em anos)	35,2	33,4	38,3			

Fonte: IEF/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Os trabalhadores de São Vicente tem em média, 35 anos e são assim relativamente mais jovens do que os da Praia (36 anos), mais velhos do que os do Sal (33 anos). Contudo, os trabalhadores migrantes de São Vicente são relativamente mais velhos. Tem em média 38 anos, ou seja mais um e quatro anos do que os da Praia e do Sal respectivamente. Sensivelmente um em cada três trabalhadores migrantes dessa ilha tem menos de 35 anos, enquanto que 62% dos não migrantes pertencem a esta faixa etária, cerca de 10 pontos percentuais acima da média da ilha. Estes factos reforçam a constatação de que a ilha não oferece mais e mais oportunidades de emprego e em suma de realização profissional aos jovens que certamente procuram outros destinos como a ilha do Sal e mesmo a cidade da Praia.

Os trabalhadores de São Vicente tem também, - na sua grande maioria, baixo nível de instrução. Cerca de 59% dos ocupados da ilha tem nível básico, 31% tem nível secundário e apenas 5% tem nível superior. O baixo nível de instrução da maioria dos ocupados da ilha não deve-se à população migrante, pois por um lado estes representam apenas 37% dos ocupados e os com nível básico, constituem apenas 23% da população ocupada da ilha e 39% dos ocupados com esse nível de instrução.

Quadro 102: Distribuição da população ocupada São Vicente por nível de instrução segundo o estatuto face à migração

	Total %	N Migr %	Migr %	Total	N Migr %	Migr
Alfabetização	1,5	0,3	3,6	100,0	12,1	87,9
EBI	59,0	56,7	63,0	100,0	61,2	38,8
Secundário	31,4	36,4	22,6	100,0	73,8	26,2
Curso Médio	1,2	1,0	1,5	100,0	53,3	46,7
Curso Superior	4,6	4,0	5,7	100,0	55,4	44,6
NR	2,3	1,6	3,6	100,0	44,0	56,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	63,7	36,3

Fonte: IEF/INE ISE 2006; Cálculos do autor

Contudo, o baixo nível de instrução tem maior incidência entre os migrantes do que entre os não migrantes, pois cerca de 63% dos primeiros tem nível básico cerca de seis pontos percentuais acima do caso dos não migrantes e 4 pontos acima da média da ilha.

Importa ainda realçar o facto de 6% dos trabalhadores migrantes da ilha terem nível superior, um e dois pontos percentuais acima das médias da ilha e dos não migrantes respectivamente, mas a maioria dos trabalhadores com nível superior são nativos.

Solteiro é o estado civil predilecto dos cabo-verdianos e a população de São Vicente e em especial os ocupados dessa ilha não são excepção. No geral, apenas 44 em cada 100 trabalhadores da ilha vivem em união, sendo casados (10) ou vivendo em união de facto (34), mas a maioria (57%) dos migrantes vivem em união, também com nítida supremacia da vida em união de facto (44%). Assim apenas 23%

dos migrantes são solteiros, proporção essa que suplanta cerca de 15 e 25 pontos percentuais abaixo da media da ilha e dos não migrantes respectivamente.

Quadro 103: Distribuição da população ocupada de São Vicente por estado civil segundo o estatuto face à migração

	Total %	N Migr %	Migr %	Total	N Migr	Migr
Solteiro(a)	38,4	47,6	22,9	100,0	77,9	22,1
Casado(a)	10,2	8,1	13,6	100,0	50,1	49,9
União de facto	33,5	27,6	43,5	100,0	51,8	48,2
Divorciado(a)	1,4	1,0	2,1	100,0	44,4	55,6
Separado(a)	14,9	14,0	16,5	100,0	58,9	41,1
Viúvo(a)	1,5	1,8	1,0	100,0	74,4	25,6
NR	0,2	0,0	0,4	100,0	0,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	62,8	37,2

Fonte: IEFPI/INE ISE 2006; Cálculos do autor

A migração para a ilha não é recente e os migrantes constituem minoria e são relativamente mais idosos. A maior incidência da vida em união entre os migrantes pode dever-se ao facto de serem relativamente mais idosos e assim a maioria já atingiu idade de vida em união, mas ainda que em parte à preferência própria destes que ou já viviam em união antes de migrar, ou então porque provem de uma ilha predominantemente rural preferem, unir-se para melhor garantir melhores níveis de rendimento e de bem-estar. Os Não migrantes são maioria nos diversos estados civis, com excepção dos divorciados.

7.8 MIGRAÇÃO E ACTIVIDADE ECONÓMICA

A análise da migração e da actividade económica baseia-se na situação recente, ou seja a vigente aquando do ISE 2006 e pode sugerir alguma concentração/especialização dos nativos ou dos migrantes em determinadas actividades económicas. O perfil da mão-de-obra migrante pode determinar áreas de concentração ou de acantonamento. Assim pode-se inclusive aferir sobre o grau de contribuição dos migrantes para a economia local.

Esta análise incide em especial sobre as regiões de destino, ou seja onde estão os trabalhadores migrantes, com ênfase nas actividades económicas em que trabalham e nas profissões que exercem.

Praia continua sendo o principal destino da migração de trabalhadores e em suma a região com maior incidência de migrantes, entre a população empregada. Ali quase dois terços dos ocupados são migrantes e 7 em cada 100 são estrangeiros. Seguem-se a ilha do Sal onde 58% dos ocupados não são nativos, ocupando os estrangeiros cerca de 8% dos empregos e São Vicente onde os migrantes são minoria, pois representam apenas 35% da população ocupada, a 5% dos empregos são ocupados por estrangeiros.

Ilha do Sal

No Sal a força de trabalho é sobretudo migrante, o que explica-se pela expansão recente da economia da ilha e em especial de actividades de elevada intensidade de mão-de-obra. Nessa ilha 58 em cada 100 trabalhadores são migrantes, dos quais 8 são estrangeiros e 50 provém das outras regiões do País ou seja de, Santo Antão, São Vicente, Interior de Santiago, Praia e mesmo do Fogo.

No Sal, alojamento e restauração é a actividade que gera mais emprego para terceiros (23%) seguido do comércio (17%) e da construção (14%). No alojamento e restauração a maioria (52%) dos trabalhadores são migrantes, estrangeiros (5%) ou das outras regiões (47%) do País. Mas nas actividades de construção e comércio existe maior concentração de trabalhadores migrantes e estes são especialmente as actividades de maior concentração dos estrangeiros. Pelo menos 14 em cada 100 trabalhadores da construção e 16 em cada 100 do comércio são estrangeiros.

Agricultura e Pesca (35%), Indústria Transformadora e Electricidade (47%), Transportes e Comunicações (49%) e Saúde (19%) são as únicas actividades onde os migrantes são minoria.

Nesta ilha, apenas 1 em cada 4 ocupados são trabalhadores não qualificados, mas a maioria destes (59%) é migrante e especialmente das outras regiões do País.

Os migrantes predominam na grande maioria das profissões, com excepção das de técnicos profissionais (45%), administrativos (47%) e dos agricultores (36%).

Merecem especial destaque, os quadros superiores/dirigentes e os especialistas dos quais pouco mais de $\frac{3}{4}$ e quase $\frac{2}{3}$ dos trabalhadores são migrantes, com especial ênfase para os estrangeiros. Cerca de 28% dos primeiros e 23% dos segundos são estrangeiros. Mas os migrantes são maioritariamente trabalhadores não qualificados (25%), operários (20%) ou serviços/vendedores (18%).

Cidade da Praia

Praia tinha em 2006 cerca de 42.756 trabalhadores, o correspondente a cerca de 29% da população empregada do País. Destes 27.881 são migrantes, dos quais 3.161 estrangeiros. Assim cerca de dois terços (67%) dos empregados desta cidade são migrantes e 47 em cada 100 estrangeiros que trabalham em Cabo Verde estão nessa cidade. Praia é aliás a principal região de destino dos trabalhadores migrantes.

Quadro104: Participação dos migrantes nas principais actividades económicas

Ramo de actividade económica	Estr	IS	Praia	Migr	Out Reg	Migr	Peso IS/Migr
Agricultura e Pesca	2,6	83,1	12,6	87,4	1,7	17,1	95,0
Indústria Extractiva	2,2	89,1	4,9	95,1	3,8	9,1	93,7
Indústria Transf Electricidade	7,8	34,0	38,7	61,3	19,5	8,1	55,5
Construção	8,2	39,6	44,4	55,6	7,7	7,0	71,3
Comércio	9,4	36,3	40,9	59,1	13,4	22,1	61,3
Alojamento e Restauração	17,8	33,5	23,5	76,5	25,2	2,1	43,8
Transportes e Comunicações	8,7	37,0	39,7	60,3	14,6	6,5	61,4
Actividades Financeiras	8,7	19,6	63,1	36,9	8,7	0,7	53,1
Serviços às Empresas	3,8	30,9	32,6	67,4	32,8	3,9	45,8
Administração Pública	4,8	26,6	43,8	56,2	24,9	9,3	47,3
Educação	5,3	40,4	38,3	61,7	16,1	4,0	65,4
Saúde	21,2	35,4	28,2	71,8	15,2	1,9	49,4
Outros Serviços	12,9	20,1	52,6	47,4	14,4	2,4	42,4
Famílias com Empregados	4,6	36,4	38,0	62,0	20,9	4,5	58,8
Organismos Internacionais	41,0	23,7	11,7	88,3	23,7	0,9	26,8
NR	16,6	32,6	50,8	49,2	0,0	0,3	66,3
Total	7,4	43,7	34,8	65,2	14,1	100,0	67,0

Fonte: INE/IEFP – ISE 2006; Cálculos do autor

Na Praia, o comércio gera cerca de 24% do emprego e é assim a actividade económica que mais emprego gera seguido da agricultura e pescas (13%) e da administração pública (11%), sendo estas também as principais actividades dos migrantes (22, 17 e 9% respectivamente).

Os migrantes têm o predomínio do essencial das actividades económicas, exceptuando as actividades financeiras (37%), e os outros serviços (47%) que representam apenas cerca de 5% da população empregada da cidade. Pouco mais de dois terços (67%) dos migrantes provem do interior de Santiago.

Os oriundos do interior de Santiago constituem maioria dos migrantes, em quase todas as actividades, constituindo excepção, os Serviços às Empresas (46%), Administração Pública (47%), Saúde (49%), os Outros Serviços, (42%) a Administração Pública (47%) e os organismos Internacionais (27%).

Quadro 105: Participação dos migrantes nas principais profissões

Profissão	IS	Praia	Estr.	Total	Migrantes	IS	Praia	Migrantes
Forças Armadas	0	0	0,0	0,2	100,0	0,0	0,0	0,3
Quadros Sup/Dirigentes	5,0	3,1	11,0	6,0	81,8	36,1	18,2	7,6
Especialistas	2,0	3,4	11,3	4,1	71,1	21,6	28,9	4,5
Técnicos Profissionais	4,2	6,5	6,8	5,7	60,3	31,8	39,7	5,3
Administrativos	2,4	12,3	6,8	7,3	41,1	14,4	58,9	4,6
Serviços/Vendedores	11,7	18,0	24,8	15,1	58,4	34,0	41,6	13,5
Agricultura/Pescadores	21,2	3,4	2,5	10,7	88,9	86,6	11,1	14,6
Operários	24,7	17,4	12,2	20,0	69,7	54,0	30,3	21,4
Operadores	4,0	5,3	2,2	4,5	58,5	39,4	41,5	4,0
Trab Não Qualificados	24,1	29,4	20,3	25,5	59,8	41,3	40,2	23,4
NR	0,6	1,1	2,0	0,9	56,4	30,9	43,6	0,8
Total	100	100	100	100,0	65,2	43,7	34,8	100,0

Fonte: INE/IEFP – ISE 2006; Cálculos do autor

Na Praia, a grande maioria dos quadros superiores/dirigentes, como dos especialistas são migrantes, sendo em 36 e 22% do interior de Santiago respectivamente. Na Praia apenas 26% dos ocupados são trabalhadores não qualificados, mas constituem o grupo mais expressivo, seguidos dos operários (20%), dos serviços/vendedores (15%) e dos agricultores/pescadores (11%) grupo que representa cerca de 61% dos trabalhadores. Este perfil está próximo do dos migrantes. Ente estes, cerca de 23% são trabalhadores não qualificados, cerca de 3 pontos percentuais abaixo da média, 21% são operários, e 15% são agricultores/pescadores, estrutura essa também próxima dos migrantes do interior de Santiago que constituem maioria. Os não migrantes são relativamente menos qualificados. Assim, cerca de 29% destes são trabalhadores não qualificados, cerca de 6 pontos percentuais acima dos migrantes.

São Vicente

A população empregada de São Vicente é de cerca de 24.687 pessoas, o correspondente a cerca de 17% da população ocupada do País. Cerca de um em cada três empregados da ilha são migrantes, sendo 5 estrangeiros situando-se em terceiro lugar que diz respeito ao peso dos migrantes, quanto dos estrangeiros.

Nessa ilha, o comércio é a principal actividade económica, gerando cerca de 21% do emprego, seguido da indústria transformadora e electricidade (16%), da construção (11%) e de famílias com empregados (11%). Os naturais da ilha são assim maioria da população empregada com excepção da indústria extractiva, do serviço às empresas e da saúde que juntos representam apenas 5% da população ocupada

da ilha. As actividades económicas mais dinâmicas e de maior peso na economia da ilha como o comércio empregam sobretudo os nativos da ilha.

Quadro 106: Participação dos migrantes nas principais actividades económicas

Ramo de actividade económica	Estr	SA	SV	Migr	Migr	Peso SA/Migr	Total
Agricultura e Pesca	2,0	27,2	65,0	35,0	8,3	77,7	8,8
Indústria Extractiva	0,0	52,9	47,1	52,9	0,5	100,0	0,3
Indústria Transf Electricidade	7,5	18,8	72,6	27,4	11,5	68,7	15,7
Construção	5,0	36,7	56,7	43,3	13,2	84,7	11,3
Comércio	5,2	23,7	64,9	35,1	19,7	67,3	20,9
Alojamento e Restauração	5,0	16,6	73,3	26,7	2,6	62,1	3,7
Transportes e Comunicações	1,9	30,1	58,7	41,3	10,7	72,9	9,7
Actividades Financeiras	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0		0,2
Serviços às Empresas	8,5	36,0	47,5	52,5	3,0	68,6	2,1
Administração Pública	8,2	32,0	59,8	40,2	5,7	79,6	5,3
Educação	12,9	26,9	50,7	49,3	7,3	54,6	5,5
Saúde	7,7	36,1	48,5	51,5	3,2	70,1	2,3
Outros Serviços	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0		1,7
Famílias com Empregados	0,0	39,9	54,9	45,1	13,1	88,6	10,8
Organismos Internacionais	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0		0,2
NR	11,6	13,9	74,5	25,5	1,1	54,6	1,5
Total	5,1	27,4	62,9	37,1	100,0	73,8	100,0

Industria Extractiva (53%), «serviço às empresas» (53%) e «saúde» (52%) são as actividades económicas com maior presença de migrantes e estas actividades tem geram apenas 5% o emprego. As «actividades financeiras» e os «outros serviços» são actividades ocupadas em quase exclusividade pelos naturais da ilha.

Cerca de 27% da população empregada de São Vicente provém de Santo Antão. Os naturais dessa ilha ocupam mais de 1/3 dos empregos em cinco ramos de actividade económica variando entre um máximo de 53% na indústria extractiva e um mínimo de 36% na «saúde» e nos «serviços às empresas».

Os naturais de Santo Antão são, por consequência maioria dos migrantes empregados em todas as actividades económicas em que intervêm.

Estes factos sugerem a relativização do nível de atracção de São Vicente. A presença de migrantes nessa ilha não se deve, como nos casos de Praia e Sal a uma elevada oferta de emprego e de oportunidades de realização profissional, mas antes à proximidade desta ilha, da de Santo Antão, a ilha com maior incidência do desemprego e da pobreza, favorecida pelas facilidades de transporte. Isso explica certamente a procura crescente da ilha do Sal pelos naturais de Santo Antão, certamente enquanto alternativa a São Vicente.

8. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E DE EVOLUÇÃO DO MERCADO DO TRABALHO

Perspectivas de evolução da oferta de emprego

A construção das perspectivas de evolução do emprego visa, no essencial, fornecer cenários e evolução da oferta de postos de trabalho, que resultam do aumento do volume global da actividade económica, das mudanças estruturais traduzidas na alteração da contribuição de cada ramo de actividade económica para a formação do Produto Interno Bruto (PIB), mas também das alterações que resultam da evolução da produtividade/trabalhador medido pela relação entre o Valor Acrescentado Bruto e o número de trabalhadores.

Não é objecto do presente estudo a construção das perspectivas de evolução do Produto Interno Bruto no horizonte de 2015, pois estas perspectivas deveriam ser elaboradas pelas entidades com competência e responsabilidade legal para a realização de projecções macro-económicas e serem dados de trabalho para a equipe do PNE. Os estudos realizados pela Direcção-Geral do Planeamento, relativo ao enquadramento macro-económico do Quadro de Despesas a Médio Prazo para o período 2007 - 2010 são a única referência disponível que a equipe considerável credível e passível de fornecer alguma base de trabalho. Contudo, esse estudo realizado pela DGP cobre apenas o período 2007 - 2010 e as perspectivas são construídas apenas para os sectores primário, secundário e terciário, detalhe insuficiente para as projecções do emprego.

Na ausência de master-planos e outras referências sobre a evolução da produção e de outros agregados, em especial, relativos aos sectores mais dinâmicos e de maior peso como os transportes e comunicações, o comércio, a construção, o alojamento e restauração, que a equipe procurou obter junto das entidades competentes, sem sucesso, considerou-se, no âmbito deste estudo que cada ramo de actividade conserva o mesmo peso, no âmbito do sector. A título de exemplo, o comércio é suposto conservar o mesmo peso no âmbito do sector terciário. Exceptuam-se os cenários 3 e 4 que consideram performances diferenciadas para o alojamento e restauração, como descritos nos pontos seguintes.

As perspectivas sobre a evolução da produtividade não levam em consideração os casos de estudo como das ilhas Canárias, pois da consideração desses referenciais resultam baixos níveis de emprego, quaisquer níveis de crescimento económico considerados no âmbito deste estudo. As perspectivas de evolução da produtividade resultam assim de assunções da equipe que realizou o estudo. O(s) cenário(s) adoptados pelo governo para a elaboração do PNE, poderão contudo ser objecto de documentação mais detalhada.

CENÁRIOS DE PROJECCÃO DO PIB E DO EMPREGO

Para o período 2007 - 2010, os cenários de base para o crescimento económico e a evolução da estrutura provêm do estudo realizado pela Direcção-Geral do Planeamento, relativo ao enquadramento macro-económico do Quadro de Despesas a Médio Prazo. Para o período seguinte, ou seja, 2011 - 2015, as assunções são da responsabilidade do autor.

CENÁRIO 1 PARA O CRESCIMENTO ECONOMICO

No cenário realista, os grandes ramos de actividade conservam o mesmo peso no âmbito do sector, no período 2010 - 2015. Nesse período, a economia crescerá à média do período 2006 - 2010. O deflactor do PIB será igual à média dos do consumo e investimento.

Neste cenário o sector primário crescerá cerca de 3,9% ano no período 2007-2010 e continuará ao mesmo ritmo até 2015. O sector secundário crescerá cerca de 8,7% em 2007, e à taxa de 6,2% até 2010. A equipe assumiu que este crescerá cerca de 6,8% até 2015.

O sector terciário crescerá cerca de 5,9% em 2007, 7,6% em 2008, 10,0% em 2009 e 13,7% em 2010. No período 2011 – 2015, crescerá em média cerca de 9,3%.

Os direitos e taxas sobre importações conservam a mesma relação (média de 2004-2006) em relação ao conjunto do VAB, ou seja cerca de 12% dessa última grandeza.

Resulta um crescimento do PIB em cerca de 9% ano no período da projecção, passando o PIB a preços constantes de 26.410 milhões de escudos em 2006 para 56.793 milhões de escudos em 2015. O PIB a preços correntes do mercado poderá assim atingir cerca de 183,8 milhões de contos em 2011 e 281,2 milhões em 2015.

O sector terciário continuará a aprofundar a sua liderança passando de uma contribuição de cerca de 74% no VAB do conjunto das actividades económicas em 2006 a 77% em 2011 e 79%, em 2015, enquanto que os sectores primário e secundário verão baixar de 6,5 a 4,3% e de 19,1 a 16,5% a respectiva contribuição para essa mesma grandeza.

CENÁRIO 1 PARA O EMPREGO

O cenário 1 considera que o nível de produtividade (VAB/trabalhador) continua crescendo ao ritmo da média do período 2000-2006, com excepção da agricultura. Este ramo de actividade matem o nível actual de produtividade. O quadro a seguir apresenta os valores do Valor Acrescentado Bruto, da produtividade/trabalhador e o emprego gerado pelos principais ramos de actividade.

Quadro 107: Valor Acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015.

	2011			2015		
	VAB	Produtividade	Emprego	PIB	Produtividade	Emprego
Total	40.370	0,24	168.295	66.919	0,35	193.206
Agriculture, forestry, and livestock	1.913	0,03	61.372	2.227	0,03	79.035
Fishing						
Industry and energy	2.541	0,21	12.046	3.309	0,26	12.939
Construction	3.911	0,30	13.139	5.093	0,43	11.820
Commerce	9.571	0,26	36.776	14.569	0,37	39.003
Hotels	3.220	0,64	4.992	12.880	3,09	4.172
Transport and communications	8.990	0,32	28.135	13.685	0,41	33.468
Banks and insurance	1.216	0,33	3.694	1.851	0,45	4.081
House renting						
Public service	5.776	1,15	5.002	8.791	1,89	4.656
Other services	3.934	1,25	3.138	5.988	1,48	4.033
Intermediary banking services	-702			-1.473		

Cálculos do autor

Quadro 108: Perspectivas de evolução da população activa, Empregada e Desempregada, no horizonte 2015

	2006	2011			2015
		Perspectiva	Necessária	GAP	
Activos	199189	238391	238391		267253
Empregados	162696	168295	216936	-48641	193206
Desempregados	36493	70096	21455	48641	74046
Taxa de desemprego (%)	18,3	29,4	9,0		27,7

Cálculos do autor

O número de empregos gerados poderá passar de cerca de 163 mil em 2006 a 168 mil em 2011 e 193 mil em 2015. O ritmo de geração de emprego estará muito abaixo da demanda pelo que aprofunda-se o défice de empregos. A Taxa de Desemprego poderá atingir cerca de 29% em 2011, e 28% em 2015, níveis esses que não favorecem a redução da pobreza e das desigualdades, e nem sequer são compatíveis com o crescimento de base alargada, assente no melhor aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos.

CENÁRIO 2 PARA O CRESCIMENTO ECONOMICO

Este cenário é designado de cenário optimista pelas metas em matéria de crescimento económico e considera também a evolução estrutural do CMDT 2008 - 2010. Os grandes ramos de actividade conservam o mesmo peso no âmbito do sector. No período 2010-2015, a economia crescerá à média do período 2006-2010. O deflactor do PIB será igual à média dos do consumo e investimento.

Neste cenário, o sector primário crescerá cerca de 3,9% ano no período 2007-2010 e continuará ao mesmo ritmo até 2015. O sector secundário crescerá cerca de 8,7% em 2007, 6,2% até 2010, devendo crescer cerca de 6,8% até 2015. O sector terciário crescerá cerca de 5,9% em 2007, mas 9,1% em 2009, 12,9% em 2009 e 16,4% em 2010.

No período 2011 – 2015, crescerá em média cerca de 11,1%.

Em suma, o PIB crescerá cerca de 10,2% ano entre 2006 e 2015. O PIB de Cabo Verde poderá atingir cerca de 195,5 milhões de contos em 2011 e 315,6 milhões em 2015.

O sector terciário continuará a aprofundar a sua liderança passando de 74% para 78% em 2011 e 81% em 2015 a respectiva contribuição para a formação do PIB, enquanto que os sectores primário e secundário verão baixar de 6,5 para 3,9% e de 19,1 para 14,7% a respectiva contribuição para o VAB de todos os sectores, em 2011.

CENÁRIO 2 PARA O EMPREGO

Este cenário considera que o nível de produtividade (VAB/trabalhador) crescerá ao ritmo do período 2000-2006, com excepção da agricultura. Este ramo de actividade mantém o nível actual de produtividade.

Neste cenário a perspectiva de evolução da população activa, do emprego e do desemprego é a seguinte:

Quadro 109: Valor Acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015

	2011			2015		
	VAB	Produtividade	Emprego	PIB	Produtividade	Emprego
Total	38.885	0,20	195.825	57.086	0,23	243.167
Agriculture, forestry, livestock & fishing	1.913	0,03	61.357	2.227	0,03	71.435
Industry and energy	2.541	0,19	13.566	3.309	0,21	16.027
Construction	3.911	0,24	16.468	5.093	0,29	17.749
Commerce	9.571	0,20	47.771	14.569	0,23	62.511
Hotels	2.151	0,29	7.468	3.274	0,38	8.621
Transport and communications	8.990	0,26	34.090	13.685	0,29	47.325
Banks and insurance	1.216	0,26	4.681	1.851	0,30	6.256
Public service	5.776	0,82	7.024	8.791	1,02	8.586
Other services	3.934	1,16	3.398	5.988	1,29	4.657
Intermediary banking services	-1.118			-1.702		

Cálculos do autor

Neste cenário os principais indicadores do mercado de trabalho evoluem da seguinte forma:

Quadro 110: Perspectivas de evolução da população activa, empregada e desempregada, no horizonte 2015

	2006	2011			2015
		Perspectiva	Necessária	GAP	
Activos	199.189	238.391	238.391		267.253
Empregados	162.696	195.825	216.936	-21.111	243.167
Desempregados	36.493	42.566	21.455	21.111	24.086
Taxa de desemprego (%)	18,3	17,9	9,0		9,0

Cálculos do autor

O número de empregos gerados poderá passar de cerca de 163 mil em 2006 a cerca de 196 mil em 2011 e 243 mil em 2015. O ritmo de geração de emprego será moderado e assim insuficiente, para reduzir a Taxa de Desemprego que será da ordem dos 17,9%, ou seja sensivelmente igual à de 2006, podendo atingir 9% no horizonte do PNE. Este ritmo de crescimento do emprego não realiza a meta assumida pelas autoridades cabo-verdianas e em geral pelos parceiros sociais.

CENÁRIO 3 PARA O CRESCIMENTO ECONOMICO

Este cenário designado «Cenário optimista 4» considera as referências metas de crescimento económico e de evolução estrutural da D.G. do Planeamento relativo ao período 2008 - 2010 referido anteriormente. O deflactor do PIB será igual à média dos do consumo e investimentos.

Considera ainda que o Valor Acrescentado Bruto da hotelaria e restauração que é hoje de cerca de 99 euros, atingirá em 2011 cerca de metade do valor das Canárias (481,2 euros por turista em 2002) e convergirá em 2015, para esse valor. Resulta assim uma alteração da contribuição dos outros ramos de actividade.

Neste cenário, o sector primário crescerá cerca de 3,9% ano no período 2007-2010 e continuará ao mesmo ritmo até 2015. O Sector secundário crescerá cerca de 8,7% em 2007, 6,2% até 2010, devendo crescer cerca de 6,8% até 2015.

O sector terciário crescerá cerca de 16% ao ano entre 2006 e 2015, o PIB crescerá cerca de 13% ano entre 2006 e 2015 e atingirá, em termos nominais, cerca de 216 milhões de contos em 2011 e 435 milhões em 2015.

O sector terciário continuará a aprofundar a sua liderança passando para uma contribuição de 75% para o PIB em 2011 e 80% em 2015, enquanto que os sectores primário e secundário verão baixar de 4% e 13% em 2011 e 2,5% e 9,6% em 2015 a respectiva contribuição para o PIB.

CENÁRIO 3 PARA O EMPREGO

Este cenário considera que o nível de produtividade (VAB/trabalhador) crescerá em média cerca 1,9 vezes o ritmo do período 2002 - 2006 e retomará a partir de 2012, para convergir para o nível de 2000 - 2006, no horizonte do PNE. Neste cenário as perspectivas de evolução da população activa, do emprego e do desemprego são as seguintes:

Quadro 111: Valor Acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015

	2011			2015		
	VAB	Produtividade	Emprego	PIB	Produtividade	Emprego
Total	42.976	0,21	209.238	78.685	0,32	243.732
Agriculture, forestry, and livestock	1.913	0,03	61.357	2.227	0,03	71.435
Fishing						
Industry and energy	2.541	0,19	13.481	3.309	0,25	13.487
Construction	3.911	0,24	16.270	5.093	0,40	12.832
Commerce	9.571	0,20	47.307	14.569	0,30	48.071
Hotels	6.440	0,29	21.970	25.759	0,60	42.804
Transport and communications	8.990	0,27	33.887	13.685	0,34	40.191
Banks and insurance	1.216	0,26	4.642	1.851	0,37	4.982
House renting						
Public service	5.776	0,83	6.927	8.791	1,49	5.916
Other services	3.934	1,16	3.398	5.988	1,49	4.014
Intermediary banking services	-1.316			-2.587		

Cálculos do autor

Quadro 112: Perspectivas de evolução da população activa, empregada e Desempregada, no horizonte 2015

	2006	2011			2015
		Perspectiva	Necessária	GAP	
Activos	199.189	238.391	238.391		267.253
Empregados	162.696	209.238	216.936	-7.698	243.732
Desempregados	36.493	29.153	21.455	7.698	23.521
Taxa de desemprego (%)	18,3	12,2	9,0		8,8

Fonte: ISE; Cálculos do autor

O ritmo de geração de emprego será relativamente elevado devendo a Taxa de Desemprego situar-se em 12% em 2011 e de 9% em 2015. Trata-se assim de um cenário de redução gradual do desemprego, que

realiza no horizonte do PNE (2015) a meta fixada pelos parceiros sociais e assim de elevado aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos.

CENÁRIO 4 PARA O EMPREGO

Este cenário considera que o nível de produtividade (VAB/trabalhador) crescerá em média cerca de 1/3 do ritmo do período 2000 - 2006 e retomará a partir de 2012, para convergir para o nível de 2000 - 2006, no horizonte do PNE. Neste cenário as perspectivas de evolução da população activa, do emprego e do desemprego são as seguintes:

Quadro 113: Valor Acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015

	2011			2015		
	VAB	Produtividade	Emprego	PIB	Produtividade	Emprego
Total	42.976	0,21	203.332	78.685	0,30	261.746
Agriculture, forestry, and livestock	1.913	0,03	61.357	2.227	0,03	71.435
Fishing						
Industry and energy	2.541	0,19	13.247	3.309	0,22	14.921
Construction	3.911	0,27	14.476	5.093	0,36	14.248
Commerce	9.571	0,28	34.599	14.569	0,35	42.081
Hotels	6.440	0,49	13.249	25.759	0,73	35.283
Transport and communications	8.990	0,72	12.535	13.685	0,82	16.634
Banks and insurance	1.216	1,23	986	1.851	1,50	1.237
House renting						
Public service	5.776	0,21	27.726	8.791	0,29	30.522
Other services	3.934	0,16	25.155	5.988	0,17	35.385
Intermediary banking services	-1.316			-2.587		

Cálculos do autor

Quadro 114: Perspectivas de evolução da população activa, empregada e Desempregada, no horizonte 2015

	2006	2011			2015
		Perspectiva	Necessária	GAP	
Activos	199.189	238.391	238.391		267.253
Empregados	162.696	203.332	216.936	-13.604	261.746
Desempregados	36.493	35.059	21.455	13.604	5.507
Taxa de desemprego (%)	18,3	14,7	9,0		2,1

Fonte: ISE; Cálculos do autor

O ritmo de geração de emprego será relativamente elevado, devendo a Taxa de Desemprego situar-se em 14,7% em 2011 e de 2% em 2015. Trata-se assim de um cenário de redução gradual do desemprego, não um dígito no horizonte de 2011, mas sim a nível natural no horizonte do PNE (2015) e é assim um cenário de elevado aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos, especialmente ente 2011 e 2015.

CENÁRIO 4 PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Este cenário é designado de cenário optimista pelas metas em matéria de crescimento económico e considera também a evolução estrutural do CMDT 2008 - 2010. Os grandes ramos de actividade conservam o mesmo peso no âmbito do sector. No período 2010 - 2015 a economia crescerá à média do período 2006 - 2010. O deflactor do PIB será igual à média dos do consumo e investimento.

O sector secundário crescerá cerca de 8,7% em 2007, 6,2% até 2010, devendo crescer cerca de 6,8% até 2015.

Para além do os pressupostos do cenário optimista anteriormente descrito, o cenário optimista 4 considera que o Valor Acrescentado Bruto da hotelaria e restauração que é hoje de cerca de 99,4 euros por turista, atingirá em 2011 cerca de 120,3 euros, e 240,6 euros em 2015, sejam ou seja ¼ e metade respectivamente do valor das Canárias em 2002 (481,2 euros por turista).

Neste cenário, o sector primário crescerá cerca de 3,9% ano no período 2007-2010 e continuará ao mesmo ritmo até 2015.

O sector terciário crescerá cerca de 13% ao ano entre 2006 e 2015, o PIB crescerá cerca de 11% ano entre 2006 e 2015 e atingirá, em termos nominais, cerca de 200 milhões de contos em 2011 e 337 milhões em 2015.

O sector terciário continuará a aprofundar a sua liderança passando a 74 e 77 a respectiva contribuição para a formação do PIB, em 2011 e 2015 respectivamente, enquanto que os sectores primário e secundário verão baixar a 16 e 15% em 2011 e 3 e 12% em 2015.

CENARIO 5 PARA O EMPREGO

Este cenário considera que o nível de produtividade (VAB/trabalhador) crescerá cerca de metade do ritmo do período 2000-2006, com excepção da agricultura que manter-se-á constante. Neste cenário, é a seguinte a perspectiva de evolução da população activa, do emprego e do desemprego:

Quadro 115: Valor Acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015

	2011			2015		
	VAB	Produtividade	Emprego	PIB	Produtividade	Emprego
Total	39.756	0,20	199.765	65.805	0,24	269.039
Agriculture, forestry, and livestock	1.913	0,03	61.357	2.227	0,03	71.435
Fishing						
Industry and energy	2.541	0,19	13.566	3.309	0,21	16.027
Construction	3.911	0,24	16.468	5.093	0,29	17.749
Commerce	9.571	0,20	47.771	14.569	0,23	62.511
Hotels	3.220	0,29	11.180	12.880	0,38	33.913
Transport and communications	8.990	0,26	34.090	13.685	0,29	47.325
Banks and insurance	1.216	0,26	4.681	1.851	0,30	6.256
House renting						
Public service	5.776	0,82	7.024	8.791	1,02	8.586
Other services	3.934	1,08	3.627	5.988	1,14	5.237
Intermediary banking services	-1.316			-2.587		

Cálculos do autor

Quadro 116: Perspectivas de evolução da população activa, emprega e Desempregada, no horizonte 2015

	2006	2011			2015
		Perspectiva	Necessária	GAP	
Activos	199.189	238.391	238.391		267.253
Empregados	162.696	199.765	216.936	-17.171	269.039
Desempregados	36.493	38.626	21.455	17.171	-1.786
Taxa de desemprego (%)	18,3	16,2	9,0		-0,7

Cálculos do autor

O ritmo de geração de emprego será lento elevado devendo a Taxa de Desemprego situar-se em 16% em 2011 e 2,1% em 2015. Trata-se também de um cenário tendencialmente de pleno emprego, no horizonte de 2015 e assim de elevado aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos.

CENÁRIO 6 PARA O EMPREGO

Este cenário considera que a taxa de crescimento da produtividade (VAB/trabalhador) desacelerará atingindo, em 2011 cerca de 1/10 vezes o valor de 2000 - 2006 e acelerará a partir de então para convergir em 2015 com a média do período 2000 - 2006. Exceptua-se o caso da agricultura, para a qual, na ausência de indicações mais seguras preferimos manter constante o nível de produtividade. Neste cenário, é a seguinte a perspectiva de evolução da população activa, do emprego e do desemprego:

Quadro 117: Valor Acrescentado Bruto a preços constantes, Produtividade e Emprego em 2010 e 2015

	2011			2015		
	VAB	Produtividade	Emprego	PIB	Produtividade	Emprego
Total	39.756	0,20	202.597	65.805	0,26	254.565
Agriculture, forestry, and livestock	1.913	0,03	61.357	2.227	0,03	71.435
Fishing						
Industry and energy	2.541	0,19	13.703	3.309	0,21	15.696
Construction	3.911	0,25	15.451	5.093	0,32	15.705
Commerce	9.571	0,26	36.454	14.569	0,32	45.501
Hotels	3.220	0,44	7.282	12.880	0,63	20.314
Transport and communications	8.990	0,69	12.943	13.685	0,78	17.450
Banks and insurance	1.216	1,18	1.032	1.851	1,40	1.324
House renting						
Public service	5.776	0,19	29.897	8.791	0,26	34.159
Other services	3.934	0,16	24.480	5.988	0,18	32.983
Intermediary banking services	-1.316			-2.587		

Cálculos do autor

Quadro 118: Perspectivas de evolução da população activa, empregada e Desempregada, no horizonte 2015

	2006	2011			2015
		Perspectiva	Necessária	GAP	
Activos	199.189	238.391	238.391		267.253
Empregados	162.696	202.597	216.936	-14.339	254.565
Desempregados	36.493	35.794	21.455	14.339	12.688
Taxa de desemprego (%)	18,3	15,0	9,0		4,7

Cálculos do autor

O ritmo de geração de emprego será relativamente elevado devendo a Taxa de Desemprego situar-se em 15% em 2011 e 5% em 2015. Trata-se também de um cenário tendencialmente de pleno emprego, no horizonte de 2015 e assim de elevado aproveitamento da capacidade produtiva potencial dos cabo-verdianos, especialmente a partir de 2012.

BALANÇO PERSPECTIVO DO EMPREGO GERADO POR ILHA EM 2011 E 2015

A distribuição do emprego por ilha, resulta principalmente do peso de cada ilha no conjunto da actividade económica do País e dos níveis de produtividade. Estabelecer as perspectivas da distribuição do emprego por ilha pressupõe, existência de projecções do Produto Interno Bruto por ramo de actividade e por ilha, mas também o estabelecimento de um quadro previsional de produtividade do trabalho de cada ilha por ramo de actividade, no horizonte da projecção.

Não estão disponíveis previsões do PIB por ramo de actividade a nível nacional e quanto menos por ilha, pelo que o essencial dos pressupostos são da equipe que elaborou este estudo/diagnóstico. Não estão também disponíveis dados que permitem inferir sobre a evolução diferenciada da produtividade dos trabalhadores a nível das ilhas.

Dados e hipóteses para a estimativa da distribuição do emprego por ilha

Dados

A estimativa da distribuição do emprego por ilha, utiliza principalmente as perspectivas do Produto Interno Bruto, a preços constantes e do emprego a nível nacional, no horizonte do PNE.

Hipóteses

Assumiu-se a título de hipóteses que a repartição por ilha do PIB de cada ramo de actividade não irá alterar-se no horizonte do plano. Considerou-se ainda uma segundo a perspectiva de distribuição do emprego por ilha em 2015 segundo a qual, a nível das ilhas do grupo Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio e Santiago, a repartição por ilha do Valor Acrescentado Bruto, como do emprego do «Alojamento e Restauração» será determinado pela distribuição por ilha do volume global do investimento no domínio do turismo. Mas considerou-se que com a devida integração do mercado de trabalho, as ilhas tenderão a convergir em matéria de produtividade dos trabalhadores, pelo que o único determinante da distribuição espacial do emprego é a repartição do Valor Acrescentado Bruto de cada ramo de actividade, por ilha.

Para efeitos de balanço da força de trabalho considerou-se ainda que o nível de participação na actividade económica nas diversas ilhas medido pela Taxa Líquida de Actividade tenderá a convergir para 69% em 2011 e 72% em 2015, admitindo nomeadamente que a aceleração da actividade económica ocorrerá a nível de todas as ilhas do País.

Cálculos

A estimativa do emprego por ilha entre 2011 e 2015, consiste assim na repartição por ilha do volume global de emprego por ramo de actividade, segundo os seis cenários, utilizando a distribuição proporcional do VAB a preços constantes de cada ramo de actividade por ilha. O balanço consiste na diferença entre a força de trabalho disponível, ou seja a população activa de cada ilha e a oferta de emprego pela economia na respectiva ilha.

Resultados

O balanço perspectivo do emprego gerado por ilha aponta que em 2011, em nenhum cenário, Cabo Verde terá défice de força de trabalho, ou seja de mão-de-obra disponível, como se pode aliás aferir pela leitura do *Quadro que antecede*.

Quadro 119: Balanço perspectivo do emprego gerado por ilha no horizonte de 2011

<i>Emprego e défice/superavit de activos por ilha em 2011</i>										
<i>Emprego</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>SA</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>ST</i>	<i>FG</i>	<i>BR</i>
<i>Cenário 1</i>	168.294	24.595	22.959	5.039	13.321	3.146	2.667	83.768	11.053	1.745
<i>Cenário 2</i>	195.823	26.348	27.746	5.686	17.322	3.718	2.984	97.495	12.475	2.047
<i>Cenário 3</i>	209.239	26.402	28.465	5.710	28.248	4.473	3.016	98.390	12.498	2.038
<i>Cenário 4</i>	203.330	26.069	30.988	5.221	17.668	3.620	2.880	103.287	11.649	1.948
<i>Cenário 5</i>	199.764	26.387	28.061	5.701	20.147	3.917	2.996	98.005	12.500	2.049
<i>Cenário 6</i>	202.599	26.439	31.405	5.336	13.438	3.390	2.939	105.707	11.925	2.020
Activos	238.391	22.534	41.372	5.905	10.596	3.377	3.798	131.476	16.614	2.718
<i>Balanço</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>SA</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>ST</i>	<i>FG</i>	<i>BR</i>
<i>Cenário 1</i>	70.097	-2.061	18.413	866	-2.725	231	1.131	47.709	5.560	973
<i>Cenário 2</i>	42.568	-3.814	13.626	219	-6.726	-341	814	33.981	4.138	671
<i>Cenário 3</i>	29.152	-3.868	12.907	195	-17.651	-1.096	782	33.087	4.116	681
<i>Cenário 4</i>	35.061	-3.535	10.384	684	-7.072	-242	918	28.190	4.965	770
<i>Cenário 5</i>	38.627	-3.853	13.311	204	-9.551	-540	802	33.471	4.114	670
<i>Cenário 6</i>	35.792	-3.905	9.967	569	-2.841	-12	859	25.769	4.689	698

Cálculos do autor

Contudo, em todos os cenários, Santo Antão, Sal e Boa Vista terão défice de força de trabalho. Em Santo Antão o deficit de mão-de-obra poderá variar entre um máximo de cerca de 3.905 (Cenário 6) e um mínimo de cerca de 2.061 (Cenário 1), mas o deficit mais importante poderá ocorrer no Sal, atingirá cerca de 17.651 trabalhadores (Cenário 3).

Assim, em qualquer cenário, Santo Antão deverá tornar-se numa ilha atractiva e assim de destino da migração interna de trabalhadores, o que representa uma profunda inversão da situação actual. Sal será a ilha com maiores défices de força de trabalho, continuará sendo uma ilha de destino da migração de trabalhadores. Deverá assim intensificar-se a migração para essa ilha e o mesmo ocorrerá com a ilha da Boavista.

Quadro 120: Balanço perspectivo do emprego gerado por ilha no horizonte de 2015

<i>Emprego e défice/superavit de activos por ilha em 2015</i>										
<i>Emprego</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>SA</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>ST</i>	<i>FG</i>	<i>BR</i>
<i>Cenário 1</i>	193.207	30.195	25.213	5.919	13.898	3.554	3.144	96.278	13.022	1.984
<i>Cenário 2</i>	243.167	31.687	34.886	6.983	21.888	4.589	3.622	121.648	15.321	2.543
<i>Cenário 3</i>	243.732	29.685	30.715	6.249	45.107	5.826	3.314	107.047	13.642	2.148
<i>Cenário 4</i>	261.746	30.618	39.086	6.171	36.041	5.302	3.394	125.120	13.741	2.272
<i>Cenário 5</i>	269.039	31.927	36.695	7.078	41.108	5.942	3.703	124.559	15.475	2.551
<i>Cenário 6</i>	254.567	31.185	39.068	6.343	25.170	4.653	3.478	128.102	14.175	2.393
Activos	267.253	23.490	46.568	5.730	12.491	4.179	4.228	151.025	17.022	2.520
<i>Balanço</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>SA</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>ST</i>	<i>FG</i>	<i>BR</i>
<i>Cenário 1</i>	74.046	-6.705	21.355	-189	-1.406	625	1.084	54.746	4.000	536
<i>Cenário 2</i>	24.086	-8.196	11.682	-1.253	-9.397	-410	606	29.377	1.701	-23
<i>Cenário 3</i>	23.521	-6.194	15.853	-519	-32.616	-1.647	914	43.978	3.380	372
<i>Cenário 4</i>	5.507	-7.128	7.482	-441	-23.550	-1.123	834	25.904	3.281	247
<i>Cenário 5</i>	-1.786	-8.437	9.872	-1.348	-28.617	-1.763	525	26.465	1.547	-31
<i>Cenário 6</i>	12.686	-7.695	7.500	-613	-12.678	-474	750	22.923	2.847	126

Cálculos do autor

O balanço perspectivo do emprego gerado por ilha aponta que, realizando-se o cenário 5, em 2015 Cabo Verde terá défice de mão-de-obra de cerca de 1.786 indivíduos, como se pode aliás aferir pela leitura do *Quadro em cima*. Santo Antão, São Nicolau, Sal e Boa Vista terão défice de força de trabalho, com uma única excepção representada por Boavista que teria um superavit no Cenário 1. Sal será também em 2015, a ilha com maior deficit de mão-de-obra salvo no cenário 1 em que será suplantado por Santo Antão. O défice de mão-de-obra naquela ilha oscilará entre um mínimo de 1.406 (Cenário1) e um máximo de cerca de 32.616 (Cenário 3).

Assim, em qualquer cenário, Santo Antão será como em 2011 uma ilha atractiva e assim de destino da migração interna de trabalhadores, o que representa a continuação da situação iniciada em 2011. São Nicolau será também em 2015, uma ilha atractiva e de destino da migração de trabalhadores, o que representa uma profunda inversão da situação reinante em 2011. Sal continuará sendo uma ilha de destino da migração de trabalhadores. Deverá assim intensificar-se a migração para essa ilha e o mesmo ocorrerá com a ilha da Boavista.

Quadro 121: Segundo balanço perspectivo do emprego gerado por ilha em 2015

<i>Emprego e défice/superavit de activos por ilha em 2015</i>										
<i>Emprego</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>SA</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>ST</i>	<i>FG</i>	<i>BR</i>
<i>Cenário 1</i>	193.207	30.263	25.849	5.942	11.675	3.452	3.667	97.353	13.022	1.984
<i>Cenário 2</i>	243.167	31.827	36.199	7.031	17.295	4.379	4.703	123.869	15.321	2.543
<i>Cenário 3</i>	243.732	30.382	37.232	6.485	22.304	4.782	8.681	118.075	13.642	2.148
<i>Cenário 4</i>	261.746	31.193	44.458	6.366	17.244	4.442	7.818	134.211	13.741	2.272
<i>Cenário 5</i>	269.039	32.480	41.859	7.265	23.041	5.114	7.956	133.297	15.475	2.551
<i>Cenário 6</i>	254.567	31.516	42.161	6.455	14.347	4.157	6.025	133.336	14.175	2.393
<i>Activos</i>	267.253	23.490	46.568	5.730	12.491	4.179	4.228	151.025	17.022	2.520
<i>Balanço</i>	<i>Cabo Verde</i>	<i>SA</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>ST</i>	<i>FG</i>	<i>BR</i>
<i>Cenário 1</i>	74.046	-6.773	20.719	-212	816	727	561	53.671	4.000	536
<i>Cenário 2</i>	24.086	-8.337	10.369	-1.301	-4.804	-200	-475	27.155	1.701	-23
<i>Cenário 3</i>	23.521	-6.892	9.336	-756	-9.812	-603	-4.453	32.949	3.380	372
<i>Cenário 4</i>	5.507	-7.703	2.110	-636	-4.753	-263	-3.590	16.814	3.281	247
<i>Cenário 5</i>	-1.786	-8.989	4.709	-1.535	-10.550	-935	-3.728	17.727	1.547	-31
<i>Cenário 6</i>	12.686	-8.026	4.407	-725	-1.856	22	-1.797	17.689	2.847	126

Cálculos do autor

Construímos uma segunda perspectiva de distribuição do emprego por ilha em 2015 segundo a qual, a nível das ilhas do grupo Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio e Santiago, a repartição por ilha do Valor Acrescentado Bruto, como do emprego do «Alojamento e Restauração» será determinado pela distribuição por ilha do volume global do investimento no domínio do turismo.

A nível nacional, perspectiva não comporta qualquer diferença em relação à anterior. O facto novo que este cenário sugere é que Maio terá défice de força de trabalho, com excepção do cenário 1. Esta perspectiva apresenta assim uma profunda inversão em relação à situação actual, pois ilhas Santo Antão, São Nicolau e Maio passam a ser atractivas e destino de migração de trabalhadores, como se pode aliás aferir pela leitura do *Quadro em cima*. Nesta perspectiva, São Vicente, Santiago, Fogo e Brava serão em 2015, as únicas ilhas com superavit de força de trabalho, podendo assim ser ilhas de partida de trabalhadores migrantes para as outras com défice de força de trabalho.

Também nesta perspectiva, Sal será a ilha com maior deficit de mão-de-obra salvo no cenário 1 em que poderá ocorrer um superavit de cerca de 816 activos.

Mudanças em matéria de localização do emprego

Em 2006, no grupo Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo (92% da população ocupada de Cabo Verde), Santiago albergava cerca de 61% da população ocupada, seguida de São Vicente com 17%. Em 2011, Santiago continuará albergando a maioria dos empregados mas verá o seu peso relativo reduzir-se num intervalo que varia entre um mínimo de 5 pontos percentuais se ocorrer o Cenário 6 e um máximo de 10 pontos percentuais se ocorrer o Cenário 3. Em compensação, Santo Antão e Sal verão aumentar o respectivo peso relativo, em quaisquer cenários. Santo Antão será o caso de maior realce, pois, por exemplo no cenário duplicará o peso da ilha em relação ao ano 2006, e o mesmo ocorrerá na ilha do Sal, no Cenário 3. A ilha de São Vicente também verá reduzir-se o seu peso relativo na população empregada, com excepção dos cenários 4 e 6.

O essencial das mudanças terão ocorrido em 2011, com alterações não expressivas em 2015, ano em que o peso de Santiago na população ocupada será ainda inferior ao de 2011, nos cenários 3 e seguintes. Aliás realizando-se o cenário 3, Santiago albergará apenas 47% da população empregada, redução essa a favor da ilha do Sal onde residirá cerca de 20% da população trabalhadora. Santo Antão também verá reduzir-se ligeiramente o seu peso relativo, salvo no cenário 1.

Quadro 122: Repartição espacial do emprego em 2006, 2011 e 2015

2006						
	Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo
ISE 2006	100	8,1	16,5	5,8	60,7	9,0
2011						
	Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo
Cenário 1	100	15,8	14,7	8,6	53,8	7,1
Cenário 2	100	14,5	15,3	9,5	53,7	6,9
Cenário 3	100	13,6	14,7	14,6	50,7	6,4
Cenário 4	100	13,7	16,3	9,3	54,5	6,1
Cenário 5	100	14,3	15,2	10,9	52,9	6,8
Cenário 6	100	14,0	16,6	7,1	56,0	6,3
2015 (V1)						
	Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo
Cenário 1	100	16,9	14,1	7,8	53,9	7,3
Cenário 2	100	14,1	15,5	9,7	54,0	6,8
Cenário 3	100	13,1	13,6	19,9	47,3	6,0
Cenário 4	100	12,5	16,0	14,7	51,2	5,6
Cenário 5	100	12,8	14,7	16,5	49,9	6,2
Cenário 6	100	13,1	16,4	10,6	53,9	6,0
2015 (V2)						
	Total	Santo Antão	São Vicente	Sal	Santiago	Fogo
Cenário 1	100,0	17,0	14,5	6,6	54,6	7,3
Cenário 2	100,0	14,2	16,1	7,7	55,2	6,8
Cenário 3	100,0	13,7	16,8	10,1	53,3	6,2
Cenário 4	100,0	13,0	18,5	7,2	55,7	5,7
Cenário 5	100,0	13,2	17,0	9,4	54,2	6,3
Cenário 6	100,0	13,4	17,9	6,1	56,6	6,0

A segunda perspectiva de repartição da população ocupada em 2015, sugere quaisquer que sejam os cenários, Santiago verá aumentar o seu peso relativo em relação ao ano 2011, as alterações do peso de Santo Antão não serão expressivas mas o peso do Sal será inferior ao que tinha em 2011, em quaisquer cenários.

Esta última aparenta ser uma perspectiva com maiores possibilidades de efectivação, considerando que o essencial dos impactos dos investimentos no turismo no volume e na localização da actividade económica produzir-se-ão no período pós-2011.

Estas perspectivas de evolução da oferta de emprego e de repartição espacial da actividade económica e do emprego, apresentam assim, subsídios para o debate sobre os limites de crescimento da produtividade e do emprego, quanto sobre os cenários de localização do emprego, de deficit ou superavit de activos e de reorientação dos fluxos de migração de trabalhadores.